

BID Relatório Anual



Banco Interamericano de Desenvolvimento

2007

SUMÁRIO FINANCEIRO 2003–2007

CAPITAL ORDINÁRIO

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007	2006	2005	2004	2003
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados ¹	\$ 8.812	\$ 5.774	\$ 6.738	\$ 5.468	\$ 6.232
Desembolsos de empréstimos	6.725	6.088	4.899	3.768	8.416
Amortizações de empréstimos	5.265	8.615	5.224	5.199	7.279
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquido, depois dos swaps	\$ 16.301	\$ 16.051	\$ 13.717	\$ 13.046	\$ 14.855
Saldo de empréstimos	47.954	45.932	48.135	49.842	50.655
Porção não desembolsada dos empréstimos aprovados	16.428	16.080	17.000	16.093	15.619
Ativo total	69.907	66.475	65.382	67.346	69.669
Saldo de captações, depois dos swaps	45.036	43.550	43.988	45.144	49.275
Patrimônio	20.353	19.808	18.727	18.511	17.112
Dados da demonstração do resultado					
Receita de empréstimos	\$ 2.436	\$ 2.466	\$ 2.413	\$ 2.498	\$ 2.711
Receita de investimentos	487	619	403	288	298
Despesas de captação, depois dos swaps	2.135	2.070	1.733	1.572	1.636
Resultado operacional	283	627	712	862	2.434
Relação					
Entre patrimônio total e empréstimos (TELR)	40,2%	40,8%	37,3%	36,1%	33,0%

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS²

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007	2006	2005	2004	2003
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados	\$ 152	\$ 605	\$ 410	\$ 552	\$ 578
Desembolsos de empréstimos	393	398	424	463	486
Amortizações de empréstimos	275	290	301	294	296
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquido	\$ 1.565	\$ 1.592	\$ 1.564	\$ 1.559	\$ 1.591
Saldo de empréstimos, líquido ³	3.966	3.733	6.878	6.971	6.670
Porção não desembolsada dos empréstimos aprovados	1.783	2.229	2.051	2.083	2.000
Ativo total	6.305	6.148	9.391	9.592	9.498
Saldo do Fundo	5.802	5.758	9.046	9.124	9.076
Dados da demonstração do resultado					
Receita de empréstimos	\$ 90	\$ 152	\$ 149	\$ 145	\$ 153
Despesas de cooperação técnica	23	19	28	31	23
Despesa do alívio da dívida	0	3,382	1	10	583
Transferências para a Reserva Geral	50	61	62	73	75
Receita líquida (perda)	9	(3,343)	10	(10)	(568)

¹ Inclui linhas de garantia de financiamento do comércio aprovadas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio.

² Certas cifras comparativas foram modificadas para corresponder à nova base contábil vigente a partir de 2007, que adota princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

³ Líquido de provisão para alívio da dívida.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Conforme estabelecem os regulamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Diretoria Executiva submete à Assembleia de Governadores o Relatório Anual do Banco referente a 2007. O relatório contém um breve resumo da situação econômica na América Latina e no Caribe e um exame das atividades do Banco em 2007.

Contém também uma descrição das operações do Banco — empréstimos, garantias e operações não-reembolsáveis —, Discussão e Análise da Administração: Capital Ordinário; as demonstrações financeiras do Banco; e os apêndices gerais.

4 de março de 2008

BID

Relatório Anual **2007**

O BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, o maior e mais antigo banco regional do mundo, é a principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e Caribe. Seus empréstimos e doações ajudam a financiar projetos de desenvolvimento e respaldam estratégias para reduzir a pobreza, expandir o crescimento e ampliar o comércio e o investimento, além de promover a integração regional, o desenvolvimento do setor privado e a modernização do Estado.

No fim de 2007 o Banco já tinha aprovado US\$156 bilhões em empréstimos e garantias para financiar projetos com investimentos no total de US\$353 bilhões, bem como US\$2,4 bilhões em doações e financiamento de cooperação técnica para recuperação contingente.

O BID obtém recursos financeiros junto a seus 47 países membros, mediante captação nos mercados financeiros, os fundos fiduciários que administra e operações de co-financiamento. A classificação da dívida do BID é a mais alta que existe: AAA.

O Grupo do BID abrange o próprio BID, a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). A CII concentra-se no apoio a empresas de pequeno e médio porte, enquanto o Fumin promove o crescimento do setor privado com doações e investimentos. O BID tem sede em Washington, capital dos Estados Unidos, e conta com Representações em todos os 26 países membros da América Latina e Caribe, além de Paris e Tóquio.

Países Membros

Alemanha	Coréia, República da	Guiana	Paraguai
Argentina	Costa Rica	Haiti	Peru
Áustria	Croácia	Honduras	Portugal
Bahamas	Dinamarca	Israel	Reino Unido
Barbados	El Salvador	Itália	República Dominicana
Bélgica	Equador	Jamaica	Suécia
Belize	Eslovênia	Japão	Suíça
Bolívia	Espanha	México	Suriname
Brasil	Estados Unidos	Nicarágua	Trinidad e Tobago
Canadá	Finlândia	Noruega	Uruguai
Chile	França	Países Baixos	Venezuela
Colômbia	Guatemala	Panamá	



Sumário

Mensagem do Presidente	1
Diretoria Executiva	3

A América Latina e o Caribe em 2007

O Clima Internacional	6
Principais Resultados Macroeconômicos e Desafios de Políticas.	8
Resultados Trabalhistas e Sociais	11
Perspectivas para 2008	13

Principais Áreas de Atuação

Redução da Pobreza e Equidade Social	18
Crescimento, Competitividade e Desenvolvimento Sustentável.	19
Oportunidades para a Maioria	21
Meio Ambiente	22
Desenvolvimento do Setor Privado	25
Integração Regional	27
Mitigação de Riscos.	30

Os Empréstimos no Ano

Resumo.	36
Lista de Operações Aprovadas (acima de US\$2 milhões).	40
Cooperação técnica.	43

Aspectos institucionais

Assembléia de Governadores	46
Diretoria Executiva	47

Destaques financeiros

Capital Ordinário.	52
Fundo para Operações Especiais	56
Demonstrações Financeiras Básicas	60

Informações Adicionais

Co-Financiamento.	70
Fundos em Administração.	71
Administração	73

Demonstrações Financeiras

Discussão e análise da Administração: Capital Ordinário	79
Demonstrações Financeiras:	
Capital Ordinário.	103
Fundo para Operações Especiais	135
Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário	149
Fundo Não Reembolsável do BID	155

Apêndices

Governadores e Governadores Suplentes	159
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes.	160

Fotos da capa:

Brasil • Uma igreja de Cachoeira, na Bahia, foi restaurada como parte do programa de revitalização do centro histórico da cidade.

Fotos menores, a partir da esquerda:

Bolívia • Desenvolvimento de microempresas.

Argentina • Melhorias no porto.

Barbados • Construção de uma escola

México • Transporte rodoviário

Guatemala • Desenvolvimento de biocombustível.

Órgãos de ligação e depositários.	161
Principais funcionários.	162
Representações e representantes.	163
Livros publicados em 2007	164

Figuras

1. Crescimento do PIB, 2006–2007	6
2. Preços dos produtos básicos, 2004–2007	6
3. Situação financeira, 2004–2007	8
4. Spreads dos títulos dos mercados emergentes, 2007.	8
5. Investimento total na América Latina e Caribe, 1998–2007.	11
6. Desemprego, 2006–2007	12
7. Pobreza, 1990–2007	12
8. Empréstimos por setor, 2007.	36
9. Empréstimos por setor, 1961–2007	36
10. Empréstimos e desembolsos, 1998–2007	39
11. Cooperação técnica não reembolsável, por setor, 2007.	43
12. Captações em 2007, antes dos swaps	53

Quadros

I • América Latina e Caribe: Principais Resultados Macroeconômicos, 2007	9
II • Classificação de Competitividade.	21
III • Distribuição de Empréstimos e Garantias por Setor de Atividade	37
IV • Informação sobre Financiamento Anual (2007) e Acumulado (1961–2007)	38
V • Lista de Operações Aprovadas (acima de US\$2 milhões), 2007	40
VI • Distribuição de Cooperação Técnica Não Reembolsável	43
VII • Captação de Recursos, Exercício de 2007	54
VIII • Saldo de Captações por Moeda em 31 de Dezembro de 2007	55
IX • Carteira de Investimento Comercial em 31 de Dezembro de 2007	56
X • Demonstrativo dos Saldos de Empréstimos em 31 de Dezembro de 2007.	57
XI • Subscrições do Capital Realizado, Cotas de Contribuição e Poder de Voto em 31 de Dezembro de 2007	59
XII • Dez Anos de Operações do BID, 1998–2007	69
XIII • Co-Financiamento em 2007.	70
XIV • Fundos em Administração Ativos	72
XV • Despesas Administrativas Consolidadas	73
XVI • Desembolsos em Aquisições de Bens e Serviços por País de Origem (Empréstimos em Apoio a Reformas de Políticas).	74
XVII • Desembolsos em Aquisições de Bens e Serviços por País de Origem (Empréstimos para Investimentos)	75

Boxes

1 • O Consenso de San José.	14
2 • Deixados de Fora? As Mudanças nos Padrões de Exclusão na América Latina e no Caribe.	16
3 • Equidade e Sustentabilidade Fiscal em Cidades Latino-Americanas	20
4 • Parcerias Público-Privadas para Competitividade no Caribe.	22
5 • Iniciativa de Água Potável e Saneamento	24
6 • Promoção de Produção Limpa	26
7 • Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática e Biocombustíveis	28
8 • Gestão de Risco de Desastres.	30
9 • Incremento das Exportações através de Serviços Postais na América do Sul.	32
10 • Fundo do BID Promove Investimento em Infra-Estrutura	44
11 • O Novo Banco	49

O Relatório Anual também
está disponível no site do
Banco na Internet:
www.iadb.org.

Mensagem do Presidente

Recentemente eu li uma nova definição do conceito de relevância, que foi cunhada pelos fundadores de uma eminente empresa americana de tecnologia. Segundo eles, em matéria de busca de informações na Internet a relevância consiste em “obter exatamente o que você quer, mesmo quando não sabe direito do que precisa”.

Foi essa capacidade de antecipar-se às necessidades das pessoas antes que elas próprias possam expressá-las que transformou a Internet no ícone tecnológico de nossa era.

Mas o que significa “relevância” para um banco de desenvolvimento?

Ao longo do ano passado, quando o BID partiu para formar uma nova equipe de administração, ouvi várias vezes essa pergunta, seguida de seu inevitável complemento.

Por que eu deveria trabalhar no BID?

Os candidatos que buscávamos— líderes inovadores nos campos das finanças e do desenvolvimento — não estavam dispostos a aceitar respostas genéricas. Numa época de inédita expansão econômica no mundo em desenvolvimento, esses profissionais estão sendo recrutados com afincamento por uma profusão de bancos de investimentos, empresas e firmas de consultoria.

Eles sabem que os bancos de investimento enfrentam um futuro incerto, por obra das mudanças nas demandas dos clientes e da concorrência de fontes de financiamento privadas e oficiais de financiamento. Sabem também que muitas grandes organizações multilaterais não querem ou não podem adaptar-se a essas novas circunstâncias.

Em suma, aqueles que desejávamos contratar exigiam provas cabais de que o BID constitui o lugar mais instigante onde aplicar o seu talento e crescer na profissão.

Por isso, informo com orgulho que em 2007 o BID reuniu uma notável equipe de altos administradores e chefes de divisão. Alguns vinham do próprio BID, e foram promovidos por força de um notável desempenho. Muitos deixaram altos cargos no setor privado. Todos foram atraídos pela oportunidade de contribuir para criar um novo paradigma para as finanças do desenvolvimento.

Esse paradigma começou a ganhar forma em 2007, à medida que púnhamos em prática um ambicioso realinhamento que hoje nos permite oferecer novos produtos financeiros, atendimento mais rápido, assessoria especializada e soluções flexíveis talhadas para as necessidades sempre novas de cada governo e cada empresa.



Luis Alberto Moreno
Presidente do BID

Ao longo de 2008, recrutaremos até 300 profissionais para ampliar a reserva de talentos do Banco em áreas estratégicas como energia renovável, infra-estrutura, mudança climática, educação, água e saneamento. Muitos desses especialistas irão trabalhar em nossas Representações nos países, onde terão a responsabilidade sem precedentes de gerar novos negócios e, ao mesmo tempo, acompanhar a execução dos projetos em estreito contato com os clientes.

Mediante um recém-simplificado processo de aprovação de projetos, podemos oferecer resultados muito mais depressa do que no passado. Uma estrutura organizacional de base matricial possibilita agora que especialistas e todas as áreas do Banco se unam em torno de equipes dedicadas a projetos para oferecer o necessário know-how. (Ver nas páginas 49 e 50 uma descrição detalhada do realinhamento.)

Esse modelo de negócios sensível e focado no cliente está permitindo ao Banco atender e superar as expectativas dos clientes, mediante projetos criativos, sustentáveis e afinados com as realidades locais. Mas o mais importante, acredito, é que ele nos levará a identificar e prever o que nossos clientes precisarão — no mês que vem, no próximo ano e na década vindoura.

Talvez não façamos isso tão depressa quanto um motor de busca na Internet, mas com certeza tentaremos. Nossa meta, em termos bem simples, é ser um parceiro imprescindível para os governos e empresas da América Latina e do Caribe, e para instituições internacionais voltadas para a região.

O desempenho financeiro do BID em 2007 mostra que estamos começando a atingir essa meta. No ano passado o Grupo do BID aprovou um recorde de US\$9,6 bilhões em novas operações de financiamento (exclusivamente empréstimos de emergência). Os desembolsos para projetos ascenderam a US\$7,6 bilhões, a maior cifra em quatro anos.

Dos três membros do Grupo do BID, o Banco aprovou US\$ 9 bilhões em empréstimos em 2007. A Corporação Interamericana de Investimentos, que financia pequenas e médias empresas, aprovou US\$470 milhões em financiamentos, o maior montante em sua história. O Fundo Multilateral de Investimentos, principal fonte de assistência técnica para o setor privado e as micro-empresas na região, aprovou 133 projetos, no total de US\$135 milhões, dos quais quase US\$100 milhões consistiram em operações não reembolsáveis.

Em 2007, o BID concluiu negociações históricas para proporcionar alívio da dívida a cinco de nossos membros mutuários mais necessitados. O Banco aprovou 100% de alívio da dívida referente aos empréstimos pendentes no fim de 2004 para a Bolívia, a Guiana, o Haiti, Honduras e a Nicarágua, no total de US\$ 3,4 bilhões, além de US\$ 1 bilhão em pagamentos de juros futuros. A medida deu a esses países uma oportunidade inigualável de redirecionar recursos para programas sociais prioritários.

Durante o ano o Banco empreendeu também uma expansão sem precedentes de empréstimos ao setor privado, aprovando US\$2,3 bilhões para 29 projetos, em comparação com US\$920 milhões para 20 projetos em 2006. Essa expansão resulta de um novo mandato, emanado de nossa Diretoria Executiva, que permite ao Banco financiar operações muito maiores do setor privado (respeitado o limite de US\$400 milhões por projeto) e atuar em áreas antes vedadas, como manufatura, recursos naturais, agronegócios e turismo.

Grande parte dos empréstimos feitos pelo Banco em 2007 concentraram-se em investimentos que ajudarão nossos membros a aprofundar e consolidar os ganhos com a vertical expansão das exportações de produtos primários e o crescente comércio com os novos mercados asiáticos. Melhorar a infra-estrutura é essencial para este objetivo, e a maioria dos financiamentos do ano – US\$ 5,7 bilhões no total – destinaram-se a projetos de infra-estrutura e competitividade em áreas como transporte, energia e portos em áreas de exportação intensa.

O combate à pobreza requer remédios de provada eficiência, mas também novas idéias. Em junho de 2007, a Diretoria Executiva do BID aprovou a iniciativa Oportunidades para a Maioria, que ajudará comunidades de

baixa renda a fazer parcerias com o setor privado e organizações não governamentais para criar empregos, prestar serviços de qualidade e integrar a maioria dos cidadãos de nossa região ao setor produtivo. A iniciativa buscará sobretudo aumentar a escala de produtos, tecnologias e serviços inovadores que estão solucionando problemas concretos para as pessoas na base da pirâmide econômica.

Reconhecendo a importância vital da segurança energética e da mudança climática para os países da América Latina e do Caribe, em 2007 o BID lançou a Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática. Partindo de um empenho de US\$20 milhões feito pelo Banco, a SECCI está obtendo rapidamente contribuições de doadores que percebem o extraordinário potencial da região como fonte de energias renováveis e soluções de energia verde. A iniciativa já financiou numerosos estudos de viabilidade e projetos de cooperação técnica, destinados a abrir caminho para indústrias de biocombustíveis e programas de eficiência energética, e recebeu pilhas de solicitações de governos e companhias de toda a região.

Após quatro anos consecutivos de crescimento econômico acima de 4% (alcançando uma média regional de 5,6% em 2007), a América Latina está demonstrando que o crescimento econômico continua a ser um componente essencial no combate à pobreza. A pobreza diminuiu de 36,5% em 2006 para 35,1% em 2007, e a pobreza extrema caiu de 13,4% para 12,7%, graças ao crescimento contínua e à baixa inflação. Este é o mais baixo índice de pobreza visto na região desde a década de 1980. O primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, reduzir a pobreza extrema à metade de seus níveis de 1990, está agora ao alcance da maioria dos países da região.

Apesar da recente instabilidade nos mercados financeiros internacionais e da projetada desaceleração da economia dos Estados Unidos, as perspectivas para a América Latina e o Caribe são as melhores em décadas. Neste momento fecundo na história da região, considero uma grande honra servir como presidente de um Banco revitalizado, enriquecido por novos talentos e novos objetivos. Aguardamos ansiosamente os desafios do próximo ano.



Luis Alberto Moreno

Presidente do

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Diretoria Executiva



Membros da Diretoria [a partir da esquerda, fileira da frente]: Vinita Watson, Luis Linde, Nelly Lacayo-Anderson, Jonathan Davis Arzac, Jaime Quijandría, Adina Bastidas, Tsuyoshi Takahashi, Hans Hammann e José Carlos Miranda. [Atrás] Marcelo Bisogno, Winston A. Cox, Fernando Eleta Casanovas, Luis Guillermo Echeverri, Roberto B. Saladín, Stewart Mills, Xavier Eduardo Santillán, Jan E. Boyer, Olivier Myard, Hugo Rafael Cáceres Agüero, Jill Johnson, Alex Foxley, Martín Bès, Eugenio Díaz-Bonilla, Sergio Portugal, Héctor E. Morales, Raúl Barrios, Francesca Manno e Jerry Christopher Butler.

Os acionistas do BID — os 47 países membros — são representados pela Assembléia de Governadores, autoridade máxima do Banco. Os Governadores delegam boa parte de seus poderes à Diretoria Executiva, cujos 14 membros elegem ou nomeiam com mandatos de três anos. Os Diretores Executivos pelos Estados Unidos e pelo Canadá representam apenas seus próprios países; todos os outros representam grupos de países. A Diretoria Executiva também conta com 14 suplentes, que detêm poder de decisão total na ausência do titular.

A Diretoria Executiva é responsável pelas operações do dia-a-dia do Banco. Estabelece as políticas da instituição, aprova projetos, determina as taxas de juros dos empréstimos do Banco, autoriza captações nos mercados de capital e aprova o orçamento administrativo da instituição. O trabalho da Diretoria Executiva é guiado pelo Regulamento da Diretoria Executiva e pelo Código de Ética para Diretores Executivos.

A agenda e as atas das reuniões da Diretoria Executiva são documentos públicos, assim como o programa anual de trabalho com suas atualizações trimestrais.

O Relatório Anual é produzido pela Assessoria de Relações Externas do BID.

Editora responsável: Alexandra Russell

Gerente de produção: Rafael Cruz

Edição em português: Carlos Ramires

Assistentes editoriais: Cathy Conkling-Shaker e Carolina Usandivaras

Desenho: Dolores Subiza

Tradução: Donaldson Garschagen

Fotografia: Willie Heinz (exceto onde indicado abaixo)

Capa, pp.24, 44, Anderson Schneider; pp. 1, 19 (esquerda), 49, Arlette Pedraglio; pp. 7 (direita), 13, 18, 20, 30, 31, 32, 39, 52, David Mangurian; p. 19, Julio Serrano; p. 23, Anderson Tsuchida; p. 28, Getty Images; p. 45, John Karn; e p. 47 (esquerda), Paul Constance.

Este relatório pode ser encontrado online em: www.iadb.org.

O BID agradece os comentários dos leitores sobre o Relatório Anual. Por favor, envie-os para alexandrarb@iadb.org.



Papel: Chorus Art Silk (miolo e capa)
50% reciclado, com 25% de lixo pós-consumo
Certificado FSC e isento de cloro elementar

A América Latina e o Caribe em 2007



Bolívia • Carmen Luz Rodriguez recebeu microcrédito para seu quiosque da Caja Los Andes, premiada instituição de microfinanciamento.



A América Latina e o Caribe em 2007

APESAR DOS PROBLEMAS FINANCEIROS nos Estados Unidos, o desempenho macroeconômico na América Latina e no Caribe foi muito positivo em 2007, o quarto ano consecutivo de forte crescimento. A inflação manteve-se em níveis moderados em quase todos os países, e os saldos fiscal e externo permaneceram positivos na região como um todo. Contra esse pano de fundo de crescimento com estabilidade, o desemprego e a pobreza continuaram a cair. O primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio para 2015, reduzir a pobreza extrema à metade de seus níveis em 1990, está ao alcance da maioria dos países.

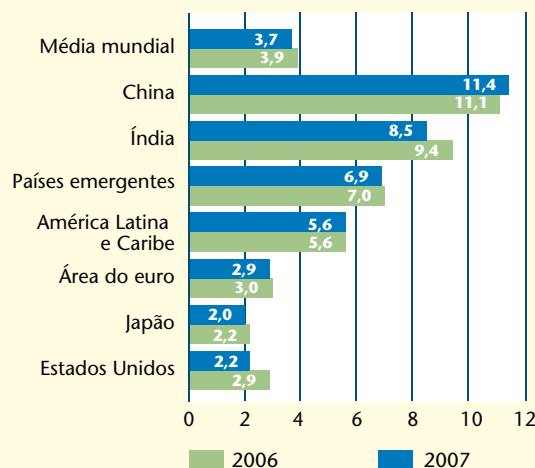
Contudo, o ano de 2007 assistiu também a um recuo em diversas variáveis macroeconômicas importantes. Em vários países, a situação fiscal começou a deteriorar porque o aumento dos gastos públicos superou consideravelmente o aumento das receitas. Na maioria dos países, os saldos em conta corrente começaram a cair, ou já estavam negativos. A recente redução nas taxas de desemprego foi muito modesta, apontando para limitações estruturais nos mercados de trabalho. E em vários países os crescentes custos dos alimentos e da energia começaram a refletir-se em inflação mais alta, numa época em que as tendências de valorização da moeda haviam se estabilizado e o número de trabalhadores desempregados já era pequeno.

Nestas circunstâncias, serão postos à prova em 2008 a solidez das políticas macroeconômicas, a eficácia das políticas sociais e a sensibilidade dos sistemas políticos. Será preciso não só preservar o crescimento e a estabilidade, como também atender às crescentes expectativas da população regional em relação a uma melhor qualidade de vida e a sociedades menos excludentes e mais equitativas.

O CLIMA INTERNACIONAL

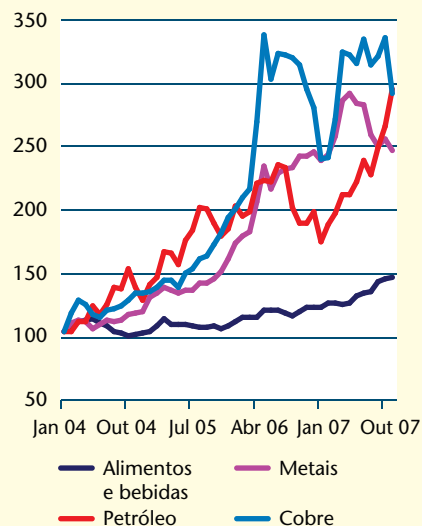
Apesar da turbulência do mercado financeiro no mundo desenvolvido, a economia global cresceu 3,7% em 2007

Figura 1. Crescimento do PIB, 2006–2007
(Variação percentual anual)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*, 2007.

Figura 2. Preços dos produtos básicos, 2004–2007
(Janeiro de 2004 = 100)



Fonte: Fundo Monetário Internacional.



Da esquerda para a direita: Peru • A produção de gás natural está transformando o Peru de importador líquido de hidrocarbonetos em exportador.

Panamá • O fortalecimento dos serviços de apoio técnico e administrativo elevou o nível da pesquisa na Universidade do Panamá.

— quase o mesmo que no ano anterior. Nos Estados Unidos, o crescimento diminuiu em 0,7 ponto percentual, caindo para pouco mais de 2%, e na zona do euro baixou de 3% em 2006 para 2,9% em 2007. Nas economias emergentes como um todo, porém, o crescimento permaneceu vigoroso — pouco menos de 7%. A China e a Índia lideraram essa tendência, com um crescimento estimado de 11,4% e 8,5%, respectivamente (Figura 1).

Houve uma desaceleração mais acentuada no volume do comércio mundial, e as taxas de crescimento caíram de quase 9% em 2006 para apenas 6,6% em 2007. Mesmo assim, como os preços do petróleo e outros produtos primários mantiveram a tendência ascendente, o comércio global disparou. Os preços do petróleo, que haviam alcançado uma média de US\$64 por barril em 2006, saltaram para quase US\$100 no fim de 2007. Os preços dos alimentos também subiram no ano. Já os metais mostraram clara tendência descendente a partir de meados do ano (Figura 2).

Até julho, inclusive, os mercados financeiros internacionais mantiveram as condições favoráveis de anos anteriores. Nas economias emergentes, as taxas de risco (sobre as taxas de juros para os títulos do Tesouro dos Estados Unidos) incidentes nos instrumentos de dívida garantidas pelos governos não passavam de 189 pontos-base em julho — pouco antes do início da crise do mercado de hipotecas nos Estados Unidos. Em meados de

agosto, a turbulência nos mercados financeiros mundiais refletiu-se em fortes aumentos nas margens de risco, que subiram quase 260 pontos-base para os países emergentes. Posteriormente, essas tendências foram parcialmente revertidas. Seu impacto sobre as economias emergentes, embora substancial, foi bem menor que o da crise asiática de 1997 ou da crise russa de 1998.

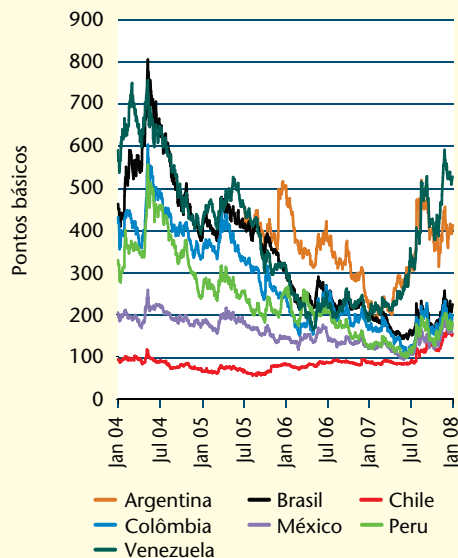
A crise das hipotecas teve impacto mais forte sobre os mercados de alto risco nos Estados Unidos que para o mundo em desenvolvimento como um todo ou para os mercados latino-americanos. A rápida reação da Reserva Federal americana e dos bancos centrais em outros países desenvolvidos, que proporcionaram liquidez aos mercados em momentos críticos, foi decisiva para atenuar o impacto da crise sobre as economias emergentes.

Na América Latina, a taxa de risco média para os instrumentos de dívida soberana subiu de 224 pontos-base em julho para um máximo de 309 pontos-base em agosto, recuando ligeiramente, no fim do ano, para 299 pontos-base (Figuras 3 e 4). Em seis das sete maiores economias da região, as taxas de risco voltaram a níveis inferiores a 50 pontos-base acima de seus valores antes da crise no mercado de hipotecas dos Estados Unidos (só na Venezuela o efeito foi mais pronunciado).

O impacto da crise variou nas economias menores, com aumentos modestos da taxa de risco no Uruguai e em vários países da América Central e do Caribe e um efeito um tanto mais acentuado em Belize, Costa Rica,

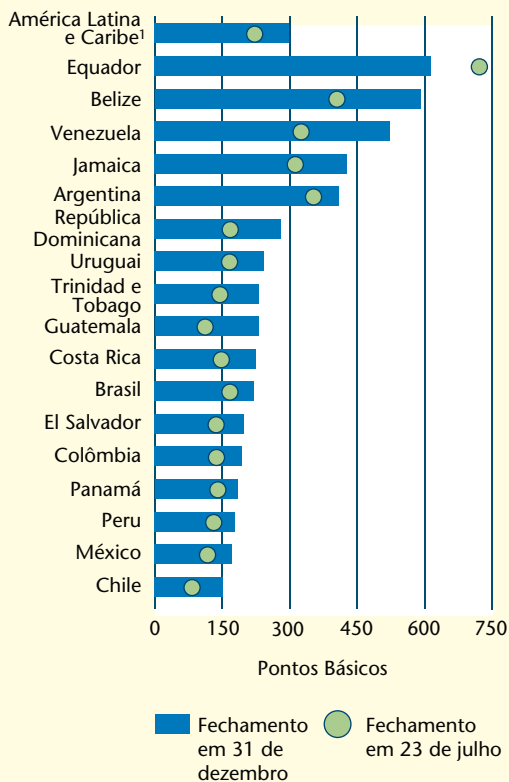
Figura 3. Situação financeira, 2004–2007

(Margens em relação à taxa de juros dos títulos do Tesouro dos EUA)



Fonte: Bloomberg.

Figura 4. Spreads dos títulos dos mercados emergentes, 2007



¹Média

Fonte: Bloomberg

Guatemala, Jamaica e República Dominicana. O Equador foi o único país em que as taxas de risco, embora elevadas, diminuíram após o início da turbulência.

PRINCIPAIS RESULTADOS MACROECONÔMICOS E DESAFIOS DE POLÍTICAS

A região da América Latina e do Caribe cresceu 5,6% em 2007, o mesmo que no ano anterior, de acordo com as mais recentes estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O PIB per capita foi 18% mais alto que em 2003, e o poder aquisitivo médio na América Latina aumentou 22%, refletindo o impacto positivo adicional das relações de troca e das remessas internacionais.

Em quase todos os países, as taxas de crescimento superaram 3% em 2007 (Quadro I). Entre os países maiores, a Argentina, a Venezuela, o Peru e a Colômbia registraram as taxas mais elevadas, todas acima de 7%; entre as economias menores, o Panamá, a República Dominicana, o Uruguai e a Costa Rica apresentaram as taxas mais altas.

Até o fim do ano, a crise do mercado creditício nos Estados Unidos não teve efeito considerável sobre o crescimento na região. Pareceres de especialistas locais, colhidos por bancos centrais, indicam que estava previsto um crescimento um pouco maior a partir de junho de 2008. Projeções para a Bolívia, o Chile e o México mostraram certa desaceleração do crescimento, mas o oposto em nove outros países, onde as expectativas eram de resultados melhores, sobretudo no Brasil, na Colômbia e em Honduras. A causa desse otimismo seria, possivelmente, os altos preços de produtos de exportação e fatores relacionados com políticas internas.

A liquidez proporcionada em tempo hábil pela Reserva Federal reduziu o impacto adverso que a crise financeira americana poderia ter causado nas economias latino-americanas. Contudo, o fato de as economias da região terem resistido à crise deveu-se também, em grande parte, a sólidas políticas macroeconômicas. A maioria dos países dispunha de superávits fiscais primários (antes do pagamento de juros). A região como um todo tinha saldo positivo em conta-corrente com o resto do mundo. As substanciais reservas internacionais acumuladas constituíram um escudo eficaz contra perturbações externas. A inflação manteve-se em níveis moderados na maioria dos países, e a recuperação do crédito ao consumidor combinou-se com melhores procedimentos prudenciais e regulatórios.

Apesar desse panorama relativamente promissor, subsistem sérias vulnerabilidades que é preciso corrigir. Com relação à política fiscal, a maior vulnerabilidade é a recente tendência para maiores gastos públicos em vários países. Essa tendência não será sustentável no

QUADRO I • AMÉRICA LATINA E CARIBE: PRINCIPAIS RESULTADOS MACROECONÔMICOS, 2007

	Crescimento do PIB%	Inflação%	Conta corrente (% do PIB)	Dívida pública (% do PIB)
Argentina	8,6	8,5	2,6	55,3
Bahamas	3,3	2,4	n.d.	n.d.
Barbados	4,0	3,9	n.d.	n.d.
Belize	3,0	3,5	n.d.	n.d.
Bolívia	3,8	11,9	11,5	37,7
Brasil	5,3	4,2	0,4	30,7
Chile	5,3	7,4	4,9	4,9
Colômbia	7,0	5,4	-3,9	39,8
Costa Rica	7,0	10,1	-5,3	28,2
El Salvador	4,5	6,2	-4,5	34,6
Equador	2,7	2,7	3,4	28,1
Guatemala	5,5	9,1	-4,9	21,6
Guiana	4,5	10,4	n.d.	n.d.
Haiti	3,3	8,1	1,6	30,6
Honduras	6,0	9,6	-6,9	19,9
Jamaica	1,5	8,5	n.d.	n.d.
México	3,3	3,9	-0,8	22,9
Nicarágua	3,0	12,8	-15,9	42,0
Panamá	9,5	5,5	-3,8	54,5
Paraguai	5,5	7,4	3,7	21,0
Peru	8,2	3,5	1,5	27,6
República Dominicana	7,5	7,2	-4,2	16,7
Suriname	5,0	5,6	n.d.	n.d.
Trinidad e Tobago	5,5	7,3	n.d.	n.d.
Uruguai	7,5	8,6	-2,6	56,5
Venezuela	8,5	20,7	9,6	n.d.
América Latina e Caribe	5,6	6,1	0,7	31,8

Fonte : CEPAL, 2007.

n.d.: não disponível.

caso de uma diminuição, para não falar de uma queda na receita tributária devido a uma baixa nos preços dos produtos de exportação. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a se manterem os níveis atuais de gastos, o saldo primário médio, que chegou a um pico em 2006 e começou a cair drasticamente em 2007, poderia tornar-se negativo em muitos países em 2008.

Para atenuar esse risco fiscal, somente alguns países tomaram medidas destinadas a sustentar a receita tributária. O Brasil, a Costa Rica, El Salvador e o México destacam-se por suas recentes iniciativas para aumentar a arrecadação. A Argentina, a Colômbia e o Panamá também elevaram significativamente sua receita fiscal. O desafio imediato consiste em conter os gastos pú-

blicos a fim de salvaguardar a futura sustentabilidade fiscal.

Com relação aos saldos das finanças públicas, é também importante observar que embora as relações dívida/PIB continuassem a cair em 2007 (baixando para quase 50% do PIB, contra 75% cinco anos antes, com base em médias ponderadas para 17 países, segundo o FMI), elas ainda se mantinham acima de seus níveis em 1997, antes da recessão regional. Do mesmo modo, embora melhorassem a composição de moedas e os prazos de vencimentos da dívida do governo, parte da queda nas relações dívida/PIB deveu-se à valorização das moedas latino-americanas — tendência que poderia reverter-se no futuro.



Chile • Cinco produtores fundaram uma associação para comprar material e exportar uva, com financiamento da Agência Chilena de Desenvolvimento Econômico.

Quanto ao setor externo, saldos positivos em conta-corrente e substanciais reservas internacionais em muitos países da região proporcionaram um importante escudo contra problemas financeiros externos. Em 2007, a América Latina e o Caribe como um todo tiveram um superávit em conta-corrente equivalente a 0,7% do PIB agregado. Como resultado das lucrativas exportações de petróleo e minérios, a Bolívia, Venezuela, Chile, Paraguai e Equador registraram os maiores superávits. As reservas internacionais na região representam mais do triplo do volume da dívida a curto prazo e poderia cobrir quase sete meses de importações. Vários países tinham enormes acúmulos de reservas em 2007, principalmente antes da crise no mercado de hipotecas nos Estados Unidos. A crise fez baixar essa tendência, mas não a interrompeu. No fim de novembro, o Brasil tinha aumentado suas reservas internacionais em US\$91 bilhões, e o Chile em mais de US\$5 bilhões.

Não obstante, cumpre ver esses bons indicadores externos com certa cautela. A atual situação em conta-corrente parece menos sólida quando se lembra que é bastante influenciada pelos altos preços de produtos primários, que podem flutuar. Se as relações de troca fossem as de 2003 em vez de um superávit de 0,7% do PIB, a conta-corrente da região teria um déficit de 2,7% do PIB. Causa preocupação que alguns países, como a Colômbia, beneficiados por altos preços dos produtos que exportam, tenham atualmente um déficit em conta-corrente. Apesar do aumento na demanda interna e da va-

lorização da moeda — especialmente pronunciados no Brasil, na Colômbia e na Venezuela —, há uma clara tendência para a debilitação da conta-corrente na maioria dos países. Os países da América Central, pouco beneficiados pela melhoria das relações de troca, apresentam elevados déficits em conta-corrente, o que pode vir a ser um fator de vulnerabilidade.

A acumulação de reservas internacionais tem sido uma forte proteção para o setor externo da região. Como muitos governos reduziram a dívida externa, suas reservas parecem extremamente sólidas em comparação com a dívida não amortizada, sobretudo a curto prazo. Contudo, em vista da intensa entrada de capitais para carteiras de investimentos em alguns países, na verdade a estrutura da dívida é menos robusta em relação aos passivos externos totais. Uma súbita retirada de capitais privados geraria uma pressão inédita sobre as reservas internacionais. Em alguns países, o volume de reservas parece também menos substancial se comparado com a abundância de instrumentos financeiros de alta liquidez que poderiam ser usados num ataque especulativo contra moedas locais. Na Argentina e na Colômbia, a imposição de swaps sobre entradas de capitais destina-se em parte a reduzir esses riscos.

A inflação média na região foi de 6,1% em 2007, um aumento incômodo em relação ao ano anterior, quando caiu para 5%, um feito histórico. As moderadas taxas de inflação que a grande maioria dos países da América Latina vem apresentando há mais de uma década são prova

irrefutável da qualidade das políticas macroeconômicas. No entanto, trata-se de um resultado a ser visto com reserva, por vários motivos. Em certos países, como a Bolívia, a Costa Rica e a Venezuela, a inflação está na casa dos dois dígitos. Na Colômbia e no Uruguai, a pressão da demanda interna levou a taxas de inflação próximas ou acima das metas fixadas pelos bancos centrais, e em vários outros países os preços dos alimentos estão subindo de forma alarmante. Por tudo isso, parece que os esforços para conter a inflação se reduziram na região em 2007, corroendo os ganhos advindos da valorização da moeda local, do efeito dessa valorização sobre os preços das importações e também das taxas de desemprego relativamente altas, que reduziram as pressões salariais.

A recuperação do crédito ao consumidor é um fator muito positivo na atual fase ascendente na região. Nos sete maiores países, o crédito cresceu mais de 40% no primeiro semestre de 2007 em relação ao ano anterior e, para o conjunto da região, aumentou 20%, segundo cálculos do FMI. O crédito direto ao consumidor, que responde por quase 40% do crédito ao setor privado, foi o principal fator nessa expansão. Como resultado do aumento do crédito, em 2007 o coeficiente médio de investimento de capital fixo na América Latina ultrapassou os níveis que havia alcançado antes da crise de 1998-2001 (Figura 5).

Ainda que uma taxa de investimento de 20% do PIB seja modesta em comparação com a da Ásia, representa um progresso considerável para a região. A recente recuperação do investimento, porém, ainda não compensou o volume perdido durante a crise. Os estoques de capital nas maiores economias da região ainda estão 5% abaixo de seus níveis alcançados antes da crise.

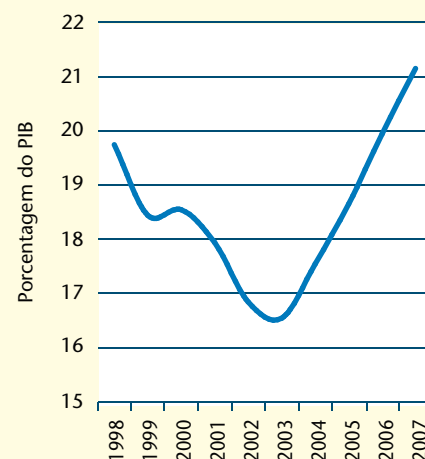
Segundo o FMI, não há sinal claro de que a expansão do crédito privado haja causado vulnerabilidades importantes, pois as dívidas atrasadas permanecem em níveis muito modestos (cerca de 3% da carteira corrente), o coeficiente de capital está acima de 15% em média e outros indicadores de liquidez e rendimento parecem saudáveis. Não obstante, certos riscos poderiam estar obscurecidos por falta de informação e pelo possível efeito da expansão econômica e da concorrência entre intermediários financeiros (para ganhar participação no mercado) sobre os procedimentos para a monitoração do crédito.

RESULTADOS TRABALHISTAS E SOCIAIS

Conquanto o desemprego na região tenha caído, em média, de 8,6% em 2006 para 8% em 2007, a queda foi

Figura 5. Investimento total na América Latina e Caribe, 1998–2007

(média ponderada, por tamanho da economia)



Fonte: CEPAL, *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*, 2007.

mais lenta que em anos anteriores, o que indica que as taxas de desemprego estão se aproximando de níveis estruturais, mais influenciados pelas características do mercado de trabalho e pela legislação trabalhista que pelo ciclo de negócios.

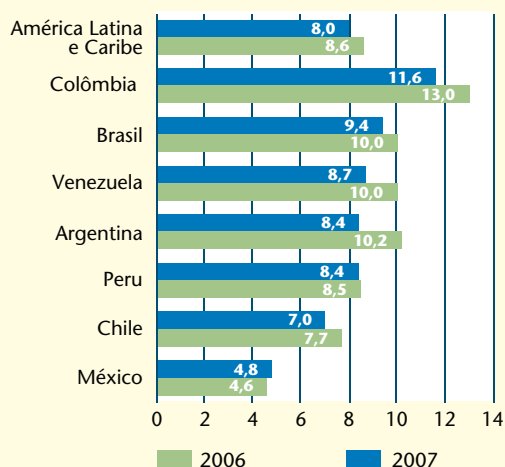
Entre os países grandes, as maiores reduções do desemprego deram-se na Argentina, na Colômbia e na Venezuela (Figura 6). As taxas de desemprego mais altas entre os países maiores ocorreram na Colômbia e no Brasil, onde rígidas leis salariais e altas indenizações trabalhistas e outros encargos representam um obstáculo à criação de empregos.

Segundo as mais recentes estimativas da CEPAL, a pobreza continuou a diminuir em 2007, embora também nesse caso a uma taxa mais moderada que nos dois anos anteriores (Figura 7). O índice de pobreza caiu de 36,5% em 2006 para 35,1% em 2007, e o número de pobres reduziu-se de 194 milhões para 190 milhões. Entre esses, o número de pessoas extremamente pobres ou indigentes diminuiu de 71 milhões para 69 milhões, e a taxa de pobreza extrema baixou de 13,4% para 12,7%. Trata-se das taxas de pobreza mais baixas registradas desde a década de 1980, e o número de pobres encontra-se no patamar mais baixo em 17 anos.

A redução da pobreza extrema, a partir de 1990, significa que a região avançou 87% no sentido de atingir o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio —

Figura 6. Desemprego, 2006–2007

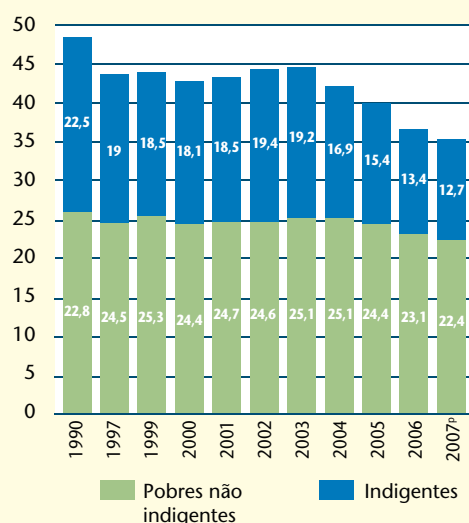
(Porcentagem da população economicamente ativa)



Fonte: CEPAL, 2007.

Figura 7. Pobreza, 1990–2007

(Porcentagem da população)



p = prognóstico

Fonte: CEPAL, *Panorama social de América Latina*, 2007.

reduzir, até 2015, a pobreza extrema à metade de seu nível de 1990. Segundo a CEPAL, os níveis atuais de pobreza extrema indicam um progresso substancial em muitos países.

Estimativas para o Brasil, Chile, Equador (áreas urbanas) e México mostram que esses países alcançaram o objetivo. Colômbia, El Salvador, Panamá, Peru e Venezuela estão avançando num ritmo próximo ou superior ao necessário para cumprir o objetivo em 2015. Embora todos os países tenham reduzido suas taxas de pobreza extrema, a Argentina, a Bolívia, Honduras, a Nicarágua, o Paraguai e o Uruguai estão atrasados na consecução da meta. Em alguns desses países, como a Argentina e o Uruguai, o progresso na redução da pobreza e da indigência acelerou-se nos últimos anos. Mas como a pobreza acelerou-se durante a crise financeira, esses países enfrentam dificuldades para atingir o objetivo.

Apesar das reduções do desemprego e da pobreza, subsistem grandes desafios para a política trabalhista e social. O progresso futuro nessas áreas dependerá muito mais de reformas estruturais e de políticas setoriais que de políticas ou variáveis macroeconômicas. Muitos países ainda não reformaram os sistemas de seguridade social e da legislação trabalhista, a fim de melhorar a proteção ao trabalhador e fomentar o emprego formal. O Chile é uma exceção importante: está em curso uma reforma inovadora de seu sistema de pensões, com vistas a aumentar a cobertura e expandir as opções à disposição de diferentes grupos de trabalhadores.

Outro desafio é orientar os gastos sociais para os grupos mais necessitados, a fim de melhorar seu impacto. Os programas de transferências condicionadas em dinheiro constituem um aperfeiçoamento importante nessa área. Entretanto, em muitos países os gastos públicos em saúde e seguridade social ainda beneficiam mais os segmentos da população com maior renda. Além de redirecionar os benefícios para os pobres, é fundamental que os governos optem por programas com máximo potencial para resolver os problemas sociais mais prementes.

Recentemente o Banco financiou uma iniciativa importante para identificar os programas públicos mais eficazes para reduzir a pobreza (ver Boxe 1, O Consenso de San José). Todavia, resolver os problemas de exclusão econômica e social na região requer muito mais que redirecionar gastos sociais e torná-los mais eficientes. A exclusão tem causas muito profundas, diversificadas e variáveis, que não podem ser remediadas apenas com programas de gastos públicos (ver Boxe 2, sobre *Deixados de Fora? As Mudanças nos Padrões de Exclusão na América Latina e no Caribe*).



Costa Rica • Um programa de desenvolvimento de eletricidade incluiu fontes alternativas, como a energia eólica, além de medidas de conservação.

PERSPECTIVAS PARA 2008

As perspectivas da região para 2008 são positivas, apesar da instabilidade que talvez continue a afetar os mercados financeiros internacionais. Projeções consensuais indicam um crescimento de 4% a 4,5% para o conjunto da região. A taxa será inferior à de 2007 devido ao menor crescimento econômico nos Estados Unidos, à possível queda dos preços das exportações latino-americanas de produtos primários e ao surgimento de restrições à oferta em alguns setores e países.

Projeções consensuais indicam também que a inflação aumentará em vários países e que diminuirão os atuais superávits em conta-corrente com o resto do mundo. Prevêem-se situações fiscais mais difíceis que nos últimos anos, e em vários países a relação dívida pública/PIB poderá voltar a crescer. Embora essas tendências impliquem certo retrocesso na gestão macroeconômica, a maioria dos analistas concorda que os riscos permanecem modestos na região como um todo e em quase todos os países, a julgar pelas taxas de risco que incidem sobre os instrumentos de dívida.

No entanto, essa situação poderia mudar no caso de vários fatores adversos se combinarem. Uma recessão nos Estados Unidos não pode ser descartada. O FMI calculou que tal recessão reduziria o crescimento da re-

gião em dois pontos percentuais, pois afetaria o volume do comércio internacional e os preços dos produtos de exportação.

Os riscos mais imprevisíveis, porém, residem nos mercados financeiros internacionais. Ainda não se conhece toda a extensão da crise hipotecária e financeira nos Estados Unidos nem seu efeito sobre os mercados de dívidas e os fluxos de capital nos países latino-americanos. A relativa solidez da situação macroeconômica na maior parte da América Latina e em outras economias emergentes mitigou até agora os riscos de uma instabilidade financeira global. Muitas dessas economias nunca estiveram tão expostas aos riscos que uma volumosa entrada de capital representa para seus sistemas financeiros e seus mercados internos de ativos reais e financeiros.

Afora flutuações na situação financeira internacional, o maior desafio para as economias latino-americanas a médio prazo será manter altas taxas de crescimento econômico. É imperativo conquistar maior competitividade. Embora certos países ofereçam condições atraentes para o desenvolvimento de atividades produtivas e para investimento privado, a região como um todo tem avançado pouco em termos de competitividade, a julgar por indicadores internacionais comparativos (ver a seção “Principais áreas de atuação” com relação a crescimento e desenvolvimento sustentável).

BOXE 1 • O CONSENSO DE SAN JOSÉ

O desenvolvimento na primeira infância, uma gestão fiscal prudente e infra-estrutura ocupam os primeiros lugares entre as soluções eficazes para os problemas da América Latina.

Se os governos da América Latina e do Caribe tivessem US\$10 bilhões para resolver seus problemas mais urgentes, como deveriam gastá-los?

Em resposta a essa pergunta hipotética, em 25 de outubro de 2007 nove renomados economistas, juntamente com estudantes universitários de toda a região, divulgaram listas de 44 programas, ordenados por prioridade. Os economistas listaram programas de desenvolvimento na primeira infância, regras fiscais prudentes e maior investimento em infra-estrutura física como as três políticas que teriam maior impacto por dólar investido. Por outro lado, mais de 30 universitários deram prioridade máxima a programas nutricionais para crianças em idade pré-escolar, transferências condicionadas em dinheiro para educação e maior acesso a serviços de saúde.

As propostas resultaram do Consenso de San José, assim chamada por ter sido debatido na capital da Costa Rica. Esse inédito exercício de tomada de decisões foi organizado pelo Departamento de Pesquisas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelo Centro de Consenso de Copenhague e pela escola de administração INCAE, da Costa Rica. Com base numa metodologia aplicada originalmente no Consenso de Copenhague de 2004, o Consenso de San José consistiu em três dias de exposições e discussões estruturadas a respeito de 44 possíveis soluções em dez áreas específicas. Cada participante atribuiu uma prioridade às soluções, depois de avaliar seus custos e benefícios, de acordo com dados disponíveis em trabalhos publicados.

Os dez desafios foram selecionados a partir de uma pesquisa feita junto a autoridades públicas, acadêmicos, empresários, jornalistas e pesquisadores da América Latina e do Caribe. Os dez problemas destacados na pesquisa foram educação, violência e crime, pobreza e desigualdade, política fiscal, democracia, infra-estrutura, florestas e biodiversidade, emprego, instituições públicas, e saúde. Para cada desafio, um especialista no assunto preparou um “Documento de Solução” que propunha várias soluções possíveis, com os custos e benefícios de cada uma.

Além disso, outra pessoa apresentava, numa “Visão Alternativa”, sua opinião sobre o Documento de Solução, propondo, em alguns casos, soluções alternativas.

As duas classificações finais das soluções para esses dez desafios, que representam uma média das classificações individuais dos economistas e dos estudantes, foram divulgadas numa entrevista coletiva com o presidente do BID, Luis Alberto Moreno, o diretor do Centro de Consenso de Copenhague, Bjorn Lomborg, o presidente do INCAE, Arturo Condo, e a vice-presidente da Costa Rica, Laura Chinchilla.

“Não temos recursos bastantes para solucionar todos os nossos problemas ao mesmo tempo, de modo que temos de priorizar as soluções”, disse Moreno. “Este exercício — e o debate por ele gerado — é uma excelente oportunidade para discutir como nossas sociedades podem obter maior bem-estar com seu dinheiro.”

Moreno ressaltou que as classificações não deveriam ser vistas como uma prescrição rígida para as autoridades ou como recomendações oficiais do BID. “Os países da região enfrentam problemas muito diversos, e nenhuma fórmula pode ser aplicada em toda parte”, lembrou. “Por isso, julgamos que esse tipo de debate deve ser repetido em nível nacional em toda a região.”

Entre os especialistas que participaram do Consenso de San José estavam Finn E. Kydland, prêmio Nobel de Economia, Andrés Velasco, ministro das Finanças do Chile, José Antonio Ocampo, ex-subsecretário geral das Nações Unidas, Ricardo Hausman, professor da Universidade de Harvard, Nora Lustig, ex-diretora do Grupo de Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e Nancy Birdsall, presidente do Centro para o Desenvolvimento Global, em Washington, D.C.

O autor do Documento de Solução sobre Pobreza e Desigualdade, Sebastián Galiani, declarou ter escolhido o desenvolvimento na primeira infância como uma das maiores prioridades porque “Esses projetos destinam-se a melhorar o desenvolvimento físico, intelectual e social de crianças no começo de sua vida, em geral entre o nascimento e os seis anos de idade. Há um amplo leque de intervenções nessa categoria. Sabemos que as mais eficazes dessas intervenções estão focalizadas em crianças



menores e desfavorecidas e são de maior duração, maior qualidade e maior intensidade. Além disso, combinam-se com apoio familiar, saúde, nutrição e sistemas e serviços educacionais. Uma intervenção que estudamos em detalhe foi a educação pré-escolar, que mostrou notável relação custo-benefício.”

Miguel Braun, autor do documento de solução sobre política fiscal, comentou que “a educação e a saúde, em geral, e o desenvolvimento na primeira infância, em particular, são fundamentais para garantir justiça social, igualdade de oportunidades e redução da pobreza. Fico feliz por essa questão ter sido escolhida pelo grupo de especialistas, acompanhada pela necessidade de pôr em

prática normas fiscais criteriosas e aplicáveis, capazes de contribuir para a gestão fiscal prudente, pedra angular de qualquer política fiscal séria.”

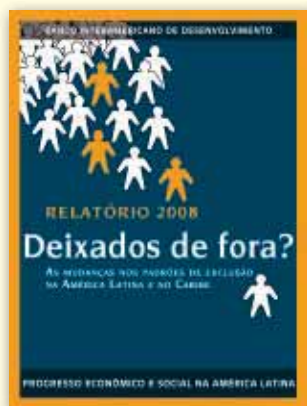
As dez propostas escolhidas pelos **economistas**

- 1** Desenvolvimento na primeira infância
- 2** Regras fiscais
- 3** Maior investimento em infraestrutura, inclusive manutenção
- 4** Criação de um órgão para avaliação de políticas e programas
- 5** Transferências condicionadas em dinheiro
- 6** Seguro-saúde universal: pacote básico
- 7** Programas de nutrição para crianças em idade pré-escolar
- 8** Prevenção da criminalidade mediante projetos ambientais
- 9** Substituição de tributos sobre o emprego formal por outros
- 10** Políticas e serviços para reduzir os custos de transação comerciais

As dez propostas escolhidas pelos **universitários**

- 1** Programas de nutrição para crianças em idade pré-escolar
- 2** Programas de nutrição para crianças pobres
- 3** Transferências condicionadas em dinheiro para a educação
- 4** Maior acesso a serviços de saúde
- 5** Maior eficiência e equidade dos gastos públicos e impostos
- 6** Transferências condicionadas em dinheiro para combater a pobreza
- 7** Gasto eficiente de pelo menos 3 a 6% do PIB em infraestrutura
- 8** Elevação do nível de institucionalização dos partidos políticos e do sistema partidário
- 9** Melhor desempenho e redução da corrupção nas áreas da regulação, tributação e compras dos governos
- 10** Políticas e serviços para facilitar o comércio

BOXE 2 • DEIXADOS DE FORA? AS MUDANÇAS NOS PADRÕES DE EXCLUSÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



O Relatório de Progresso Econômico e Social 2008 trata das mudanças de padrões de exclusão social, um dos mais prementes problemas enfrentados pelas autoridades públicas na América Latina e no Caribe. Com efeito, grande parte do debate a respeito das políticas econômicas e sociais necessárias para a consecução de crescimento sustentável e

equitativo gira em torno de como superar a exclusão e obter maior inclusão social. O relatório, intitulado *Deixados de fora? As mudanças nos padrões de exclusão na América Latina e no Caribe*, demonstra que alcançar inclusão social exige não só corrigir injustiças passadas, com transferências de recursos e ação afirmativa, como também — e isso é o mais importante — mudar a maneira como as decisões são tomadas, os recursos são alocados e as políticas são executadas.

As principais mensagens do relatório são, em síntese, as seguintes:

A exclusão é um processo mutável e dinâmico que interage com as transformações sociais, culturais, econômicas e políticas da sociedade.

A exclusão não é consequência de políticas econômicas disfuncionais nem um fenômeno periférico que será eliminado pelo crescimento e pela modernização. As mudanças nos padrões da exclusão e da inclusão na região são parte das profundas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que a democratização, a estabilização econômica e a integração com a economia mundial trouxeram para as sociedades da América Latina e do Caribe.

A exclusão é um fenômeno de dimensões múltiplas e inter-relacionadas.

A privação material é um dos resultados evidentes da exclusão, altamente correlacionada com outros tipos de privação, como falta de acesso à justiça e à educação de alta qualidade, desengajamento da participação política e preocupações com segurança devido à criminalidade mais elevada. Cada um desses aspectos da privação interage com os outros (por exemplo, quando as oportunidades legítimas de emprego ou de estabelecimento de um negócio são muito escassas em áreas de alta criminalidade).

A exclusão reduz o capital social e o bem-estar de toda a população.

A confiança e a cooperação são reduzidas pela distância social. Quanto maior a distância social (medida por diferenças de renda ou instrução) dentro de um grupo, menos seus membros cooperam uns com os outros. Essa falta de cooperação diminui o bem-estar do grupo inteiro, e não apenas dos desfavorecidos.

Historicamente, os processos de inclusão têm sido impulsionados por uma liderança social e política ativa.

Iniciativas de inclusão — como o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos na década de 1960 ou a Nova Política Econômica da Malásia na década de 1980 — foram levadas a bom termo por meio da interação de uma sociedade civil ativa com suas organizações e uma liderança política receptiva. A inclusão não acontece “naturalmente”, como consequência de crescimento econômico ou modernização institucional. Requer uma liderança social e política decidida.

A inclusão não envolve apenas mudar resultados. É essencial mudar os processos que produzem e reproduzem os resultados excludentes.

As políticas inclusivas representam uma transformação significativa na forma como os recursos são distribuídos, como as instituições políticas são governadas e como se dá o acesso às oportunidades. A inclusão visa à igualdade de acesso e oportunidades para os excluídos, incorporando-os às estruturas sociais, políticas e institucionais que tomam as decisões referentes a acesso e oportunidades. Por isso, as políticas inclusivas não são meramente uma questão de criar novos ministérios ou conceber novos programas, mas requerem mudanças no modo como as decisões sociais, econômicas e políticas são tomadas.

Políticas públicas inclusivas envolvem mais que mudanças na proteção aos direitos dos grupos excluídos.

São necessárias mudanças normativas para proteger e promover os direitos dos grupos excluídos. É preciso, porém, que o modelo institucional supere a discriminação e a estigmatização arraigadas que surgiram e persistem como resultado de práticas passadas das próprias instituições. Para que as mudanças normativas sejam eficazes, as instituições precisam modificar o modo como operam, contratam funcionários e aplicam leis e regulações. Isso, por sua vez, materializa-se em mudanças na implementação de programas e políticas, o que deve produzir mais resultados inclusivos, que realimentem o processo, fortalecendo a posição dos grupos excluídos para induzir transformações nos âmbitos normativo, institucional e de políticas.

Principais Áreas de Atuação



Argentina • As instalações do Porto de Quequén foram reformadas, reduzindo custos e elevando a eficiência e segurança do porto, além de proteger o ambiente.



Principais Áreas de Atuação



REDUÇÃO DA POBREZA E EQÜIDADE SOCIAL

Em 2007 o BID aprovou dez empréstimos, 29 operações de cooperação técnica não reembolsáveis para países e seis outras operações não reembolsáveis para projetos especiais em setores sociais, no total de cerca de US\$1,2 bilhão. Oito dos empréstimos aprovados destinaram-se às áreas de proteção social ou saúde, e os outros dois, à de educação. Entre as operações aprovadas, 32, totalizando mais de US\$2,7 bilhões, foram classificadas como investimentos de combate à pobreza ou fomentadores de equidade social. Além de sua dimensão, a carteira do setor social reflete o empenho do Banco em buscar fórmulas inovadoras em suas operações que possam ser ajustadas a necessidades e complexidades específicas sem sacrifício de uma rigorosa preparação técnica.

Três das operações aprovadas ilustram essa busca de inovação com flexibilidade e rigor: (a) um empréstimo para desenvolvimento social por meio da música na Venezuela, (b) um empréstimo para fortalecer a estratégia de serviços de saúde primários na Argentina e (c) uma operação não reembolsável para desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do baixo Urubamba, no Peru.

Na Venezuela, o BID está financiando a expansão do sistema de orquestras juvenis para 500.000 crianças em todo o país, até o ano de 2015. Dois terços dos beneficiários do programa são pobres. Mediante uma inovadora educação musical, o programa aprimora o desempenho escolar dos participantes, acelera seu desenvolvimento psicológico e social e reduz a delinquência juvenil. Nas comunidades participantes, as taxas de criminalidade caíram, e o governo constatou uma queda de prejuízos nos investimentos sociais devido a menores taxas de evasão no sistema público de ensino.

Na Argentina, o programa orientado pelo BID visou a fortalecer sistemas para gestão eficiente de serviços sociais, gravemente afetados pela crise de 2001. Especi-

ficamente, o programa cria incentivos na forma de desembolsos, baseados em resultados, para melhorar os serviços de saúde primários. Esses esquemas inovadores serão baseados num sistema de acompanhamento e avaliação que proporcionará informações diretas sobre os resultados obtidos pelo paciente. As informações melhorarão a coordenação entre os órgãos de diferentes níveis de governo (federal, provincial e municipal) e os executores (autoridades e prestadores de serviços de saúde) e garantirão decisões melhores e mais rápidas.

No Peru, o BID está executando um projeto de caráter participativo para ampliar o acesso a serviços básicos e impulsionar o desenvolvimento local, mediante a melhoria da capacidade do governo para realizar investimentos produtivos. O projeto está voltado principalmente para grupos indígenas na bacia hidrográfica do baixo Urubamba.

Esses projetos ilustram o compromisso do Banco com o rigor técnico na preparação de seus projetos. Ao formular as operações, o Banco realizou estudos de custo-benefício e rentabilidade, criou as bases para ambiciosos sistemas de acompanhamento e avaliação (compilando dados de referência antes da execução do projeto) e obteve insumos decisivos junto a potenciais beneficiários do programa.

Na área de saúde, o Banco aprovou dois empréstimos para fortalecimento e aperfeiçoamento de redes de saúde na Nicarágua e na Guatemala, no valor de US\$20 milhões e US\$50 milhões, respectivamente. Prevê-se que esses projetos melhorarão a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde para os pobres nos dois países.

Esses programas são exemplos do valor que o BID agrega ao desenvolvimento social na região. Concretamente, eles introduziram mecanismos para aumentar a eficiência, como sistemas de tomada de decisões baseados em resultados e de pagamentos com base no desempenho. Ao mesmo tempo, as operações financiam tanto a expansão de serviços universais — com salvaguardas



Da esquerda para a direita: **Guatemala** • Colheita do milho numa comunidade de baixa renda, com ajuda de obras de infra-estrutura básica.

El Salvador • Um operário faz moldes industriais numa cooperativa de uma comunidade de baixa renda.

Venezuela • O Conjunto de Metais da Escola de Montalbán dá oportunidades a crianças de baixa renda.

para não-exclusão — quanto intervenções focalizadas (ver também o Boxe 3, sobre Equidade e Sustentabilidade Fiscal em Cidades Latino-Americanas).

Através de seu Programa de Empresariado Social (PES), o Banco promove equidade social e desenvolvimento econômico para pobres e excluídos, mediante o apoio a instituições privadas, como organizações não governamentais e empresas, com projetos inovadores e de alto impacto que oferecem serviços sustentáveis de caráter financeiro, social e de desenvolvimento comunitário. Em 2007, o PES aprovou nove operações, no total de US\$4,7 milhões. Na Bolívia, por exemplo, um programa aumentará a produtividade, as vendas e as rendas de mais de 700 microempresas na região do Altiplano, ligadas à produção de quinoa, à criação de alpacas e ao turismo, através de pequenos empréstimos, assistência técnica e maior acesso a marketing.

Em 2007, o Banco realizou também pesquisas destinadas a um melhor embasamento de políticas sociais. Em colaboração com o Banco Mundial, preparou e publicou uma avaliação da pobreza para a República Dominicana, intitulada *The Dominican Republic: Achieving More Pro-Poor Growth*. O BID colaborou também com o governo do Equador numa série de estudos sobre focalização na pobreza, mercados de trabalho, avaliação de impacto e vulnerabilidade, a serem usados como base para um perfil da pobreza.

O BID preparou também a primeira parte de um Plano de Ação Operacional para a Juventude, que incluiu um estudo sobre o Equador, a Colômbia e o Peru. O plano visa a melhorar a formulação e a execução de programas e componentes para a juventude que tenham forte impacto, sejam integrados e possam ser expandidos. Para cada país foram preparados três memorandos técnicos, juntamente com uma estratégia de intervenção e recomendações gerais para aprimorar o trabalho do Banco com os jovens.

Além disso, o Banco realizou três reuniões sub-regionais e uma reunião hemisférica do Diálogo Regional de Políticas sobre Redução da Pobreza e Proteção Social, para incrementar o diálogo entre os países da região. Nesses encontros foram debatidas questões como a transição dos beneficiários de programas sociais para o mercado de trabalho, os passos seguintes na criação de sistemas abrangentes de proteção social e o acesso dos pobres a serviços financeiros.

CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos últimos anos, de modo geral os países da América Latina e do Caribe registraram seus maiores índices de crescimento em um quarto de século, mas a região continua a enfrentar o desafio de alcançar maior competi-

BOXE 3 • EQUIDADE E SUSTENTABILIDADE FISCAL EM CIDADES LATINO-AMERICANAS

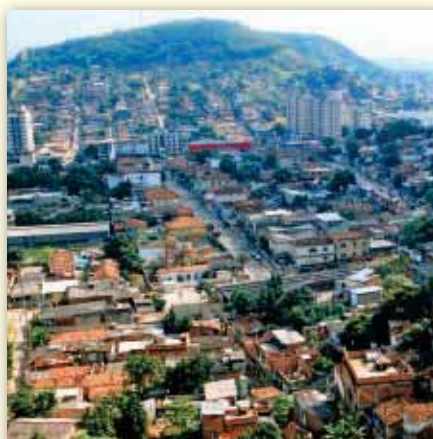
A América Latina e o Caribe apresentam um dos maiores índices de urbanização do mundo. Hoje, 75% da população da região vivem em cidades, e espera-se que esse percentual aumente para quase 80% da população estimada até 2020 — 600 milhões. Esse crescimento provocou problemas sérios. A pobreza na região tornou-se um fenômeno predominantemente urbano, exigindo enfoques inovadores e investimentos focalizados para proporcionar infraestrutura básica e serviços sociais aos mais necessitados moradores das cidades.

O BID tem-se envolvido ativamente no desenvolvimento urbano, concentrando-se em ajudar as prefeituras a responder às crescentes demandas geradas pelo crescimento urbano. O Banco trabalha ativamente com os governos centrais e municipais para promover o bem-estar da população urbana, melhorar as condições de vida de grupos de baixa renda e aumentar a competitividade das cidades.

Uma área fundamental da atividade do Banco consiste em apoiar uma abordagem integrada da redução da pobreza urbana, proporcionando um conjunto básico de infraestrutura e serviços sociais aos bairros com os níveis mais altos de pobreza. O objetivo é alcançar, de maneira sustentável, um padrão de vida urbano mais elevado nessas comunidades e obter o máximo efeito com os investimentos sociais.

Nesse sentido, um exemplo digno de menção é o Programa Habitat, do México. Essa importante iniciativa nacional, apoiada por um financiamento do BID no montante de US\$500 milhões, contribui para que as prefeituras

prestem serviços sociais e urbanos vitais aos bairros mais pobres do país. Já em sua segunda fase, o Programa Habitat cobre mais de 700 cidades em todo o país, concentrando-se em áreas em que mais de 50% dos residentes vivem abaixo da linha de pobreza. O programa tornou-se um importante componente do programa governamental de redução da pobreza.



Outro programa inovador é o PROCIDADES, no Brasil, apoiado por um mecanismo creditício do BID de 800 milhões que financia projetos de desenvolvimento urbano nos maiores municípios brasileiros. Os projetos canalizam investimentos urbanos em áreas como transporte público, melhoria de favelas, revitalização dos centros históricos e fortalecimento institucional dos governos municipais. O BID criou relacionamentos diretos com prefeituras e até esta data recebeu 30 solicitações formais de financiamento, provenientes de mais de 15 esta-

dos. Os três primeiros projetos foram aprovados em 2007 e prevê-se que ao menos seis sejam aprovados em 2008.

Para sustentar essas iniciativas, é preciso aperfeiçoar a gestão fiscal por parte dos governos municipais e estaduais. Um recente estudo do BID mostra que os governos da região passaram a dar atenção à capacidade de seus sistemas tributários para gerar a necessária receita e à capacidade de suas administrações fiscais para gerir os tributos nacionais com equidade e eficiência. Isso é importante para atender às futuras necessidades de financiamentos urbanos, o que normalmente é feito mediante a transferência de recursos por parte das autoridades centrais.

tividade na economia global. O crescimento na região varia amplamente de país para país e é mais lento que em outros mercados emergentes. Além disso, o crescimento da região decorre, em grande parte, de condições externas extremamente favoráveis, que poderão mudar.

Segundo o *Global Competitiveness Report* de 2007, que a cada ano mede a competitividade em 131 países de todo o mundo, há grandes disparidades entre os países da América Latina e do Caribe. No topo da lista, como o país mais competitivo da região, estava o Chile, que se situava em 26º lugar no mundo, seguido por Barbados

(50º), México (52º), Panamá (59º) e Costa Rica (63º). Os demais países latino-americanos e do Caribe estavam abaixo da média mundial. O Paraguai, a Nicarágua e a Bolívia ocupavam as mais baixas colocações na região.

Entre 22 países da região, dez melhoraram sua classificação, 11 pioraram e um não apresentou variação. Honduras foi o país que mais melhorou, avançando 13 posições. A Guatemala avançou dez; a Costa Rica, nove; e o Uruguai, oito. Na outra extremidade da escala, El Salvador, Argentina e Jamaica caíram dez, nove e sete posições, respectivamente.

Desde 2003, o Banco Mundial publica anualmente o informe *Doing Business*, que classifica normas empresariais e seu cumprimento em 178 países. Na edição mais recente, Cingapura, Nova Zelândia, Estados Unidos, Hong Kong e Dinamarca ocupavam o topo da lista — apresentavam o mais favorável clima de negócios. Dos 24 países da América Latina e do Caribe incluídos no informe, o Chile era o primeiro, no 33º lugar geral, embora tivesse caído cinco posições. Oito países melhoraram sua classificação, com destaque para a Colômbia, que saltou 17 posições, passando do 83º para o 66º lugar. O Paraguai, República Dominicana e Trinidad e Tobago avançaram sete posições. A classificação dos dez outros países piorou (ver Quadro II).

Segundo o informe, a Colômbia foi um dos dez países do mundo que mais realizaram reformas para simplificar a atividade comercial. Entre tais medidas estavam o aumento da transparência das informações públicas divulgadas por companhias cujas ações são negociadas na bolsa de valores ou que planejam abrir seu capital, a simplificação do pagamento de impostos e a melhoria dos sistemas portuários e aduaneiros para agilizar os negócios internacionais.

Para enfrentar o desafio de maior crescimento por meio de incremento da competitividade, o BID, juntamente com o Centro para Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard e vários centros de pesquisas na América Latina e no Caribe, está levando a cabo um amplo projeto de pesquisa para determinar os fatores que impedem que a região tenha taxas de crescimento maiores e mais sustentáveis. O projeto compreende estudos sobre crescimento em 14 países da região: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, México e Trinidad e Tobago.

Esses estudos visam a identificar o obstáculo ao crescimento cuja eliminação teria o maior efeito. Estão sendo realizados também estudos de caso sobre exportações bem-sucedidas por parte da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Uruguai. A pesquisa está ajudando a definir e formular políticas que melhorem a competitividade.

As operações do BID continuam a incluir um número considerável de empréstimos e programas não reembolsáveis para melhorar o clima de negócios, reduzir os custos das transações, melhorar o acesso do setor privado a financiamentos (principalmente para pequenas e microempresas), fortalecer as instituições e criar mecanismos para o diálogo entre o setor público e o privado (ver Boxe 4).

QUADRO II • CLASSIFICAÇÃO DE COMPETITIVIDADE

País	Projeto "Doing Business", 2006	Projeto "Doing Business", 2007	2007 – 2006
Chile	28	33	-5
México	41	44	-3
Peru	56	58	-2
Belize	57	59	-2
Jamaica	63	63	0
Panamá	64	65	-1
Colômbia	83	66	17
Trinidad e Tobago	74	67	7
El Salvador	72	69	3
Nicarágua	87	93	-6
Uruguai	89	98	-9
República Dominicana	106	99	7
Paraguai	110	103	7
Guiana	98	104	-6
Argentina	101	109	-8
Guatemala	115	114	1
Costa Rica	117	115	2
Honduras	126	121	5
Brasil	113	122	-9
Equador	124	128	-4
Bolívia	136	140	-4
Suriname	138	142	-4
Haiti	142	148	-6
Venezuela	163	172	-9

Fonte: Banco Mundial, 2006, 2007

OPORTUNIDADES PARA A MAIORIA

A iniciativa Oportunidades para a Maioria, aprovada pela Diretoria Executiva em junho de 2007, representa uma nova abordagem da missão do Banco de promover o desenvolvimento econômico e social mediante o envolvimento de comunidades de baixa renda e do setor privado na criação de empregos, no desenvolvimento e no fornecimento de produtos e serviços de qualidade e na tomada de medidas destinadas a inserir a maioria dos cidadãos no circuito econômico do setor produtivo, de modo a serem beneficiados por ele e contribuir para o crescimento. O Setor de Oportunidades para a Maioria foi criado em julho de 2007 para coordenar as atividades do Grupo do BID na iniciativa.

O desenvolvimento de uma série de projetos, dentro da iniciativa, avançou bem durante o ano e incluiu novos modelos de negócios capazes de alavancar o impacto das atividades do Banco. Conferências regionais

BOXE 4 • PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA COMPETITIVIDADE NO CARIBE

A crescente competição para encontrar e explorar mercados, a necessidade de investimento, o cambiante panorama internacional e a meta de plena concretização de uma Economia de Mercado Único no Caribe tem levado os governos caribenhos a promover ativamente o desenvolvimento do setor privado. As autoridades estão assumindo, cada vez mais, uma postura participativa, formando parcerias público-privadas que contribuam para o cumprimento das agendas nacionais de competitividade, como fizeram países muito diferentes entre si,

como a Colômbia, Irlanda, Maurício e Cingapura.

Na Guiana, o BID intermediou um diálogo entre o setor público e o privado que gerou uma estratégia de competitividade. Isso, por sua vez, levou a um avanço no funcionamento dos recém-criados tribunais comerciais. Racionalizaram-se outros procedimentos que envolvem a comunidade empresarial. O registro de firmas foi aperfeiçoado e elaborou-se o quadro jurídico de uma agência de crédito,

tudo com apoio do Programa de Competitividade do BID. A parceria representa o mais importante diálogo público-privado em anos e contribuiu bastante para melhorar a política pública de competitividade.

Na Jamaica, o BID apóia um pequeno Fórum para Crescimento, uma iniciativa público-privada de alto nível que incluirá representantes do governo, do setor privado, da oposição política, de trabalhadores e da sociedade civil. Prevê-se que o Fórum irá definir prioridades, guiar o processo de reforma e garantir a coerência de todas as atividades de reforma. Além disso, o Programa de Reforço da Competitividade, uma iniciativa do Banco, está apoiando reformas nas áreas de tributação, titulação de terras e supervisão de agências de crédito na Jamaica.

Em Barbados, o Banco contribuiu para o diálogo tripartite sobre questões de ambiente de negócios e proporcionou apoio técnico na área de gestão de cadeia de fornecedores, logística e facilitação do comércio. Um apoio semelhante está sendo prestado nas Bahamas, em Trinidad e Tobago, e no Suriname.



confirmaram que empresas, organizações não governamentais e acadêmicos aplaudem o novo papel do Banco. Está em elaboração um inovador sistema de avaliação de projetos passível de aplicação também a outros projetos do BID. Já foram colhidas informações e dados valiosos sobre mercados majoritários, que serão amplamente divulgados dentro e fora do Banco.

Foram identificadas partes interessadas do setor privado dispostas a trabalhar com mercados majoritários, além de organizações com as quais o Banco poderá se associar. Por meio de uma parceria com a *Stichting Nederlandse Vrijwilligers* (SNV), uma organização holandesa de desenvolvimento, o BID está mapeando centenas de empresas do setor privado voltadas para mercados majoritários. O Banco está também criando modelos inovadores de negócios em associação com o World Resources Institute, um centro de estudos ambientais dedicado a buscar meios práticos de proteger o planeta e melhorar os padrões de vida das pessoas.

Os projetos incluídos na iniciativa Oportunidades para a Maioria destinam-se a promover soluções do setor privado para desafios ao desenvolvimento que possam ser expandidas e aplicadas em muitas áreas. Por exemplo, um dos primeiros projetos aprovados em 2007 no âmbito da iniciativa foi uma operação não reembolsável no valor de US\$1 milhão, realizada pelo Fundo Multilateral de Investimentos, para expansão de um inovador modelo de microfinanças no México através da FinComum, instituição de microfinanças local. O projeto proporcionará microcrédito a membros de uma rede nacional de distribuição formada por mais de 450.000 pequenos lojistas. A operação do Fumin ajudará a FinComun a atender maior número de lojistas, oferecendo-lhes novos produtos e serviços, como empréstimos para modernizar suas lojas ou melhorar suas residências e sua cobertura médica, educacional e de seguros. A operação também capacitará lojistas a atuar como agentes da FinComum, permitindo-lhes vender apólices de seguros, receber pagamentos de pequenos empréstimos e proporcionar informações a possíveis clientes de microfinanças.

MEIO AMBIENTE

O Banco apóia a sustentabilidade ambiental mediante a rigorosa aplicação de suas políticas e procedimentos de salvaguarda, além de uma ampla gama de atividades financeiras e não financeiras transversais, como empréstimos para investimentos, assistência técnica,

investimentos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente e avaliações estratégicas em nível de país.

Em 2007 o Banco aprovou um total de 20 empréstimos ambientais, investindo US\$1,1 bilhão em projetos apoiados também por US\$335 milhões em financiamentos de contrapartida. Nada menos que 84% do financiamento destinaram-se às áreas de água potável e saneamento (ver Boxe 5, sobre a Iniciativa da Água Potável). O restante incluiu um investimento de US\$40 milhões, suplementado por US\$10 milhões em financiamento de contrapartida, para produção limpa e gestão ambiental na Argentina (ver Boxe 6) e um investimento de US\$40 milhões, gerando US\$80 milhões em financiamento de contrapartida, para um projeto de bioenergia no estado de São Paulo, Brasil, que representou o primeiro financiamento do BID para o setor privado nessa área (ver Boxe 7, sobre a Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática e Biocombustíveis).

Além disso, foram aprovadas 81 operações de cooperação técnica não reembolsáveis, no total de US\$32,4 milhões, apoiados por US\$10,4 milhões em financiamentos de contrapartida, para projetos ambientais em áreas como gestão de riscos de desastres (ver Boxe 8), gestão integrada de recursos naturais, desenvolvimento rural e agricultura sustentável.

Além de investir em projetos ambientais específicos, o BID continuou a financiar componentes ambientais em programas de crédito em energia, rodovias e desenvolvimento industrial. Todos os empréstimos do Banco estão sujeitos a revisões ambientais e sociais, e 397 dessas revisões foram feitas para operações do BID em 2007.

Como parte da análise setorial realizada para a preparação das estratégias de países do Banco, foram feitas avaliações ambientais para o Brasil, Nicarágua e Paraguai, identificando setores e questões de máxima prioridade para esses países. A avaliação do Paraguai, por exemplo, mostrou problemas e oportunidades na agricultura e no uso da terra em áreas geográficas específicas. No caso da Nicarágua, deu-se ênfase a relações entre o desempenho ambiental e o acesso a mercados externos. O processo de avaliação ambiental contribuiu para o diálogo intersetorial sobre políticas, envolvendo órgãos públicos, representantes do setor privado e ONGs.



Através de sua Iniciativa de Sustentabilidade, em 2007 o BID realizou atividades em áreas básicas a fim de melhorar a gestão dos riscos e oportunidades ambientais associados a suas operações. Tais atividades compreenderam a definição de uma estratégia de treinamento em salvaguardas e a produção de materiais didáticos, a elaboração do *Environment and Indigenous Safeguards Handbook* (Manual de salvaguardas ambientais e indígenas) para aplicação das políticas, a preparação do projeto de um banco de dados com informações sobre as salvaguardas, a produção de materiais sobre melhores práticas destinados ao setor privado, para incorporação da sustentabilidade em grandes projetos de infra-estrutura, e a definição de diretrizes relativas à saúde e segurança ocupacionais.

O Banco continuou também a consultar o Painel Fita Azul sobre Meio Ambiente e partes interessadas da sociedade civil a fim de garantir transparência e envolvi-

BOXE 5 • INICIATIVA DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no que se refere à água e saneamento, a região da América Latina e do Caribe terá de fornecer serviços adequados de água a cerca de 85 milhões de pessoas e de saneamento a outros 110 milhões. O cumprimento dessas metas exigirá da região, até 2015, investimentos estimados em US\$30 bilhões. Há também necessidade urgente de melhorar a continuidade e a qualidade do abastecimento de água — principalmente para os pobres — e, ao mesmo tempo, proteger e despoluir as fontes de água. Além disso, a região deve fortalecer as instituições e os quadros jurídicos no setor de água e saneamento, a fim de estimular o surgimento de prestadores de serviços eficientes e transparentes.

Para ajudar a região a alcançar esses objetivos, em 2007 a Diretoria Executiva do BID aprovou a Iniciativa da Água Potável e Saneamento, que fixou metas ambiciosas para o período 2007-2011. Primeiro, o Banco proporcionará financiamento para 100 cidades de porte médio — com população em torno de 50.000 habitantes — que desejem ampliar a cobertura e a qualidade de seus sistemas de água e saneamento. Segundo, o Banco oferecerá empréstimos ou assistência técnica a pelo menos 3.000 comunidades rurais, colaborando com prefeituras e outras organizações voltadas para o abastecimento de água e saneamento. Terceiro, o BID financiará a gestão de bacias hidrográficas prioritárias em pelo menos 20 micro-bacias hidrográficas e tratamento de água em muitos desses projetos urbanos e rurais. Por fim, o Banco promoverá o surgimento de prestadores de serviços eficientes e transparentes, mediante o financiamento de capacitação em gestão, apoio técnico e fortalecimento institucional.

Em 2007 o Banco começou a preparar planos de negócios para o setor de água e saneamento de 12 de seus países membros mutuários e completará outros 14 em 2008. Esses planos exporão a visão do BID para o setor e proporão um guia adaptado às necessidades de cada país. O Banco está também preparando dois novos instrumentos financeiros como parte da iniciativa. O primeiro é um

fundo voltado para cooperação técnica e operações não reembolsáveis de preparação de projetos. Aos recursos do BID corresponderão contribuições especiais de outros doadores. O segundo instrumento é um fundo de desembolso rápido que proporcionará empréstimos a prestadores de serviços quer cumpram certos parâmetros de eficiência e transparência.

Visando a um impacto máximo, o BID alavancará parcerias com doadores e organizações ativas no setor de água e saneamento. Trabalhando com o Grupo Assessor sobre Água e Saneamento da

Secretaria Geral das Nações Unidas, por exemplo, o BID ajudará a organizar programas de Parceria com Operadores de Água que juntarão bem-sucedidas empresas públicas de água e pequenos prestadores de serviços, a fim de transferir qualificações gerenciais.

Em 2007, o BID aprovou cerca de US\$700 milhões em empréstimos que contribuirão para o cumprimento das metas da Iniciativa da Água Potável e Saneamento. Entre eles estão três pro-

jetos no Peru: US\$200 milhões para reforma dos recursos hídricos, US\$100 milhões para reforma de saneamento e US\$50 milhões para o programa “Água para Todos”. Na Argentina, um empréstimo de US\$120 milhões melhorará a qualidade do serviço de água e ampliará o acesso à água e saneamento em pequenas comunidades, e um empréstimo de US\$60 milhões aperfeiçoará a gestão de detritos sólidos em municípios com altos níveis de turismo.

Na Bolívia, um empréstimo de US\$21 milhões ampliará a cobertura do serviço sustentável de água potável e eliminação de águas servidas para 200.000 novos clientes que vivem em cerca de 500 comunidades rurais. No Brasil, um empréstimo de US\$32 milhões para um programa de revitalização ambiental contribuirá para solucionar problemas de poluição e cheias em Joinville. E no Chile o BID aprovou US\$100 milhões para financiar a construção de 9.000 novas ligações de água potável e 45.300 novas ligações de esgoto em domicílios rurais de áreas remotas.



mento participativo quanto a questões de sustentabilidade institucional e técnica. Isso incluiu uma reunião de partes interessadas nos investimentos do Banco nos pro-

jetos Camisea, de gás natural *in natura* e liquefeito, no Peru, e uma sessão exploratória sobre meios de evitar o desmatamento.

O compromisso do BID com a sustentabilidade ambiental e social inclui um programa para reduzir ao mínimo o impacto ambiental dos escritórios e das operações correntes do próprio Banco. Em 2007, o Banco avançou na mensuração de seus perfis de consumo e geração de lixo, pré-requisito para fixar e cumprir metas que levem à melhora desses perfis. Uma força-tarefa interdepartamental (*Greening the Bank Task Force*) define medidas para reduzir as marcas ambientais do BID.

Em sua Reunião Anual, realizada na Guatemala em março de 2007, o BID anunciou a expansão da iniciativa para tornar sua sede, em Washington, D.C., neutra em emissões de carbono. Em 2008 a iniciativa será estendida às 26 Representações do BID e a seus escritórios em Paris e Tóquio. Como parte dessa iniciativa, o BID começou a obter Certificados Renováveis de Energia (sigla em inglês, REC) para 100% do fornecimento de energia à sua sede e formou uma parceria com um importante corretor de carbono para comprar Reduções Verificadas de Emissões, a fim de compensar suas emissões, como as originadas por viagens a trabalho e pela Reunião Anual do Banco. No fim de 2007, o BID tornou público seu compromisso de calcular, reduzir e compensar suas marcas de carbono, associando-se à Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos para tornar-se parceiro das organizações Climate Leader, Green Power e Energy Star.

DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO

O BID apóia o desenvolvimento do setor privado na América Latina e no Caribe por meio de três guichês: o Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo, a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). O Escritório do Vice-Presidente do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana supervisiona os três guichês, juntamente com o Setor de Oportunidades para a Maioria. O Escritório também elabora o Plano de Negócios Integrado do Setor Privado, bem como os planos de negócios para cada um dos três guichês mencionados.

Em 2007, o BID aprovou 17 transações sem garantia soberana, sendo 13 empréstimos e quatro garantias, no total de US\$2,1 bilhões. Nove dos 13 empréstimos tiveram componentes “B”, que atraíram US\$2,1 bilhões em financiamentos adicionais de outras instituições financeiras e resultaram num coeficiente de mobilização de 1:6, que expressa o volume total de empréstimos “B” em relação ao total de empréstimos “A” do Capital Ordinário



Colômbia • A hidrelétrica de Guavio expandiu em 1.000 MW a capacidade instalada.

do Banco. O valor médio dos empréstimos foi de US\$97 milhões, e o das garantias, de US\$225 milhões.

Incluindo as operações no âmbito do Programa de Facilitação de Financiamento ao Comércio Exterior — através do qual o BID concede garantias para cobertura de cartas de crédito, notas promissórias e outros instrumentos utilizados no financiamento de transações comerciais internacionais —, o BID aprovou em 2007 operações de desenvolvimento do setor privado em 14 países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai.

Entre as transações pioneiras em 2007, destaca-se um empréstimo “A” de US\$400 milhões, à Peru LNG, a primeira unidade de exportação de gás natural liquefeito da América do Sul. O projeto, que representa um passo importante nos esforços peruanos para desenvolver

BOXE 6 • PROMOÇÃO DE PRODUÇÃO LIMPA

Um programa financiado pelo BID está promovendo gestão ambiental para produção sustentável na Argentina. Aprovado em março de 2007, o programa baseia-se numa estratégia para crescimento sustentável da produção. Suas finalidades principais são promover a adoção de procedimentos de produção limpa por pequenas e médias empresas (PMEs), como estratégia de gestão ambiental, e fomentar medidas de proteção ambiental na mineração, um dos setores que mais crescem no país.

Para ambas as atividades, o programa proporciona três tipos de apoio: (a) assistência técnica para PMEs no setor de mineração, a fim de melhorar a eficiência de seus processos de produção e de desempenho ambiental; (b) capacitação para instituições nacionais e provinciais, a fim de incentivar a adoção de instrumentos para gestão ambiental e prevenção de poluição; e (c) criação de instrumentos específicos para consolidar um quadro para a prevenção e correção de externalidades ambientais e sociais relacionadas com o setor produtivo.

Na promoção de produção limpa, o programa se baseia na experiência adquirida pelo Departamento do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Argentina com projetos pilotos executados com autoridades ambientais e grupos de PMEs. Expande o âmbito das operações ambientais do Banco ao apoiar uma política nacional e sua estratégia com diretrizes gerais de ação no nível provincial. O programa ajuda também o governo a pôr em prática eficazmente as diretrizes, como meio de alinhar as atividades de produção com as atuais leis e regulamentos

ambientais nas províncias e criar condições institucionais, técnicas e econômicas para que as PMEs — sobretudo as que atuam no setor industrial — adotem procedimentos que reduzam seu impacto ambiental e ao mesmo tempo aumentem a eficiência produtiva.



Com base em experiências semelhantes em outros países, o programa apoiará a criação do Fundo de Produção Limpa e Competitividade Empresarial (FON-PLYCE), com dotação de US\$15 milhões, que financiará projetos de produção limpa para ajudar ao menos 800 PMEs a alcançar os objetivos ambientais. Prevê-se que o FONPLYCE gere projetos bem-sucedidos que possam ser reproduzidos em todo o país e estimulem outras empresas a adotar procedimentos de produção limpa como estratégia empresa-

rial e ambiental.

Para reforçar a gestão ambiental no setor de mineração, o programa fortalece o quadro institucional do Sistema Ambiental Preventivo para Mineração e melhora os procedimentos dos produtores mais vulneráveis no setor, principalmente mineradores de pequena escala. O programa apoiará também os esforços do Escritório de Mineração no sentido de criar um ambiente favorável a modernas práticas de mineração, propondo soluções específicas para corrigir problemas ambientais que ocorriam antes da promulgação da lei de proteção preventiva do meio ambiente para mineração e pondo em prática uma estratégia e procedimentos para solução e posterior acompanhamento do impacto ambiental adverso causado por atividades passadas.

seu setor energético, é o maior investimento direto estrangeiro já feito no país e servirá como catalisador para atrair grandes volumes de investimento adicional. Foi também digno de nota o primeiro empréstimo sem garantia soberana a uma instituição pública nacional, o *Instituto Costarricense de Electricidad*, na Costa Rica. O Banco aprovou também um empréstimo “A” de US\$40 milhões para um grande produtor brasileiro de etanol, a Usina Moema Açúcar e Álcool Ltda.

Corporação Interamericana de Investimentos

A CII é uma organização multilateral independente filiada ao BID que promove o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PMEs) como meio de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável. Em 2007, a CII registrou seu quinto ano consecutivo de lucros e um recorde de aprovações, desembolsos e lucros. Foram aprovados, no total, 62 projetos, no valor de US\$470

milhões, e os ativos da CII cresceram para US\$1,2 bilhão, mais do dobro de seus ativos em 2004, que ascendiam a US\$487 milhões.

A CII alcançou também a meta de canalizar maiores volumes de recursos para os países menores da região. Durante o ano, 47% do número de financiamentos aprovados e 32% do valor em dólares das operações aprovadas destinaram-se a países pequenos.

As inovações incluíram financiamento em moedas locais — soles peruanos, pesos argentinos e reais brasileiros; o FINPYME, um programa de avaliação de PMEs para torná-las mais competitivas e melhorar seu acesso a fontes de financiamento; e um empréstimo, com o BID, à empresa holding C. Kersten & Co. N.V., do Suriname.

Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin)

O Fumin utiliza operações de cooperação técnica não reembolsáveis a fim de promover um melhor ambiente de negócios e aumentar a capacidade do setor privado para alcançar crescimento sustentável e criar empregos. Oferece também investimentos para microfinanças e empréstimos e capital social para pequenas empresas. Em vista da composição das economias da América Latina e do Caribe, o Fumin continuou voltado para o setor de pequenas empresas, que proporciona maiores oportunidades de alavancagem. Em 2007, o fundo aprovou 116 operações não reembolsáveis, no total de US\$100 milhões, e 17 projetos de investimento, no total de US\$35 milhões, ou seja, um total combinado de 133 projetos e US\$135 milhões. Os desembolsos no ano ascenderam a US\$98 milhões.

Para intensificar seu impacto nos negócios com ampla base popular, o Fumin passou a delegar autoridade às Representações para aprovar pequenos projetos. Em 2007, os limites superiores impostos a esses “mini-Fumins” foram eliminados e todos os países mutuários do BID ganharam acesso a eles. Prevê-se que o programa crescerá bastante, para mais de 50 projetos anuais, e dará uma boa contribuição ao objetivo do Fumin de proporcionar oportunidades econômicas a esses setores da população que constituem a maioria e buscam atualmente superar as barreiras de baixa renda, isolamento e exclusão.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

O Banco vem apoiando ativamente os processos de integração intra-regional na América Latina e no Caribe com



vários projetos regionais e nacionais. Em 2007, aprovou dois empréstimos, no total de US\$21,6 milhões, e 14 operações não reembolsáveis, no total de US\$4,1 milhões, para projetos ligados à integração (ver Boxe 9).

O BID tem também desempenhado um papel central na iniciativa Aid for Trade, liderada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Juntamente com a OMC e o governo do Peru, o Banco realizou em setembro a primeira Reunião Regional de Revisão, intitulada “Mobilizando Ajuda para o Comércio: Foco na América Latina e no Caribe”, com a participação de ministros da Fazenda e do Comércio, representantes de doadores, instituições regionais e importantes agentes do setor privado. Em novembro, o Banco participou, em Genebra, da Revisão Global da Iniciativa “Aid for Trade”.

O mercado asiático, em rápido crescimento, também oferece novas oportunidades para produtores lati-

BOXE 7 • INICIATIVA DE ENERGIA SUSTENTÁVEL E MUDANÇA CLIMÁTICA E BIOCOMBUSTÍVEIS

Os países da América Latina e do Caribe enfrentam uma crescente demanda de energia numa época de aumentos de preços e de tensões quanto à segurança da oferta. Garantir fontes de energia confiáveis e a preço acessível é vital na agenda de desenvolvimento desses países. Além disso, o impacto de mudanças climáticas descontroladas ameaça o bem-estar econômico e social da região, aumentando sua vulnerabilidade a riscos como desastres naturais, problemas agrícolas e perda de biodiversidade.

A Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática (SECCI), aprovada em março de 2007, destina-se a enfrentar esses desafios. Ela amplia o desenvolvimento e o uso de fontes de energia renovável, promove tecnologias e práticas de eficiência energética e fortalece o financiamento de carbono. Além disso, fomenta e financia a adaptação de estratégias para fazer frente ao desafio da mudança climática e reduzir a vulnerabilidade climática da região.

O Banco organizou uma equipe para executar e organizar as atividades da SECCI e criou o Fundo SECCI do BID, de US\$20 milhões, e o Fundo SECCI Multidoadores, que recebeu uma contribuição inicial de US\$2 milhões do Reino Unido. Estão em curso negociações com vários outros doadores. Propostas de projetos, emanadas de unidades internas do Banco ou de entidades externas, públicas e privadas, para obtenção de recursos dos Fundos SECCI tramitarão rapidamente por meio da nova Unidade de Gestão de Operações Não Reembolsáveis e Co-Financiamento. Uma convocação de propostas para projetos que possam ser financiados com recursos da SECCI foi lançada no site do BID.

Os resultados das atividades da SECCI já são tangíveis e muito promissores. Em vários países, a equipe organizadora identificou projetos e programas que poderiam beneficiar-se de operações de cooperação técnica não reembolsáveis da iniciativa, sejam para projetos próprios ou para componentes de outros projetos. No México estão em curso várias atividades, entre elas o apoio à Estratégia

de Mudança Climática do país, com recursos empenhados para a elaboração do Relatório sobre Impactos Econômicos da Mudança Climática. A SECCI está apoiando ativamente o projeto de captação de gás e geração de eletricidade do aterro Bordo Poniente, na Cidade do México, que inclui um estudo de viabilidade para uma unidade de energia e reciclagem de lixo, no valor de muitos milhões de dólares, a ser executada com parcerias público-privadas, e está

financiando um estudo do potencial de financiamento de carbono em tratamento de águas servidas no vale do México.

No setor de energia renovável, a SECCI está apoiando iniciativas de eletrificação rural em Honduras, a elaboração de mapas nacionais de regimes de ventos na Costa Rica e serviços de assessoria para novas iniciativas de biocombustíveis, como o apoio à criação de um Escritório de Biocombustíveis no Ministério da Economia e Energia de El Salvador. A SECCI está apoiando também a criação de um programa de eficiência

energética para sistemas de bombeamento de água na Nicarágua, em El Salvador e na Colômbia, e, em colaboração com a Fundação Clinton, eficiência energética em edifícios públicos no México. Outras atividades importantes na agenda da SECCI são incorporar o financiamento de carbono a projetos de transporte público no Brasil e em eficiência energética em programas habitacionais no Chile.

O Banco está apoiando atividades regionais e nacionais em favor da produção e consumo de biocombustíveis. Tais atividades ajudarão a diversificar a matriz energética dos países participantes e diminuir a dependência de hidrocarbonetos. Exemplo da cooperação intra-regional do Banco é seu apoio à elaboração de planos de ação para desenvolvimento de biocombustíveis em coordenação com a Fundação Getúlio Vargas no Brasil. Alguns dos países que estão preparando esses planos de ação são El Salvador, República Dominicana e Haiti. Há planos para que o programa seja estendido à Guatemala e Honduras.





Trinidad e Tobago • Um médico examina um bebê na Couva District Health Facility, que integra o sistema descentralizado de serviços de saúde econômicos de qualidade.

no-americanos. Juntamente com a República da Coreia, o Banco organizou em setembro, em Seul, o Fórum Coreia-América Latina de Comércio e Investimento, destinado a promover o intercâmbio de comércio, investimento e tecnologia entre a Coreia e órgãos de promoção de exportações e investimentos e representantes de empresas da América Latina e do Caribe.

O Banco está proporcionando amplo apoio analítico para reduzir custos, fomentar exportações e induzir convergência e redes de produção entre os numerosos acordos comerciais da região. O Banco colaborou também com a OMC numa publicação conjunta, *Regional Rules in the Global Trading System*.

Na região andina, o Banco patrocinou um Diálogo Regional de Políticas sobre Comércio e Integração, focado nas negociações com a União Européia. Ajudou o Peru e a Colômbia na preparação de um guia de reformas institucionais para pôr em prática acordos de livre comércio com os Estados Unidos e executou projetos sobre regras de origem, serviços, investimento e acesso de pequenas e médias empresas ao mercado dos Estados Unidos. Foi concluída uma exposição sobre questões trabalhistas solicitada pelo governo colombiano.

Em 2007, o Banco aprovou uma nova estratégia de apoio à integração da Comunidade do Caribe (CA-

RICOM) no período 2007-2010. Em junho, o Banco co-patrocinou a conferência "Uma visão 20/20", sobre promoção do comércio e do turismo no Caribe, incentivo à competitividade e ao investimento e melhoria da equidade social e econômica. Ao evento, apoiado também pelo Banco Mundial e pela Organização dos Estados Americanos, compareceram numerosos chefes de Estado do Caribe, outras autoridades e líderes do setor privado.

Foram aprovados projetos de cooperação técnica não reembolsável para a América Central, destinados à integração de três bolsas de valores e à resolução de questões fiscais e tributárias da União Aduaneira. O Banco também apoiou a implementação do Acordo de Livre Comércio América Central-República Dominicana-Estados Unidos (DR-CAFTA) sobre propriedade intelectual, regras de origem e leis trabalhistas. Além disso, o Banco continuou a coordenar doadores nacionais e multilaterais no contexto do documento "A dimensão trabalhista do DR-CAFTA".

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) também avançou na livre circulação de mercadorias e na implementação do Fundo para Convergência Estrutural, que apoiará projetos destinados a reduzir as assimetrias entre os países do Mercosul. O Banco proporcionou apoio

BOXE 8 • GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

Como parte do Plano de Ação 2005-2008 para Melhorar a Gestão de Risco de Desastres, o Banco aprovou em 2007 uma nova Política de Gestão de Risco de Desastres e concluiu suas Diretrizes da Política. A política reforça o enfoque abrangente e proativo do Banco em relação à questão, com ênfase na assistência pré-desastre, e aumenta a eficácia do apoio a mutuários que solicitam crédito para gestão de riscos, para medidas preventivas como identificação e redução de riscos e para medidas pós-desastres. Em 2008, funcionários do Banco receberam capacitação para aplicação das Diretrizes da Política.

Para apoiar a programação e a gestão da carteira pelos países, estão sendo feitas avaliações de risco detalhadas para quatro países de alto risco (Guatemala, Jamaica, Nicarágua e Peru). Os estudos, que identificarão importantes setores e comunidades em situação de risco, destinam-se a apoiar os países e o Banco na alocação dos recursos necessários para uma efetiva gestão

de risco de desastres. O BID preparou também novas notas setoriais de gestão de risco de desastres para cinco países (Belize, Bolívia, Equador, Guatemala e Nicarágua) a fim de facilitar a elaboração de estratégias nacionais. Foram concluídos estudos de caso sobre informações disponíveis para gestão de risco de desastres para cinco países. A gestão de risco de desastres foi incorporada às estratégias para a Costa Rica e a Nicarágua.

O Banco modificou seu Mecanismo de Resposta Imediata para Emergências Causadas por Desastres Naturais e Inesperados de modo a refletir o alcance da nova Política de Gestão de Risco de Desastres. O BID continuou também a fortalecer seus instrumentos e iniciativas para financiamento de risco de desastres e para ajudar a melhorar a capacidade dos países para prevenção de desastres, mediante operações não reembolsáveis do Fundo de Prevenção de Desastres, de US\$10 milhões, e do Fundo Fiduciário Multidoadores de Prevenção de Desastres, de US\$8 milhões. Dois desses projetos foram aprovados em 2007: no Chile, uma operação não reembolsável de US\$1 milhão financiará a execução regional de um sistema de alerta rápido para todos os tipos de desastre no país, como terremotos, tsunamis, inundações e secas; e na Bolívia, uma operação não reembolsável de US\$937.000 fortalecerá a capacidade do país para prever o risco de terremotos.



técnico e financeiro a instituições regionais, como a Secretaria do Mercosul, a Comissão de Comércio e o Parlamento do Mercosul, uma nova instituição criada para ajudar a unificar a legislação nos países membros e promover maior cooperação.

MITIGAÇÃO DE RISCOS

Como parte de seu realinhamento organizacional, o Banco criou o Escritório de Gestão de Risco (RMG), subordinado diretamente ao Presidente e ao Vice-Presidente Executivo. Compete ao RMG avaliar os riscos creditícios, operacionais e de mercado. O RMG está também incumbido de fortalecer a capacidade do Banco para identificar, medir e gerenciar seus riscos creditícios na carteira de empréstimos sem garantia oficial e em suas atividades financeiras, que incluem derivativos. O RMG também gerencia a vulnerabilidade do Banco ao mercado e os riscos operacionais e creditícios da carteira de empréstimos soberanos.

O novo Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento (SPD) está definindo uma metodologia integrada para gestão de riscos ambientais, sociais e fiduciários e revisando iniciativas, produtos e estratégias que envolvam riscos.

Além disso, várias unidades do Banco são responsáveis por distintas atividades de mitigação de risco. A Auditoria Geral (AUG) concentra-se na gestão de risco corporativo, com ênfase em informações financeiras. O Escritório de Integridade Institucional (OII) dedica-se a promover um clima de integridade em todas as operações do Banco e nos países membros, através da detecção, investigação e prevenção de fraude e corrupção em atividades financiadas pelo Banco.

Outras unidades do Banco, como o Escritório de Aquisições para Operações, proporcionam assessoria técnica às equipes de projetos quanto a questões relacionadas com a capacidade nacional nas áreas de aquisições, gestão financeira, gerenciamento de carteiras de países com base em resultados e procedimentos de gestão de riscos. Além disso, a Unidade de Salvaguardas Ambientais (ESG) avalia e promove a mitigação de riscos ambientais e sociais nas operações do Banco para os setores público e privado, incorporando salvaguardas ambientais e sociais a projetos e proporcionando assessoria sobre mitigação de riscos ambientais e sociais.

Por fim, o Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) desempenha um papel duplo, avaliando a ativi-

dade geral do Banco e realizando estudos sobre questões temáticas, setoriais e ligadas a políticas e instrumentos em nível de país.

Governança corporativa

Durante o ano, a AUG continuou a colaborar com as unidades de supervisão do Banco no tocante a questões de governança. Nos departamentos operacionais e nas Representações, a AUG concentrou-se no realinhamento do Banco, realizando avaliações do ambiente de controle das Representações e identificando questões iniciais ligadas ao realinhamento, entre outras atividades. As auditorias das Representações cobriram também atividades de controle de alto risco que não sofreriam impactos significativos decorrentes do realinhamento.

Na sede, a AUG acompanhou a seleção, implementação, modernização e operação da infra-estrutura e dos aplicativos dos computadores e redes. A AUG supervisionou também a elaboração da Estratégia de Tecnologia de Informação e a implantação da nova estrutura de governança de tecnologia de informação. Além disso, como parte da adoção, pelo Banco, do modelo da Comissão de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO) — o quadro integrado de controle interno e o informe anual sobre a eficácia dos controles internos de relatórios financeiros —, a AUG testou controles e processos de negócios em todas as áreas do Banco. Além disso, realizou auditorias de vários sistemas e processos vitais, entre os quais os referentes à folha de pagamento, ao Plano de Aposentadoria do Pessoal, às operações sem garantias oficiais e ao Fundo Multilateral de Investimentos.

O OII continuou a atuar como ponto focal para questões relacionadas à integridade em atividades financiadas pelo Banco. No começo de 2007, o OII estava investigando 123 denúncias. Até 31 de dezembro de 2007, o Escritório havia recebido 212 novas consultas, que levaram a 136 investigações. Entre as denúncias recebidas, 84% referiam-se a fraude ou corrupção em atividades financiadas pelo Banco, e os 16% restantes a infrações de conduta pelo pessoal, envolvendo supostas violações do Código de Ética ou de outras normas do pessoal. Durante o período, o OII completou mais de 162 revisões e investigações.

Em 2007 o Escritório do Vice-Presidente de Finanças e Administração coordenou a preparação e a aprovação de um novo Código de Ética e de Conduta Profissional que consolidou o Código de Ética e a Política de Respeito no Trabalho num único código e fundiu o Comitê de



Paraguai • Plantadores de mandioca, como Rosana Sanamine, foram treinados em um programa para mulheres de baixa renda.

Ética e o Comitê de Revisão de Conduta num só comitê. Esse mecanismo simplificado, respaldado pela nomeação de um responsável por ética e a instituição de um escritório de ética, torna mais fácil para o pessoal do Banco denunciar casos de conduta imprópria e comportamento aético, além de facilitar e agilizar a resolução desses casos. O código revisto contém também melhores definições de conduta imprópria, principalmente com relação a assédio e violência doméstica e no local de trabalho, e fixa sanções específicas para transgressões.

Supervisão de projetos financiados pelo BID

A Unidade de Monitoramento da Carteira presta informações sobre o desempenho e a situação dos projetos na carteira do Banco, o que inclui a detecção precoce de projetos “problemáticos”, que provavelmente não cumprirão seus objetivos de desenvolvimento, bem como de projetos “em alerta”. Em 2007, a unidade lançou uma versão atualizada do Relatório de Monitoramento do

BOXE 9 • INCREMENTO DAS EXPORTAÇÕES ATRAVÉS DE SERVIÇOS POSTAIS NA AMÉRICA DO SUL

Com base num programa pioneiro no Brasil para promover exportações de pequenas empresas mediante procedimentos simplificados disponíveis em agências dos correios, o BID está ajudando outros países da América do Sul a aumentar suas exportações e apoiar pequenas empresas. A meta é usar a enorme rede de agências postais para atender a empresas com pequenos mercados locais.

Uma operação não reembolsável do Fumin, no montante de US\$1,6 milhão, foi aprovada em junho de 2007 para reproduzir este sistema simplificado de exportação pelo correio em outros quatro países latino-americanos, no âmbito da Iniciativa da Infra-Estrutura Regional na América do Sul (IIRSA). O programa ajudará a criar um sistema simplificado de exportação nos serviços postais públicos do Peru e do Uruguai, presentes em áreas pobres e remotas, e em dois outros países. O programa introduzirá novos procedimentos para permitir exportações simplificadas, em certas condições.

O programa brasileiro, denominado Exporta Fácil, é particularmente atraente para pequenas empresas situadas em localidades remotas, que não têm acesso a serviços comerciais de transporte, em geral instalados em cidades maiores, ou não podem pagá-los, e para as quais o anterior sistema de exportação era demasiado complicado, dispendioso ou difícil, exigindo a apresentação de múltiplos formulários em diferentes repartições. Com os procedimentos simplificados, estima-se que o Brasil exportou quase US\$200 milhões em 2007, o que representa um aumento de US\$40 milhões em relação às exportações de 1999, quando foi lançado o programa. Embora os volumes exportados pelo programa sejam uma fração diminuta das exportações totais, contribuem de modo significativo para o desenvolvimento de pequenas empresas, ao abrir mais oportunidades para que pequenos empresários tenham acesso a novos mercados.

O Exporta Fácil teve tanto sucesso que 12 países da IIRSA decidiram incluir o programa em sua lista de 31 projetos prioritários para integração regional de infra-estrutura. É um dos dois programas de âmbito regional. O Brasil está exercendo um papel de liderança, num exemplo de cooperação Sul-Sul, proporcionando assistência técnica e conhecimentos a outros países sul-americanos, sem custo e com apoio do Fumin.

Em países como o Peru, o projeto é visto também como uma contribuição ao processo de descentralização

em curso. Com os procedimentos simplificados, os empresários locais só precisam fazer uma visita à agência postal mais próxima e preencher um único formulário.

O serviço tem sido usado em vários setores no Brasil, e os mais ativos participantes são pequenos fabricantes de artigos acabados leves, como autopeças, setor importante em São Paulo, onde a indústria automotiva depende de muitos pequenos fornecedores. Outras exportações comuns de pequenas empresas são jóias, lingerie, cosméticos, porcelanas e até agasalhos para cães (aproveitando a oposição das estações). São estes os setores que o Peru e o Uruguai escolheram para seus serviços tipo Exporta Fácil, a ser postos em prática no âmbito do programa do Fumin.



No Brasil, o programa, auto-sustentável, criou empregos e gerou eficiência, organização, competitividade e inovação para pequenas e médias empresas. No Peru e no Uruguai, foi integrado às estratégias nacionais para incremento das exportações, principalmente aquelas com valor agregado, e prevê-se que terão efeito semelhante.

Quanto mais países sul-americanos utilizarem o mesmo sistema, mais fortes se tornarão os serviços postais em todos eles. Assim que implementarem seus programas Exporta Fácil, outros governos, além do Brasil, poderão oferecer assistência técnica aos demais países da América Latina e de outras sub-regiões, como a América Central, onde outros países estão interessados no programa.

O BID vem desempenhando um papel duplo: primeiro, como parte de sua contribuição para a integração regional, apoiou a IIRSA com coordenação técnica desde o lançamento do programa, em 2000; e segundo, por meio da operação não reembolsável do Fumin, financia a execução do programa e dá assessoria técnica adicional para criar sinergias com outros projetos constantes do grupo de pequenas e médias empresas apoiadas pelo Fumin, como um projeto em Otavalo, no Equador, destinado a criar um guichê único para formalizar a criação de pequenas empresas.

Patrocinando esse programa-piloto no Peru, no Uruguai e em dois outros países sul-americanos, o Banco ajudará esses países a lançar seus próprios programas Exporta Fácil, promovendo as exportações de pequenas e médias empresas, espinha dorsal da economia da região.

Desempenho de Projetos, que inclui uma nova seção de perfil de risco. A unidade fiduciária da Vice-Presidência de Países também está trabalhando no sentido de fortalecer a capacidade do Banco — e também dos mutuários e dos órgãos executores — para prevenir a fraude e a corrupção, aumentando assim a eficiência, a eficácia e a transparência.

O Banco implementou em 2007 suas novas diretrizes de integridade para empréstimos ao setor privado. Essa iniciativa combina o trabalho de diferentes unidades do Banco em atividades de investigação antes da aprovação do empréstimo e durante a revisão da carteira. Durante o ano, todo o pessoal e os gerentes envolvidos na implementação das diretrizes participaram de uma sessão prática de treinamento.

O Escritório de Aquisições para Operações e o OII revisaram, juntos, algumas das práticas mais comuns de fraude e corrupção, identificadas em investigações do OII, a fim de criar mecanismos proativos para detectá-los e preveni-los. Com base nas conclusões dessa revisão, foi criado um instrumento interativo na Internet, denominado Matriz de Bandeiras Vermelhas, destinado a identificar casos de fraude e corrupção e proporcionar orientação inicial aos funcionários do Banco que supervisionam as aquisições para os projetos.

O Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) proporciona informações úteis para a mitigação de riscos pelo Banco realizando estudos de supervisão e de avaliações de programas de países. Os estudos do OVE analisam os sistemas e processos usados para coletar, registrar e divulgar informações relevantes para o êxito dos projetos. A *Apreciação da Avaliabilidade de Projetos* examinou a lógica e a capacidade para medir os riscos e resultados previstos de projetos do Banco aprovados em 2005, permitindo uma comparação com um exercício análogo realizado em 2001.

As Avaliações de Programas de País (CPEs) produzem informações para o Banco e os países mutuários, para que possam formular estratégias que atenuem os riscos e, ao mesmo tempo, promovam resultados. Em 2007 o OVE completou CPEs para a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Peru. Até o presente, o OVE preparou um total de 39 CPEs, cobrindo cada país mutuário ao menos uma vez. Essas atividades visam prestar informações ao Banco e aos países mutuários quanto aos riscos e resultados ocorridos no ciclo anterior de programação, de modo a melhorar o desempenho no próximo ciclo.

A pedido da Diretoria Executiva, o Banco iniciou uma análise independente do quadro de suas medidas anticorrupção. Com essa análise se avaliarão tanto os



Jamaica • Lorenzo Bartley, que tem 17 anos, trata dos dentes com a enfermeira odontológica Yvette Cunningham na clínica St. Jago Park, em Spanish Town.

mecanismos quanto a capacidade de detectar e prevenir a corrupção, bem como a adequação das estruturas e procedimentos destinados a receber, investigar e comprovar denúncias de fraude ou corrupção em atividades financiadas pelo Banco. A equipe externa de análise é encabeçada por Jorge Santistevan de Noriega, ex-ombudsman do Peru, e Dick Thornburgh, ex-procurador geral dos Estados Unidos. Os analistas entrevistaram membros da Diretoria, da administração, funcionários do Banco e pessoas alheias à instituição, e deverão divulgar um relatório de suas conclusões no começo de 2008.

Integridade na região

Em 2007, o Banco expandiu sua capacidade de integrar atividades locais e regionais destinadas a promover integridade e controlar a corrupção na América Latina e no Caribe. Foram aprovados dois projetos de cooperação técnica para apoiar a implementação de convenções internacionais contra a corrupção. O primeiro



Nicarágua • Treinamento de mulheres, parte de um programa abrangente de proteção social que também trata de nutrição e prevenção de doenças.

projeto fortalecerá a capacidade das organizações da sociedade civil para acompanhar o cumprimento dessas convenções. O segundo aumentará a capacidade dos promotores, investigadores e juízes para investigar e levar a juízo casos de corrupção, segundo as convenções internacionais, e para formar parcerias com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC).

Em março de 2007, na Reunião Anual do BID na Guatemala, o Banco e a Organização dos Estados Americanos assinaram um memorando de entendimento para a criação de um quadro destinado a facilitar a implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (CIC) e a aplicação das recomendações contidas no Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (MESICIC).

O Banco criou também, com o governo da Noruega, o primeiro Fundo Fiduciário de Atividades Anticor-

rupção, cujo objetivo principal é fortalecer a capacidade institucional dos países membros do Banco para garantir o acesso a mecanismos de informação como meio de evitar e controlar a corrupção. O fundo apoiará intervenções alinhadas com as estratégias regionais, nacionais e setoriais do Banco no sentido de promover a boa governança e combater a corrupção. Poderão solicitar financiamento ao fundo entidades públicas e privadas, inclusive governos centrais e subnacionais, organizações da sociedade civil e fundações privadas.

A Corporação Interamericana de Investimentos e o OII estão trabalhando com a Iniciativa Parceria contra a Corrupção (PACI), do Fórum Econômico Mundial, para adaptar os princípios do PACI às necessidades de pequenas e médias empresas da região. O objetivo é apoiar as atividades dessas empresas no sentido de melhorar a governança corporativa interna.

Os Empréstimos no Ano



Barbados • A escola primária Carrington-Erdiston, que está em construção, é parte de um projeto educacional abrangente.



Os Empréstimos no Ano



RESUMO

Os empréstimos e as garantias aprovados pelo Banco em 2007 e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2007, deduzidos os cancelamentos, vieram das seguintes fontes:

► **Capital Ordinário (CO):** 89 empréstimos, no montante de US\$7,7 bilhões, e 16 garantias, no montante de US\$1,1 bilhão, levaram o total acumulado de empréstimos a 1.946, no montante de US\$133,6 bilhões, e o de garantias a 46 operações, no total de US\$2,1 bilhões.

► **Fundo para Operações Especiais (FOE):** 19 empréstimos, no montante de US\$152 milhões, levaram o total acumulado de empréstimos a 1.216, no montante de US\$18,5 bilhões.

► **Outros fundos:** Foram aprovados três empréstimos em 2007. Os empréstimos acumulados totalizaram 213, no montante de US\$1,8 bilhão.

Custo total dos projetos

Os US\$9 bilhões em empréstimos e garantias aprovados pelo Banco em 2007 ajudarão a financiar projetos que representam um investimento total superior a US\$18,3 bilhões. Os empréstimos do Banco cobrem apenas uma parte do custo total dos projetos em execução pelos países mutuários. O restante provém principalmente dos próprios países da América Latina e do Caribe.

Desembolsos

Os desembolsos do Banco correspondentes aos empréstimos aprovados ascenderam a US\$7,1 bilhões em 2007, contra US\$6,5 bilhões em 2006. Em 31 de dezembro de 2007, os desembolsos acumulados, incluídos os ajustes de câmbio, totalizavam US\$135,6 bilhões, ou 88% do montante dos empréstimos aprovados pelo Banco. Os

desembolsos de 2007 e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2007, por fundo, foram os seguintes:

► **Capital Ordinário:** US\$6,7 bilhões, elevando o total acumulado a US\$117,2 bilhões.

Figura 8. Empréstimos por setor, 2007

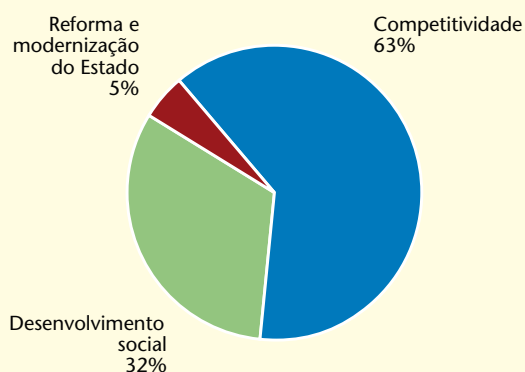
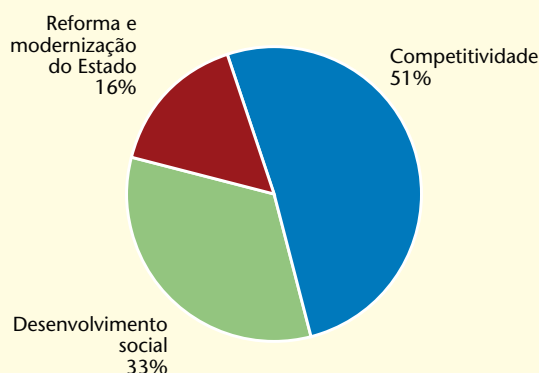


Figura 9. Empréstimos por setor, 1961–2007





Da esquerda para a direita: **Colômbia** • O sistema de trânsito de massa de Bogotá usa ônibus de grande capacidade em corredores exclusivos e atende a bairros de baixa renda.
Ecuador • Uma fábrica de processamento de frutas agrega valor à produção agrícola.
Suriname • Um recém-nascido recebe cuidados no hospital regional Dr. Lachmipersad Mungra, em Nickerie.

QUADRO III • DISTRIBUIÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS POR SETOR DE ATIVIDADE¹

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

SETOR	2007	%	1961–2007	%
Competitividade	\$5.673,0	63,2	\$ 79.107,1	50,7
Energia	1.325,3	14,8	21.934,4	14,1
Transportes e comunicações	2.067,7	23,1	18.156,9	11,6
Agricultura e pesca	75,0	0,8	14.059,9	9,0
Indústria, mineração e turismo	17,0	0,2	13.098,6	8,4
Crédito multissetorial e pré-investimento	1.050,0	11,7	4.710,3	3,0
Ciência e tecnologia	0,0	0,0	1.972,9	1,3
Financiamento do comércio	246,0	2,7	2.579,5	1,7
Infra-estrutura produtiva	527,1	5,9	1.695,7	1,1
Mercados de capital	365,0	4,1	898,9	0,6
Desenvolvimento social	2.890,2	32,2	51.682,4	33,1
Investimento social	586,2	6,5	20.448,0	13,1
Água e saneamento	443,7	4,9	10.104,1	6,5
Desenvolvimento urbano	578,5	6,4	8.108,4	5,2
Educação	342,0	3,8	5.779,6	3,7
Saúde	300,0	3,3	3.335,7	2,1
Meio ambiente	627,7	7,0	3.398,3	2,2
Microempresa	12,3	0,1	508,3	0,3
Reforma e modernização do Estado	407,2	4,5	25.187,9	16,1
Reforma e apoio ao setor público	50,1	0,6	19.196,7	12,3
Reforma do setor financeiro	187,3	2,1	7.696,9	4,9
Reforma fiscal	10,5	0,1	4.014,8	2,6
Políticas de descentralização	72,0	0,8	1.143,3	0,7
Modernização e administração da justiça	57,8	0,6	427,4	0,3
Planejamento e reforma do Estado	13,5	0,1	156,9	0,1
Modernização parlamentar	16,1	0,2	84,7	0,1
Sociedade civil	0,0	0,0	22,0	0,0
Apoio às políticas comerciais	0,0	0,0	25,3	0,0
Governo eletrônico	0,0	0,0	42,7	0,0
TOTAL	\$8.970,4		\$155.977,4	

¹ As categorias refletem áreas prioritárias de atividade segundo a Estratégia Institucional do Banco.

QUADRO IV • INFORMAÇÃO SOBRE FINANCIAMENTO ANUAL (2007) E ACUMULADO (1961-2007)¹ (Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

CUSTO TOTAL DOS PROJETOS			EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS APROVADOS¹										DESEMBOLSOS			
País	Montante total		Montante total³		Capital Ordinário²·³	Fundo para Operações Especiais		Fundos em administração		Montante total		Capital Ordinário²	Fundo para Operações Especiais		Fundos em administração	
	2007	1961-2007	2007	1961-2007	1961-2007	1961-2007	1961-2007	1961-2007	1961-2007	2007	1961-2007	1961-2007	1961-2007	1961-2007	1961-2007	
Argentina	\$ 3.058,8	\$ 50.301,2	\$2.484,3	\$ 25.447,8	\$ 24.753,7	\$ 644,9	\$ 49,2	\$ 20.695,1	\$ 20.001,0	\$ 644,9	\$ 49,2	\$ 20.695,1	\$ 20.001,0	\$ 644,9	\$ 49,2	
Bahamas	—	597,4	—	386,2	384,2	—	2,0	325,4	323,4	—	2,0	325,4	323,4	—	2,0	
Barbados	6,8	777,6	5,0	397,8	337,3	41,5	19,0	336,5	276,0	41,5	19,0	336,5	276,0	41,5	19,0	
Belize	—	170,2	—	112,3	112,3	—	—	108,0	108,0	—	—	108,0	108,0	—	—	
Bolívia	86,9	6.275,7	84,3	3.832,2	1.319,1	2.439,4	73,7	3.353,7	1.259,1	2.020,9	73,7	3.353,7	1.259,1	2.020,9	73,7	
Brasil	5.184,8	91.272,2	1.663,5	30.858,3	29.166,7	1.556,3	135,3	1.625,9	27.946,7	1.554,1	135,3	1.625,9	26.257,3	1.554,1	135,3	
Chile	236,6	13.365,5	118,7	5.709,0	5.458,8	205,0	45,2	5.185,1	4.934,9	205,0	45,2	5.185,1	4.934,9	205,0	45,2	
Colômbia	1.246,0	26.169,5	771,0	13.826,0	12.989,2	769,9	66,9	12.911,8	12.075,0	769,9	66,9	12.911,8	12.075,0	769,9	66,9	
Costa Rica	777,7	4.760,7	535,0	3.050,8	2.545,4	366,9	138,5	2.245,2	1.743,2	366,9	138,5	2.245,2	1.743,2	366,9	135,1	
El Salvador	2,3	4.536,6	2,0	3.122,8	2.176,1	795,8	150,9	2.904,5	1.968,8	795,8	150,9	2.904,5	1.968,8	795,8	139,9	
Ecuador	607,2	9.466,7	488,4	5.160,8	4.080,8	984,0	96,0	4.394,2	3.320,1	982,1	96,0	4.394,2	3.320,1	982,1	92,0	
Guatemala	240,4	4.690,9	215,0	3.163,7	2.411,5	681,9	70,3	2.655,1	1.924,0	669,7	70,3	2.655,1	1.924,0	669,7	61,4	
Guiana	33,9	1.306,2	32,9	1.107,0	137,1	963,0	6,9	864,5	120,6	737,0	6,9	864,5	120,6	737,0	6,9	
Haiti	—	1.774,4	—	1.306,9	—	1.300,6	6,3	919,0	—	912,7	6,3	919,0	—	912,7	6,3	
Honduras	140,6	4.742,9	97,1	2.969,1	653,1	2.250,3	65,7	2.472,2	563,4	1.856,5	65,7	2.472,2	563,4	1.856,5	52,3	
Jamaica	—	2.380,3	—	1.814,5	1.441,8	173,8	198,9	1.718,0	1.345,3	173,8	198,9	1.718,0	1.345,3	173,8	198,9	
México	750,0	51.983,1	650,0	20.553,5	19.934,2	559,0	60,3	18.918,1	18.298,8	559,0	60,3	18.298,8	18.298,8	559,0	60,3	
Nicarágua	114,9	3.872,3	90,2	2.604,0	341,2	2.196,3	66,5	2.209,6	283,1	1.873,4	66,5	2.209,6	283,1	1.873,4	53,1	
Panamá	270,2	5.604,5	188,1	2.662,2	2.322,7	296,6	42,9	2.047,5	1.716,1	296,6	42,9	2.047,5	1.716,1	296,6	34,8	
Paraguai	70,5	3.123,2	64,3	2.277,4	1.632,8	631,5	13,1	1.831,6	1.199,3	619,2	13,1	1.831,6	1.199,3	619,2	13,1	
Peru	4.597,2	18.969,1	941,2	8.773,2	8.114,9	437,1	221,2	7.507,2	6.848,9	437,1	221,2	7.507,2	6.848,9	437,1	221,2	
República Dominicana	126,3	4.211,0	80,5	3.109,7	2.264,8	755,8	89,1	2.577,0	1.732,1	755,8	89,1	2.577,0	1.732,1	755,8	89,1	
Suriname	35,5	161,6	7,0	112,3	110,3	2,0	—	87,2	85,2	2,0	—	87,2	85,2	2,0	—	
Trinidad e Tobago	—	1.676,7	—	1.091,9	1.036,1	30,6	25,2	947,9	892,0	30,6	25,3	947,9	892,0	30,6	25,3	
Uruguai	115,2	5.658,8	101,9	4.329,4	4.183,0	104,6	41,8	3.737,1	3.590,7	104,6	41,8	3.737,1	3.590,7	104,6	41,8	
Venezuela	211,0	16.351,2	150,0	4.973,2	4.798,9	101,4	72,9	4.056,7	3.882,4	101,4	72,9	4.056,7	3.882,4	101,4	72,9	
Regional	400,0	19.019,3	200,0	3.225,4	2.974,1	237,2	14,1	2.638,3	2.395,2	229,0	14,1	2.638,3	2.395,2	229,0	14,1	
TOTAL	\$18.312,6	\$353.218,9	\$8.970,4	\$155.977,4	\$135.680,1	\$18.525,4	\$1.771,9	\$135.593,2	\$117.143,9	\$16.739,5	\$1.771,9	\$135.593,2	\$117.143,9	\$16.739,5	\$1.709,8	

¹ Após cancelamentos e ajustes cambiais. Devido ao arredondamento, os totais podem não refletir exatamente a soma das parcelas.

² Inclui empréstimos sem garantia soberana, líquido de participações.

³ Inclui linhas de crédito autorizadas desde sua criação até agora, num total de US\$659 milhões (US\$236 milhões para 2007), no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio.



Belize • A conservação dos principais sítios arqueológicos, como Caracol, ajudará a desenvolver o turismo, criando empregos.

► **Fundo para Operações Especiais:** US\$393 milhões, elevando o total acumulado a US\$16,7 bilhões.

► **Outros fundos:** US\$6,3 milhões, elevando o total acumulado dos fundos administrados pelo Banco a US\$1,7 bilhão.

Amortizações

As amortizações de empréstimos alcançaram US\$5,6 bilhões em 2007. O montante acumulado das amortizações em 31 de dezembro de 2007 chegou a US\$75,7 bilhões. As amortizações recebidas pelo Banco durante o ano e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2007 foram:

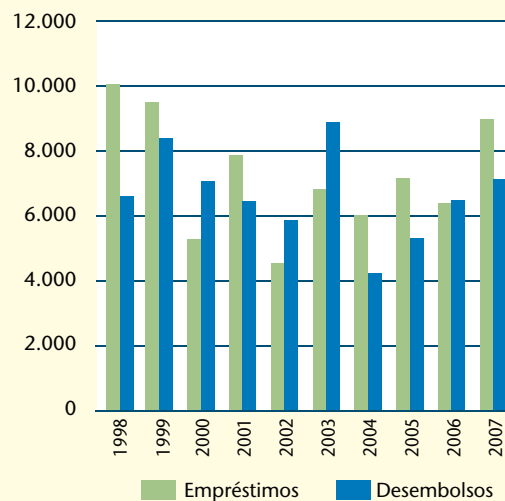
► **Capital Ordinário:** US\$5,3 bilhões, elevando o total acumulado, descontados os reembolsos a participantes, a US\$66,2 bilhões.

► **Fundo para Operações Especiais:** US\$275 milhões, elevando o total acumulado a US\$7,9 bilhões.

► **Outros fundos:** US\$4,3 milhões, elevando o total acumulado a US\$1,6 bilhão.

Informações sobre projetos do BID estão disponíveis em www.iadb.org/projects.

Figura 10. Empréstimos e desembolsos, 1998–2007
(em milhões de dólares dos Estados Unidos)



QUADRO V – LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS¹ (ACIMA DE US\$2 MILHÕES) – 2007

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

PAÍS	PROJETO	FUNDO	MONTANTE
Argentina	Programa de Transmissão elétrica do Norte Grande	CO	1.200,0
	Linha de Crédito Condicional para Melhoramento de Bairros	CO	350,0
	Desenvolvimento de Infra-Estrutura para Água: províncias de Norte Grande	CO	240,0
	Fortalecimento da Estratégia Básica para o Atendimento de Saúde	CO	230,0
	Linha de Crédito Condicional: Água e Saneamento para Pequenas Comunidades	CO	120,0
	Programa Multifásico: Infra-estrutura de Apoio à Produção em Entre Rios	CO	100,0
	Programa de Fortalecimento Municipal	CO	72,0
	Programa de Gestão de Resíduos Sólidos para Municipalidades Turísticas	CO	60,0
	Programa de Acesso a Crédito e Competitividade para PMEs	CO	50,0
	Programa de Gestão Ambiental para a Produção Sustentável	CO	40,0
	Programa de Pré-investimento Multissetorial III	CO	20,0
	Promoção da Democracia Financeira na Argentina	Fumin	4,0
	Promoção de Empreendedorismo Dinâmico na Argentina	Fumin	2,5
Bahamas	Total das operações ²	FOE e Fumin	0,1
Barbados	Modernização do Sistema de Padrões Nacionais	CO	5,0
Belize	Total das operações ²	FOE, CO e Fumin	1,6
Bolívia	Programa de Água para Pequenas Comunidades	CO	14,7
	Programa de Manutenção de Estradas com Base no Desempenho II	CO	14,7
	Programa de Drenagem Pluvial de La Paz	CO	14,0
	Rede de Segurança Social e Desenvolvimento Comunitário	FOE	10,0
	Apoio ao Sistema Nacional de Financiamento para o Desenvolvimento e Primeiro Programa	CO	8,6
	Programa de Água para Pequenas Comunidades	FOE	6,3
	Programa de Manutenção de Estradas com Base no Desempenho II	FOE	6,3
	Programa de Drenagem Pluvial de La Paz	FOE	6,0
	Apoio ao Sistema Nacional de Financiamento para o Desenvolvimento e Primeiro Programa	FOE	3,7
Brasil	Financiamento à Microempresa e às PMEs – BNDES II	CO	1.000,0
	Garantia em Moeda Local à Energisa	CO	200,0
	Navio-Sonda para a Delba Marítima ³	CO	100,0
	Projeto de Telecomunicações Embratel ⁴	CO	80,0
	Porto Tecon Santa Catarina ⁵	CO	57,6
	Projeto de Biocombustíveis Moema	CO	40,0
	Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado em Nova Iguaçu	CO	34,5
	Programa de Revitalização Ambiental de Joinville	CO	32,7
	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Niterói	CO	26,5
	Banco Industrial e Comercial S.A. (Bicbanco) ⁶	CO	20,0
	Mecanismo de Financiamento do Banco Schahin ⁷	CO	20,0
	Programa Multifásico de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico	CO	16,1
	Banco Indusval Multistock (TFFP) ¹	CO	10,0
	Promoção da Competitividade em Sistemas de Produção Locais no Estado de São Paulo	CO	10,0
	Banco Pine (TFFP)	CO	9,0
	Avaliações, Perspectivas e Alternativas de Desenvolvimento no Brasil	CO	7,2
	Oportunidades para a Maioria mediante Acesso a Crédito no Brasil	Fumin	5,0
	Consolidação e Apoio ao Desenvolvimento do Capital de Risco, INOVAR II	Fumin	2,7
	Fundo de Capital para Inovação e Investimento em Tecnologia para PMEs da Área Tecnológica	Fumin	2,0
Chile	Programa Sanitário Rural da SUBDERE (Linha de Crédito Condicional	CO	100,0
	Fortalecimento da Gestão e Informação do Sistema de Pensões	CO	17,5

Siglas: CO, Capital Ordinário; FOE, Fundo para Operações Especiais; Fumin, Fundo Multilateral de Investimento; GRF, Fundo Não Reembolsável do BID.

¹ Inclui linhas de crédito autorizadas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento ao Comércio (TFFP).

² Não foi aprovado projeto algum acima de US\$2 milhões. O montante apresentado corresponde ao total de aprovações no ano.

³ Complementado com um empréstimo consorciado B de aproximadamente US\$388 milhões.

⁴ Complementado com um empréstimo consorciado B de aproximadamente US\$220 milhões.

⁵ Complementado com um empréstimo consorciado B de aproximadamente US\$86,4 milhões.

⁶ Complementado com um empréstimo consorciado B de aproximadamente US\$80 milhões.

⁷ Complementado com um empréstimo consorciado B de aproximadamente US\$20 milhões.

(continua na página seguinte)

QUADRO V • LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS¹ (ACIMA DE US\$2 MILHÕES) – 2007

(continuação)

PAÍS	PROJETO	FUNDO	MONTANTE
Colômbia	Programa Multifásico de Apoio à Segunda Etapa de Famílias em Ação – Fase I	CO	306,0
	Programa de Fortalecimento da Competitividade II	CO	300,0
	Telefônica Móveis Colômbia S.A. ⁸	CO	125,0
	Davivienda – TFFP	CO	40,0
	Criar Novas Instituições de Microfinanciamento para Ampliar o Acesso dos Microempresários	Fumin	3,0
Costa Rica	Primeiro Programa de Desenvolvimento do Setor Elétrico	CO	250,0
	Refinanciamento da Dívida do Instituto Costarricense de Eletricidade (ICE) ⁹	CO	200,0
	Banco de Costa Rica – TFFP	CO	40,0
	Banco Nacional de Costa Rica – TFFP	CO	40,0
	Banco Improsa S.A. – TFFP	CO	5,0
El Salvador ²	Total das operações ²	FOE e Fumin	5,4
Equador	Apoio à Educação Básica Universal	CO	246,4
	Projeto da Hidrelétrica Baba ¹⁰	CO	78,1
	Programa para a Renovação da Frota Aérea da TAME	CO	62,3
	Apoio à Educação Básica Universal	CO	38,1
	Banco Del Pichincha – TFFP	CO	30,0
	Banco Bolivariano – TFFP	CO	10,0
	Banco Internacional S.A. – TFFP	CO	10,0
	Apoio à Educação Básica Universal	FOE	9,5
	Expansão de Serviços Financeiros Formais a Microempresários Semiurbanos ou Rurais	Fumin	3,0
	Apoio à Concessão de Empréstimos Hipotecários Transnacionais a Migrantes Equatorianos	Fumin	2,5
Guatemala	Programa para Fortalecer o Sistema Hospitalar	CO	50,0
	Programa Público de Reforma da Gestão Financeira II	CO	48,8
	Programa Público de Reforma da Gestão Financeira II	CO	39,0
	Programa de Apoio ao Setor da Justiça Penal	CO	30,0
	Mecanismos de Empréstimo, Banco de Desarrollo Rural S.A.	CO	20,0
	Programa Público de Reforma da Gestão Financeira II	FOE	12,2
	Banco Agromercantil de Guatemala – TFFP	CO	10,0
	Mecanismos de Empréstimo, Banco de Desarrollo Rural S.A.	CO	5,0
Guiana	Programa de Diversificação das Exportações Agrícolas	CO	10,5
	Programa de Diversificação das Exportações Agrícolas	FOE	10,5
	Programa de Apoio ao Setor de Eletricidade	CO	6,0
	Programa de Apoio ao Setor de Eletricidade	FOE	6,0
Haiti	Recuperação da Infra-estrutura Rodoviária para a Integração do Território	GRF	25,0
	Fortalecimento da Gestão dos Recursos Públicos	GRF	12,5
	Financiamento Suplementar para o Programa de Intensificação da Agricultura	GRF	12,5
Honduras	Programa Multifásico para Reabilitação em Segmentos do Corredor Turístico PPP	CO	28,0
	Financiamento Suplementar para a Melhoria do Corredor Atlântico PPP	CO	21,0
	Programa de Desenvolvimento de Empresas Rurais (PRONEGOCIOS)	CO	19,0
	Programa Multifásico para Reabilitação em Segmentos do Corredor Turístico PPP	FOE	12,0
	Financiamento Suplementar para a Melhoria do Corredor Atlântico PPP	FOE	9,0
	Programa de Desenvolvimento de Empresas Rurais (PRONEGOCIOS)	FOE	8,1
	Criar Novas Instituições de Microfinanciamento para Ampliar o Acesso das Microempresas	Fumin	2,5
Jamaica ²	Total das operações ²	FOE, CO e Fumin	1,3
México	Projeto de Praças de Pedágio em Estradas do Estado de Guadalajara	CO	400,0
	Programa Multifásico para Lutar contra a Pobreza Urbana, Fase II	CO	150,0
	Programa de Apoio ao Treinamento e ao Emprego, Fase II	CO	100,0
	Programa para Promover a Parceria Público-Privada em Estados Mexicanos (PIAPPEM)	Fumin	3,9
	Criar Novas Instituições de Microfinanciamento para Ampliar o Acesso das Microempresas	Fumin	3,0

⁸ Complementado com um empréstimo consorciado B de aproximadamente US\$475 milhões.

⁹ Complementado com um empréstimo consorciado B de aproximadamente US\$181 milhões.

¹⁰ Complementado por um empréstimo B de aproximadamente US\$9,7 milhões.

(continua na página seguinte)

QUADRO V • LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS¹ (ACIMA DE US\$2 MILHÕES) – 2007
(continuação)

PAÍS	PROJETO	FUNDO	MONTANTE
Nicarágua	Programa de Apoio ao Setor Elétrico	CO	16,4
	Programa de Apoio ao Setor Elétrico	FOE	16,4
	Banco de la Producción S.A. – TFFP	CO	10,0
	Expansão de Redes de Saúde (Fase I)	CO	10,0
	Expansão de Redes de Saúde (Fase I)	FOE	10,0
	Programa Multifásico de Habitação de Baixa Renda – Fase II	CO	7,5
	Programa Multifásico de Habitação de Baixa Renda – Fase II	FOE	7,5
	Fortalecimento da Transmissão Nacional para Integração com SIEPAC	CO	6,3
Panamá	Fortalecimento da Transmissão Nacional para Integração com SIEPAC	FOE	6,3
	Programa de Competitividade e Desenvolvimento do Comércio	CO	51,3
	Programa Multifásico de Desenvolvimento Sustentável para Bocas Del Toro – Fase II	CO	29,0
	Cadastro Regional Metropolitano e Programa de Modernização da Gestão Fundiária	CO	27,0
	Programa de Aperfeiçoamento da Administração da Justiça: Estágio II	CO	21,6
	Programa de Proteção Social, Fase I	CO	20,2
	Financiamento Suplementar para o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Darién	CO	17,0
	Banco Aliado S.A. – TFFP	CO	12,0
Paraguai	Modernização da Gestão Ambiental para a Competitividade	CO	10,0
	Programa Escuela Vida II	CO	36,0
	Programa Escuela Vida II	FOE	9,0
	Programa de Apoio às Exportações Paraguias	CO	8,0
	Programa de Apoio ao Censo Econômico	CO	5,0
	Programa Escuela Vida II (PR-I1017)	CO	3,0
Peru	Programa de Apoio às Exportações Paraguias	FOE	2,0
	Projeto GLP do Peru ¹¹	CO	400,0
	Programa de Reforma dos Recursos Hídricos I	CO	200,0
	Mecanismo de Garantia do Banco Continental	CO	100,0
	Programa de Reforma do Setor do Saneamento I	CO	100,0
	Programa para Melhorar a Qualidade da Gestão e dos Gastos Públicos III	CO	75,0
	Apoio ao Programa Água para Todos da SEDAPAL	CO	50,0
	Banco Interamericano de Finanzas – TFFP	CO	10,0
República Dominicana	Apoio à Implementação do Programa de Reforma dos Recursos Hídricos	CO	5,0
	Programa Multifásico de Infra-estrutura Rodoviária, Fase I	CO	50,0
	Assistência de Emergência em Resposta à Tempestade Tropical Noel	CO	20,0
	Programa de Fortalecimento do Serviço da Receita Interna	CO	10,5
Suriname	Inovação Industrial: Concorrendo com Rapidez e Flexibilidade	Fumin	2,4
	CKC Suriname	CO	7,0
Trinidad e Tobago	Total das operações ²	FOE	0,1
Uruguai	Empréstimo para Competitividade Programática I	CO	75,0
	Programa em Apoio do Serviço Nacional de Alfândegas	CO	11,6
	Programa de Apoio ao Microfinanciamento para Desenvolvimento Produtivo	CO	8,8
	Modernização Institucional do Planejamento e Gestão Ambiental	CO	5,0
Venezuela	Programa de Apoio ao Centro de Ação Social pela Música, Fase II	CO	150,0
Regional	Construtora Norberto Odebrecht S.A. Projeto de Seguro Garantia	CO	200,0
	Ligando Jovens em Desvantagem a Empregos de Qualidade	Fumin	10,0
	Aumentando as Oportunidades para a Maioria com Competições entre Planos de Negócios	Fumin	4,4
	Programa Americano de Bolsas de Estudo para Indígenas e Afro-Latinos	FOE	3,0
	Parceria Internacional para Comercializar Serviços de Turismo Sustentável	Fumin	3,0
	Profissionalização de Funções Gerenciais em PMEs Familiares	Fumin	2,0
	Programa de apoio ao Desenvolvimento de Capacidade e Extensão Pública	FOE	2,0

¹¹ Complementado com um empréstimo consorciado B de aproximadamente US\$600 milhões.

Para mais informações sobre os projetos do BID, ver a base de dados de projetos online em: www.iadb.org/projects.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Foi aprovado em 2007 um total de 427 projetos de cooperação técnica não reembolsável, no montante de US\$167,8 milhões. O BID financia seu programa de cooperação técnica não reembolsável com recursos da renda líquida do FOE, de fundos fiduciários doadores e do Capital Ordinário. Em 2007, o FOE financiou US\$30,7 milhões, os fundos fiduciários doadores US\$51,5 milhões, o Capital Ordinário US\$37 milhões e o GRF (Fundo Não Reembolsável do BID) US\$50 milhões. Dos US\$51,5 milhões financiados com recursos de fundos fiduciários, os fundos fiduciários japoneses contribuíram com US\$23,2 milhões para 53 projetos.

Para *apoio ao setor social*, foram aprovados 125 projetos, no montante de US\$31,7 milhões. Esses projetos, que visam fomentar equidade social, melhorar a eficiência dos gastos sociais e fortalecer sistemas de apoio a programas sociais, foram executados nos setores de educação, desenvolvimento rural, microempresas, juventude, prevenção da violência e proteção de grupos vulneráveis, desenvolvimento urbano e proteção ambiental.

Os projetos relativos à *competitividade* compreendem 186 operações, no montante de US\$86,8 milhões. Para apoiar as iniciativas dos países membros mutuários para melhorar sua competitividade, o Banco implantou infra-estrutura produtiva (ver o Boxe 10 sobre o Fundo de Preparação de Projetos de Infra-Estrutura), utilizou tecnologias inovadoras e apoiou pequenas e médias empresas. O Banco apoiou também várias iniciativas comerciais e de desenvolvimento sustentável.

No programa de *modernização do Estado* foi aprovado um montante de US\$36,5 milhões para 84 projetos, destinados a fortalecer as áreas institucional, regulatória e gerencial de entidades governamentais, assim como promover boa governança e gestão com base em resultados nas esferas de tributação, gestão fiscal, alfândegas e gastos públicos. Governo eletrônico e tecnologia de informação foram outras áreas importantes apoiadas pelo Banco.

Na *área de integração regional*, foram aprovados 32 projetos no montante de US\$12,5 milhões. O Banco continuou a apoiar os processos de integração dos países da região em nível sub-regional, hemisférico e internacional, com ênfase especial no comércio. Foi também prestada assistência técnica para consolidação de esquemas sub-regionais de integração.

QUADRO VI • DISTRIBUIÇÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NÃO REEMBOLSÁVEL¹

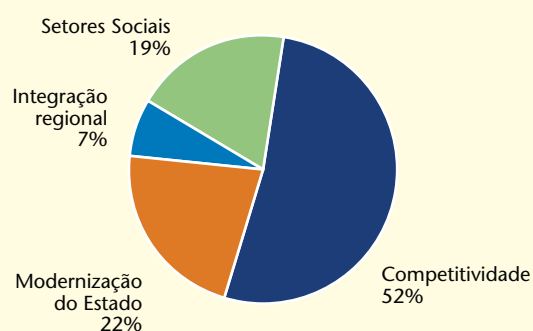
(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

País	2007	1961-2007
Argentina	\$ 2.134	\$ 74.129
Bahamas	25	18.996
Barbados	627	21.846
Belize	665	8.519
Bolívia	3.718	88.186
Brasil	7.408	174.777
Chile	4.375	22.078
Colômbia	4.651	75.463
Costa Rica	3.489	55.350
El Salvador	2.785	63.506
Equador	3.479	80.034
Guatemala	5.959	70.228
Guiana	1.665	60.568
Haiti ²	52.773	112.106
Honduras	2.772	77.437
Jamaica	1.196	41.443
México	7.873	36.635
Nicaragua	2.134	84.089
Panamá	4.461	44.589
Paraguai	2.708	71.544
Peru	4.417	97.598
República Dominicana	2.409	59.566
Suriname	5.094	34.992
Trinidad e Tobago	201	21.243
Uruguai	1.657	37.970
Venezuela	550	12.867
Regional	38.623	867.463
TOTAL	US\$167.848	US\$2.413.222

¹ Não inclui financiamentos para o Programa de Empreendedorismo Social.

² Inclui três projetos não reembolsáveis num total de US\$50 milhões do novo mecanismo de doação do BID.

Figura 11. Cooperação técnica não reembolsável, por setor, 2007
(porcentagem do montante total)



BOXE 10 • FUNDO DO BID PROMOVE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA

Em seus primeiros 15 meses de operação, o Fundo de Preparação de Projetos de Infra-Estrutura (InfraFund), que financia a preparação e a criação de infra-estrutura crítica na América Latina e no Caribe, canalizou mais de US\$12 milhões para operações não reembolsáveis em 14 países, financiando 23 projetos que abrirão caminho para investimentos de bilhões de dólares. Essas operações alavancaram também US\$10,7 milhões em recursos de contrapartida e de outras fontes para as fases iniciais da preparação e desenvolvimento de projetos. Em 2007, o Banco aprovou 18 projetos do InfraFund, no montante total de US\$8,7 milhões.

Lançado em setembro de 2006, com uma contribuição inicial do BID de US\$20 milhões, e operando mediante um mecanismo de via rápida, o InfraFund financia estudos de viabilidade, análises técnicas e outras atividades preparatórias que constituem pré-requisito essencial para investimentos estratégicos e sustentáveis em infra-estrutura.

Entre as operações de financiamento aprovadas, nove destinaram-se a projetos de energia (US\$3,7 milhões), sete a projetos de transportes (US\$4,5 milhões), cinco a projetos de abastecimento de água e saneamento (US\$2,9 milhões) e dois foram multissetoriais (US\$1 milhão). Esses investimentos preparatórios beneficiaram projetos na Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Suriname e Uruguai.

Alguns dos projetos mais importantes do InfraFund foram: o Santa Fe Wind, um novo empreendimento privado que será o primeiro projeto de energia eólica do Panamá; o Portais da Cidade, um inovador

sistema público-privado de transporte rápido, por meio de ônibus, em Porto Alegre, Brasil; uma joint-venture argentino-uruguaia para construção de uma usina de gás natural liquefeito, a primeira de sua espécie na costa atlântica da América do Sul; a recuperação da usina hidrelétrica Peligre, no Haiti, que fornece cerca de 25% da eletricidade no país; e o trem-bala Rio de Janeiro-São Paulo, um projeto que poderá ter um valor total de US\$9 bilhões.

Além de clientes privados e governos nacionais, o InfraFund financia investimentos em infra-estrutura de responsabilidade de governos subnacionais, como os de três cidades brasileiras — Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre — e da prefeitura de Pasto e do estado de Cundinamarca, na Colômbia.

Outros projetos de entidades sub-

nacionais apoiados pelo InfraFund são a empresa de eletricidade da província de Entre Ríos, na Argentina, as companhias de abastecimento de água de Monterrey, no México, e o órgão nacional de eletricidade e telecomunicações da Costa Rica, o ICE, também financiado pelo primeiro empréstimo sem garantia de governo central a uma empresa estatal.

Além disso, o InfraFund autorizou US\$4,8 milhões para operações não reembolsáveis em benefício de outros seis projetos que, segundo se prevê, deverão ser aprovados ainda no primeiro trimestre de 2008. Entre eles estão dois projetos em países nos quais o fundo ainda não havia investido (Jamaica e Peru); um no setor de telecomunicações; e o primeiro projeto do InfraFund para um cliente da Corporação Interamericana de Investimentos, integrante do Grupo do BID que financia pequenas e médias empresas.



Em 2007 a Diretoria Executiva aprovou dois novos programas de cooperação técnica: o Programa Especial de Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — Fundo Social, e o Programa de Mudança Climática. Esses programas suplementam os programas es-

peciais aprovados em 2006 — o Programa para Eficácia no Desenvolvimento (PRODEV), o Fundo de Integração do BID, que apóia iniciativas regionais de infra-estrutura, e o Fundo de Preparação de Projetos de Infra-estrutura (InfraFund).

Aspectos Institucionais



México • Uma garantia do BID deu ao operador privado da estrada de pedágio de Guadalajara condições para emitir mais instrumentos de dívida com classificação de crédito mais alta.



Aspectos Institucionais



ASSEMBLÉIA DE GOVERNADORES

A autoridade máxima do Banco é a Assembléia de Governadores, composta de representantes de todos os países membros. Os Governadores geralmente são ministros da economia ou da fazenda, presidentes de bancos centrais ou funcionários de hierarquia comparável.

Em janeiro de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou alívio da dívida para o Haiti no âmbito da Iniciativa HIPC Reforçada. O Haiti, que alcançara o ponto de decisão, devia receber, no âmbito da Iniciativa, alívio da dívida no montante de \$60,4 milhões em termos de valor presente. Também em janeiro, a Comissão da Assembléia de Governadores reuniu-se em Amsterdam para considerar alívio da dívida para os países membros mais pobres e reforma financeira concessional.

Antes da sessão de abertura da Reunião Anual, os governadores reuniram-se em Sessão Especial para analisar a Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática. Através dessa iniciativa, o Banco proporcionaria apoio a todos os países da região para desenvolvimento limpo, produção de biocombustíveis, exploração de fontes de energia alternativa limpas e elaboração de programas de adaptação à mudança climática — não só com financiamento mas também com pesquisa e facilitação de parcerias público-privadas. A Sessão Especial analisou também a Iniciativa da Água Potável e Saneamento, descrita como um importante investimento na saúde das comunidades beneficiárias e na redução dos custos de serviços de saúde.

Em sua 48ª Reunião Anual, realizada na Cidade da Guatemala, na Guatemala, de 18 a 20 de março de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou as demonstrações financeiras do Capital Ordinário, do Fundo de Operações Especiais (FOE) e do Mecanismo de Financiamento Intermediário para 2006. Mais tarde,

designou a firma Ernst & Young LLP para realizar as auditorias externas do Banco nos exercícios fiscais de 2007 a 2011.

Além disso, a Assembléia de Governadores aprovou 100% de alívio da dívida para Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua em relação aos saldos de empréstimos pendentes em 31 de dezembro de 2004 do FOE. Nos termos do acordo de alívio da dívida, que complementa a Iniciativa Multilateral de Redução da Dívida, lançada pelo G-8, o BID perdoou aproximadamente US\$3,4 bilhões em pagamentos do principal e US\$1 bilhão em pagamentos de juros futuros. Ao cancelar essas dívidas, o BID sublinhou seu compromisso de ajudar os países mais pobres da América Latina e do Caribe em seus esforços para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que visam reduzir à metade a pobreza até 2015.

A Assembléia de Governadores concordou também em assegurar a viabilidade financeira do FOE até 2015. Os países membros do BID confirmaram seu compromisso com a sustentabilidade do fundo, concordando em avaliar, no mais tardar até 2013, a necessidade de uma eventual reposição de recursos.

Finalmente, durante a Reunião Anual a Assembléia de Governadores aceitou o convite formulado pelos Estados Unidos de sediar a Reunião Anual de 2008. Os Governadores decidiram realizar a Reunião Anual de 2009, que assinalará o quinquagésimo aniversário do Banco, em Medellín, Colômbia.

Em junho de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou a criação de um Fundo Não Reembolsável do BID (GRF) com a finalidade de efetuar doações adequadas para tratar de circunstâncias especiais ocorridas em países específicos (atualmente apenas o Haiti) ou relativas a projetos específicos. O GRF é financiado por transferências do FOE e eventuais contribuições diretas de países doadores.



Da esquerda para a direita: **Honduras** • A restauração de ruínas maias em Copán é parte do projeto de integração turística sub-regional Mundo Maia.

Haiti • Uma menina apanha água num chafariz de Les Irois, última cidade do sul do Haiti a receber serviço d'água.

Bolívia • Em La Paz, melhorias em bairros de baixa renda.

DIRETORIA EXECUTIVA

O BID tem 14 diretores executivos, que representam seus 47 países membros. Os diretores executivos exercem seu cargo em tempo integral, com um mandato de três anos. As principais questões institucionais consideradas pela Diretoria em 2007 são descritas a seguir.

O Comitê de Auditoria supervisiona os relatórios financeiros do Banco, a gestão de risco, os controles internos, a auditoria interna e externa e a integridade institucional. Durante o ano, o Comitê examinou o trabalho dos auditores externos com relação às demonstrações financeiras anuais do Banco e analisou as demonstrações financeiras do Banco a cada trimestre. Analisou também a documentação relacionada com a eficácia do controle interno dos relatórios financeiros e organizou sessões de treinamento para seus membros.

O Comitê de Orçamento e Políticas Financeiras examina os orçamentos administrativo e de capital e questões de política financeira do Banco. Em 2007, o Comitê analisou a criação de um mecanismo de operações não reembolsáveis como parte da reforma das áreas de alívio multilateral da dívida e de financiamento concessional do Banco, examinou a revisão do Mecanismo de Moeda Única e a criação de dois fundos, para energia sustentável e atividades relacionadas com a mudança climática.

O comitê dedicou também bastante tempo a questões ligadas ao processo de realinhamento do Banco,

aprovado em dezembro de 2006, analisando os orçamentos propostos para as fases I e II do realinhamento, em 2007, e a adaptação do orçamento administrativo de 2007 à nova estrutura organizacional do Banco.

O Comitê de Organização, Recursos Humanos e Assuntos da Diretoria trata de questões organizacionais relacionadas com a administração da diretoria, ajustes na estrutura da instituição, recursos humanos, o Mecanismo de Investigação Independente e a Reunião Anual do BID. Em 2007, o Comitê examinou questões ligadas à implementação do processo de realinhamento do Banco, a fim de melhor atender às necessidades dos países membros mutuários (ver Boxe 11).

O comitê analisou também a Iniciativa Oportunidades para a Maioria, voltada para as populações mais pobres da região, recomendou a nomeação de três membros do Tribunal Administrativo para a Diretoria Executiva e discutiu a Estratégia de Informação e Tecnologia para 2008–2010.

O Comitê de Política e Avaliação analisa as políticas e estratégias que orientam as operações do Banco na região, assim como os instrumentos utilizados em sua execução, e supervisiona o Escritório de Avaliação e Supervisão. Durante o ano, este Comitê examinou a política de gestão de risco de desastres, a Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática, a Iniciativa de Água Potável e Saneamento, as modificações da Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento (CCLIP), a



Uruguai • Estudantes primários aprendem a navegar na Internet num programa financiado pelo Fundo Especial japonês, que inclui treinamento para professores.

emenda ao Mecanismo de Resposta Imediata para Emergências Causadas por Desastres Naturais e Inesperados, e uma avaliação dos novos instrumentos creditícios.

O Comitê de Programação analisa os documentos de programação regionais e por país, as estratégias de países e as avaliações dos programas por país, examina os relatórios de progresso sobre os empréstimos, as operações de cooperação técnica e os serviços não financeiros em tramitação, e avalia as diretrizes para a

alocação de recursos concessionais. Em 2007 o Comitê examinou as estratégias para a Costa Rica, Haiti e Suriname, a Estratégia Regional para Apoio à Comunidade do Caribe e avaliações dos programas para a Costa Rica, Haiti, Honduras e Peru. O Comitê discutiu ainda a execução de importantes iniciativas aprovadas pela Assembleia de Governadores em 2006, o alívio multilateral da dívida e a reforma do sistema de financiamento concessional.

BOXE 11 • O NOVO BANCO



Há quase meio século, o Banco Interamericano de Desenvolvimento serve à região da América Latina e do Caribe, financiando infra-estrutura, saúde, educação, habitação, instituições financeiras e reforma do Estado. Já ajudou a construir rodovias, escolas e redes de eletricidade, criou sistemas de proteção ambiental e contribuiu com empréstimos de emergência para dar liquidez aos países durante crises financeiras.

Ao longo desse período, esses países fizeram avanços notáveis em praticamente todos os indicadores de desenvolvimento. Mais recentemente, uma combinação de política econômica sólida e intensa demanda mundial de matérias-primas criou condições que possibilitarão aos governos acelerar o ritmo do progresso.

Malgrado tais avanços, a América Latina ainda é a região mais desigual do mundo — 70% da população vive com menos de US\$3.000 por ano — e enfrenta desalentadoras deficiências em áreas como serviços básicos, competitividade e educação de qualidade.

Embora esses problemas persistam, as opções para corrigi-los ampliaram-se bastante. Os governos da região podem hoje recorrer a diversas fontes privadas e públicas de financiamento, além dos bancos de desenvolvimento. Firms internacionais de consultoria, tecnologia e engenharia passaram a atuar ativamente no mundo em desenvolvimento, oferecendo uma extensa gama de produtos e serviços que não eram acessíveis há apenas uma década.

Para continuar a cumprir sua missão e competir eficazmente nesse novo ambiente, o Banco lançou em meados de 2007 um amplo realinhamento de sua estrutura e procedimentos operacionais. A meta é criar uma instituição mais ágil em suas respostas e plenamente afinada com as várias necessidades dos clientes.

A estrutura do BID foi consolidada sob cinco vice-presidências. Como principal diretor operacional da instituição, o Vice-Presidente Executivo é responsável pelo

funcionamento do Banco. A nova estrutura reflete uma organização matricial, na qual funcionários com determinadas qualificações são reunidos temporariamente para executar missões específicas, facilitando a partilha de conhecimentos e sinergias. A nova Vice-Presidência de Setores e Conhecimentos reúne especialistas nas áreas de infra-estrutura, finanças e educação. Tais especialistas estão sendo incorporados a operações de campo em grau muito mais alto que no passado.

O Escritório do Vice-Presidente de Países é responsável por conduzir o diálogo e o relacionamento do Banco com os 26 países membros mutuários, assistido por quatro departamentos de operações, pelas 26 Representações nos países e pelo Escritório de Aquisições para Operações.

A nova estrutura do Banco fortalece as operações com o setor privado, ao reunir o Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo, a Corporação Interamericana de Investimentos e o Fundo Multilateral de Investimentos na Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana. Dentro dessa estrutura, o

Banco pode conceder crédito também a entidades subnacionais (estados ou províncias) sem garantia do governo central, alternativa que um número crescente de países vinha pedindo.

Por fim, compete ao Vice-Presidente de Finanças e Administração mobilizar e gerir os recursos do Banco e proporcionar serviços de apoio, garantindo o desempenho eficiente e eficaz do pessoal financeiro, jurídico e administrativo.

A maioria dos cargos de alta administração e de chefia de divisão exigidos por essa nova estrutura foi preenchida em 2007. Ao longo de 2008, o Banco recrutará mais 300 profissionais, que ampliarão sua reserva de talentos em áreas prioritárias como infra-estrutura, energia renovável, educação, e água e saneamento.

Criar uma instituição mais ágil em suas respostas, com foco mais concentrado nos países, exigiu mais do que mudar a estrutura do Banco. Dentro do novo modelo



O Presidente Moreno fala ao pessoal do BID.

(continua na página seguinte)

BOXE 11 • O NOVO BANCO

(continuação)



Sede do BID em Washington, capital dos EUA.

de negócios e da estrutura matricial, a autoridade para a preparação de projetos foi delegada a supervisores mais afinados com o trabalho cotidiano em setores e países específicos. Para melhorar a prestação de contas, esses supervisores estarão atentos à gestão de riscos e aos resultados, e não só ao controle de processos.

O número de passos envolvidos na aprovação de projetos foi reduzido para abreviar os prazos de resposta. No sistema anterior, a sede incumbia-se da preparação de projetos e as Representações, de acompanhar sua execução, o que gerava ênfase excessiva em planejamento e aprovações. No novo ciclo de projetos, o líder da equipe do projeto é o principal responsável pela operação, investido da autoridade suprema para tomar decisões quanto à gestão do projeto. Em consonância com o princípio de que as decisões devem ser tomadas no nível mais próximo possível do cliente, os líderes de equipe deverão atuar, cada vez mais, nas Representações nos países.

O novo Departamento de Oportunidades para a Maioria identificará, planejará e executará projetos de

investimento (privados ou em parcerias público-privadas) voltados para populações da região que não estão sendo beneficiadas como deveriam pelo crescimento econômico. Esses projetos serão planejados para ter um efeito demonstração e multiplicador, e para mobilizar e reforçar os ativos existentes, criando mais riqueza.

O Representante do BID em cada Representação é o principal gerente de clientes do Banco, incumbido de definir as prioridades operacionais. Os Representantes terão autoridade para tomar decisões que envolvam as relações do Banco com os países.

Em suma, o novo Banco tem uma estrutura administrativa consolidada e de base matricial, uma presença mais forte no campo, uma estrutura creditícia mais flexível e rápida, maior capacidade para aplicar novas tecnologias financeiras e enfatizar a proteção ambiental e o desenvolvimento do setor privado — tudo visando a garantir que as operações do BID levem a melhores oportunidades para a maior parte da população da América Latina e do Caribe.



A Representação do BID nas Bahamas e 25 outras prestam serviços na América Latina e no Caribe.

Destques Financeiros



Guatemala • Apoiada por doações do governo, uma pequena empresa produziu biocombustível a partir de frutos não comestíveis de uma planta nativa, o piñon (*Jatropha curcas*).



Destaques Financeiros



CAPITAL ORDINÁRIO

Em 2007 o Banco aprovou 89 empréstimos, no total de US\$7,7 bilhões, com recursos do Capital Ordinário, em comparação com 90 empréstimos, no montante de US\$5,4 bilhões, em 2006. O aumento do número de empréstimos aprovados deveu-se principalmente a um incremento dos empréstimos para investimento e sem garantia soberana, compensado em parte por uma redução de empréstimos em apoio a reformas de políticas. Além disso, os desembolsos totalizaram US\$6,7 bilhões, montante superior aos US\$6,1 bilhões desembolsados em 2006. E os empréstimos não desembolsados aumentaram de US\$16,1 bilhões em 2006 para US\$16,4 bilhões em 2007.

O Banco aprovou também quatro garantias não relacionadas a comércio e sem contragarantias oficiais, no montante de US\$900,00 milhões em 2007, em comparação com duas garantias, no montante de US\$180 milhões, em 2006, e não foram aprovadas garantias com contragarantias oficiais (houve uma em 2006, no montante de US\$60 milhões). Dentro do Programa de Facilitação de Financiamento ao Comércio Exterior, foram autorizadas 12 linhas de crédito para garantia comercial, no montante de US\$227 milhões (em comparação com dez e US\$133 milhões, respectivamente, em 2006), e uma linha preexistente foi ampliada em US\$9 milhões, enquanto 68 garantias, no total de US\$135 milhões, foram emitidas durante o ano (em comparação com 36 garantias, no total de US\$68 milhões, emitidas em 2006).

Desde o início das operações do Banco, não houve nenhum cancelamento na carteira de empréstimos com garantia de governos, que em 31 de dezembro de 2007 representavam mais de 97% dos US\$48 bilhões em saldos de empréstimos. Naquela data, todos os empréstimos eram realizáveis. As provisões para perdas com empréstimos e garantias ascenderam a US\$70 mi-

lhões, em comparação com US\$104 milhões em 2006. O decréscimo deveu-se principalmente à melhoria no risco da carteira de empréstimos sem garantia oficial e a um cancelamento de empréstimo no valor de US\$21 milhões.

Continuou em 2007 a implementação do Mecanismo em Moeda Local (LCF). A Diretoria Executiva aprovou dez novas operações com entidades do Brasil, Chile, Colômbia e Peru. Além disso, o Banco fez sua primeira conversão em moeda local do saldo de um empréstimo em novos soles peruanos, no montante de US\$50 milhões, e um desembolso adicional de US\$23 milhões em pesos mexicanos, dentro de um empréstimo aprovado em 2001. A Administração espera submeter à apreciação da Diretoria Executiva, no início de 2008, uma revisão da LCF que aumentará a flexibilidade para empréstimos em moeda local e reduzirá o custo para os mutuários.

O Banco emitiu obrigações num valor nominal equivalente a US\$6,1 bilhões (2006 — US\$5,4 bilhões) e produto líquido de US\$5,5 bilhões (2006 — US\$5,3 bilhões), com prazo médio de 7,9 anos (2006 — 6,5 anos). As captações feitas em um dado ano são usadas para operações gerais, entre elas o desembolso de empréstimos e o refinanciamento de dívidas em seu vencimento. O Banco lançou uma obrigação estratégica de referência no valor de US\$1 bilhão, com prazo de vencimento de cinco anos, e emitiu suas primeiras obrigações denominadas em rupias indianas e em novas liras turcas. Essas emissões incluíram uma histórica transação com 17 anos de prazo em pesos mexicanos, abrangendo duas obrigações num total de US\$577 milhões, a transação maior e de mais longo prazo já expressa em pesos mexicanos realizada com uma entidade estrangeira. Além disso, transacionou outras obrigações, denominadas em dólares australianos, dólares canadenses, coroas islandesas, dólares neozelandeses, rands sul-africanos e dólares dos Estados Unidos, além de certos países mutuários.



Da esquerda para a direita: **Peru** • A produção de cacau orgânico aumenta a receita de pequenos plantadores.

Bahamas • A unidade de dessalinização de Waterfields, em Nassau, transforma água salgada em água potável, amenizando a escassez de água.

República Dominicana • A reconstrução dos diques em Haina protegerá o porto contra furacões e permitirá que se usem dia e noite suas instalações.

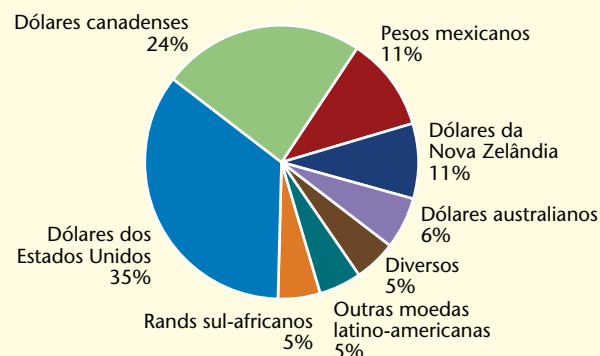
Além disso, o Banco emitiu obrigações denominadas em moedas de países membros mutuários no total de US\$909 milhões (2006 — US\$526 milhões), assim discriminadas: reais brasileiros, US\$197 milhões; pesos colombianos, US\$30 milhões; colones costarriquenhos, US\$50 milhões; e pesos mexicanos, US\$632 milhões (2006 — pesos mexicanos, US\$406 milhões e novos soles peruanos, US\$120 milhões). A emissão de obrigações em moedas de países membros mutuários é eficaz em função do custo para o Banco, contribui, em parte, para o desenvolvimento dos mercados locais de capital e amplia a demanda exterior efetiva de moedas locais.

A figura 12 mostra as emissões de valores de dívida do Banco em 2007, por moeda. Todas as emissões feitas em outras moedas foram inicialmente convertidas em dólares dos Estados Unidos. Os Quadros VII e VIII, a seguir, fornecem maiores detalhes sobre essas captações, bem como sobre o saldo de captações em 31 de dezembro de 2007, por moeda, antes dos swaps.

Como vem ocorrendo desde a primeira vez que foi classificado, em 2007 o Banco recebeu a classificação AAA dos principais serviços de classificação de crédito.

A receita operacional totalizou US\$283 milhões em 2007, em comparação com US\$627 milhões em 2006. A diminuição deveu-se, basicamente, a uma redução da receita líquida de juros, causada por maio-

Figura 12. Captações em 2007, antes dos swaps
(produto líquido com base na data das operações)



res perdas na carteira de investimentos comerciais do Banco, em decorrência da recente crise das hipotecas, inclusive o efeito de contágio sobre os valores de mercado, e de um aumento das despesas líquidas não financeiras, inclusive despesas de realinhamento, além da baixa no crédito para perdas com empréstimos e garantias.

Em 2007 a Diretoria Executiva manteve o mesmo nível de encargos aplicáveis a empréstimos do segundo

QUADRO VII • CAPTAÇÃO DE RECURSOS,¹ EXERCÍCIO DE 2007
(Totais em milhões)

Tipo	Emissão	Montante	Montante (US\$ equiv.)
Colones costarriquenhos	7,40%, vencimento em 2012	25.970	50
Coroas islandesas	13,00%, vencimento em 2008	10.000	161
Dólares australianos	6,15%, vencimento em 2009	152	\$ 134
	5,82%, vencimento em 2010	22	18
	6,00%, vencimento em 2021	200	159
Dólares canadenses	3,99%, vencimento em 2011	21	20
	4,25%, vencimento em 2012	700	632
	4,40%, vencimento em 2026	700	592
	0,00%, vencimento em 2027	300	261
Dólares da Nova Zelândia	6,95%, vencimento em 2009	87	63
	7,65%, vencimento em 2010	106	80
	7,25%, vencimento em 2012	400	290
	7,50%, vencimento em 2015	100	75
Dólares dos Estados Unidos	4,95%, vencimento em 2008	50	50
	4,98%, vencimento em 2008	100	100
	5,10%, vencimento em 2008	100	100
	4,75%, vencimento em 2010	500	500
	4,75%, vencimento em 2012	1.000	1.000
	0,00%, vencimento em 2027 ²	72	72
	0,00%, vencimento em 2037 ³	476	476
Novas liras turcas	16,38%, vencimento em 2010	100	78
Pesos colombianos	Reajustáveis, vencimento em 2017 ⁴	65.000	30
Pesos mexicanos	6,50%, vencimento em 2013	400	37
	6,50%, vencimento em 2017	200	18
	7,50%, vencimento em 2024	6.250	577
Randes sul-africanos	8,40%, vencimento em 2009	35	5
	9,84%, vencimento em 2009	40	6
	9,15%, vencimento em 2009	900	137
	0,50%, vencimento em 2009	320	49
	9,00%, vencimento em 2009	37	5
	8,82%, vencimento em 2011	150	22
	9,15%, vencimento em 2011	150	21
	1,00%, vencimento em 2012	100	14
Reais brasileiros	9,00%, vencimento em 2009	100	55
	9,00%, vencimento em 2010	200	106
	10,75%, vencimento em 2011	75	36
Rupias indianas	7,25%, vencimento em 2010	1.000	23
	8,25%, vencimento em 2017	1.500	37
CAPTAÇÕES TOTAIS			\$6.089

¹ Captações a médio e longo prazos ao valor nominal, antes dos swaps.

² Inclui opções de compra pelo emitente conforme cronograma.

³ Abrange captações a taxa renegociável com opções de compra pelo emissor conforme cronograma.

⁴ Inflação colombiana, mais 4,7%.

QUADRO VIII • SALDO DE CAPTAÇÕES¹ POR MOEDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Moeda	Montante
Colones costarriquenhos	52
Coroas islandesas	159
Dólares australianos	\$ 4.103
Dólares canadenses	5.156
Dólares da Nova Zelândia	2.840
Dólares de Hong Kong	96
Dólares dos Estados Unidos	23.877
Dólares novos de Taiwan	62
Euros	3.433
Ienes japoneses	2.375
Libras esterlinas	2.381
Novas liras turcas	86
Novos soles peruanos	130
Pesos chilenos	82
Pesos colombianos	118
Pesos mexicanos	1.378
Rand sul-africanos	732
Reais brasileiros	648
Rupias indianas	63
TOTAL	\$47.771

¹ Captações a médio e longo prazos ao valor nominal, antes dos swaps e descontos líquidos não autorizados.

semestre de 2006, uma margem de juros de 0,15% e uma comissão de crédito de 0,10%, sem taxa de supervisão e inspeção. Estes encargos são inferiores aos encargos padrão, aplicados em razão de política quando a relação patrimônio-empréstimos (TELR), medida do Banco para a adequação do capital de risco, está subindo entre 32% e 38% e sendo positivo o resultado operacional. Caso a TELR exceda o limite de sua faixa, como ocorre agora, a Diretoria pode determinar encargos sobre empréstimos distintos dos encargos padrão. A TELR aumentou constantemente ao longo de 2006 em consequência de um aumento na base de capital e de uma redução nos níveis de empréstimo, devido sobretudo a adiantamentos de amortizações. Em 2007, a TELR caiu 40,2%, como resultado de um aumento dos empréstimos pendentes. Após receber aporte do Grupo Assessor Externo, a Administração está no processo de formular uma recomendação sobre o uso de capital acima de uma TELR de 38%, para consideração pela Diretoria Executiva.

Fatos importantes de 2007

Realinhamento da Organização do Banco

O processo de realinhamento aprovado pela Diretoria Executiva em dezembro de 2006 prosseguiu em 2007. Esse processo compreende mudanças na organização básica do Banco, destinadas a melhorar a eficiência operacional e a capacidade de cumprir seu objetivo fundamental. O novo modelo organizacional busca reforçar a capacidade estratégica do Banco, permitindo-lhe responder melhor às novas demandas dos países membros na América Latina e no Caribe e realizar sua missão em benefício do progresso social e econômico da região. A Diretoria Executiva criou três novas Vice-Presidências, instaladas em 1º de julho de 2007 (a Vice-Presidência de Países, a Vice-Presidência de Setores e Conhecimento e a Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantias Soberanas), cujos titulares foram nomeados no segundo semestre. Em 31 de dezembro de 2007, o processo de realinhamento do Banco havia gerado despesas de US\$55 milhões. Estima-se que os gastos com o realinhamento ascendam a um total entre US\$75 milhões e US\$100 milhões, que, segundo se prevê, serão recuperados pelas reduções de custos decorrentes de ganhos em eficiência.

Condições Difíceis no Mercado Financeiro

Nos últimos meses houve muita turbulência nos mercados financeiros, o que levou a uma queda na liquidez, fuga para a qualidade, volatilidade bem mais alta, aumento dos spreads de crédito em muitos setores e uma falta de transparência nos preços. O Banco opera em certos setores desses mercados, basicamente por exposições em títulos de investimento lastreados por hipotecas, e já foi e continuará a ser afetado adversamente por esta perturbação no mercado.

Estas condições agravaram para o Banco a dificuldade e complexidade da avaliação desses títulos. Para determinar o valor justo de seus títulos de investimento, o Banco maximiza o uso de insumos de mercado, inclusive curvas observáveis de rendimentos de mercado, serviços externos de fixação de preços e preços de corretores independentes. As avaliações continuarão sofrendo o impacto de fatores de mercado alheios ao Banco, como índices de inadimplência, atos de organismos de classificação e o preço das transações reais. Ademais, a capacidade do Banco para mitigar o risco

QUADRO IX – CARTEIRA DE INVESTIMENTO COMERCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Categoria do Ativo	Valor
Obrigações do Governo dos Estados Unidos, suas corporações e agências	\$ 454
Obrigações de outros governos e agências	127
Obrigações do Banco	4.707
Títulos corporativos	411
Títulos lastreados por ativos e hipotecas	6.608
Investimento comercial total	\$ 12.307

vendendo e protegendo sua exposição pode ser limitada pelo meio do mercado.

Desempenho e Exposição da Carteira de Investimentos Líquida

Em consequência da recente crise das hipotecas e do efeito de contágio em setores do mercado, o Banco vem monitorando a qualidade do ativo de sua carteira de investimento, analisando e avaliando constantemente o valor fundamental dos títulos, com atenção particular nos produtos de crédito estruturados.

Em 31 de dezembro de 2007, a exposição do crédito para o conjunto da carteira de investimento montava a US\$16,1 bilhões. A despeito da crise, a qualidade da carteira continuava alta, com 90% dos emitentes classificados como AAA ou AA, e mais 1% da carteira apresentava as classificações de curto prazo mais altas, com os restantes 9% classificados como A. O Quadro IX mostra uma desagregação da carteira de investimentos comerciais em 31 de dezembro de 2007 por categoria de ativo (para outras informações, ver o Apêndice I-1 das demonstrações Financeiras).

Em 2007, as perdas realizadas e não realizadas correspondentes à carteira de US\$12,3 bilhões de investimento comercial eram de US\$11 milhões (0,1%) e US\$280 milhões (2,3%), respectivamente, quase todas relacionadas com títulos lastreados por ativos e hipotecas. A exposição da carteira de investimentos a títulos de risco lastreados em ativos e hipotecas em 31 de dezembro de 2007 afetava apenas títulos AAA, e era de US\$511 milhões (4,2%) da carteira.

Ademais, as carteiras de investimento do FOE, MFI e outros fundos administrados pelo Banco, de aproximadamente US\$2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2007,

incluíam títulos lastreados por ativos e hipotecas no valor de US\$552 milhões e US\$365 milhões, respectivamente, o que gerou perdas líquidas não realizadas de US\$23 milhões no ano.

Após 31 de dezembro de 2007, os fatos em curso nos mercados financeiros já mencionados criaram uma constante pressão sobre a fixação de preços dos investimentos do Banco. O Banco continuará monitorando e avaliando de perto esses fatos ao determinar o valor justo de sua carteira de investimento.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

Em 2007 foram aprovados um empréstimo ordinário e 18 paralelos (ver *Fatos Importantes de 2007*), no montante de US\$464 milhões, abrangendo US\$152 milhões e US\$312 milhões de recursos do FOE e do Capital Ordinário, respectivamente. Em 2006, o Banco aprovara 23 empréstimos no valor de US\$602 milhões. Em 31 de dezembro de 2007, a carteira de empréstimos líquidos de provisões para alívio da dívida ascendia a US\$4 bilhões (2006 — US\$3,7 bilhões) e se mantinha plenamente realizável. As operações do FOE geraram uma receita, antes das deduções dos gastos de cooperação técnica, de alívio da dívida e de transferências para a reserva geral, de US\$82 milhões, em comparação com US\$119 milhões em 2006.

No âmbito do Alívio da Dívida Multilateral e da Reforma do Financiamento Concessional (ver informações adicionais em *Fatos importantes de 2007*, a seguir), o FOE interrompeu as transferências de recursos para o MFI (US\$661 milhões foram alocados ao MFI em 2006). Entretanto, como parte da criação do novo Fundo Não Reembolsável do BID (GRF), a Assembléia de Governadores aprovou a transferência de US\$50 milhões do FOE para o GRF, a fim de proporcionar recursos não reembolsáveis para o Haiti.

Fatos importantes de 2007

No âmbito de uma iniciativa aprovada em dezembro de 2006, a Assembléia de Governadores autorizou, em março de 2007, a resolução sobre Alívio da Dívida Multilateral e Reforma do Financiamento Concessional, que incluiu a concessão de 100% de alívio da dívida à Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua em relação aos saldos de empréstimos do FOE pendentes em 31 de dezembro de 2004. Dentro dessa iniciativa, o FOE perdoou aproximadamente US\$3,4 bilhões em pagamentos do principal, inclusive o perdão de cerca de US\$0,4 bilhão

QUADRO X • DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País membro em cujo território foram feitos empréstimos	Capital Ordinário			Fundo para Operações Especiais ¹	Total
	Setor público	Setor privado	Subtotal		
Argentina	\$ 8.567	\$ 2	\$ 8.569	\$ 99	\$ 8.668
Bahamas	79	—	79	—	79
Barbados	133	—	133	11	144
Belize	96	—	96	—	96
Bolívia	195	81	276	259	535
Brasil	12.505	558	13.063	252	13.315
Chile	551	9	560	0	560
Colômbia	4.813	—	4.813	107	4.920
Costa Rica	495	10	505	58	563
El Salvador	1.166	—	1.166	428	1.594
Equador	1.465	25	1.490	490	1.980
Guatemala	1.135	25	1.160	323	1.483
Guiana	3	—	3	150	153
Haiti	—	—	0	711	711
Honduras	89	—	89	264	353
Jamaica	542	—	542	39	581
México	4.574	105	4.679	13	4.692
Nicarágua	78	7	85	395	480
Panamá	853	—	853	34	887
Paraguai	678	—	678	296	974
Peru	3.823	201	4.024	48	4.072
República Dominicana	1.029	—	1.029	343	1.372
Suriname	55	7	62	1	63
Trinidad e Tobago	390	—	390	7	397
Uruguai	1.835	—	1.835	16	1.851
Venezuela	1.153	—	1.153	—	1.153
Regional	484	138	622	55	677
TOTAL	\$ 46.786	\$ 1.168	\$ 47.954	\$ 4.399	\$ 52.353

¹ Exclui participações em empréstimos vendidos ao Fundo Fiduciário de Progresso Social num total de US\$38 milhões, incluindo US\$1 milhão à Bolívia, US\$3 milhões à Costa Rica, US\$10 milhões a El Salvador, US\$7 milhões ao Equador, US\$7 milhões à Guatemala, US\$2 milhões ao Panamá, US\$1 milhão ao Paraguai e US\$7 milhões à República Dominicana.

referente ao Haiti, a vigorar quando esse país alcançar o ponto de conclusão no âmbito da Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC) Reforçada, e US\$1,0 bilhão em pagamento de juros futuros. Saldos de empréstimos do FOE no montante de aproximadamente US\$3,9 bilhões foram cancelados em 2007 como parte da implementação dessa iniciativa. Além disso, como resultado da reforma do financiamento concessional em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007, os créditos concedidos pelo FOE assumem a forma de empréstimos reembolsáveis no vencimento, com prazo de 40 anos e alto grau de concessionalidade. Combinado com empréstimos do Capital Ordinário através do mecanismo creditício paralelo, o sistema permite ao Banco proporcionar

recursos concessionais aos países do FOE de forma coerente com um quadro de sustentabilidade da dívida.

Como consequência direta dessa reforma, a Assembleia de Governadores decidiu também que o FOE arque com uma parcela menor das despesas administrativas do Banco, atualmente divididas entre o Capital Ordinário e o FOE. Por fim, os países habilitados a subsídios do FOE receberão recursos concessionais para novos empréstimos, até 2015, na forma de empréstimos paralelos, e não uma redução da taxa de juros, e continuarão a receber a redução na taxa de juros para os empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2006. As transferências do FOE para o MFI foram interrompidas.



Peru • A produção de gás natural está dando ao país segurança energética de longo prazo.

Em janeiro de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou alívio da dívida para o Haiti nos termos da Iniciativa HIPC Reforçada. Prevê-se que o Haiti, que atingiu o ponto de decisão, receba alívio da dívida, no âmbito dessa iniciativa, no montante de US\$20 milhões. Além disso, segundo a resolução de Alívio da Dívida Multilateral e Reforma do Financiamento Concessional, o Hai-

ti terá acesso a uma combinação de empréstimos e/ou operações não reembolsáveis, com níveis adequados de concessionalidade, ao atingir o ponto de conclusão.

Em junho de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou a criação do GRF, com a finalidade de permitir operações não reembolsáveis apropriadas para lidar com circunstâncias especiais que surjam em países especificados (atualmente, apenas o Haiti) ou com relação a projetos específicos. O GRF é financiado por transferências do FOE e por eventuais contribuições diretas de países doadores.

Em outubro de 2007, a Diretoria Executiva aprovou uma recomendação da administração favorável à mudança da base especial de contabilidade do FOE para empréstimos e quotas de contribuição, de modo a cumprir integralmente as normas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (GAAP), a partir de 2007. Conseqüentemente, no caso de empréstimos, (a) será estimada uma reserva para perdas e (b) o reconhecimento da participação do Banco em todas as iniciativas de alívio de dívida será feito na ocasião em que for provável o comprometimento. No caso das quotas de contribuição, o reconhecimento das contribuições dos membros será efetivado quando do recebimento de pagamentos em dinheiro ou em letras à vista, e as contribuições recebidas em moedas que não seja a das demonstrações financeiras serão convertidas segundo as taxas de câmbio históricas vigentes no dia do pagamento. Assim sendo, as demonstrações financeiras de 2007 e os dados comparativos para anos anteriores foram ajustadas em conformidade com as GAAP.

Cópias das demonstrações financeiras básicas do Capital Ordinário, do FOE, do MFI e do GRF aparecem nas páginas 60–67. O conjunto completo das demonstrações financeiras, inclusive os pareceres dos auditores externos e as notas às demonstrações financeiras, constam da seção Análise e Discussão da Administração e Demonstrações Financeiras deste Relatório Anual.

**QUADRO XI • SUBSCRIÇÕES DO CAPITAL REALIZADO, COTAS DE CONTRIBUIÇÃO E PODER DE VOTO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Países membros	Capital Ordinário Capital realizado subscrito			Porcentagem do número total de votos ^{1,3}	Cotas de contribuição para o FOE
	Integralizado	Exigível	Total		
Países regionais em desenvolvimento					
Argentina	\$ 465,1	\$ 10.393,8	\$ 10.858,9	10,752	\$ 505,4
Bahamas	11,6	198,3	209,9	0,209	10,6
Barbados	5,6	124,3	129,9	0,130	1,8
Belize	7,2	103,5	110,7	0,111	7,6
Bolívia	37,3	834,4	871,7	0,865	48,7
Brasil	465,1	10.393,8	10.858,9	10,752	544,4
Chile	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	157,7
Colômbia	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	153,7
Costa Rica	18,7	417,1	435,7	0,433	23,4
El Salvador	18,7	417,1	435,7	0,433	21,4
Equador	24,9	556,8	581,7	0,577	30,3
Guatemala	24,9	556,8	581,7	0,577	32,8
Guiana	7,8	153,8	161,6	0,162	8,3
Haiti	18,7	417,1	435,7	0,433	21,8
Honduras	18,7	417,1	435,7	0,433	26,5
Jamaica	24,9	556,8	581,7	0,577	28,8
México	299,0	6.681,3	6.980,3	6,912	329,0
Nicarágua	18,7	417,1	435,7	0,433	24,2
Panamá	18,7	417,1	435,7	0,433	25,4
Paraguai	18,7	417,1	435,7	0,433	27,9
Peru	62,3	1.390,7	1.453,0	1,440	79,8
República Dominicana	24,9	556,8	581,7	0,577	33,9
Suriname	5,7	82,9	88,6	0,089	6,3
Trinidad e Tobago	18,7	417,1	435,7	0,433	20,9
Uruguai	49,9	1.114,3	1.164,2	1,154	55,9
Venezuela	249,3	5.568,5	5.817,8	5,761	315,3
Total dos países regionais em desenvolvimento	2.170,5	48.311,4	50.481,1	50,016	2.541,8
Canadá	173,7	3.866,2	4.039,9	4,001	308,6
Estados Unidos	1.303,0	29.006,7	30.309,7	30,007	4.839,0
Países não regionais					
Alemanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	230,0
Áustria	6,9	153,7	160,6	0,161	20,0
Bélgica	14,2	316,8	331,0	0,329	42,5
Coréia, República da	0,1	2,1	2,2	0,004	—
Croácia	2,1	46,4	48,5	0,050	5,9
Dinamarca	7,3	163,4	170,8	0,171	20,0
Eslovênia	1,3	28,1	29,4	0,031	3,4
Espanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	215,8
Finlândia	6,9	153,7	160,6	0,161	19,0
França	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	221,1
Israel	6,8	151,5	158,3	0,158	18,0
Itália	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	215,7
Japão	217,1	4.833,2	5.050,3	5,001	591,9
Noruega	7,3	163,4	170,8	0,171	20,0
Países Baixos	14,6	325,6	340,3	0,338	36,9
Portugal	2,3	51,7	54,0	0,055	7,8
Reino Unido	41,8	929,9	971,7	0,964	175,3
Suécia	14,1	314,8	328,9	0,327	40,1
Suíça	20,4	454,2	474,7	0,472	62,7
Total dos membros não regionais	692,4	15.414,3	16.106,9	15,976	1.946,1
Total antes do montante não alocado	4.339,4	96.598,5	100.937,9		9.635,5
Não alocado ²	0,9	14,8	15,7		5,4
TOTAL GERAL	\$ 4.340	\$ 96.613	\$ 100.953	100	\$ 9.640

¹ Devido ao arredondamento dos dados, os subtotais e o total geral podem não refletir a soma das parcelas.

² Representa as ações e cotas de contribuição restantes da ex-República Federal Socialista da Iugoslávia.

³ O poder de voto de cada país membro é o mesmo na tomada de decisões referentes ao Capital Ordinário e ao FOE. Exceto nos casos expressamente contemplados no Convênio Constitutivo do Banco, todas as questões são decididas pela maioria do poder de voto dos países membros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2007		2006	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa	\$ 200		\$ 276	
Investimentos				
Carteira de curto prazo	12.307		12.278	
Detidos até o vencimento	3.858	\$16.365	3.543	\$16.097
Saldo de empréstimos	47.954		45.932	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51)	47.903	(90)	45.842
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	103		95	
Sobre empréstimos	600		594	
Sobre swaps, líquido	20	723	25	714
Valores a receber de países membros				
Obrigações a demanda não negociáveis e não remuneradas. . .	358		361	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	54	412	57	418
Swaps de taxa de juros e cambiais				
Investimentos — carteira de curto prazo	3		2	
Empréstimos	4		5	
Captações	3.019	3.026	1.880	1.887
Outros ativos				
Benefícios pós-aposentadoria	973		863	
Imobilizado, líquido.	296		301	
Custos de captação a amortizar	180		196	
Outros	29	1.478	157	1.517
Ativo total		<u>\$69.907</u>		<u>\$66.475</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO				
Passivo				
Captações				
Curto prazo	\$ 2.204		\$ 658	
Médio e longo prazos	44.845	\$47.049	44.030	\$44.688
Swaps de taxa de juros e cambiais				
Investimentos — carteira de curto prazo	2		1	
Empréstimos	16		9	
Captações	1.006	1.024	742	752
Valores a pagar sobre compra de títulos para investimento . . .		67		47
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários		616		315
Juros acumulados sobre captações		596		586
Contas a pagar e despesas acumuladas		202		279
Total do passivo		49.554		46.667
Patrimônio				
Capital				
Subscritas 8.368.563 ações	100.953		100.953	
Menos parcela exigível	(96.613)		(96.613)	
Capital realizado	4.340		4.340	
Lucros retidos	14.576		14.442	
Outros resultados abrangentes acumulados	1.437	20.353	1.026	19.808
Total do passivo e patrimônio		<u>\$69.907</u>		<u>\$66.475</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS RETIDOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Receita			
Empréstimos			
Juros	\$ 2.404	\$ 2.435	\$ 2.368
Outras receitas de empréstimos	32	31	45
	2.436	2.466	2.413
Investimentos	487	619	403
Outros	19	12	14
Receita total	2.942	3.097	2.830
Despesas			
Despesas de captação			
Juros, depois dos swaps	2.074	2.015	1.678
Amortização de custos de captação	49	55	55
Custos de recompra de dívida	12	—	—
	2.135	2.070	1.733
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	(13)	(48)	(14)
Despesas administrativas	500	414	387
Programas especiais	37	34	12
Despesas totais	2.659	2.470	2.118
Resultado antes da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais	283	627	712
Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais	(149)	(384)	50
Resultado líquido	134	243	762
Lucros retidos, início do exercício	14.442	14.199	13.437
Lucros retidos, encerramento do exercício	\$14.576	\$14.442	\$14.199

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Resultado líquido	\$134	\$243	\$ 762
Outros resultados abrangentes			
Ajustes de tradução	280	149	(554)
Variação no ativo dos benefícios pós-aposentadoria	130	—	—
Valores reclassificados para resultado — hedges de fluxo de caixa	1	8	8
Total de outros resultados abrangentes (perda)	411	157	(546)
Resultado abrangente	\$545	\$400	\$ 216

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Fluxos de caixa de atividades de empréstimo e investimento			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos (líquido de participações)	\$ (6.725)	\$ (6.088)	\$ (4.899)
Liquidações de empréstimos (líquido de participações)	5.265	8.615	5.224
Recuperação de empréstimos	—	3	9
Caixa líquido gerado por atividades de empréstimo	(1.460)	2.530	334
Compras brutas de investimentos mantidos até o vencimento	(2.378)	(2.049)	(2.392)
Produto bruto de investimentos detidos até o vencimento	2.459	2.056	2.531
Aquisição de imobilizado	(14)	(15)	(24)
Ativos e passivos diversos	(7)	7	(6)
Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades de empréstimo e investimento	(1.400)	2.529	443
Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento			
Captações de médio e longo prazos:			
Recursos gerados por emissões de títulos	5.440	5.276	5.039
Amortizações	(6.595)	(6.510)	(5.711)
Captações de curto prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	5.941	10.276	8.602
Amortizações	(4.390)	(10.559)	(7.969)
Valores recebidos de países membros	5	12	26
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	401	(1.505)	(13)
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos de curto prazo	(10.639)	(20.468)	(14.670)
Recursos brutos gerados pela venda ou vencimento de investimentos de curto prazo	10.761	18.672	13.329
Receita de empréstimos	2.434	2.457	2.405
Juros e outros custos de captações, após os swaps	(1.953)	(1.857)	(1.544)
Receita de investimentos	741	588	395
Outras receitas	19	13	14
Despesas administrativas	(433)	(367)	(335)
Programas especiais	(13)	(7)	(1)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais	917	(969)	(407)
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa . . .	6	(2)	(10)
Aumento (redução) do saldo de caixa, líquido	(76)	53	13
Caixa, início do exercício	276	223	210
Caixa, encerramento do exercício	\$ 200	\$ 276	\$ 223

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2007		2006	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa	\$ 374		\$ 389	
Investimentos	<u>1.191</u>	<u>\$1.565</u>	<u>1.203</u>	<u>\$1.592</u>
Saldo de empréstimos	4.399		8.044	
Provisão para alívio da dívida.	<u>(433)</u>	<u>3.966</u>	<u>(4.311)</u>	<u>3.733</u>
Juros e outros encargos acumulados		25		39
Valores a receber de países membros				
Obrigações a demanda não negociáveis e não remuneradas.	545		567	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	<u>200</u>	<u>745</u>	<u>209</u>	<u>776</u>
Outros ativos		4		8
Ativo total		<u>\$6.305</u>		<u>\$6.148</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO				
Passivo				
Contas a pagar e despesas acumuladas	\$ 6		\$ 6	
Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar	85		84	
Devido ao Fundo Não Reembolsável do BID	38		—	
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários. . .	<u>374</u>	<u>\$ 503</u>	<u>300</u>	<u>\$390</u>
Saldo do Fundo				
Cotas de contribuição autorizadas e subscritas	9.640		9.639	
Reserva geral (déficit)	<u>(3.956)</u>		<u>(3.965)</u>	
Ajustes de tradução acumulados	118	<u>5.802</u>	<u>84</u>	<u>5.758</u>
Total do passivo exigível e saldo do fundo		<u>\$6.305</u>		<u>\$6.148</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS (PERDAS) E RESERVA (DÉFICIT) GERAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Receita			
Empréstimos			
Juros	\$ 79	\$ 139	\$ 135
Outras receitas de empréstimos	11	13	14
	90	152	149
Investimentos	56	60	38
Receita total	146	212	187
Despesas			
Despesas administrativas	64	93	86
Total de despesas	64	93	86
Lucro antes de cooperação técnica, alívio da dívida e transferências	82	119	101
Despesas de cooperação técnica	23	19	28
Despesas de alívio de dívidas	—	3,382	1
Transferências para a Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário	—	61	62
Transferência para a Linha de Doações do BID	50	—	—
Lucro (prejuízo) líquido	9	(3,343)	10
Reserva (déficit) geral, início do exercício	(3,965)	(622)	(632)
Reserva (déficit) geral, final do exercício	<u>\$(3,956)</u>	<u>\$(3,965)</u>	<u>\$(622)</u>

DEMONSTRATIVO DA RECEITA (PERDA) ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Lucro (perda) líquido	\$ 9	\$(3,343)	\$ 10
Ajustes de tradução	34	54	(89)
Receita (perda) abrangente	<u>\$43</u>	<u>\$(3,289)</u>	<u>\$(79)</u>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Fluxo de caixa de atividades de empréstimo			
Desembolsos de empréstimos	\$ (393)	\$ (398)	\$ (424)
Cobrança de empréstimos	275	290	301
Participações em empréstimos, líquidas	(2)	(2)	(1)
Caixa líquido utilizado em atividades de empréstimo	(120)	(110)	(124)
Fluxo de caixa de atividades financeiras			
Valores recebidos de países membros	28	101	130
Caixa líquido gerado por atividades financeiras	28	101	130
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos	(572)	(1.208)	(2.269)
Produto bruto da venda ou vencimento de investimentos	625	1.233	2.237
Recebimento de receita de empréstimos	93	152	146
Receita de investimentos	23	26	38
Despesas administrativas	(65)	(99)	(77)
Financiamentos de cooperação técnica e outros	(23)	(29)	(34)
Transferências em dinheiro para a Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário	—	(61)	(62)
Transferências em dinheiro para a Linha de Doações do BID	(12)	—	—
Caixa líquido gerado por (utilizado em) atividades operacionais	69	14	(21)
Efeito das flutuações cambiais sobre o caixa	8	6	6
Aumento (redução) líquido do Caixa	(15)	11	(9)
Caixa no início do exercício	389	378	387
Caixa ao final do exercício	\$ 374	\$ 389	\$ 378

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2007	2006
ATIVO		
Caixa	\$ 2	\$ —
Investimentos	303	339
Ativo total	<u>\$305</u>	<u>\$339</u>
SALDO DO FUNDO		
Saldo do fundo	<u>\$305</u>	<u>\$339</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro		
	2007	2006	2005
Adições			
Alocações do Fundo para Operações Especiais	\$ —	\$ 61	\$ 62
Receita de investimentos	14	17	9
Total das adições	14	78	71
Deduções			
Juros e principal pagos em nome de mutuários do Capital Ordinário . . .	48	43	4 3
Outras mutações no saldo do fundo, antes dos ajustes de tradução . .	(34)	35	28
Ajustes de tradução	—	—	(1)
Outras mutações no saldo do fundo, após os ajustes de tradução . . .	(34)	35	27
Saldo do fundo, início do exercício	339	304	277
Saldo do fundo, encerramento do exercício	<u>\$305</u>	<u>\$339</u>	<u>\$304</u>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro		
	2007	2006	2005
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Alocações do Fundo para Operações Especiais	\$ —	\$ 61	\$ 62
Receita de investimentos	3	5	9
Juros e principal pagos em nome de mutuários do Capital Ordinário . . .	(48)	(43)	(43)
Aumento (redução) líquido em investimentos	47	(28)	(26)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais e aumento (redução) líquido de caixa	2	(5)	2
Caixa, início do exercício	—	5	3
Caixa, encerramento do exercício	<u>\$ 2</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ 5</u>

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro de 2007
ATIVO	
Devido pelo Fundo para Operações Especiais	\$ 38
Total	<u>\$ 38</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO	
Passivo	
Doações não desembolsadas	\$ 38
Saldo do fundo	—
Total	<u>\$ 38</u>

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	De 29 de junho de 2007 (início) a 31 de dezembro de 2007
Acréscimos	
Transferências do Fundo para Operações Especiais	\$ 50
Total	50
Deduções	
Doações	50
Variação no saldo do fundo	—
Saldo do fundo no início do período	—
Saldo do fundo no fim do período	<u>\$ —</u>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	De 29 de junho de 2007 (início) a 31 de dezembro de 2007
Fluxos de caixa das operações	
Transferências do Fundo para Operações Especiais	\$ 12
Desembolsos das doações	(12)
Fluxos de caixa líquidos das operações	—
Caixa no início do período	—
Caixa no fim do período	<u>\$ —</u>

QUADRO XII • DEZ ANOS DE OPERAÇÕES DO BID, 1998–2007

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CAPITAL										
Subscrições (fim do ano)										
Capital Ordinário	94.219	100.881	100.959	100.959	100.951	100.951	100.951	100.953	100.953	100.953
Fundo para Operações Especiais ¹	9.643	9.646	9.559	9.480	9.584	9.636	9.637	9.639	9.639	9.640
Outros fundos ²	2.572	2.634	2.651	2.730	2.772	2.976	3.066	3.113	3.211	3.717
Total	106.434	113.161	113.169	113.169	113.307	113.563	113.654	113.705	113.803	114.310
CAPTAÇÃO DE RECURSOS³										
Saldo (fim do ano)	32.511	38.784	41.394	42.186	47.471	50.821	48.886	46.433	46.396	47.771
Captação anual bruta	5.761	8.865	8.139	7.097	9.340	9.109	4.710	4.937	5.419	6.089
OPERAÇÕES										
Empréstimos e garantias aprovados (Acumulado)⁴										
Capital Ordinário ⁵	79.742	88.226	89.959	93.518	100.834	110.436	116.799	118.094	125.012	135.680
Fundo para Operações Especiais	14.273	14.663	14.924	15.328	15.774	16.652	17.391	17.486	18.257	18.525
Outros fundos	1.735	1.726	1.724	1.719	1.736	1.769	1.747	1.743	1.751	1.772
Total	95.750	104.615	106.607	110.565	118.344	128.857	135.937	137.323	145.020	155.977
Empréstimos e garantias aprovados (anual)⁶										
Capital Ordinário ⁵	9.364	9.061	4.969	7.411	4.143	6.232	5.468	6.738	5.774	8.812
Fundo para Operações Especiais	686	417	297	443	406	578	552	410	605	152
Outros fundos	13	8	—	—	—	—	—	—	2	6
Total	10.063	9.486	5.266	7.854	4.549	6.810	6.020	7.148	6.381	8.970
Desembolsos de empréstimos (anual)⁶										
Capital Ordinário ⁵	6.085	7.947	6.683	6.037	5.522	8.416	3.768	4.899	6.088	6.725
Fundo para Operações Especiais	535	430	386	422	313	486	463	424	398	393
Outros fundos	15	10	—	—	2	—	1	5	3	6
Total	6.635	8.387	7.069	6.459	5.837	8.902	4.232	5.328	6.489	7.124
Amortização de empréstimos (anual)⁶										
Capital Ordinário	1.946	1.988	2.312	1.926	4.106	7.279	5.199	5.224	8.615	5.265
Fundo para Operações Especiais ¹	283	289	289	268	256	296	294	301	290	275
Outros fundos	29	29	15	14	13	12	9	5	3	4
Total	2.258	2.306	2.616	2.208	4.375	7.587	5.502	5.530	8.908	5.544
Saldo de empréstimos										
Capital Ordinário	32.635	38.552	41.872	44.951	47.958	50.655	49.842	48.135	45.932	47.954
Fundo para Operações Especiais ¹	6.827	6.955	7.025	6.637	6.763	6.670	6.971	6.878	3.733	3.966
Outros fundos	189	164	146	133	118	104	98	94	94	96
Total	39.651	45.671	49.043	51.721	54.839	57.429	56.911	55.107	49.759	52.016
Aprovações de cooperação técnica não reembolsável (anual)⁷										
Capital Ordinário	—	—	—	—	—	—	—	12	34	37
Fundo para Operações Especiais	64	47	36	39	36	30	36	36	28	34
Outros fundos	53	44	34	46	45	47	39	57	53	92
Total	117	91	70	85	81	77	75	105	115	163
Fundo não reembolsável do BID										
Operações aprovadas (por ano)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	50
Operações aprovadas do Fundo Multilateral de Investimentos (anual)⁸										
	127	141	100	90	99	69	116	114	125	135
ADMINISTRAÇÃO										
Despesas administrativas										
TOTAL — TODOS OS FUNDOS DO BANCO	341	335	342	355	376	386	404	473	507	564

¹ Os saldos dos anos anteriores foram modificados para corresponder à nova base contábil adotada em 2007. Os empréstimos pendentes após 2007 são líquidos de provisão para alívio da dívida.

² Inclui o Fundo Multilateral de Investimentos.

³ Captação de médio e longo prazos ao valor nominal, antes dos swaps.

⁴ Menos cancelamentos. Inclui ajustes de transações de câmbio.

⁵ Menos participações em empréstimos sem garantia soberana.

⁶ Com base nos montantes originais, expressos em equivalentes de dólares dos Estados Unidos.

⁷ Inclui o financiamento do Programa de Empreendedorismo Social, programas especiais e outras operações não reembolsáveis.

⁸ Inclui operações de cooperação técnica, empréstimos e investimentos de capital.

QUADRO XIII • CO-FINANCIAMENTO EM 2007¹

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Co-financiador	Montante
Instituições multilaterais	
Banco Centro-Americano para Integração Econômica (CABEI)	\$ 1.185,00
Corporação Andina de Fomento (CAF)	52,50
Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF)	9,96
Grupo do Banco Mundial (BIRD/IDA)	1.037,03
Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)	40,00
Subtotal	2.324,49
Contribuições bilaterais	
Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA)	6,00
Alemanha – Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)	50,00
Banco para Cooperação Internacional do Japão (JBIC)	161,00
Corporación Estadounidense del Reto del Milenio (US MCC)	101,20
Subtotal	318,20
COFABs²	0,57
Total do co-financiamento em 2007	\$ 2.643,26

¹ Esta lista representa os fundos comprometidos pelos doadores durante o ano. Os acordos ainda podem estar em negociação.

² Co-financiamento não reembolsável administrado pelo BID.

CO-FINANCIAMENTO

Os parceiros internacionais proporcionaram quase US\$2,4 bilhões em co-financiamento e transações de projetos correlatas em 2007 em apoio às operações do Banco, além das operações do setor privado e de fundos fiduciários. Como em 2006, as aprovações em todos os países refletiram o aprofundamento da cooperação programática com parceiros multilaterais e o êxito das parcerias estratégicas. O interesse em programas regionais de infra-estrutura permaneceu grande: o Banco do Japão para Cooperação Internacional apoiou a infra-estrutura no Panamá, e órgãos bilaterais e privados colaboraram mais intensamente por meio das contribuições de co-financiamento de doações do BID.

O volume de co-financiamento e programas correlatos envolveu sete parceiros de co-financiamento, que

apoiaram 25 operações em 11 países, inclusive uma operação regional. Várias operações atraíram múltiplos doadores. Os parceiros forneceram recursos novos ou suplementares a sete projetos na Argentina, dois na Venezuela, quatro no Chile e um na Colômbia. O principal parceiro de co-financiamento do BID continuou a ser o Banco Mundial, que aprovou um total de US\$1 bilhão para 12 projetos de seis países em apoio aos setores produtivo, de infra-estrutura e social. A Corporação Andina de Fomento reforçou a sua presença mediante programas regionais de infra-estrutura, respaldando o trabalho do Banco em oito projetos de cinco países, num total de US\$1,2 bilhão. O Fundo OPEC, o Central American Bank for Economic Integration e o Fundo Global para o Meio Ambiente contribuíram para cinco operações em três países e um projeto regional.

FUNDOS EM ADMINISTRAÇÃO

Os fundos fiduciários já se tornaram a maior fonte de financiamento para os projetos de cooperação técnica não reembolsável do Banco. Os fundos são criados por doadores para oferecer apoio aos países mutuários do BID mediante serviços de consultoria, capacitação e cofinanciamento para empréstimos do Banco e o Programa de Empreendedorismo Social.

Em 2007, o Banco recebeu US\$54,5 milhões, sendo que os doadores dos fundos fiduciários contribuíram com US\$35,6 milhões e o Banco administrou 42 fundos fiduciários ativos para atividades de cooperação técnica (ver Quadro XIV). Do total de US\$167,9 milhões em ope-

rações de cooperação técnica aprovadas durante o ano, US\$51,5 milhões vieram dos recursos dos fundos. Desse total, os fundos fiduciários japoneses foram responsáveis por US\$23 milhões, seguidos pelos fundos coreanos, com US\$6 milhões, e do Fundo Geral de Cooperação da Espanha, com US\$4,8 milhões.

Em 2007 os fundos fiduciários de doadores e o Banco instituíram dois fundos fiduciários de consultores de múltiplos países, a Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática (SECDI), o Fundo de Prevenção de Desastres, o Fundo Chileno para o Aprendizado das Melhores Práticas Internacionais e o Fundo Chileno em Apoio da Inovação Tecnológica na América Central e na República Dominicana.

QUADRO XIV • FUNDOS EM ADMINISTRAÇÃO ATIVOS

País	Nome	Contribuições acumuladas ¹ (no equivalente a milhões de US\$)
Áustria	Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica da Áustria	1,0
	Fundo do BID de Ajuda e Reconstrução em Caso de Desastres	4,1
Banco Mundial	BID/Fundo Mundial para o Meio Ambiente	22,6
Bélgica	Fundo Fiduciário Belga para Consultores	3,1
Canadá	Fundo de Comércio BID/Canadá	4,7
Chile	Fundo Fiduciário Chileno para Aprendizado com Melhores Práticas Internacionais	0,5
	Fundo Fiduciário Chileno de Apóio à Inovação Tecnológica na América Central	0,2
Coréia,	Fundo Coreano de Parceria para o Conhecimento em Tecnologia e Inovação	25,0
República da	Fundo da Coréia para Redução da Pobreza	23,7
Dinamarca	Fundo Dinamarquês para Consultores	2,8
Espanha	Fundo Espanhol para Consultores (ICEX)	13,8
	Quadro Espanhol – Fundo de Cooperação Geral	41,8
Estados Unidos	Fundo Fiduciário de Progresso Social	525,0
Finlândia	Programa Finlandês de Assistência Técnica	2,4
França	Fundo Francês de Cooperação Técnica para Atividades de Treinamento e Consultoria	19,5
Israel	Fundo Fiduciário de Israel para Consultores (Banco de Israel)	0,7
Itália	Fundo Italiano para Firms de Consultoria e Instituições Especializadas	15,8
	Fundo Fiduciário da Itália para Consultores Individuais	7,2
	Fundo Fiduciário da Itália para Preparação de Projetos do Fumin	3,2
	Fundo Fiduciário da Itália para o Desenvolvimento da Microempresa	8,8
	Fundo Italiano de Tecnologia de Informação e Comunicação	7,0
	Fundo Italiano para Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável	2,1
Japão	Fundo Especial do Japão	225,0
	Programa de Bolsas de Estudo de Pós-graduação do BID	34,1
	Fundo Fiduciário do Japão para Serviços de Consultoria	39,8
Japão, República da Coréia e Espanha	Fundo Fiduciário multidoadores para Prevenção de Desastres	6,8
Noruega	Fundo Fiduciário para Atividades Anticorrupção	1,7
	Fundo Norueguês para o Desenvolvimento de Microempresas	1,9
	Fundo Fiduciário Norueguês para Serviços de Consultoria	1,0
Noruega e Canadá	Fundo de Capital Social, Ética e Desenvolvimento	1,8
	Fundo Fiduciário para a Incorporação de Gênero	6,2
Noruega, Reino Unido e Canadá	Fundo de Inclusão Social	6,6
Países Baixos	Programa de Parceria Ambiental	7,0
	Programa Holandês de Parceria para Gestão de Água	8,1
Portugal	Fundo Português de Cooperação Técnica	1,6
Regional	Fundo Indígena	18,8
	Fundo Regional para Tecnologia Agropecuária (Fontagro)	52,3
Reino Unido	Fundo Fiduciário de Mercados e Governança para Redução da Pobreza	4,5
	Fundo Fiduciário para Promover o Comércio e Reduzir a Pobreza	1,3
Suécia	Quadro Sueco – Programa de Parceria SIDA/BID	5,5
	Fundo Fiduciário da Suécia para Serviços de Consultoria e Atividades de Treinamento	3,1
Suíça	Fundo Suíço para Consultores	5,2

¹ Os montantes refletem taxas de câmbio históricas e não refletem saldos disponíveis atualmente.

QUADRO XV • DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS*(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)*

Categoria	2005 Efetivo	2006 Efetivo	2007 Efetivo
Assembléia de Governadores	\$ 3.797,5	\$ 3.926,6	\$ 2.930,6
Diretoria Executiva	17.630,2	18.036,8	18.047,4
Escritório de Avaliação e Supervisão	6.572,3	6.648,3	6.691,4
Sede e Representações	406.722,1	429.905,0	438.965,6
Total das despesas administrativas brutas^{1,2,3,4,5}	434.722,1	458.516,6	466.635,0
Reembolso de fundos em administração e da CII	(3.776,3)	(3.822,8)	(3.117,3))
Reembolsos do Fumin e do Intal, receita administrativa	(9.479,2)	(8.656,0)	(11,280.1)
Total das despesas administrativas líquidas	421.466,6	446.037,8	452,237.5
Despesas de capital	23.904,1	18.590,2	15,787.0
Total das despesas administrativas líquidas e de capital	\$445.370,7	\$464.628,0	\$468,024.6

¹ Exceto depreciação, que totalizou US\$15,7 milhões em 2005, US\$43,1 milhões em 2006 e US\$20,6 milhões em 2007.² Exceto custos acumulados de benefícios de aposentadoria, no montante de US\$7,7 milhões, US\$4,0 milhões e US\$20,0 milhões em 2005, 2006 e 2007 respectivamente.³ Exceto US\$14,8 milhões e US\$1,1 milhão de despesas em 2005 e 2006, respectivamente, relativos a anos anteriores.⁴ Exceto montantes de US\$0,5 milhão a Fundação Interamericana de Cultura e Desenvolvimento. em 2005, 2006 e 2007.⁵ Exclui US\$55 milhões de despesas de realinhamento em 2007⁶ A partir de 2006, o orçamento administrativo baseia-se em recursos brutos, enquanto todo o resultado e reembolsos do Banco são refletidos em conta de resultado. A resolução orçamentária anual é apresentada e aprovada em termos brutos pela Diretoria Executiva. Os números apresentados como os valores efetivos de 2004 e 2005 em termos líquidos foram ajustados do valor líquido para o valor bruto para refletir essa mudança.**ADMINISTRAÇÃO**

Concluiu-se em 2007 um grande alinhamento das operações administrativas. Chefes de Divisão, chefes de unidades, representantes nos países membros e outros funcionários de alto nível foram selecionados mediante um processo de concorrência, e efetuou-se uma realocação geral de escritórios durante a transição a fim de maximizar o uso das instalações conforme a nova estru-

tura organizacional. No fim de 2007 o pessoal do Banco financiado pelo orçamento administrativo totalizava 1.745 funcionários, dos quais 1.333 classificados como profissionais e 365 como pessoa de apoio. Estes números excluem os diretores executivos, o Escritório de Avaliação e Supervisão e o Fundo Multilateral de Investimentos. Na sede o número de funcionários se elevava a 1.229 e nas representações a 516. As mulheres detinham 555 cargos profissionais, representando 41,6% de todo o pessoal profissional.

**QUADRO XVI • DESEMBOLSOS EM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS POR PAÍS DE ORIGEM
(EMPRÉSTIMOS EM APOIO A REFORMAS DE POLÍTICAS)¹**

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007				1990–2007							
	Exportações ²		Total		Compras locais		Exportações		Total			
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Países mutuários												
Argentina	\$ 68,7	3,3	\$ 68,7	3,3	\$ 30,0	40,2	\$ 1.309,1	4,1	\$ 1.339,1	4,2		
Bahamas	0,0	0,0	0,0	0,0			6,4	0,0	6,4	0,0		
Barbados	0,1	0,0	0,1	0,0			6,6	0,0	6,6	0,0		
Belize	0,0	0,0	0,0	0,0			29,9	0,1	29,9	0,1		
Bolívia	16,7	0,8	16,7	0,8			154,0	0,5	154,0	0,5		
Brasil	312,1	15,1	312,1	15,1			4.095,3	12,9	4.095,3	12,8		
Chile	66,0	3,2	66,0	3,2			707,9	2,2	707,9	2,2		
Colômbia	38,6	1,9	38,6	1,9			461,6	1,5	461,6	1,5		
Costa Rica	7,7	0,4	7,7	0,4			137,9	0,4	137,9	0,4		
Ecuador	56,2	2,7	56,2	2,7			518,0	1,6	518,0	1,6		
El Salvador	6,0	0,3	6,0	0,3			60,8	0,2	60,8	0,2		
Guatemala	8,3	0,4	8,3	0,4			89,3	0,3	89,3	0,3		
Guiana	0,0	0,0	0,0	0,0			2,6	0,0	2,6	0,0		
Haiti	0,0	0,0	0,0	0,0	14,6	19,5	0,0	0,0	14,6	0,1		
Honduras	3,9	0,2	3,9	0,2			21,1	0,1	21,1	0,1		
Jamaica	0,2	0,0	0,2	0,0			3,9	0,0	3,9	0,0		
México	118,1	5,7	118,1	5,7			1.053,8	3,3	1.053,8	3,3		
Nicaragua	0,9	0,0	0,9	0,0	0,4	0,5	9,0	0,0	9,4	0,0		
Panamá	1,5	0,1	1,5	0,1	29,7	39,8	72,4	0,2	102,1	0,3		
Paraguai	9,0	0,4	9,0	0,4			154,2	0,5	154,2	0,5		
Peru	19,0	0,9	19,0	0,9			183,2	0,6	183,2	0,6		
República Dominicana	0,0	0,0	0,0	0,0			0,6	0,0	0,6	0,0		
Suriname	0,0	0,0	0,0	0,0			1,0	0,0	1,0	0,0		
Trinidad e Tobago	8,7	0,4	8,7	0,4			95,3	0,3	95,3	0,3		
Uruguai	6,0	0,3	6,0	0,3			255,8	0,8	255,8	0,8		
Venezuela	21,5	1,0	21,5	1,0			1.029,6	3,2	1.029,6	3,2		
Total países mutuários	\$ 769,2	37,1	\$ 769,2	37,1	\$ 74,7	100,0	\$ 10.459,3	32,9	\$ 10.534,0	33,0		
Países não mutuários												
Alemanha	92,1	4,4	92,1	4,4			1.944,0	6,1	1.944,0	6,1		
Áustria	\$ 7,0	0,3	\$ 7,0	0,3			\$ 88,3	0,3	\$ 88,3	0,3		
Bélgica	15,8	0,8	15,8	0,8			226,7	0,7	226,7	0,7		
Canadá	38,0	1,8	38,0	1,8			546,7	1,7	546,7	1,7		
Coréia, República da	72,0	3,5	72,0	3,5			164,1	0,5	164,1	0,5		
Croácia	0,0	0,0	0,0	0,0			2,8	0,0	2,8	0,0		
Dinamarca	3,9	0,2	3,9	0,2			86,7	0,3	86,7	0,3		
Eslovênia	0,4	0,0	0,4	0,0			8,2	0,0	8,2	0,0		
Espanha	45,2	2,2	45,2	2,2			933,4	2,9	933,4	2,9		
Estados Unidos	760,8	36,7	760,8	36,7			11.722,5	36,8	11.722,5	36,7		
Finlândia	10,8	0,5	10,8	0,5			118,9	0,4	118,9	0,4		
França	40,6	2,0	40,6	2,0			959,1	3,0	959,1	3,0		
Israel	7,2	0,3	7,2	0,3			91,3	0,3	91,3	0,3		
Itália	45,7	2,2	45,7	2,2			1.137,8	3,6	1.137,8	3,6		
Iugoslávia ³	0,0	0,0	0,0	0,0			0,8	0,0	0,8	0,0		
Japão	84,5	4,1	84,5	4,1			1.447,2	4,6	1.447,2	4,5		
Noruega	2,8	0,1	2,8	0,1			54,0	0,2	54,0	0,2		
Países Baixos	23,7	1,1	23,7	1,1			539,2	1,7	539,2	1,7		
Portugal	2,0	0,1	2,0	0,1			31,1	0,1	31,1	0,1		
Reino Unido	22,6	1,1	22,6	1,1			587,6	1,9	587,6	1,8		
Suécia	12,9	0,6	12,9	0,6			285,9	0,9	285,9	0,9		
Suíça	15,7	0,8	15,7	0,8			392,1	1,2	392,1	1,2		
Total países não mutuários	\$ 1.303,7	62,9	\$ 1.303,7	62,9	\$ 0,0	0,0	\$ 21.368,4	67,1	\$ 21.368,4	67,0		
TOTAL	\$ 2.072,9	100,0	\$ 2.072,9	100,0	\$ 74,7	100,0	\$ 31.827,7	100,0	\$ 31.902,4	100,0		

¹ Os empréstimos em apoio a reformas de políticas começaram em 1990.

² Desde 1998, a informação deste quadro reflete os desembolsos de empréstimos ajustados a cada mutuário como participação *pro rata* das importações elegíveis desse mutuário provenientes de países fornecedores, utilizando os últimos dados disponíveis sobre importações extraídos das estatísticas de comércio das Nações Unidas.

³ Em 1993, a República Federal Socialista da Iugoslávia deixou de ser membro do Banco.

**QUADRO XVII • DESEMBOLSOS EM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS POR PAÍS DE ORIGEM
(EMPRÉSTIMOS PARA INVESTIMENTOS)**

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007						1961–2007					
	Compras locais		Exportações ¹		Total		Local Purchases		Exportações		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Países mutuários												
Argentina	\$ 986,1	23,6	\$ 17,0	2,5	\$ 1.003,1	20,6	\$ 6.059,9	11,0	\$ 946,6	4,0	\$ 7.006,5	8,9
Bahamas	7,0	0,2	0,0	0,0	7,0	0,1	59,4	0,1	84,8	0,4	144,2	0,2
Barbados	11,5	0,3	0,1	0,0	11,6	0,2	123,0	0,2	2,3	0,0	125,3	0,2
Belize	4,1	0,1	0,0	0,0	4,1	0,1	66,2	0,1	0,2	0,0	66,4	0,1
Bolívia	48,0	1,2	0,9	0,1	48,9	1,0	1.165,3	2,1	98,7	0,4	1.264,0	1,6
Brasil	1.343,0	32,2	395,9	57,1	1.738,9	35,7	16.692,4	30,3	2.491,5	10,6	19.183,9	24,4
Chile	24,8	0,6	11,6	1,7	36,4	0,8	2.700,6	4,9	126,0	0,5	2.826,6	3,6
Colômbia	241,5	5,8	6,4	0,9	247,9	5,1	3.031,3	5,5	205,1	0,9	3.236,4	4,1
Costa Rica	5,5	0,1	8,1	1,2	13,6	0,3	465,3	0,8	200,0	0,9	665,3	0,9
El Salvador	48,6	1,2	3,9	0,6	52,5	1,1	1.045,0	1,9	55,2	0,2	1.100,2	1,4
Equador	85,9	2,1	3,4	0,5	89,3	1,8	1.944,8	3,5	63,3	0,3	2.008,1	2,6
Guatemala	70,5	1,7	30,5	4,4	101,0	2,1	828,6	1,5	114,3	0,5	942,9	1,2
Guiana	24,7	0,6	0,1	0,0	24,8	0,5	190,8	0,4	0,8	0,0	191,6	0,2
Haiti	93,7	2,3	0,0	0,0	93,7	1,9	416,2	0,8	9,6	0,0	425,8	0,5
Honduras	37,1	0,9	0,1	0,0	37,2	0,8	761,0	1,4	40,6	0,2	801,6	1,0
Jamaica	19,3	0,5	0,4	0,1	19,7	0,4	316,2	0,6	90,5	0,4	406,7	0,5
México	596,0	14,3	21,5	3,1	617,5	12,7	10.054,5	18,2	787,4	3,3	10.841,9	13,8
Nicarágua	61,0	1,5	0,6	0,1	61,6	1,3	780,0	1,4	25,6	0,1	805,6	1,0
Panamá	68,9	1,7	1,1	0,2	70,0	1,4	843,8	1,5	49,7	0,2	893,5	1,1
Paraguai	48,7	1,2	16,5	2,4	65,2	1,3	989,5	1,8	64,5	0,3	1.054,0	1,3
Peru	69,4	1,7	8,6	1,2	78,0	1,6	2.268,5	4,1	184,9	0,8	2.453,4	3,1
República Dominicana	47,6	1,1	0,1	0,0	47,7	1,0	739,3	1,3	37,3	0,2	776,6	1,0
Suriname	8,8	0,2	6,8	1,0	15,6	0,3	25,3	0,1	7,8	0,0	33,1	0,0
Trinidad e Tobago	31,3	0,8	11,2	1,6	42,5	0,9	411,9	0,8	94,2	0,4	506,1	0,6
Uruguai	40,4	1,0	0,4	0,1	40,8	0,8	1.316,4	2,4	48,7	0,2	1.365,1	1,7
Venezuela	148,3	3,6	0,1	0,0	148,4	3,1	1.842,9	3,3	216,5	0,9	2.059,4	2,6
Total países mutuários	\$ 4.171,7	100,0	\$ 545,3	78,7	\$ 4.717,0	97,0	\$ 55.138,1	100,0	\$ 6.046,1	25,7	\$ 61.184,2	77,7
Países não mutuários												
Alemanha			2,7	0,4	2,7	0,1			1.423,2	6,0	1.423,2	1,8
Áustria			\$ 0,4	0,1	\$ 0,4	0,0			\$ 77,1	0,3	\$ 77,1	0,1
Bélgica			0,1	0,0	0,1	0,0			97,1	0,4	97,1	0,1
Canadá			8,5	1,2	8,5	0,2			390,7	1,7	390,7	0,5
Coréia, República da			0,2	0,0	0,2	0,0			0,5	0,0	0,5	0,0
Croácia			0,0	0,0	0,0	0,0			2,4	0,0	2,4	0,0
Dinamarca			0,4	0,1	0,4	0,0			107,3	0,5	107,3	0,1
Eslovênia			0,0	0,0	0,0	0,0			38,2	0,2	38,2	0,1
Espanha			13,2	1,9	13,2	0,3			941,1	4,0	941,1	1,2
Estados Unidos			94,0	13,6	94,0	1,9			7.697,2	32,7	7.697,2	9,8
Finlândia			0,5	0,1	0,5	0,0			51,2	0,2	51,2	0,1
França			0,9	0,1	0,9	0,0			1.377,4	5,9	1.377,4	1,8
Israel			0,1	0,0	0,1	0,0			132,9	0,6	132,9	0,2
Itália			3,1	0,5	3,1	0,1			2.062,8	8,8	2.062,8	2,6
Iugoslávia ²			0,0	0,0	0,0	0,0			13,5	0,1	13,5	0,0
Japão			3,1	0,5	3,1	0,1			1.249,2	5,3	1.249,2	1,6
Noruega			0,0	0,0	0,0	0,0			15,0	0,1	15,0	0,0
Países Baixos			0,5	0,1	0,5	0,0			199,9	0,9	199,9	0,3
Portugal			0,0	0,0	0,0	0,0			52,8	0,2	52,8	0,1
Reino Unido			7,3	1,1	7,3	0,2			656,8	2,8	656,8	0,8
Suécia			0,7	0,1	0,7	0,0			381,4	1,6	381,4	0,5
Suíça			12,1	1,8	12,1	0,3			551,3	2,3	551,3	0,7
Total países não mutuários		0,0	\$ 147,8	21,3	\$ 147,8	3,0			\$ 17.519,0	74,3	\$ 17.519,0	22,3
TOTAL	\$ 4.171,7	100,0	\$ 693,1	100,0	\$ 4.864,8	100,0	\$ 55.138,1	100,0	\$ 23.565,1	100,0	\$ 78.703,2	100,0

¹ Desde 1998, a informação deste quadro reflete os desembolsos de empréstimos ajustados a cada mutuário como participação pro rata das importações elegíveis desse mutuário provenientes de países fornecedores, utilizando os últimos dados disponíveis sobre importações extraídos das estatísticas de comércio das Nações Unidas.

² Em 1993, a República Federal Socialista da Iugoslávia deixou de ser membro do Banco.

Discussão e Análise da Administração e Demonstrações Financeiras

PANORAMA FINANCEIRO

Salvo indicação em contrário, todas as informações apresentadas nesta Discussão e Análise da Administração referem-se ao Capital Ordinário do Banco.

O objetivo do Banco é fomentar o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, promovendo crescimento sustentável, bem como redução da pobreza e equidade social. O Banco é uma instituição internacional constituída em 1959, de acordo com o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (o Convênio), e seus proprietários são os países membros. Ao todo, são 26 países membros mutuários e 21 não mutuários. Os cinco membros com maior participação acionária são Estados Unidos, Argentina, Brasil, México e Venezuela.

Os recursos do Banco consistem no Capital Ordinário, no Fundo para Operações Especiais (FOE), na Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e no Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). Salvo indicação em contrário, todas as informações apresentadas nesta Discussão e análise da administração referem-se ao Capital Ordinário do Banco.

A solidez financeira do Banco fundamenta-se no respaldo recebido de seus membros e em suas políticas e práticas financeiras. Esse respaldo se reflete nos aportes de capital recebidos e na diligência com que os membros mutuários cumprem suas obrigações de serviço da respectiva dívida. A prudência nas práticas e políticas financeiras levou o Banco a construir seu saldo de lucros retidos, diversificar suas fontes de captação de recursos, manter uma grande carteira de investimentos líquidos e limitar diversos riscos, incluindo os de crédito, mercado e liquidez. O objetivo do Banco é auferir rendimentos em um nível adequado para preservar sua solidez financeira e sustentar suas atividades de desenvolvimento. O **Boxe 1** apresenta dados financeiros selecionados para os últimos cinco anos.

Os principais ativos do Banco são os empréstimos aos países membros. Em 31 de dezembro de 2007, mais de 97% dos empréstimos tinham garantia soberana.

No máximo, 10% do saldo de empréstimos e garantias (exceto empréstimos de emergência) podem ser feitos diretamente a entidades do setor privado e (a partir de agosto de 2006) a entidades subsoberanas (“entidades qualificadas”) sem garantia soberana (“operações sem garantia soberana”), respeitados determinados limites. Em 31 de dezembro de 2007, 3,5% dos empréstimos e garantias pendentes, exceto os empréstimos de emergência, não tinham garantia soberana.

O Banco emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas, colocados com investidores em todo o mundo. Essas captações de recursos, juntamente com o patrimônio do Banco, são usadas para financiar as atividades de empréstimo e investimento, bem como as operações em geral.

Os ativos e passivos são denominados principalmente em dólares dos Estados Unidos, euros, ienes japoneses ou francos suíços. O Banco minimiza o risco de taxa de câmbio conjugando seus passivos com ativos na mesma moeda. Os valores

informados para os ativos, passivos, receitas e despesas são afetados pelos movimentos das taxas de câmbio entre essas principais moedas e a moeda de relatório, que é o dólar dos Estados Unidos. O Banco conjuga as moedas em que está expresso seu patrimônio com as moedas em que estão expressos os empréstimos que concede; por isso, as flutuações de taxa de câmbio não têm impacto significativo sobre a capacidade do Banco para arcar com riscos.

Destaques financeiros

Durante 2007, o Banco aprovou 89 novos empréstimos, num valor total de US\$7,7 bilhões, em comparação com 90 novos empréstimos, num total de US\$5,4 bilhões aprovados em 2006. O aumento no valor das aprovações deve-se principalmente a um aumento em empréstimos para investimento e empréstimos sem garantia soberana, parcialmente compensado por uma redução em empréstimos para reforma de políticas. Além disso, os desembolsos em 2007 totalizaram o equivalente a US\$6,7 bilhões, em comparação com US\$6,1 bilhões desembolsados em 2006. A parcela a desembolsar dos empréstimos aprovados aumentou para US\$16,4 bilhões ao final de 2007, em comparação com US\$16,1 bilhões no final de 2006. O Banco aprovou também quatro garantias não relacionadas ao comércio exterior, sem contragarantia soberana, no valor de US\$0,9 bilhão, nenhuma garantia com contragarantia soberana, e 12 linhas de crédito de garantia de comércio exterior no valor de US\$0,2 bilhão, em comparação com duas garantias no valor de US\$0,2 bilhão, uma garantia no valor de US\$0,1 bilhão e dez linhas de crédito de garantia no valor de US\$0,1 bilhão, respectivamente, em 2006.

Em março de 2007, como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, uma iniciativa que fornece 100% de alívio das dívidas qualificadas com o FOE para a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua, bem como para a reestruturação das operações do FOE, a Assembléia de Governadores aprovou uma combinação de empréstimos do FOE e do Capital Ordinário (“empréstimos paralelos”) para os países anteriormente qualificados para empréstimos do FOE, exceto o Haiti. Como resultado, a Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua têm agora acesso a empréstimos do Capital Ordinário sob essa estrutura.

Em 31 de dezembro de 2007, o Banco tinha um empréstimo sem garantia soberana, no valor de US\$2 milhões, classificado como de curso anormal (2006—5 empréstimos, no valor de US\$66 milhões). As provisões para créditos de liquidação duvidosa e garantias totalizaram US\$70 milhões, em comparação com US\$104 milhões em 2006. A redução foi devida, principalmente, a melhorias no risco da carteira de empréstimos sem garantia soberana e à baixa de um empréstimo no valor de US\$21 milhões.

Em 2007, o Banco emitiu títulos de dívida de médio e longo prazos com um valor nominal total equivalente a US\$6,1 bilhões (2006—US\$5,4 bilhões), que geraram recursos equivalentes a US\$5,5 bilhões (2006—US\$5,3 bilhões), com prazo médio de 7,9 anos (2006—6,5 anos). Esses títulos de dívida foram emitidos de acordo com uma estratégia de combinar

obrigações referenciais globais de valor elevado com transações menores, voltadas para segmentos específicos de demanda.

Como parte de suas operações de captação, o Banco utiliza contratos de troca de indexadores (swaps) cambiais e de taxa de juros para gerenciar suas exposições a taxas de juros e câmbio. Como determinado pelo SFAS 133, esses derivativos são avaliados pelo valor justo e as mudanças no valor justo são refletidas no resultado do exercício. A Administração acredita que a volatilidade do resultado decorrente da aplicação das disposições do SFAS 133 não é representativa dos aspectos econômicos das transações porque, de modo geral, o Banco mantém em carteira, até a data do vencimento, seus derivativos e as obrigações relacionadas. Por essa razão, o Resultado antes da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio¹ é entendido aqui como “Resultado operacional”, que representa melhor os resultados líquidos alcançados pelas operações do Banco. Os efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio são demonstrados separadamente na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e excluídos da determinação de índices e outros parâmetros financeiros. Em 1º de janeiro de 2008, o Banco adotará o novo SFAS 159, “A opção do valor justo para ativos e passivos financeiros”, e escolherá a opção do valor justo para praticamente todas as suas captações que lastreiam ativos com taxas flutuantes, reduzindo de forma significativa a volatilidade do lucro líquido gerada pelo SFAS 133. Para mais informações, consultar em Relatórios e informações adicionais, a seção “Efeitos do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais”.

O Resultado operacional totalizou US\$283 milhões em 2007, em comparação com US\$627 milhões em 2006. A queda se deve em grande parte à redução na receita líquida de juros, à redução no crédito por perdas em empréstimos e garantias e ao aumento em outras despesas não-financeiras. A receita líquida de juros apresentou queda de US\$228 milhões, principalmente devido a significativas perdas não realizadas (ajuste a preços de mercado) na carteira de títulos destinados a negociação do Banco, em consequência da crise das hipotecas, inclusive o efeito de contágio sobre os valores de mercado, parcialmente compensadas por um aumento na contribuição para o resultado dos recursos de capital do Banco, não remunerados, e taxas de empréstimos ligeiramente mais altas. A despesa não-financeira líquida aumentou US\$82 milhões durante o exercício, principal-

mente em função das despesas de realinhamento (US\$55 milhões) e aumento na porcentagem dos custos administrativos debitada ao Capital Ordinário (US\$29 milhões).

De forma geral, as flutuações nas taxas de juros do mercado não afetaram significativamente o Lucro Operacional, já que uma parcela substancial dos empréstimos é feita com repasse de custos e o Banco casa as estruturas de taxa de juros de seus ativos líquidos com os passivos que os financiam.

Os efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio em 2007 foram menores que no ano anterior (US\$149 milhões, negativo, versus US\$384 milhões, negativo) principalmente devido a um aumento mais brando nas taxas de juros de longo prazo durante o ano. Em 2007, o impacto das taxas de juros sobre o valor dos swaps de captações e empréstimos ocasionou uma redução de US\$170 milhões no resultado, comparado com uma redução de US\$469 milhões em 2006. Em 2007 a Diretoria Executiva manteve no mesmo nível os encargos dos empréstimos praticados no segundo semestre de 2006 — 0,15% para o spread dos empréstimos, 0,10% de comissão de crédito e sem taxa de supervisão e inspeção. Estes encargos são inferiores aos encargos padrão, praticados em razão de políticas quando a relação entre patrimônio e empréstimo² está entre 32% e 38%. Caso a relação efetiva exceda o limite superior da banda, como ocorre agora (ver adiante), a Diretoria pode determinar encargos de empréstimos distintos do padrão.

O Banco gerencia sua posição financeira monitorando certos índices financeiros, particularmente o Índice de Patrimônio Líquido sobre Empréstimos, ou TELR (sigla em inglês). Em 31 de dezembro de 2007, o TELR atingiu 40,2%, em comparação com 40,8% de 31 de dezembro de 2006, uma redução resultante, principalmente, do aumento dos empréstimos em aberto e exposição líquida a garantias no valor de US\$2,3 bilhões. A Administração apresentou à Diretoria Executiva uma consulta sobre opções para o uso do patrimônio líquido que exceder 38%. Para dar suporte a essa questão, a Administração buscou o apoio de um Grupo de Assessoria Externo (GAE) para assessorar o Banco sobre a forma de alocar o lucro operacional de

¹As referências a contas e títulos nas demonstrações financeiras e respectivas notas são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com iniciais maiúsculas, sempre que apareçam na Discussão e Análise da Administração.

²O TELR é a razão entre a soma do “patrimônio líquido” [definido como Capital integralizado, Lucros retidos e Provisões para devedores duvidosos, menos saldos de caixa em moeda local dos países mutuários, Contas a receber líquidas de países membros (mas não das contas a pagar a países membros), Ativos de benefícios pós-aposentadoria e efeito acumulado do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio] e o saldo em aberto de empréstimos e exposição líquida a garantias.

As informações acima estão sujeitas às ressalvas contidas nas informações detalhadas e demonstrações financeiras que aparecem em outra parte desta Discussão e Análise da Administração. Além disso, a Discussão e Análise da Administração contém informações relativas ao futuro que podem ser identificadas por termos como “crê”, “espera”, “pretende”, ou palavras com significados semelhantes. Essas afirmações envolvem alguns pressupostos e estimativas baseados em expectativas atuais, sujeitas a riscos e incertezas fora do controle do Banco. Por esse motivo, pode haver diferenças relevantes entre os resultados futuros alcançados e os previstos atualmente. O Banco não se obriga a atualizar nenhuma das observações sobre o futuro.

Boxe 1: Dados financeiros selecionados

As informações abaixo se baseiam nas informações detalhadas que aparecem nesta Discussão e Análise da Administração e nas demonstrações financeiras do Capital Ordinário que constam deste Relatório Anual, e devem ser lidas em conjunto com elas.

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2007	2006	2005	2004	2003
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados	\$ 8.812	\$ 5.774	\$ 6.738	\$ 5.468	\$ 6.232
Liberação bruta de empréstimos	6.725	6.088	4.899	3.768	8.416
Liberação líquida de empréstimos ¹	1.460	(2.527)	(325)	(1.431)	(1.137)
Dados do Balanço Patrimonial					
Caixa e investimentos, líquido ² após swaps	\$16.301	\$16.051	\$13.717	\$13.046	\$14.855
Empréstimos em aberto	47.954	45.932	48.135	49.842	50.655
Parcela a desembolsar dos empréstimos aprovados	16.428	16.080	17.000	16.093	15.619
Total do ativo	69.907	66.475	65.382	67.346	69.669
Saldo da carteira de empréstimos ³ , após swaps	45.036	43.550	43.988	45.144	49.275
Patrimônio líquido					
Capital exigível	96.613	96.613	96.613	96.611	96.611
(do qual, parcela subscrita pelos Estados Unidos, Japão, Canadá e outros membros extra-regionais)	48.302	48.302	48.302	48.300	48.300
Capital integralizado	4.340	4.340	4.340	4.340	4.340
Lucros retidos ⁴	16.013	15.468	14.387	14.171	12.772
Total do Patrimônio líquido	20.353	19.808	18.727	18.511	17.112
Dados da Demonstração do Resultado					
Receita de empréstimos	\$ 2.436	\$ 2.466	\$ 2.413	\$ 2.498	\$ 2.711
Receita de investimentos	487	619	403	288	298
Despesas de captação, após swaps	2.135	2.070	1.733	1.572	1.636
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias ⁵	(13)	(48)	(14)	21	(1.370)
Despesa não-financeira líquida	518	436	385	331	309
Resultado operacional	283	627	712	862	2.434
Efeito da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio ^{6 e 7}	(149)	(384)	50	314	(1)
Lucro líquido	134	243	762	1.176	2.433
Índices					
Captações líquidas ⁸ como porcentagem do capital acionário exigível subscrito pelos Estados Unidos, Japão Canadá e outros membros extra-regionais	61,2%	57,9%	63,5%	67,3%	72,1%
Índice de cobertura de juros ⁵	1,13	1,30	1,41	1,55	2,49
Relação entre patrimônio total ⁹ e empréstimos ¹⁰ (TELR)	40,2%	40,8%	37,3%	36,1%	33,0%
Caixa e investimentos como porcentagem do saldo de captações, após swaps	36,2%	36,9%	31,2%	28,9%	30,1%
Retornos e custos, após swaps					
Retorno sobre:					
Saldo médio de empréstimos	5,35%	5,22%	5,04%	5,02%	5,51%
Saldo médio de investimentos líquidos	2,93%	4,39%	3,29%	2,17%	2,00%
Saldo médio de investimentos líquidos	4,69%	5,02%	4,68%	4,42%	4,70%
Custo médio de:					
Saldo de captações durante o exercício	4,92%	4,78%	4,07%	3,40%	3,37%
Total dos fundos disponíveis	3,36%	3,40%	2,92%	2,53%	2,57%
Prazo médio (em anos)					
Investimentos e empréstimos	4,65	4,49	4,41	4,36	4,33
Endividamento	3,87	3,89	4,00	4,15	4,46

¹ Inclui liberações brutas de empréstimos e a dedução das amortizações de principal.

² Líquido dos valores a pagar ou a receber por títulos de investimento comprados ou vendidos.

³ Líquido de ágio/deságios.

⁴ Inclui Outras receitas abrangentes acumuladas.

⁵ O índice de cobertura de juros é calculado usando o Resultado operacional e, em 2003, refletiu uma redução não recorrente na Provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de US\$1,4 bilhão, creditada ao resultado.

⁶ SFAS 133 significa a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira 133, "Contabilização de determinados instrumentos derivativos e certas atividades de hedging", com suas emendas.

⁷ Em 1º de janeiro de 2004, o Banco cessou a contabilização de hedge, medida que aumentou o impacto da aplicação das disposições do SFAS 133.

⁸ Captações (após swaps) e exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados (após swaps) e ativos da reserva especial.

⁹ Capital realizado, Lucros retidos e provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas com garantias, menos os saldos de caixa de países mutuários em moeda local, valores líquidos a receber de membros, custos de benefícios de pensão antecipados e efeitos cumulativos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio.

¹⁰ Inclui: saldo de empréstimos e exposição líquida por garantias.

modo mais eficiente. Uma vez analisadas as recomendações do GAE, a Administração apresentará à Diretoria suas recomendações sobre a alocação futura do lucro operacional, com recomendações específicas para o uso do patrimônio líquido acima do TELR de 38%.

OPERAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Informações gerais

O Banco oferece empréstimos e garantias a governos e entidades governamentais, empresas ou instituições de apoio ao desenvolvimento dos países membros mutuários, como assistência para que atendam a suas necessidades de desenvolvimento. Respeitados os critérios de empréstimo do Banco, também podem ser concedidos empréstimos e garantias diretamente a entidades do setor privado que estejam levando a cabo projetos nos territórios dos países membros mutuários sem garantia soberana. O Banco também oferece financiamento aos países membros mutuários para assistência a fundo perdido e de recuperação contingente, de acordo com sua estratégia global para a região.

Objetivos de desenvolvimento

As duas principais metas do Banco são a promoção do crescimento sustentável e a redução da pobreza e promoção da igualdade social. Para atingir essas metas, o Banco focaliza seu trabalho em quatro áreas prioritárias:

- Fomento à competitividade, por meio de apoio a políticas e programas que aumentem o potencial dos países para o desenvolvimento em uma economia global aberta.
- Modernização do Estado mediante o fortalecimento da eficiência e transparência das instituições públicas.
- Investimentos em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres.
- Promoção da integração econômica regional, forjando elos entre países de modo a desenvolver mercados mais amplos para os bens e serviços que produzem.

Ciclo de empréstimos

O processo de identificar e avaliar um projeto, aprovar e desembolsar um empréstimo muitas vezes se estende por vários anos, dependendo da natureza, objetivo e propósito do projeto específico. Entretanto, em várias ocasiões o Banco abreviou o ciclo de preparação e aprovação em reação a situações de emergência, como desastres naturais ou crises econômicas. De modo geral, o pessoal operacional do Banco (economistas, engenheiros, analistas financeiros e outros especialistas em setores e países) avalia os projetos. Com certas exceções, nenhum empréstimo é liberado sem a aprovação da Diretoria Executiva.

Os empréstimos são desembolsados somente quando satisfeitas as condições estabelecidas no contrato de mútuo.

Durante a fase de implementação de operações respaldadas pelo Banco, profissionais experientes do quadro de pessoal do Banco analisam o andamento do projeto, monitoram a conformidade com as políticas do Banco e ajudam a solucionar eventuais problemas. Uma unidade independente do Banco, o Escritório de Avaliação e Supervisão, avalia algumas operações de acordo com um plano de trabalho anual aprovado pela Diretoria Executiva, com o objetivo de determinar até que ponto seus principais objetivos foram atingidos, e entrega suas avaliações diretamente à Diretoria Executiva.

As operações de crédito do Banco estão de acordo com certos princípios que, quando combinados, buscam assegurar que os empréstimos concedidos aos países membros sejam usados para objetivos financeira e economicamente legítimos, aos quais o país beneficiado atribui prioridade elevada, e que os recursos sejam usados como pretendido. Esses princípios estão detalhados no **Boxe 2**, adiante.

Empréstimos

Os empréstimos com garantia soberana concedidos pelo Banco de modo geral pertencem a uma de duas categorias: financiamentos de investimento em projetos específicos ou empréstimos para reformas de política. Os financiamentos para investimento normalmente são usados para financiar a aquisição de bens, obras e serviços em apoio a projetos de desenvolvimento econômico e social em uma ampla gama de setores. Os empréstimos para reformas de política geralmente respaldam reformas sociais, estruturais e institucionais, com o objetivo de aprimorar determinados setores da economia do país mutuário e promover o crescimento sustentável. Esses empréstimos apoiam os seguintes setores da economia: energia, indústria e mineração, agricultura e pesca, transportes e comunicações, financiamento ao comércio exterior, educação, ciência e tecnologia, água, saúde e saneamento, turismo, desenvolvimento, planejamento e reforma urbano, modernização do Estado e meio ambiente, bem como preparação de projetos. O Banco também instituiu um programa de empréstimos de emergência para enfrentar crises econômicas ou financeiras.

Além disso, o Banco faz empréstimos diretos a entidades qualificadas, dispensando garantia soberana, para o financiamento de investimento de transações em todos os setores, respeitada uma lista de exclusões. Esses empréstimos e garantias são concedidos a preços de mercado, estão sujeitos a certas exigências de qualificação e não podem representar mais de 10% do saldo total de empréstimos e garantias do Banco, excluindo os empréstimos de emergência. Esses empréstimos e garantias sem garantias soberanas também estão sujeitos a determinados limites, inclusive um teto aos financiamentos equivalente ao menor entre US\$200 milhões ou 50% do custo total para projetos de expansão e garantias de crédito, sendo que esses financiamentos não podem exceder 25% (40% em certos países) da capitalização total da empresa, incluindo endividamento e patrimônio, e 25% do custo total do projeto (40% em certos países) no caso de novos projetos. O Banco também pode pres-

Boxe 2: Princípios que regem as operações de crédito

- (i) O Banco concede empréstimos e garantias com garantia soberana principalmente aos governos do setor público, bem como a entidades governamentais, empresas e instituições de desenvolvimento dos países membros mutuários. Além disso, o Banco concede empréstimos e garantias sem garantia soberana a entidades qualificadas.
- (ii) Os candidatos a empréstimo têm como obrigação apresentar ao Banco uma proposta detalhada, onde especifiquem os méritos técnicos, econômicos e financeiros do projeto. É obrigatória a inclusão no projeto de uma avaliação dos riscos ou impacto ambiental e das medidas atenuantes propostas, bem como do impacto sobre mulheres e grupos indígenas, conforme aplicável.
- (iii) Em seus empréstimos com garantia soberana, o Banco não renegocia acordos de reescalonamento de dívida nem participa de acordos de reescalonamento.
- (iv) Os contratos de empréstimo geralmente contêm uma cláusula de não oneração que, em termos gerais, proíbe que o mutuário onere seus ativos ou resultados em garantia de suas dívidas em moeda estrangeira, salvo se houver garantia igual e proporcional em favor do Banco. A Diretoria Executiva concedeu, no passado, isenções parciais ao cumprimento dessa disposição.
- (v) Na concessão de empréstimos, o Banco considera a capacidade do mutuário para cumprir as obrigações financeiras assumidas sob o contrato de mútuo, o clima macroeconômico e o ônus da dívida do país, bem como questões políticas e institucionais consideradas relevantes para o empréstimo.
- (vi) O Banco considera a capacidade do mutuário para obter financiamento privado em termos e condições razoáveis. O Banco serve como catalisador para promover o investimento privado, não concorrendo com ele.
- (vii) O uso dos recursos dos empréstimos é supervisionado. Por intermédio das Representações em cada um dos 26 países mutuários, a equipe do Banco monitora e supervisiona o andamento do projeto com relação aos objetivos de desenvolvimento de cada operação, e estão em vigor mecanismos fiduciários para garantir que os recursos do Banco sejam utilizados de modo apropriado para alcançar os objetivos da operação.

tar garantias de risco político, pelo menor valor entre US\$200 milhões ou 50% do custo total do projeto. Em circunstâncias excepcionais, a Diretoria Executiva pode aprovar empréstimos e garantias políticas e de crédito no valor de até US\$400 milhões. Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer devedor por operações sem garantia soberana não pode exceder 2,5% do patrimônio do Banco no momento da aprovação.

A **Figura 1** apresenta uma análise dos projetos aprovados por tipo de empréstimo durante os últimos cinco anos. Nos últimos cinco anos, o total dos empréstimos para projetos de investimento com garantia soberana flutuou entre US\$1,2 bilhão e US\$5,7 bilhões e os empréstimos para reformas de política entre US\$0,8 bilhão e US\$1,7 bilhão. Os empréstimos aprovados sob as disposições do Mecanismo de Empréstimos de

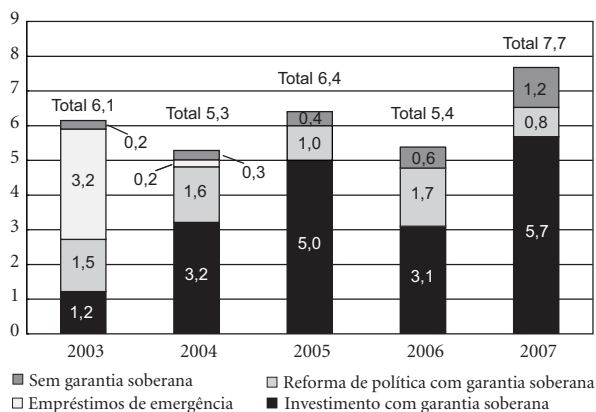
Emergência totalizaram US\$3,2 bilhões e US\$0,2 bilhão em 2003 e 2004, respectivamente, sem aprovações posteriores.

As disposições do Novo Esquema de Empréstimos para 2005 a 2008 dão ao Banco mais flexibilidade nos empréstimos, até um valor cumulativo máximo de US\$20,6 bilhões em empréstimos para projetos de investimento e US\$9,8 bilhões em empréstimos para reformas de política, além de um limite de US\$6 bilhões para o saldo da carteira de empréstimos emergenciais. Sob este Esquema de Empréstimos não existe períodos mínimos de desembolso para empréstimos destinados a investimentos e reformas de políticas, e o Banco agora pode oferecer empréstimos para reformas de política com desembolso em parcela única.

Em 2007, o total de empréstimos aprovados foi de US\$7,7 bilhões (2006—US\$5,4 bilhões). Um sumário dos empréstimos aprovados, por país, em 2007 e 2006, é apresentado no **Quadro 1**. As aprovações de empréstimos aumentaram em 2007, devido ao aumento de US\$2,6 bilhões em empréstimos para investimento e de US\$0,6 bilhão em empréstimos sem garantia soberana, parcialmente compensados pela redução de US\$0,9 bilhão em empréstimos para projetos destinados a reformas de políticas.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de empréstimos totalizava US\$48,0 bilhões, US\$2,1 bilhões acima dos US\$45,9 bilhões do saldo em 31 de dezembro de 2006. O principal motivo desse aumento foi um nível de liberações de empréstimos (US\$6,7 bilhões) mais elevado que o de cobranças (US\$5,3 bilhões), incluindo pagamentos antecipados no valor de US\$0,8 bilhão e ajustes positivos de US\$0,6 bilhão na conversão de valores em moeda estrangeira. Os saldos a desembolsar em 31 de dezembro de 2007 totalizavam US\$16,4 bilhões, um au-

Figura 1: EMPRÉSTIMOS APROVADOS, POR TIPO
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003 a 2007
(Em bilhões de dólares dos Estados Unidos)



Quadro 1: EMPRÉSTIMOS APROVADOS POR PAÍS¹
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

PAÍS	2007	2006
Argentina.....	\$2.484	\$1.626
Bahamas.....	—	9
Barbados.....	5	1
Belize.....	—	25
Bolívia.....	52	—
Brasil.....	1.445	479
Chile.....	119	213
Colômbia.....	731	580
Costa Rica.....	450	70
El Salvador.....	—	100
Equador.....	425	315
Guatemala.....	193	239
Guiana.....	17	—
Honduras.....	68	—
México.....	250	207
Nicarágua.....	40	—
Panamá.....	176	304
Paraguai.....	52	252
Peru.....	831	475
República Dominicana.....	80	181
Suriname.....	7	—
Trinidad e Tobago.....	—	28
Uruguai.....	102	191
Venezuela.....	150	26
Regional.....	—	60
Total.....	<u>\$7.677</u>	<u>\$5.381</u>

¹ Inclui empréstimos sem garantia soberana.

mento de US\$0,3 bilhão em relação a 31 de dezembro de 2006. Essa alteração se deve principalmente a um nível de aprovações de empréstimos superior ao de liberações e cancelamentos.

De acordo com os termos do Convênio, o valor total dos empréstimos e garantias não pode exceder, em momento algum, o valor total do capital subscrito, somado às reservas e superávit, excluídos os resultados destinados a determinadas reservas, inclusive uma reserva especial para atender a obrigações relacionadas a captações e garantias. A política do Banco, entretanto, é mais estrita e limita o valor total dos empréstimos e garantias ao seu capital realizado, somado à reserva geral e ao capital exigível de países membros não mutuários. Em 31 de dezembro de 2007, o valor total do saldo de empréstimos, somado à exposição bruta por garantias, expresso como porcentagem do limite estabelecido na política, que é de US\$66,3 bilhões após a exclusão dos efeitos cumulativos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio, era de 73,3%, comparados com 70,5% em 2006.

O Anexo I-3 das demonstrações financeiras apresenta um resumo da posição de empréstimos do Banco em 31 de dezembro de 2007 e 2006, classificado por país.

Condições financeiras dos empréstimos

Condições financeiras oferecidas atualmente

O Banco oferece atualmente uma composição de produtos que proporciona ao mutuário a flexibilidade de selecionar condições compatíveis com suas próprias estratégias de administração de dívidas. O **Quadro 2** apresenta as condições financeiras oferecidas atualmente para empréstimos com garantia sobre-

Quadro 2: CONDIÇÕES FINANCEIRAS ATUALMENTE DISPONÍVEIS PARA EMPRÉSTIMOS COM GARANTIA SOBERANA³

Opção de taxa de juros	Mecanismo de Moeda Única		Empréstimos de emergência
	Empréstimos com taxa reajustável	Empréstimos baseados na LIBOR ⁴	Empréstimos baseados na LIBOR
Moedas disponíveis	USD, EUR, JPY, CHF ou uma combinação dessas moedas		USD
Base de custo	Custo médio ponderado das dívidas alocadas	LIBOR para 3 meses	LIBOR para 6 meses
Margem do custo de captação		Margem de custo médio ponderado das captações alocadas a este produto	
Margem de crédito ^{1 e 2}	15	15	400
Comissão de crédito ^{1 e 2}	10	10	75
Taxa de supervisão e inspeção ^{1 e 2}	0	0	Não aplicável
Comissão antecipada ¹	Não aplicável	Não aplicável	100
Prazo	15 a 25 anos		5 anos
Período de carência ⁵	Para financiamentos de projetos de investimento: período de desembolso original Para financiamentos de reformas de políticas: 5 anos		3 anos

¹ Encargos dos empréstimos apresentados em pontos-base (bps).

² Os encargos sobre os empréstimos não emergenciais com garantia soberana estão sujeitos a análise e aprovação semestral pela Diretoria Executiva. Os encargos padrão sobre empréstimos consistem de uma margem de empréstimo de 0,30%, uma comissão de crédito de 0,25%, e nenhuma taxa de supervisão e inspeção é cobrada quando o Lucro operacional for positivo e o TELR estiver crescendo dentro de uma faixa entre 32% e 38%.

³ Sob os termos do MML, os mutuários têm a opção de converter os desembolsos futuros e/ou saldos de empréstimos em moeda local, mediante o cumprimento de determinadas exigências e aplicação de uma tarifa de conversão de 0,25%.

⁴ Os saldos de empréstimos MML baseados na LIBOR podem ser convertidos para taxa fixa mediante o cumprimento de determinadas exigências e aplicação de uma tarifa de conversão de 0,25%.

⁵ No caso dos “empréstimos paralelos” do MMU, o prazo é de 30 anos, com carência de seis anos.

rana. Em 31 de dezembro de 2007, o Banco oferecia dois tipos básicos de empréstimo, ambos denominados na moeda ou moedas de escolha do mutuário, como disponíveis sob os programas: Empréstimos do Mecanismo de Moeda Única (MMU) com taxa reajustável e empréstimos do MMU baseados na LIBOR. Os empréstimos do MMU com taxa reajustável, introduzidos em 1996, são remunerados a uma taxa de juros repactuada semestralmente, de modo a refletir o custo efetivo para a moeda específica da cesta de captações alocada para financiar esses empréstimos, mais a margem do Banco. Os empréstimos do MMU baseados na LIBOR, introduzidos em 2003, são remunerados a uma taxa de juros repactuada trimestralmente, com base na LIBOR para três meses na moeda específica, mais uma margem baseada na cesta de captações que reflete o custo de captação sub-LIBOR do Banco e sua margem de rentabilidade. A partir de 20 de junho de 2007, o Banco oferece a seus mutuários a opção de converter o saldo de seus empréstimos MMU LIBOR para taxa fixa. O Banco também oferece empréstimos de emergência com garantia soberana.

Além disso, o Banco oferece empréstimos a entidades qualificadas, sem garantia soberana, sob diversas condições. Os empréstimos sem garantia soberana são denominados em dólares dos Estados Unidos, e os mutuários podem optar entre taxas de juros flutuantes ou fixas com base na LIBOR. No caso dos empréstimos sujeitos a taxas fixas, a taxa é estabelecida na celebração do contrato, ou separadamente para cada desembolso, de acordo com o custo de captação baseado na LIBOR, somado à margem de empréstimo. No caso dos empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é repactuada mensal, trimestral ou semestralmente, com base na LIBOR, mais a margem de empréstimo. O estabelecimento das margens de empréstimo e encargos é feito separadamente em cada operação.

De acordo com o Mecanismo em Moeda Local (MML) aprovado em 2005, os mutuários dos setores público e privado têm a opção de receber financiamentos em moeda local sob três diferentes modalidades: i) conversão de desembolsos futuros e/ou saldos devedores para moeda local; ii) swaps diretos em moeda local contra dívidas existentes com o Banco; e iii) conversões para moeda local das garantias exigidas. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade, nos mercados financeiros, de recursos na respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) para atenuação do risco. Os saldos dos empréstimos do MML podem ser remunerados a taxas de juros fixas, flutuantes ou atreladas à inflação. Em 31 de dezembro de 2007, o Banco tinha US\$147 milhões de empréstimos em moeda local, que foram objeto de swap para dólares dos Estados Unidos.

Condições financeiras disponíveis anteriormente

Anteriormente, o Banco oferecia empréstimos por meio de um Fundo Comum de Moedas (FCM), estabelecido em 1982 e cujas operações foram encerradas em 2003. O Banco mantém uma meta de composição para as moedas incluídas no FCM de 50% em dólares dos Estados Unidos, 25% em ienes japoneses e 25% em moedas européias. Os empréstimos aprovados antes de 1989 estão sujeitos a uma taxa de juros fixa, ao passo que os aprovados entre 1990 e 2003 estão sujeitos a taxas reajustáveis. A taxa

reajustável, repactuada duas vezes ao ano, representa o custo efetivo, durante os seis meses anteriores, de uma cesta de captações usada para financiar esses empréstimos, ao qual se adiciona a margem do Banco. Em 31 de dezembro de 2007, esses empréstimos representavam 30,4% (2006—35,5%) do saldo total.

Até junho de 2007, o banco oferecia também empréstimos sem garantia soberana no Programa de Guichê em Dólares dos Estados Unidos, com taxas fixas ou baseadas na LIBOR, destinados a repasses para tomadores do setor privado.

O **Quadro 3** apresenta um detalhamento da carteira de empréstimos por produto de crédito. Para mais informações, consultar o Anexo I-4 às demonstrações financeiras.

Quadro 3: SALDOS DE EMPRÉSTIMOS, POR PRODUTO DE CRÉDITO

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007		2006	
	Valor	%	Valor	%
Mecanismo de Moeda Única-reajustável	\$22.349	46,6	\$21.505	46,8
Mecanismo de Moeda Única-baseado na LIBOR	8.437	17,6	4.643	10,1
Empréstimos de emergência	630	1,3	1.520	3,3
Empréstimos sem garantia soberana	1.168	2,4	1.089	2,4
Fundo Comum de Moedas.	14.575	30,4	16.299	35,5
Guichê em Dólares dos Estados Unidos	643	1,4	714	1,5
Outros.	152	0,3	162	0,4
Total	<u>\$47.954</u>	<u>100,0</u>	<u>\$45.932</u>	<u>100,0</u>

Dos US\$16,428 bilhões de saldos de empréstimos a desembolsar em 31 de dezembro de 2007, 60% referem-se ao MMU com taxas de juros reajustáveis e 24% ao MMU com taxas de juros baseadas na LIBOR.

Encargos sobre empréstimos com garantia soberana (exclusive empréstimos de emergência)

Os encargos normais cobrados pelo Banco nos empréstimos do MMU, do Guichê em Dólares dos Estados Unidos e do FCM consistem em uma margem de 0,30% ao ano sobre o saldo devedor e uma comissão de crédito de 0,25% ao ano sobre a parcela do empréstimo a desembolsar, sem taxa de supervisão e inspeção. Por força da Política de Adequação de Capital, aplicam-se aos empréstimos encargos padrão quando a TELR está aumentando entre 32% e 38%, enquanto o Resultado Operacional está positivo. Os encargos estão sujeitos a análise e aprovação semestral pela Diretoria Executiva. Em 2006 e 2007, a TELR ultrapassou o limite superior. A Diretoria Executiva manteve em 2007 o mesmo nível de encargos sobre empréstimos cobrados no segundo semestre de 2006, de margem de empréstimo de 0,15%, comissão de crédito de 0,10% e isenção da taxa de super-

visão e inspeção. O **Quadro 4** mostra os encargos prevaletentes durante os períodos indicados.

Quadro 4: ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS

	Margem de crédito %	Comissão de crédito %	Taxa de supervisão e inspeção %
2005:			
Primeiro semestre	0,30	0,25	—
Segundo semestre. . . .	0,10	0,10	—
2006:			
Primeiro semestre	0,10	0,10	—
Segundo semestre. . . .	0,15	0,10	—
2007:			
Primeiro semestre	0,15	0,10	—
Segundo semestre. . . .	0,15	0,10	—

Garantias

O Banco pode prestar garantias de risco político e garantias parciais de risco de crédito, sem contragarantia soberana dentro do limite de 10% estabelecido para tais operações ou com contragarantia soberana de um país membro. Essas garantias são denominadas em dólares dos Estados Unidos ou em moeda local. Independentemente da moeda em que a garantia for denominada, a exposição do Banco, em todos os casos, é limitada a um valor em dólares dos Estados Unidos determinado no momento em que a garantia é aprovada.

Como parte das atividades de empréstimo sem garantia soberana, o Banco prestou garantias de risco político e garantias de crédito parciais, concebidas para encorajar investimentos do setor privado em projetos de infra-estrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento ao comércio exterior. As garantias de riscos políticos e garantias parciais de créditos podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias de riscos políticos cobrem eventos de risco específicos relacionados a fatores não comerciais, como conversibilidade de moeda, transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro ou inadimplência do governo. As garantias de crédito parciais cobrem riscos de pagamento de dívidas ou transações de financiamento de comércio exterior. Os termos de todas as garantias são estabelecidos especificamente nos respectivos contratos e estão vinculados principalmente a um projeto, aos termos de emissões de instrumentos de dívida, ou a transações de financiamento de comércio exterior. Conforme o caso, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias para reduzir sua exposição. A exposição por garantias é medida como os fluxos de caixa garantidos futuros, líquidos de resseguro, quando aplicável, descontados para o período atual.

Em 2007 foram aprovadas quatro garantias sem contragarantia soberana, não relacionadas a comércio exterior, no valor de US\$900 milhões, em comparação com duas garantias, totalizando US\$180 milhões, aprovadas em 2006, não tendo sido aprovadas garantias com contragarantia soberana (2006—uma garantia no valor de US\$60 milhões). O Banco tem um Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (PFFC) para prestar garantias de crédito parciais sem contragarantia

soberana para transações de financiamento de comércio exterior. Esse programa, cujas operações começaram em 2005, autoriza até US\$40 milhões em respaldo de crédito para cada banco aprovado para operações de financiamento de comércio exterior e um saldo agregado de até US\$400 milhões a qualquer tempo. Em 2007, foram autorizadas 12 linhas de crédito de garantia para financiamento de comércio exterior, no valor agregado de US\$227 milhões, e uma linha de crédito já existente foi aumentada em US\$9 milhões, tendo sido prestadas durante o ano 68 garantias, no valor total de US\$135 milhões. Esses dados são comparáveis com dez linhas de crédito no valor agregado de US\$133 milhões autorizadas e 36 garantias num total de US\$68 milhões prestadas em 2006.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exigência totalizava US\$689 milhões (2006—US\$379 milhões), inclusive US\$99 milhões prestadas sob o PFFC (2006—US\$51 milhões). Nunca foi executada uma garantia. O valor presente líquido da exposição por garantias sem garantia soberana, líquido de resseguros, que é o valor levado em conta no cálculo do limite de 10% das operações sem garantia soberana, era de US\$523 milhões em 31 de dezembro de 2007 (2006—US\$215 milhões).

GESTÃO DA LIQUIDEZ

O Banco investe seus ativos líquidos em instrumentos de dívida de renda fixa e depósitos bancários com classificação de crédito elevada. Esses instrumentos incluem obrigações com classificação de crédito elevada emitidas por governos, órgãos governamentais, organizações multilaterais, instituições financeiras e entidades societárias, inclusive títulos garantidos por ativos. Além disso, o Banco usa derivativos, na sua maior parte swaps cambiais e de taxas de juros, na gestão de suas carteiras de investimento.

A liquidez desempenha um papel de capital importância na gestão dos riscos de captação do Banco, por abordar o risco de que o Banco não tenha fundos suficientes para satisfazer obrigações futuras de desembolso e serviço da dívida. O objetivo da gestão de liquidez é garantir a existência de recursos suficientes para satisfazer obrigações contratuais previstas, bem como para assegurar a continuidade das operações financeiras, caso o Banco tenha de se abster de captar recursos em reação a condições de mercado pouco atraentes ou a qualquer outra restrição. Os princípios de gestão de liquidez do Banco são apresentados no **Boxe 3**.

De acordo com sua política de liquidez, o Banco estabelece os níveis anuais mínimos e máximos de liquidez, calculados em 20% e 40%, respectivamente, do saldo de empréstimos projetado para o encerramento do exercício, com um nível desejado de 30%. Para 2007, a faixa estabelecida para o nível de liquidez vai de US\$9,3 bilhões a US\$18,7 bilhões, com o ponto médio de US\$14,0 bilhões como nível desejado. Em 31 de dezembro de 2007, a liquidez do Banco (em sua maior parte composta de caixa e investimentos, após swaps, menos captações de curto

Boxe 3: Princípios de gestão de liquidez

O principal objetivo da gestão de liquidez do Banco é limitar a exposição a riscos de mercado, crédito e liquidez. Dentro das restrições determinadas por esse objetivo principal, o Banco procura maximizar o retorno sobre a carteira de ativos investidos, enquanto limita a volatilidade de sua receita líquida de investimentos, que é a diferença entre retorno dos investimentos e o custo de captação.

O Banco gere sua liquidez por meio de políticas, instrumentos e diretrizes financeiras que servem como regras, procedimentos e ferramentas que definem sua gestão de liquidez. A Resolução sobre Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, prevê as alçadas básicas para aplicação da liquidez. As Diretrizes de Investimento, aprovadas pela Administração, estabelecem os pormenores das condições operacionais, de conformidade legal e monitoramento para a implementação da gestão de liquidez. Ambos os documentos foram projetados para garantir que o Banco avalie os riscos de crédito e mercado e estabeleça restrições de investimento de acordo com o seu nível de tolerância ao risco. Consultar a seção “Gestão de risco financeiro”, abaixo, para obter informações sobre a gestão de exposição ao risco de liquidez.

prazo e saldos de caixa na moeda local dos países mutuários) totalizava US\$13,9 bilhões. Durante o ano, a liquidez média totalizou US\$16,3 bilhões, em comparação com US\$13,6 bilhões em 2006.

O Banco conta com linhas de captação a curto prazo, consistente de um programa de notas com deságio e mantém linhas de captação não comprometidas com diversos bancos comerciais. O valor mínimo para as notas com deságio é de US\$100.000 e seu prazo máximo é de 360 dias. Essas linhas de curto prazo são usadas para cobrir necessidades de caixa de curto prazo.

Os investimentos líquidos são mantidos em três subcarteiras distintas: transacional e operacional (carteira de investimentos destinados a negociação) e de posições detidas até o vencimento (DAV), cada uma delas com perfis de risco e referenciais de desempenho distintos. A carteira transacional é usada para atender a necessidades de fluxo de caixa do dia-a-dia. A carteira operacional detém a maior parte das posições líquidas do Banco. A carteira DAV consiste principalmente nos ativos da reserva especial.

É permitida a contratação de gerentes externos para administrar até 10% do total da carteira de investimentos líquidos. Cada um desses gestores externos está sujeito a diretrizes de investimento separadas que estão de acordo com as Diretrizes de Investimento gerais do Banco. Em 31 de dezembro de 2007, o Banco tinha sob gestão de firmas externas investimentos num total de US\$431 milhões.

Os retornos das carteiras de investimento líquido em 2007 e 2006 aparecem no **Quadro 5**. O rendimento mais baixo da carteira total em 2007, por comparação com 2006, deve-se basicamente a perdas não realizadas (com ajustes de mercado) resultantes da recente crise das hipotecas, inclusive o efeito de contágio sobre os valores de mercado das carteiras de investimento comercial, conforme exposto adiante. Os rendimentos da DAV subiram ligeiramente no ano.

Quadro 5: CARTEIRAS DE INVESTIMENTO LÍQUIDO¹
31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Carteira	2007		2006	
	Saldo no final do exercício	Retorno financeiro (%) ²	Saldo no final do exercício	Retorno Financeiro (%) ²
Transacional	\$ 567	1,65	\$ 224	5,19
Operacional	11.720	2,86	12.013	4,72
Detidos até o vencimento	3.814	3,45	3.538	3,31
Total da carteira. . . .	\$16.101	2,93	\$15.775	4,39

¹ Após swaps e líquido dos valores a pagar ou receber por compra ou venda de títulos para investimento.

² Retorno combinado de todas as moedas da carteira.

Condições Difíceis no Mercado Financeiro

Nos últimos meses ocorreu nos mercados financeiros muita turbulência, que provou uma liquidez menor, fuga para a qualidade, uma volatilidade consideravelmente mais alta, uma ampliação dos spreads do crédito em muitos setores e uma falta de transparência nos preços. O Banco opera em certos setores desses mercados, sobretudo mediante exposições em títulos de investimento lastreados em ativos e hipotecas, e já foi, e continuará sendo, afetado adversamente por tais perturbações de mercado.

Estas condições elevaram para o Banco o nível de dificuldade e complexidade na valoração desses títulos no atual ambiente de mercado. Para determinar o valor justo desses títulos de investimento, o Banco maximiza o uso de insumos de mercado, inclusive curvas observáveis de rendimento de mercado, serviços externos de fixação de preços e preços de corretores independentes. As valorações continuarão a sofrer o impacto de fatores de mercado como índices de inadimplência, atos de órgãos de classificação e os preços das transações reais. Ademais, a capacidade do Banco para mitigar seus riscos vendendo ou protegendo sua exposição também pode ser limitada pelo ambiente de mercado.

Desempenho e Exposição da Carteira Líquida de Investimentos

Em consequência da recente crise das hipotecas e do efeito de contágio em setores do mercado, o Banco vem monitorando a qualidade do ativo de sua carteira de investimento, analisando e avaliando constantemente o valor fundamental dos títulos, com atenção particular nos produtos de crédito estruturados.

Em 31 de dezembro de 2007, a exposição do crédito para o conjunto da carteira de investimento montava a US\$161 bilhões. A despeito da crise, a qualidade da carteira continuava alta,

com 90% dos emitentes classificados como AAA ou AA, e mais 1% da carteira apresentava as classificações de curto prazo mais altas, com o restante 9% classificados como A. O **Quadro 6** mostra uma desagregação da carteira de investimentos comerciais em 31 de dezembro de 2007 por categoria de ativo (outras informações constam do Apêndice I-1 das demonstrações financeiras).

Quadro 6: CARTEIRA DE INVESTIMENTO COMERCIAL POR CATEGORIA DE ATIVO em 31 de Dezembro de 2007

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Categoria do Ativo	Valor
Obrigações do Governo dos Estados Unidos, suas corporações e agências	\$ 454
Obrigações de outros governos e agências.	127
Obrigações do Banco.	4.707
Títulos corporativos.	411
Títulos lastreados por ativos e hipotecas.	6.608
Investimento comercial total.	<u>\$12.307</u>

Em 2007, as perdas realizadas e não realizadas (ajustes de mercado) correspondentes à carteira de US\$12,3 bilhões de investimento comercial eram de US\$11 milhões (0,1%) e US\$280 milhões (2,3%), respectivamente, quase todas relacionadas com os US\$6,6 bilhões de títulos lastreados por ativos e hipotecas. A exposição da carteira de investimentos a títulos de risco lastreados em ativos e hipotecas em 31 de dezembro de 2007 afetava apenas títulos AAA, e era de US\$511 milhões (4,2%) da carteira.

Após 31 de dezembro de 2007, os fatos que persistiam nos mercados financeiros mencionados acima criaram uma constante pressão sobre a fixação dos preços de mercado para os investimentos do Banco. O Banco continuará monitorando rigorosamente esses fatos para determinar o valor justo de sua carteira de investimento.

Obrigações contratuais

No curso normal de seus negócios, o Banco assume diversas obrigações contratuais que exigem pagamentos em dinheiro em datas futuras. As obrigações contratuais mais significativas se relacionam ao resgate de captações. A estrutura de vencimentos das captações de médio e longo prazo em 31 de dezembro de 2007 é apresentada no Anexo I-5 das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco tem várias outras obrigações a serem liquidadas em dinheiro, as quais são refletidas em suas demonstrações financeiras, inclusive empréstimos a liberar, captações de curto prazo, valores a pagar relacionados a swaps cambiais, e taxa de juros e valores a pagar pela compra de títulos adquiridos para fins de investimento.

ORIGENS DE FUNDOS

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2007, o patrimônio líquido totalizava US\$20,4 bilhões, em comparação com US\$19,8 bilhões de 31 de

dezembro de 2006. O aumento reflete, principalmente, o resultado líquido do exercício, de US\$134 milhões, e outras receitas abrangentes no valor de US\$411 milhões (compostas, basicamente, pelo aumento na posição de provisionamento dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria do Banco, no valor de US\$130 milhões, e ajustes de conversão positivos, no valor de US\$280 milhões).

A base patrimonial é fator essencial para que o Banco atinja seus objetivos financeiros, permitindo absorver riscos com seus próprios recursos, dessa forma protegendo os países membros contra a possibilidade de uma chamada do capital exigível. Para fins de gestão de risco, o Banco monitora o patrimônio utilizado como definido e utilizado na TELR, que mede a adequação de sua capacidade para suportar riscos. O **Quadro 7** apresenta a composição desse indicador em 31 de dezembro de 2007 e 2006. Veja em “Gestão do risco financeiro—Risco de crédito—Estrutura de adequação de capital”, abaixo, mais informações sobre a TELR.

Como demonstrado no **Quadro 7**, a TELR diminuiu de 40,8% em 31 de dezembro de 2006 para 40,2% em 31 de dezembro de 2007. A redução se deve, principalmente, ao aumento de US\$2,3 bilhões no saldo de empréstimos e exposição líquida a garantias, parcialmente compensado pelo aumento no patrimônio líquido decorrente do lucro operacional. Antes de 2007, a

Quadro 7: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO TOTAL E EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007	2006
Patrimônio		
Capital realizado.	\$ 4.340	\$ 4.340
Lucros retidos:		
Reserva geral ¹	13.470	12.971
Reserva especial ¹	2.543	2.497
Mais:		
Provisões para perdas com empréstimos e garantias.	70	104
Menos:		
Saldos de caixa em moeda local dos países mutuários.	135	142
Valores a receber de países membros, líquido ²	—	103
Ativos de benefícios pós-aposentadoria.	973	863
Efeito cumulativo do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio ³	(176)	(27)
Parcela do patrimônio usada na relação entre patrimônio total e empréstimos.	\$19.491	\$18.831
Saldo de empréstimos e exposição por garantias, líquido	\$48.529	\$46.199
Relação entre patrimônio total e empréstimos	<u>40,2%</u>	<u>40,8%</u>

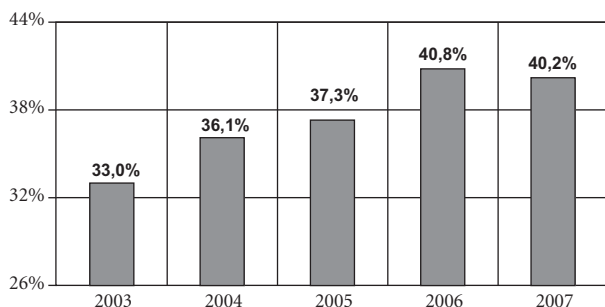
¹ Inclui Outras receitas abrangentes acumuladas.

² Não inclui o Valor líquido devido a países membros, quando aplicável.

³ Inclui o efeito cumulativo do SFAS 133 sobre hedges de fluxo de caixa de US\$2 milhões e US\$1 milhão em 2007 e 2006, respectivamente.

TELR vinha crescendo firmemente, em resultado do crescimento na base patrimonial e do menor saldo de empréstimos (ver **Figura 2**).

Figura 2: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO TOTAL E EMPRÉSTIMOS



Capitalização

O apoio dado ao Banco pelos seus acionistas é refletido nos aportes de capital recebidos dos países membros. Em 31 de dezembro de 2007, o capital subscrito totalizava US\$100,9 bilhões, dos quais US\$4,3 bilhões integralizados e US\$96,6 bilhões exigíveis.

São as seguintes as subscrições de capital realizadas e exigíveis:

Capital integralizado: As subscrições do capital integralizado foram pagas, integral ou parcialmente, em ouro, dólares dos Estados Unidos, ou na moeda do respectivo país membro. Na maioria dos pagamentos feitos na moeda do respectivo país membro, o país membro tomou providências satisfatórias para o Banco a fim de garantir que, respeitadas as disposições do Convênio, sua moeda seja mantida livremente conversível (ou o país membro comprometeu-se a converter sua moeda em favor do Banco) em moedas de outros países para fins das operações do Banco. O Banco já aceitou obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, em lugar da integralização imediata, total ou parcial, das subscrições de capital integralizado dos países membros. De acordo com as disposições do Convênio, aceitam-se essas obrigações quando as moedas não são necessárias para as operações do Banco.

Capital acionário exigível: A parcela exigível das subscrições de capital poderá ser exigida somente quando e na extensão necessária para satisfazer as obrigações do Banco com relação a captações de fundos ou a garantias. Em caso de chamada de capital, o pagamento poderá, à opção do país membro, ser feito em ouro, dólares dos Estados Unidos, em moeda plenamente conversível do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco que levaram à chamada de capital. As chamadas de capital serão obrigatoriamente uniformes, mas as obrigações dos membros do Banco de efetuar pagamentos quando são feitas essas chamadas são independentes entre si. A falta de um ou mais pagamentos por parte de qualquer dos membros não exonerará nenhum outro membro de sua obriga-

ção de integralizar seus pagamentos, e são permitidas sucessivas chamadas contra os membros não inadimplentes, se necessário, para honrar as obrigações do Banco. Entretanto, nenhum membro será obrigado a pagar valor maior que o saldo a integralizar de sua subscrição de capital. Nunca foi feita uma chamada de capital exigível do Banco.

Em 31 de dezembro de 2007, a subscrição total dos Estados Unidos, maior acionista do Banco, era de US\$30,3 bilhões, dos quais US\$1,3 bilhão tinha sido integralizado. Da parcela exigível do capital subscrito pelos Estados Unidos, que totalizava US\$29,0 bilhões, US\$3,8 bilhões tinham sido plenamente autorizados e alocados, sem limitação de exercício fiscal, pela legislação daquele país, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não precisa de outras alocações orçamentárias para integralizar esse valor, caso qualquer parcela dele seja exigida com o objetivo de satisfazer as obrigações do Banco. O saldo da subscrição de capital exigível dos Estados Unidos, totalizando US\$25,2 bilhões, foi autorizado pelo Congresso dos Estados Unidos, mas ainda não foi alocado. Em 1979, em conexão com a subscrição, pelos Estados Unidos, de um aumento no capital exigível, o Banco obteve um parecer do Departamento Jurídico do Tesouro daquele país, segundo o qual não é necessária nenhuma alocação orçamentária para tais subscrições enquanto os Estados Unidos não tiverem de fazer pagamentos em conexão com uma chamada de capital feita pelo Banco. O parecer afirma ainda não ser necessária alocação orçamentária para tornar as subscrições de capital exigível feitas pelos Estados Unidos, autorizadas por sua legislação, obrigações com plena garantia do governo, e que uma obrigação contraída pelos Estados Unidos de acordo com uma autorização concedida pelo Congresso para fins constitucionais obriga o país, embora possa ser necessária uma alocação futura para financiá-la.

Captações

O Banco capta fundos nos mercados de capitais internacionais, principalmente pela emissão de títulos de dívida. Para diversificar suas fontes de captação, o Banco emite títulos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas para atender às necessidades dos investidores globais, tanto institucionais como de varejo. De acordo com os termos do Convênio, o Banco pode captar fundos somente com a aprovação do país membro em cujos mercados os títulos de dívida forem vendidos e do país membro em cuja moeda as captações forem denominadas. Além disso, o Banco é obrigado a obter o compromisso de cada um desses países membros de que os recursos obtidos poderão ser convertidos pelo Banco na moeda de qualquer outro país membro, sem restrição. A política de captações do Banco é resumida no **Boxe 4**.

Boxe 4: Política de captações

A política do Banco é limitar o total das Captações Líquidas ao capital subscrito exigível dos países não mutuários (Estados Unidos, Japão, Canadá e outros membros extra-regionais). A Captação de recursos líquida é o valor das captações mais exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados e ativos da reserva especial. Os ativos da reserva especial podem ser usados exclusivamente para atender às obrigações do Banco relacionadas com captações e garantias. Em 31 de dezembro de 2007, as Captações Líquidas representavam 61,2% do capital exigível subscrito dos membros não mutuários, em comparação com os 57,9% em 2006.

Os objetivos da estratégia de captação do Banco são obter acesso ao mercado de capitais de longo prazo, com volume e eficácia de custos. O Banco utiliza instrumentos derivativos, principalmente contratos de troca de indexadores (swaps) cambiais e de taxa de juros, para fins de hedge, como parte de sua estratégia de gestão de passivos, com o fim de manter a composição de moedas e estrutura de taxa de juros desejada e de reduzir os custos de captação. O Banco atentamente monitora e regula suas atividades com distribuidoras de valores e contrapartes (veja “Gestão de risco financeiro—Risco de crédito—Risco de crédito comercial” adiante). O valor e momento das captações do Banco são, em parte, determinados pelos desembolsos de empréstimos, vencimento de obrigações e níveis de liquidez (veja “Gestão de liquidez” acima).

Em 2007, os recursos líquidos de operações passivas de médio e longo prazos captadas diretamente nos mercados financeiros totalizou US\$5,5 bilhões, em comparação com US\$5,3 bilhões em 2006. As operações de captação em 2007 e 2006 estão resumidas no **Quadro 8**.

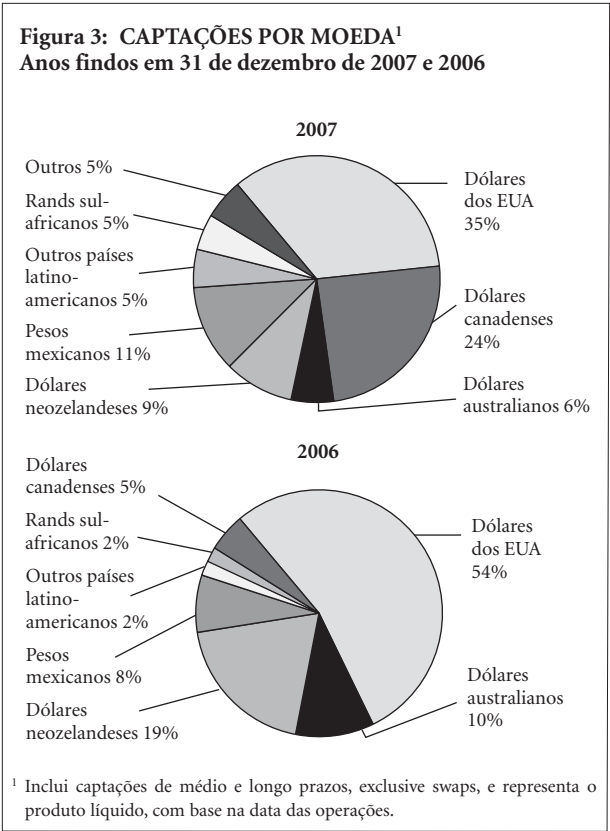
Quadro 8: RESUMO DAS OPERAÇÕES ANUAIS DE CAPTAÇÃO
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007	2006
Captações totais no médio e longo prazos ¹	\$5.504	\$5.263
Duração média (anos) ²	7,9	6,5
Número de transações	45	33
Número de moedas	12	7

¹ Representa o produto líquido, com base na data das operações.
² Prazo médio calculado levando em consideração a probabilidade média ponderada do exercício da primeira opção de recompra obrigatória pelo emissor, quando aplicável.

Os recursos captados em qualquer ano são usados nas operações gerais, incluindo desembolsos de empréstimos e refinanciamento de dívidas próximas ao vencimento. Em 2007, o Banco fez sua primeira emissão de obrigações denominadas em cólons costa-riquenhos, rúpias indianas e liras novas turcas. Além disso, o Banco emitiu US\$1 bilhão em obrigações referenciais globais com vencimento em 2012. Em 2007, foram emitidas obrigações denominadas em moedas de outros países membro num total agregado de US\$909 milhões (2006—US\$526 milhões), nas seguintes moedas: reais brasileiros, US\$197 milhões, pesos colombianos, US\$30 milhões, cólons costa-riquenhos, US\$50 milhões e pesos mexicanos, US\$632 milhões (2006—pesos mexicanos, US\$406 milhões e soles novos peruanos, US\$120 milhões). Além disso, o Banco transacionou diversas obrigações denominadas em dólares australianos, dólares canadenses, coroas islandesas, dólares neozelandeses, rands sul-africanos e dólares dos Estados Unidos.

As novas captações de recursos de médio e longo prazos, em 2007, comparadas com 2006, são apresentadas na **Figura 3**. Em 2007 e 2006, todas as captações feitas em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos foram inicialmente objeto de swaps para aquela moeda.

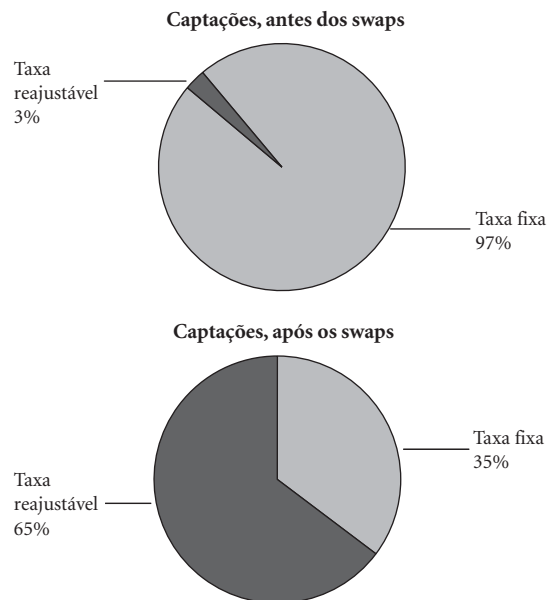


O Banco recompra, resgata ou paga antecipadamente suas obrigações estrategicamente, com o objetivo de reduzir o custo das captações e a exposição à necessidade de refinanciamento em um determinado ano ou para atender outras necessidades operacionais. Durante 2007, o Banco recomprou US\$326 milhões de duas de suas captações (2006—US\$0).

Uso de derivativos: O Banco pode firmar swaps de taxa de juros e de câmbio concomitantemente com suas captações, com o objetivo de converter recursos em euros, ienes japoneses, francos suíços ou dólares dos Estados Unidos e captações com taxas fixas ou flutuantes, de modo a cumprir suas obrigações de desembolso. Em 2007, todas as novas captações foram inicialmente objeto de swap para dólares dos Estados Unidos a taxas flutuantes, e posteriormente convertidas em captações a taxa fixa e/ou em euros, ienes japoneses e francos suíços, de acordo com as necessidades de captação. As **Figuras 4 e 5** ilustram o efeito dos swaps tanto na estrutura de taxa de juros como na composição de moedas de captações de médio e longo prazos em 31 de dezembro de 2007.

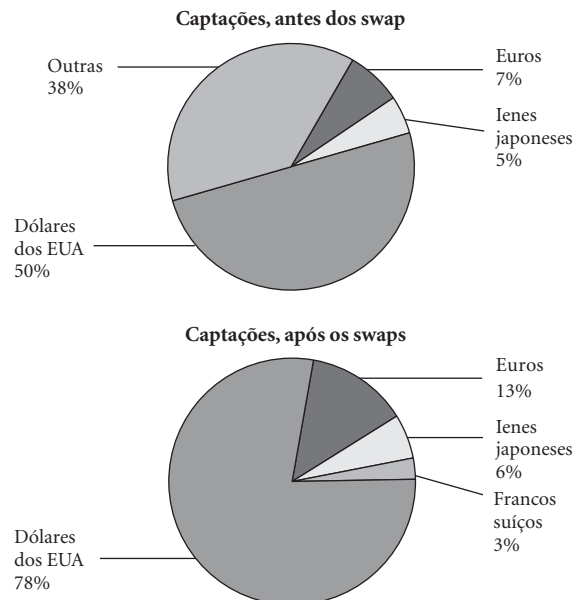
As Notas H e I e o Anexo I-5 das demonstrações financeiras apresentam informações mais detalhadas sobre as captações e derivativos utilizados pelo Banco.

Figura 4: EFEITOS DOS SWAPS SOBRE A ESTRUTURA DE TAXAS DE JUROS DO SALDO DE CAPTAÇÕES¹
31 de dezembro de 2007



¹ Exclusivamente captações de médio e longo prazos.

Figura 5: EFEITOS DOS SWAPS SOBRE A COMPOSIÇÃO DE MOEDAS DO SALDO DE CAPTAÇÕES¹
31 de dezembro de 2007



¹ Exclusivamente captações de médio e longo prazos.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Lucro operacional

O lucro operacional reflete a receita de juros líquida sobre ativos remunerados e a contribuição ao resultado feita pelo capital do Banco, outras receitas de empréstimos, o crédito para perdas em empréstimos e garantias, e despesas não-financeiras líquidas. O **Quadro 9** mostra a composição do Resultado operacional dos últimos três anos.

Quadro 9: RESULTADO OPERACIONAL
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007	2006	2005
Receita de juros sobre empréstimos ..	\$2.404	\$2.435	\$2.368
Receita de investimentos ¹	487	619	403
.....	2.891	3.054	2.771
Menos:			
Despesas de captação	2.135	2.070	1.733
Receita líquida de juros	756	984	1.038
Outras receitas de empréstimos	32	31	45
Outras despesas (crédito):			
Créditos para perdas em empréstimos e garantias	(13)	(48)	(14)
Despesas não-financeiras líquidas ...	518	436	385
Total	505	388	371
Lucro operacional	\$ 283	\$ 627	\$ 712

¹ Inclui lucros e perdas não realizados.

Exercício de 2007 comparado com 2006: Em 2007, o Resultado operacional foi US\$344 milhões inferior ao do ano anterior, devido à redução da receita líquida de juros, aumento nas despesas não financeiras, compostas basicamente por despesas administrativas, e um crédito menor para perdas em empréstimos e garantias.

Exercício de 2006 comparado com 2005: Em 2006, o Resultado operacional totalizou US\$85 milhões menos que no ano anterior, devido a uma redução do rendimento líquido de juros produzido pela carteira de empréstimos e a um aumento em despesas não-financeiras, parcialmente compensado por um crédito maior para perdas em empréstimos e garantias.

Receita de juros líquida

Os saldos médios das carteiras de ativos e passivos remunerados, após swaps, bem como seus respectivos retornos e custos em 2007, 2006 e 2005, são demonstrados no **Quadro 10**.

Exercício de 2007 comparado com 2006: Em 2007, a receita líquida de juros diminuiu US\$228 milhões em relação a 2006, devido, principalmente, a perdas não realizadas (ajuste a preços de mercado) de US\$280 milhões na carteira de investimentos do Banco destinadas a negociação, conforme explicado acima, em Gestão da Liquidez, parcialmente compensadas pelo aumento na contribuição para o resultado dos recursos não remunerados do patrimônio do Banco e por taxas de empréstimo ligeiramente mais elevadas.

Exercício de 2006 comparado com 2005: A receita de juros líquida diminuiu US\$54 milhões em 2006 em relação a 2005, principalmente devido à redução no saldo de empréstimos de emergência e à queda das margens sobre empréstimos não emergenciais com garantia soberana. Essa redução foi parcialmente compensada por um aumento nos rendimentos gerados por recursos patrimoniais.

Despesas não-financeiras líquidas

Os principais componentes das despesas não-financeiras líquidas são apresentados no **Quadro 11**.

Quadro 11: DESPESAS LÍQUIDAS, EXCETO JUROS
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007	2006	2005
Despesas administrativas			
Custos de pessoal.....	\$355	\$342	\$331
Honorários de consultores.....	58	50	47
Viagens operacionais.....	20	20	21
Despesas de realinhamento.....	55	—	—
Outras despesas.....	76	95	74
Total das despesas administrativas brutas...	564	507	473
Menos: parcela do Fundo para Operações Especiais.....	(64)	(93)	(86)
Despesas administrativas líquidas.....	500	414	387
Receitas de tarifas de serviço.....	(6)	(5)	(6)
Programas especiais.....	37	34	12
Outras receitas.....	(13)	(7)	(8)
Despesas não-financeiras líquidas.....	\$518	\$436	\$385

Exercício de 2007 comparado com 2006: As despesas não-financeiras líquidas aumentaram US\$82 milhões em 2007 devido, principalmente, a despesas de realinhamento (US\$55 milhões), aumento na porcentagem das despesas administrativas debitadas ao Capital Ordinário (US\$29 milhões) e aumentos nos salários e benefícios relacionados (US\$13 milhões), parcialmente compensadas pela redução na despesa de depreciação (US\$19 milhões).

Exercício de 2006 comparado com 2005: As despesas não-financeiras líquidas aumentaram US\$51 milhões em 2006, principalmente devido a um aumento em depreciação e amortização (US\$22 milhões), aumentos regulares nos salários e benefícios (US\$11 milhões) e despesas sob programas especiais aprovadas pela Diretoria Executiva (US\$22 milhões).

Quadro 10: CARTEIRAS DE ATIVOS E PASSIVOS, COM SEUS CUSTOS E RETORNOS
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2007		2006		2005	
	Saldo médio	Retorno/custo %	Saldo médio	Retorno/custo %	Saldo médio	Retorno/custo %
Empréstimos ¹	\$45.569	5,28	\$47.207	5,16	\$47.837	4,95
Investimentos líquidos.....	16.791	2,93	14.226	4,39	12.341	3,29
Total dos ativos remunerados.....	62.360	4,65	61.433	4,98	60.178	4,61
Captações.....	43.349	4,92	43.314	4,78	42.609	4,07
Margem de taxa de juros ²		(0,27)		0,20		0,54
Margem líquida de juros ³		1,21		1,60		1,72

¹ Exclui encargos sobre empréstimos.

² Margem de taxa de juros negativa em 2007 devido, principalmente, à redução na receita líquida de investimentos.

³ Representa a receita de juros líquida como porcentagem do saldo médio de ativos remunerados.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Como parte de seus serviços como banco de desenvolvimento, o Banco fica exposto a riscos de crédito (risco de carteira de empréstimos ou risco de crédito de país e risco de crédito comercial), risco de mercado (taxa de juros, spread e taxa de câmbio), risco de liquidez (captação e liquidação) e risco operacional.

Governança

O Banco conduz suas operações dentro de uma estrutura de políticas financeiras, usa exclusivamente instrumentos financeiros especificamente autorizados e segue um processo decisório bem definido para a gestão de riscos.

O Banco gere seus riscos de acordo com as disposições do Convênio e outras políticas que tenham sido aprovadas pela Assembleia de Governadores, pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Finanças, composto por membros da administração. Como parte do realinhamento do Banco, três de suas unidades de gestão de riscos—risco estratégico, risco de tesouraria e risco de créditos sem garantia soberana—foram combinadas para formar o Departamento de Gestão de Riscos, que se reporta agora diretamente ao Vice-Presidente Executivo. O Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO, sigla em inglês), sucessor do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos, foi criado como fórum para analisar questões de risco e gestão financeira em conformidade com as práticas recomendadas de gestão de risco. Elas incluem a gestão de ativos e passivos, adequação do capital, produtos financeiros (isto é, captação e investimentos), gestão da liquidez, gestão dos empréstimos e contabilidade.

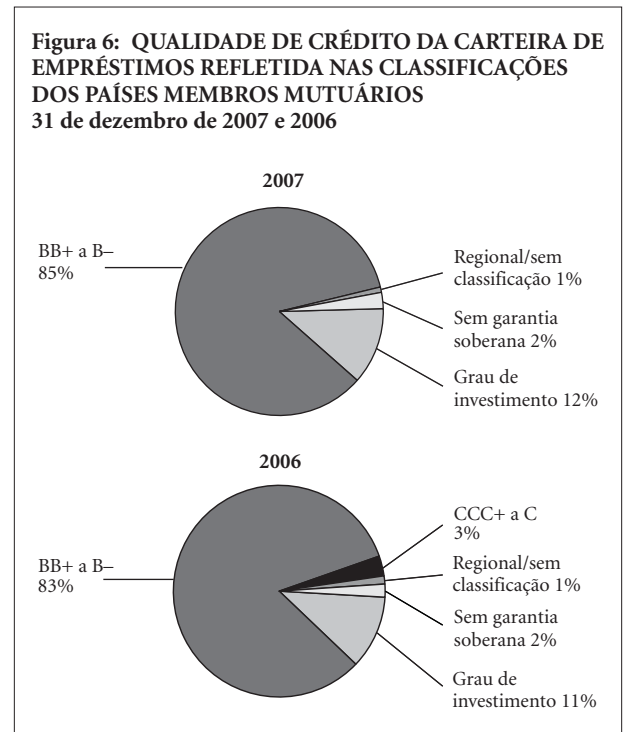
Risco de crédito

Risco de crédito é a perda potencial que pode resultar de inadimplência por parte de mutuários (risco de crédito de carteira de empréstimos ou risco de crédito de país), ou da inadimplência/rebaixamento da classificação de crédito de uma contraparte em investimentos, operações financeiras ou swaps (risco de crédito comercial). Quase todos os empréstimos do Banco contam com garantia soberana.

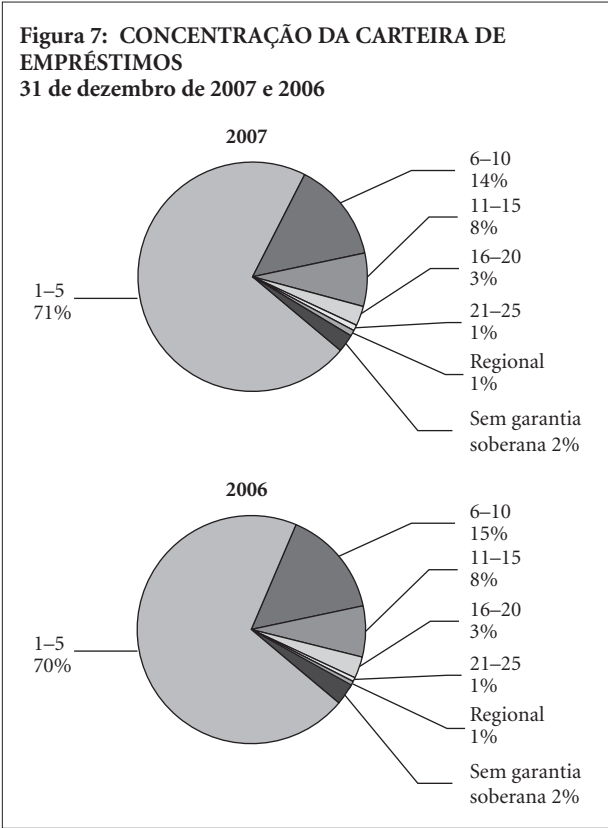
Risco de crédito da carteira de empréstimos: O risco de crédito da carteira de empréstimos é o risco de que o Banco não receba a amortização do principal e/ou os juros de um ou mais empréstimos de acordo com os termos ajustados. Está diretamente relacionado ao negócio fundamental do Banco e é o maior risco financeiro que ele enfrenta. O Banco usa múltiplas fontes de proteção contra o risco de crédito de sua carteira de empréstimos, inclusive uma limitação geral aos empréstimos, uma estrutura abrangente de adequação do capital (projetada para assegurar que o Banco detenha capital suficiente em qualquer ocasião, considerada a qualidade e concentração da carteira), uma política para o tratamento de créditos duvidosos e uma política para a manutenção de uma provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito da carteira de empréstimos do Banco é determinado pela qualidade do crédito de cada mutuário e pela exposição a ele.

Desde 31 de dezembro de 2006, os efeitos da elevação da classificação de crédito de alguns dos maiores mutuários do Banco e o aumento dos empréstimos o penderes aumentou a porcentagem da carteira com classificação em grau de investimento e BB+ a B, reduzindo também a concentração em países com classificação relativamente mais baixa.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos com garantia soberana em 31 de dezembro de 2007, representada pelas classificações de crédito de longo prazo em moeda estrangeira atribuídas a cada país mutuário pelas agências classificadoras (geralmente a Standard & Poor's), é apresentada na **Figura 6**.



A exposição do Banco reflete o porte e a concentração gerais da carteira. A exposição é limitada exclusivamente pela autoridade do Banco para conceder empréstimos; inexistindo limites específicos por país. Levando em consideração a natureza regional das suas operações e os portes relativos das economias dos países membro mutuários, o Banco espera que sua carteira se mantenha concentrada. Como mostra a **Figura 7**, em 31 de dezembro de 2007, 71% da carteira estava em mãos dos cinco maiores mutuários, em comparação com 70% em 2006. Para mais informações, ver o Anexo I-3 das demonstrações financeiras.



Limitação aos empréstimos: A política do Banco limita o total de empréstimos e garantias ao seu capital integralizado, somado à reserva geral e ao capital exigível de países membros não mutuários. Esse limite de empréstimos é mais estrito do que o prescrito no Convênio, que inclui o capital exigível não prejudicado de todos os membros mutuários.

Estrutura de adequação de capital: A estrutura de adequação de capital do Banco consiste em um modelo de risco de crédito, uma política de adequação de capital e a uma metodologia de precificação de empréstimos. A estrutura permite ao Banco a gestão do risco inerente à sua carteira de empréstimos devido à qualidade de crédito de seus mutuários e à concentração de seus empréstimos, ao mesmo tempo em que oferece aos seus mutuários encargos baixos e estáveis sobre os empréstimos concedidos.

O capital econômico do Banco é medido pelo TELR, cujo nível desejado de 38% foi determinado com base em uma análise das necessidades de capital econômico do Banco sob vários cenários hipotéticos de tensão financeira. A estrutura de adequação de capital prevê que enquanto o Resultado operacional for positivo e o TELR estiver subindo dentro de uma faixa de 32% a 38%, o Banco continuará a aplicar aos empréstimos concedidos seus encargos padrão, que são iguais a uma margem de empréstimo de 0,30%, uma comissão de crédito de 0,25% e isenção da taxa de supervisão e inspeção.

Operações de curso anormal: Exceto nos casos de empréstimos sem garantia soberana, atrasos no serviço do empréstimo por parte de um mutuário em qualquer país membro impedem a aprovação de novos empréstimos a mutuários no país membro, podem conduzir à suspensão de desembolsos e resultar na contabilização do empréstimo em regime de caixa, podendo fazer também com que o empréstimo seja declarado vencido e exigível. O Banco exerce sua política de acordo com uma abordagem graduada, resumida no **Quadro 12**.

Se um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos FOE ou de qualquer outro fundo de propriedade do Banco ou por ele administrado for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos concedidos ao governo daquele

Quadro 12: TRATAMENTO DE EMPRÉSTIMOS SOBERANOS INADIMPLENTES

30 dias após a data do vencimento	O Banco suspende a liberação do empréstimo em mora e de todos os demais empréstimos do mesmo mutuário. O Banco informa o garantidor de que o mutuário se encontra em mora e solicita o pronto pagamento do valor em atraso. O Banco não celebra mais nenhum contrato de empréstimo com mutuários no país em questão e não se aprova mais nenhuma proposta de empréstimo.
120 dias após a data do vencimento	Caso o garantidor deixe de pagar os valores devidos, o Banco suspende a liberação de todos os empréstimos ao garantidor ou garantidos por ele.
180 dias após a data do vencimento	O Banco coloca em regime de caixa a contabilização de todos os empréstimos ao país cujo governo, banco central ou qualquer entidade governamental seja mutuário ou garantidor, salvo se ficar determinado que os pagamentos de todos os valores em mora estão em processamento e serão recebidos no futuro imediato. A colocação em regime de caixa implica no estorno da receita acumulada até a data e a cessação de novas apropriações de receita até que os valores pendentes sejam recebidos. São suspensas todas as missões do Banco ao país destinadas a programação, preparação ou processamento de empréstimos.

país membro ou por ele garantidos também serão colocados em regime de caixa. O Banco mantém um diálogo contínuo com seus mutuários para garantir que todos os empréstimos sejam quitados pontualmente.

No caso de empréstimos sem garantia soberana, um subcomitê do ALCO determina quando a contabilização do empréstimo deve ser colocada em regime de caixa, o que pode acontecer em qualquer momento entre 30 e 90 dias após o vencimento ou, em casos especiais, a qualquer tempo antes de decorridos os 30 dias. Em 31 de dezembro de 2007, o Banco tinha um empréstimo sem garantia soberana classificado como prejudicado, com saldo em aberto de US\$2 milhões (ver Nota E das demonstrações financeiras).

Provisão para perdas com empréstimos e garantias: Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos do Capital Ordinário com garantia soberana sejam quitados. Além disso, o Banco mantém uma carteira de empréstimos com garantia soberana essencialmente sem créditos em liquidação desde sua fundação. Durante os 48 anos de história do Banco, apenas cinco países mutuários foram colocados em regime de caixa, durante períodos variáveis, entre 1988 e 1992. O saldo máximo agregado dos empréstimos em regime de caixa jamais excedeu 8% do saldo total de empréstimos, e o Banco sempre acabou por receber integralmente o valor do principal e dos juros desses empréstimos. O Banco mantém provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas com garantias para reconhecer as possíveis perdas inerentes a suas carteiras de empréstimos e garantias, relacionadas principalmente a financiamentos sem garantia soberana. De acordo com as políticas do Banco, foi reconhecido um crédito para perdas com empréstimos e garantias de US\$13 milhões no resultado de 2007. Eram mantidas provisões totais de US\$70 milhões em 31 de dezembro de 2007 (2006—US\$104 milhões). Em 31 de dezembro de 2007, a provisão para perdas com empréstimos e garantias sem garantia soberana era de 3,3% do saldo da carteira combinada correspondente (2006—6,7%).

Risco de crédito comercial: Risco de crédito comercial é a exposição a perdas que poderiam resultar da inadimplência ou do rebaixamento por parte de uma agência de classificação de créditos de uma das contrapartes do Banco em investimentos, transações de títulos ou swaps. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe sua liquidez. De acordo com suas políticas de risco conservadoras, o Banco investe exclusivamente em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por governos, órgãos governamentais, organizações multilaterais, instituições financeiras e entidades privadas, inclusive em títulos lastreados por ativos. O processo do Banco para o controle de seu risco de crédito comercial inclui: a) especificação de investimentos autorizados; b) estabelecimento de listas aprovadas de contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitos; c) definição de limites de

classificação de crédito aceitáveis; e d) especificação de limites para exposição e prazo para contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitos, com base em seu porte e capacidade creditícia.

Em resultado da recente crise das hipotecas *sub-prime* e do efeito de contágio em todos os setores de mercado, o Banco vem monitorando a qualidade dos ativos de sua carteira de investimentos, analisando e avaliando continuamente o valor fundamental de suas posições, com foco especial em seus produtos estruturados de crédito.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, captação e gestão de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, principalmente swaps, para fins de hedging. O uso de derivativos é limitado a distribuidoras e contrapartes autorizadas selecionadas com base em políticas conservadoras de gestão de riscos. O Banco determinou limites de exposição para cada contraparte em derivativos e tem contratos mestre de derivativos, os quais contêm disposições de liquidação por diferença obrigatória. Esses contratos também prevêm a exigência de garantias para os casos em que a exposição ao ajuste a preços de mercado exceda determinados patamares contratuais. Os contratos mestre de derivativos com as contrapartes foram emendados para tornar as provisões de atenuação de riscos compatíveis com os níveis mais conservadores exigidos pela atual política de gestão de risco de crédito de derivativos. Os limites de exposição às contrapartes são calculados e monitorados com base nas exposições de crédito potenciais modeladas durante a vida da carteira de cada contraparte. Para modelar as interações complexas dos fatores de risco de mercado, a dinâmica da carteira e o impacto dos mecanismos de atenuação de riscos, tais como tetos quantitativos para as garantias e para a rescisão, são usadas simulações completas que resultam em estimativas de exposição de crédito potencial. O monitoramento das exposições do Banco e a gestão desses riscos são processos contínuos. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes em contratos de swap entre em inadimplência.

O Banco trata a exposição de crédito atual como o custo de reposição do respectivo instrumento derivativo. Esse valor também é conhecido como risco de reposição ou valor da exposição ao ajuste a preços de mercado. A exposição ao ajuste a preços de mercado é a medida, em um determinado momento, do valor de um contrato derivativo no mercado aberto. Um ajuste aos preços de mercado positivo indica que a contraparte deve ao Banco e, portanto, cria uma exposição para o Banco. Quando o ajuste a preços de mercado é negativo, o Banco deve à contraparte e não existe risco de reposição. Quando o Banco tem mais de uma transação com derivativos em curso com a mesma contraparte, a exposição líquida ao ajuste a preços de mercado representa o valor líquido das exposições positivas e negativas com a mesma contraparte. Se o valor do ajuste a preços de mercado for negativo, a exposição do Banco à contraparte é considerada nula.

A **Figura 8** apresenta detalhes da exposição de crédito estimada nos investimentos, por categoria de classificação de crédito do emissor. Em 31 de dezembro de 2007, a exposição de crédito da carteira de investimentos totalizava US\$16,1 bilhões, em comparação com US\$15,8 bilhões de 31 de dezembro de 2006. Em 2007, a qualidade de crédito da carteira de investimentos continua elevada, já que 90% dos emissores foram classificados como AAA e AA e outros 1% da carteira tinham as classificações de crédito de curto prazo mais elevadas, em comparação com 83% e 8%, respectivamente, em 2006. A **Figura 9** apresenta detalhes sobre a exposição a crédito estimada (líquida por contraparte) da carteira de swaps, por classificação de crédito. Em 31 de dezembro de 2007, a exposição a crédito por swaps aumentou de US\$1,5 bilhão no ano anterior para US\$2,5 bilhões. A qualidade de crédito da carteira de swaps continua elevada, porque 87% das contrapartes tinham classificação de crédito AA em 2007, em comparação com 94% em 2006. Essas exposições de crédito em swaps são garantidas. Em 31 de dezembro de 2007, um total de US\$2,1 bilhões em garantias, na forma de títulos do Tesouro dos Estados Unidos, haviam sido depositadas junto ao custodiante do Banco (em comparação com US\$1,3 bilhão em 2006), o que reduziu significativamente a exposição a crédito em swaps, discutida acima, para apenas US\$0,4 bilhão (2006—US\$0,2 bilhão).

Figura 8: EXPOSIÇÃO A CRÉDITO EM INVESTIMENTOS POR CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO DO EMISSOR
31 de dezembro de 2007 e 2006

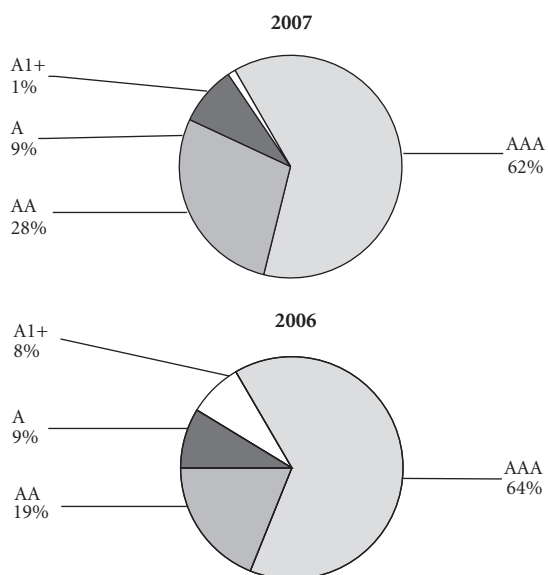
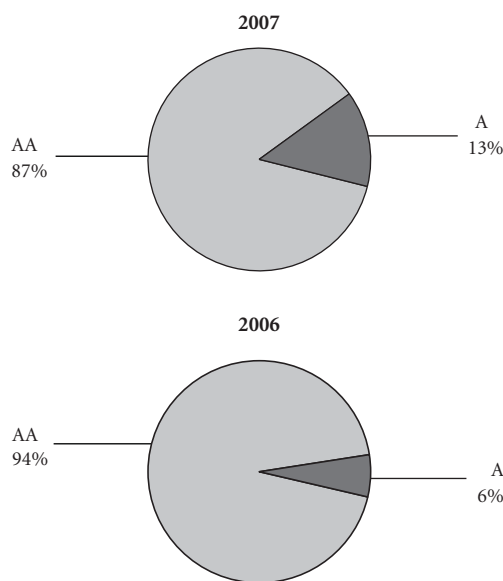


Figura 9: EXPOSIÇÃO A CRÉDITO EM SWAPS POR CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE
31 de dezembro de 2007 e 2006



Risco de mercado

O Banco enfrenta riscos resultantes das flutuações de mercado, principalmente alterações nas taxas de juros e de câmbio, que são atenuados por meio de sua estrutura integrada de gestão de ativos e passivos.

Gestão de ativos e passivos: O objetivo da gestão de ativos e passivos é garantir a captação de fundos adequados para cada produto, ao melhor custo disponível, e gerir as características de composição de moedas, perfil de vencimentos e sensibilidade às taxas de juros da carteira de captações, dando a cada produto de crédito e liquidez um respaldo de acordo com os requisitos específicos daquele produto e dentro dos parâmetros de risco prescritos. O Banco emprega derivativos para gestão e alinhamento das características de seus ativos e passivos, aumento do retorno sobre os investimentos e redução dos custos de captação.

Risco de taxa de juros: O Banco está exposto a duas fontes potenciais de risco de taxa de juros. A primeira é a exposição a alterações na margem líquida entre a taxa auferida sobre os ativos e o custo das captações usadas para financiá-los. A segunda é a exposição a alterações na receita auferida sobre a parcela dos ativos financiada pelo patrimônio.

O Banco atenua essa exposição a alterações de margem líquida por meio de uma fórmula de repasse de custos incorporada às taxas de empréstimo cobradas sobre a maior parte dos empréstimos existentes, além de uma gestão de estrutura de prazos cuidadosamente projetada. Esses empréstimos com repasse de custos representavam 94% da carteira de empréstimos existente em 31 de dezembro de 2007; os 6% restantes são empréstimos de emergência, empréstimos sem garantia soberana e

empréstimos com taxas fixas. Alguns dos empréstimos com repasse de custos, principalmente os empréstimos com taxa reajustável, têm algum risco de taxa de juros residual, devido à defasagem de seis meses inerente no cálculo da taxa de juros dos empréstimos (ver “Operações de desenvolvimento—Condições financeiras dos empréstimos”, acima). O Banco financia e investe sua liquidez por meio de estruturas de taxas conjugadas, usando restrições específicas às diferenças de prazo médio (*duration gaps*), de modo a evitar eventuais exposições indevidas aos riscos de taxa de juros.

O Banco atenua sua exposição a alterações da receita relacionada ao patrimônio investindo esses recursos em empréstimos e ativos de investimento de longo prazo, com retornos relativamente estáveis.

Risco de taxa de câmbio: Para minimizar o risco de taxa de câmbio em um ambiente onde são usadas várias moedas, o Banco conjuga as obrigações por captações após swaps em qualquer moeda com ativos na mesma moeda, de acordo com o que prescreve o Convênio. Além disso, o Banco adota a política de minimizar a sensibilidade do TELR a flutuações na taxa de câmbio por intermédio de conversões periódicas com o objetivo de manter as moedas de seu patrimônio e das provisões para perdas com empréstimos e garantias alinhadas com as das exposições em empréstimos e garantias líquidas. Para minimizar os descasamentos de moedas, o Banco também alinha a composição de moedas dos ativos da reserva especial com os saldos das captações.

A Figura 10 apresenta a composição dos ativos e passivos do Banco por moedas (após swaps) no final de 2007 e 2006.

Risco de liquidez

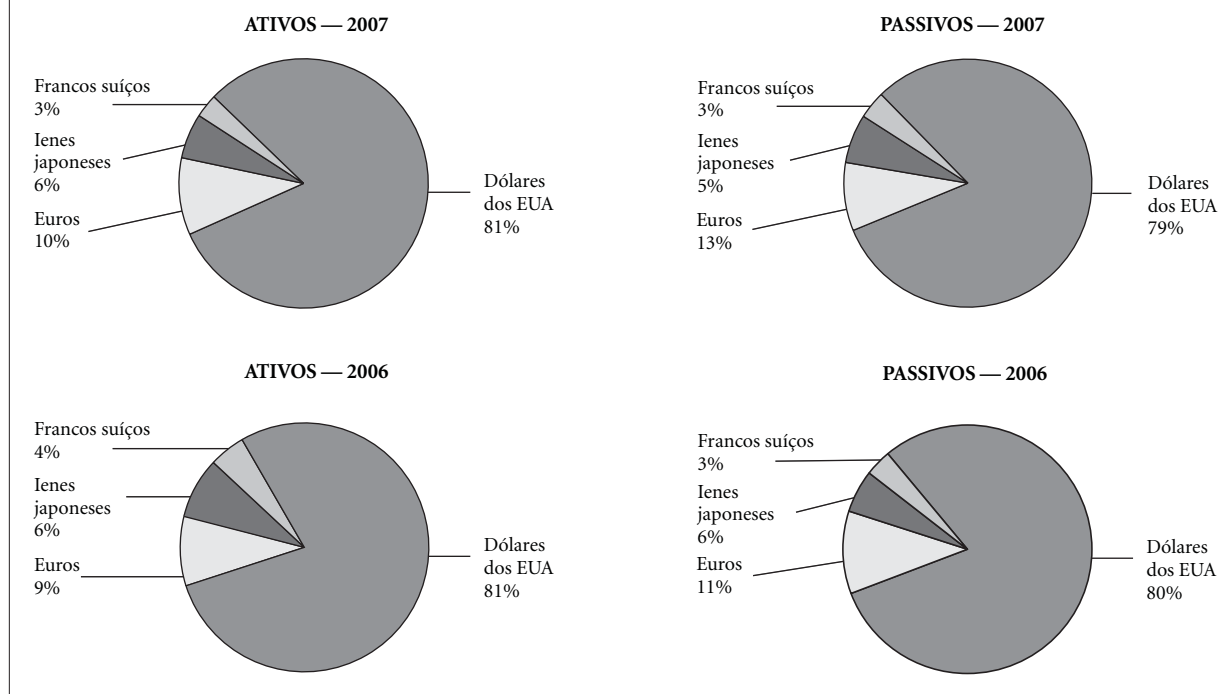
O risco de liquidez decorre das necessidades gerais de financiamento das atividades do Banco e da gestão de seus ativos e passivos. Ele inclui o risco do Banco ser incapaz de financiar a carteira de ativos com vencimentos e taxas apropriados (risco de financiamento); o risco de não poder liquidar uma posição em tempo hábil a um preço razoável (risco de liquidação); e a exacerbção de ambos os riscos resultante de ter uma parcela substancial de uma carteira de ativos ou passivos alocada a um tipo específico de instrumento (risco de concentração).

O Banco gere o risco de liquidez por meio da política de liquidez, da política de gestão de ativos e passivos e do programa de captações de curto prazo. A política de liquidez do Banco determina um montante mínimo de liquidez, destinado a permitir que o Banco possa se abster de captar recursos por um determinado período sem deixar de honrar suas próprias obrigações. A gestão de ativos e passivos do Banco, além de otimizar a alocação do patrimônio líquido e do endividamento para o financiamento dos diversos ativos do Banco, determina a diferença apropriada de prazo e prazo médio entre empréstimos e captações para reduzir o custo de captação e o risco de refinanciamento. Finalmente, dentro do programa de captações de curto prazo, são emitidas notas com deságio e vencimento inferior a um ano, para cobrir necessidades de fluxo de caixa de curto prazo, sempre que não for desejável liquidar uma posição.

Risco operacional

Risco operacional é a perda potencial que pode resultar de atividades internas ou eventos externos, causada por transtornos

Figura 10: MOEDAS EM QUE ESTÃO DENOMINADOS OS ATIVOS E PASSIVOS
31 de dezembro de 2007 e 2006



nas informações, comunicações, salvaguardas físicas, continuidade de negócios, supervisão, processamento de transações, precificação, movimentos de saldos de caixa e títulos e sistemas de liquidação. Além disso, o risco operacional inclui fraudes e descumprimento de responsabilidades legais, fiduciárias e de agente.

Dentro do Banco, estão em vigor políticas e procedimentos que abrangem todos os aspectos significativos do risco operacional. Essas políticas e procedimentos incluem, em primeiro lugar, os altos padrões de ética nos negócios do Banco e seu sistema estabelecido de controles internos. Eles são complementados pelos procedimentos de recuperação de desastres/planejamento de contingências, pela Política de Divulgação de Informações, procedimentos de diligência devida, relacionada à integridade de clientes e projetos, bem como políticas de aprovisionamento e compras. Além disso, o Banco desempenha um papel ativo, por intermédio de seu recém-criado Departamento de Gestão de Riscos, na avaliação eficiente dos aspectos de risco operacional de forma coordenada.

Controle interno sobre a preparação de relatórios financeiros:

Em 2006, o Banco implementou a Estrutura Integrada de Controle Interno do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO) para a preparação de seus relatórios financeiros e estabeleceu um processo anual para que a administração apresente um relatório sobre a eficácia dos controles internos sobre a preparação dos relatórios financeiros e para que os auditores externos avaliem e apresentem um parecer acerca do controle interno sobre a preparação de relatórios financeiros. O relatório da Administração e o parecer dos auditores externos sobre o controle interno na preparação dos relatórios financeiros de 2007 está incluído nas demonstrações financeiras.

INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO ADICIONAIS

Base de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, que exigem que a administração prepare estimativas e assuma premissas que afetam os valores divulgados (ver a Nota B às demonstrações financeiras).

Políticas contábeis fundamentais

O Banco acredita que algumas das principais políticas contábeis que aplica na apresentação de seus resultados financeiros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, envolvem um grau de julgamento e complexidade relativamente altos e se relacionam a questões inerentemente incertas.

Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco utiliza estimativas de valor justo na contabilização da carteira de investimentos destinados a negociação e de todos os derivativos

(principalmente swaps cambiais e de taxa de juros), bem como na divulgação de informações sobre instrumentos financeiros. Os valores justos baseiam-se em preços de mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotações de mercado, os valores justos se baseiam em preços de distribuidoras, em preços de instrumentos comparáveis ou fluxos de caixa descontados usando modelos de determinação de preços. Os modelos de determinação de preços usam dados de fontes de mercado, tais como curvas de rendimento de taxa de juros, taxas de câmbio e volatilidade de opções. Esses dados podem ter efeito significativo sobre os valores justos informados dos ativos e passivos e as respectivas receitas e despesas. A Administração acredita que as estimativas de valor justo sejam razoáveis, dados os processos utilizados para obter e priorizar preços e parâmetros externos, bem como a aplicação uniforme dessa abordagem em períodos sucessivos.

As alterações no valor justo dos títulos destinados a negociação e dos derivativos relacionados são refletidas na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos em Receita de Investimento. As mutações no valor justo de todos os derivativos, exceto derivativos usados para investimento, são apresentadas em Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio. Ver “Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio” adiante.

Provisão para perdas com empréstimos e garantias: O Banco mantém provisões para perdas com sua carteira de empréstimos e garantias em níveis que a Administração considera adequados para absorver as perdas estimadas inerentes à carteira total na data do balanço patrimonial. O estabelecimento do nível das provisões requer um grau de julgamento significativo. O uso de diferentes estimativas ou pressupostos, bem como alterações em fatores externos, poderiam gerar níveis de provisões e reservas substancialmente diferentes. Em razão da natureza de seus mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos com garantia soberana sejam liquidados. Consequentemente, o nível da provisão para perdas com empréstimos e garantias é relativamente baixo e relacionado, principalmente, à carteira de empréstimos e garantias sem garantia soberana.

Benefícios de pensões e outros benefícios pós-aposentadoria:

O Banco participa, juntamente com a Corporação Interamericana de Investimento, de planos de pensão e benefícios pós-aposentadoria que cobrem praticamente todos os seus funcionários. Todos os custos, ativos e passivos associados aos planos são distribuídos entre o Banco e a CII, com base na participação de seus respectivos funcionários nos planos. Os custos alocados ao Banco são posteriormente distribuídos entre o Capital Ordinário e o FOE, com base em uma fórmula de alocação de custos aprovada pela Diretoria Executiva. As premissas atuariais aplicadas na determinação das obrigações por benefícios projetadas, valor justo dos ativos dos planos e posição de financiamento associados a esses planos baseiam-se nas taxas de juros vigentes no mercado financeiro, experiência, bem como nas melhores estimativas feitas pela Administração quanto às alterações nos

benefícios futuros e nas condições econômicas. Para mais pormenores, consulte a Nota N às demonstrações financeiras.

Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio

Como exigido pelo SFAS 133, o Banco ajusta a preços de mercado todos os instrumentos derivativos e as oscilações em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Até 31 de dezembro de 2003, o Banco designava como relacionamentos de hedging a maior parte dos derivativos relacionados a suas atividades de captação e crédito, de acordo com os critérios do SFAS 133. Consequentemente, as oscilações no valor justo dos ativos e passivos protegidos por hedge também se refletiam no resultado, o que resultava na compensação quase total dos ajustes de derivativos ao preço de mercado. As alterações no valor justo do instrumento derivativo e da captação objeto incluíam aquelas devidas a flutuações nas taxas de câmbio, que se compensam quase que em sua totalidade de acordo com os procedimentos de contabilidade de hedge.

Em 1º de janeiro de 2004, o Banco optou por interromper a contabilização como hedge de todos os relacionamentos de hedging do SFAS 133, mas continuou a avaliar todos os derivativos pelo seu valor justo e a reconhecer no resultado do exercício as alterações em tal valor. Além disso, o efeito das alterações nas taxas de câmbio que tinham sido incluídas nos ajustes ao valor justo das captações é reconhecido agora como ajustes de transações de câmbio. A Administração considera esses dois elementos economicamente correlatos e, portanto, apresenta ambos conjuntamente em uma linha separada da Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

A interrupção da contabilização como hedge exigiu que o Banco começasse a amortizar os ajustes de valor justo de captações e empréstimos contabilizados anteriormente. Além disso, a aplicação dos procedimentos do SFAS 133 pelo Banco limita atualmente a exigência de ajuste dos instrumentos derivativos a preços de mercado. Durante 2007, a amortização dos ajustes de valor justo de captações e empréstimos, o impacto líquido das taxas de câmbio sobre as transações de captação e o impacto das taxas de juros sobre swaps de captações e empréstimos ocasionaram aumentos (reduções) no resultado de US\$57 milhões, US\$(35) milhões e US\$(170) milhões, respectivamente [2006—US\$62 milhões, US\$30 milhões e US\$(469) milhões, respectivamente; 2005—US\$85 milhões, US\$(32) milhões e US\$5 milhões, respectivamente] (para mais informações, veja a Nota I das demonstrações financeiras). Como resultado, os Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio foram substancialmente mais elevados (negativo em US\$149 milhões e US\$384 milhões em 2007 e 2006, respectivamente e positivo em US\$50 milhões e US\$314 milhões em 2005 e 2004, respectivamente). A Administração acredita que essa volatilidade refletida nas demonstrações financeiras não seja representativa dos aspectos econômicos subjacentes da transação, porque o Banco, de modo geral, mantém os swaps até o vencimento.

Em 2007, a Administração adotou a opção pelo valor justo prevista pelo SFAS 159 para praticamente todas as suas captações e ativos a taxas flutuantes. O SFAS 159, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2008, determina que as oscilações no valor justo dos instrumentos financeiros objeto da opção sejam contabilizadas no resultado. Como resultado dessa opção, a Administração estima que a volatilidade no lucro líquido divulgado será substancialmente reduzida, sem a necessidade da aplicação das complexas disposições sobre contabilização de hedges. Consultar “Novos pronunciamentos contábeis” na Nota B às demonstrações financeiras.

Audidores externos

Informações gerais: Os auditores externos são nomeados pela Assembleia de Governadores, após um processo de licitação. Em 2002, a Ernst & Young LLP (E&Y) foi nomeada como auditora externa. Segundo o contrato entre o Banco e a E&Y, as partes prorrogaram anualmente a nomeação atual até 2006. Em 2007, a E&Y venceu um novo processo licitatório e foi nomeada auditora externa do Banco por um segundo período de cinco anos a encerrar-se em 2011.

Os honorários contratados para os serviços de auditoria prestados ao Banco pela E&Y em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e controles internos de 2007 totalizaram US\$1.074.000. Além disso, a E&Y recebeu em 2007 US\$55.000 por serviços relacionados à emissão de obrigações. A E&Y também presta serviços de auditoria a fundos fiduciários administrados pelo Banco e aos planos de aposentadoria do pessoal do Banco, para os quais os honorários contratados para as auditorias de 2007 foram de US\$432.000.

Independência dos auditores externos: O Comitê de Auditoria é responsável, entre outras coisas, pela assistência dada à Diretoria Executiva na supervisão da função de auditoria externa, inclusive assegurando sua independência. Nesse sentido, o Comitê é orientado pelos seguintes princípios fundamentais:

- O plano de trabalho dos auditores externos, incluindo serviços de auditoria e correlatos, deve ser aprovado pela Diretoria Executiva, com base em recomendação feita pelo Comitê de Auditoria.
- Quaisquer outros serviços a serem prestados pelos auditores externos em bases excepcionais podem ser contratados pela Administração de acordo com os critérios determinados pelo Comitê de Auditoria.
- Os auditores externos e os sócios revisores devem passar por rotação a cada cinco anos, pelo menos.
- O desempenho dos auditores externos é avaliado anualmente.
- A independência dos auditores externos deve ser confirmada anualmente pelo Comitê de Auditoria.
- Os auditores externos têm pleno acesso ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPITAL ORDINÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO COM RELAÇÃO À EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS SOBRE A PREPARAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

12 de fevereiro de 2008

A Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (o Banco) é responsável por estabelecer e manter a eficácia dos controles internos sobre a preparação da informação financeira do Banco. A administração avaliou os controles internos do Capital Ordinário do Banco sobre a preparação da informação financeira usando os critérios de eficácia do controle interno estabelecidos no Quadro Conceitual de Controle Interno Integrado publicado pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos do Capital Ordinário do Banco sobre a preparação da informação financeira em 31 de dezembro de 2007. Com base nessa avaliação, a Administração considera que os controles internos do Capital Ordinário do Banco sobre a preparação da informação financeira em 31 de dezembro de 2007 são eficazes.

A eficácia de qualquer sistema de controle interno tem limitações inerentes, incluindo a possibilidade de erros humanos e de que se eludam ou ignorem os controles internos estabelecidos. Conseqüentemente, mesmo controles internos eficazes podem proporcionar um nível de segurança apenas razoável com relação à preparação das demonstrações financeiras. Além disso, devido a mudanças nas condições, a eficácia dos controles internos pode variar com o tempo.

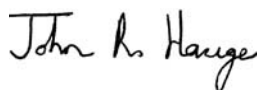
A Ernst & Young LLP, empresa registrada de auditoria independente, emitiu um parecer relativo ao controle interno do Banco sobre a preparação das informações financeiras do Capital Ordinário. Além disso, as demonstrações financeiras do Capital Ordinário do Banco em 31 de dezembro de 2007 também foram auditadas por ela.



Luis Alberto Moreno
Presidente



Carlos Hurtado
Vice-Presidente de Finanças e Administração



John R. Hauge
Gerente do Departamento de Orçamento e Serviços Administrativos
até 31 de janeiro de 2008

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2007		2006	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa	\$ 200		\$ 276	
Investimentos				
Carteira de curto prazo	12.307		12.278	
Detidos até o vencimento	3.858	\$16.365	3.543	\$16.097
Saldo de empréstimos	47.954		45.932	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51)	47.903	(90)	45.842
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	103		95	
Sobre empréstimos	600		594	
Sobre swaps, líquido	20	723	25	714
Valores a receber de países membros				
Obrigações a demanda não negociáveis e não remuneradas. . .	358		361	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	54	412	57	418
Swaps de taxa de juros e cambiais				
Investimentos — carteira de curto prazo	3		2	
Empréstimos	4		5	
Captações	3.019	3.026	1.880	1.887
Outros ativos				
Benefícios pós-aposentadoria	973		863	
Imobilizado, líquido	296		301	
Custos de captação a amortizar	180		196	
Outros	29	1.478	157	1.517
Ativo total		<u>\$69.907</u>		<u>\$66.475</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO				
Passivo				
Captações				
Curto prazo	\$ 2.204		\$ 658	
Médio e longo prazos	44.845	\$47.049	44.030	\$44.688
Swaps de taxa de juros e cambiais				
Investimentos — carteira de curto prazo	2		1	
Empréstimos	16		9	
Captações	1.006	1.024	742	752
Valores a pagar sobre compra de títulos para investimento . . .		67		47
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários		616		315
Juros acumulados sobre captações		596		586
Contas a pagar e despesas acumuladas		202		279
Total do passivo		49.554		46.667
Patrimônio				
Capital				
Subscritas 8.368.563 ações	100.953		100.953	
Menos parcela exigível	(96.613)		(96.613)	
Capital realizado	4.340		4.340	
Lucros retidos	14.576		14.442	
Outros resultados abrangentes acumulados	1.437	20.353	1.026	19.808
Total do passivo e patrimônio		<u>\$69.907</u>		<u>\$66.475</u>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS RETIDOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Receita			
Empréstimos			
Juros	\$ 2.404	\$ 2.435	\$ 2.368
Outras receitas de empréstimos	32	31	45
	<u>2.436</u>	<u>2.466</u>	<u>2.413</u>
Investimentos	487	619	403
Outros	19	12	14
Receita total	<u>2.942</u>	<u>3.097</u>	<u>2.830</u>
Despesas			
Despesas de captação			
Juros, depois dos swaps	2.074	2.015	1.678
Amortização de custos de captação	49	55	55
Custos de recompra de dívida	12	—	—
	<u>2.135</u>	<u>2.070</u>	<u>1.733</u>
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	(13)	(48)	(14)
Despesas administrativas	500	414	387
Programas especiais	37	34	12
Despesas totais	<u>2.659</u>	<u>2.470</u>	<u>2.118</u>
Resultado antes da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais	283	627	712
Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais	(149)	(384)	50
Resultado líquido	134	243	762
Lucros retidos, início do exercício	14.442	14.199	13.437
Lucros retidos, encerramento do exercício	<u>\$14.576</u>	<u>\$14.442</u>	<u>\$14.199</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Resultado líquido	\$134	\$243	\$ 762
Outros resultados abrangentes			
Ajustes de tradução	280	149	(554)
Variação no ativo dos beneficiários pós-aposentadoria	130	—	—
Valores reclassificados para resultado — hedges de fluxo de caixa	1	8	8
Total de outros resultados abrangentes (perda)	411	157	(546)
Resultado abrangente	<u>\$545</u>	<u>\$400</u>	<u>\$ 216</u>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Fluxos de caixa de atividades de empréstimo e investimento			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos (líquido de participações)	\$ (6.725)	\$ (6.088)	\$ (4.899)
Liquidações de empréstimos (líquido de participações)	5.265	8.615	5.224
Recuperação de empréstimos	—	3	9
Caixa líquido gerado por atividades de empréstimo	(1.460)	2.530	334
Compras brutas de investimentos mantidos até o vencimento	(2.378)	(2.049)	(2.392)
Produto bruto de investimentos detidos até o vencimento	2.459	2.056	2.531
Aquisição de imobilizado	(14)	(15)	(24)
Ativos e passivos diversos	(7)	7	(6)
Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades de empréstimo e investimento	(1.400)	2.529	443
Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento			
Captações de médio e longo prazos:			
Recursos gerados por emissões de títulos	5.440	5.276	5.039
Amortizações	(6.595)	(6.510)	(5.711)
Captações de curto prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos	5.941	10.276	8.602
Amortizações	(4.390)	(10.559)	(7.969)
Valores recebidos de países membros	5	12	26
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	401	(1.505)	(13)
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos de curto prazo	(10.639)	(20.468)	(14.670)
Recursos brutos gerados pela venda ou vencimento de investimentos de curto prazo	10.761	18.672	13.329
Receita de empréstimos	2.434	2.457	2.405
Juros e outros custos de captações, após os <i>swaps</i>	(1.953)	(1.857)	(1.544)
Receita de investimentos	741	588	395
Outras receitas	19	13	14
Despesas administrativas	(433)	(367)	(335)
Programas especiais	(13)	(7)	(1)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais	917	(969)	(407)
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa . . .	6	(2)	(10)
Aumento (redução) do saldo de caixa, líquido	(76)	53	13
Caixa, início do exercício	276	223	210
Caixa, encerramento do exercício	\$ 200	\$ 276	\$ 223

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Nota A – Origem**

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente por meio de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. As principais atividades do Banco são conduzidas pelo Capital Ordinário e essas operações são suplementadas pelo Fundo para Operações Especiais (FOE), pelo Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e pelo Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). O FOE foi instituído com o objetivo de conceder empréstimos em termos altamente privilegiados aos países membros do Banco menos desenvolvidos. O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos concedidos pelo Capital Ordinário a certos mutuários até 31 de dezembro de 2006. O GRF foi instituído em 2007 com a finalidade de fazer doações adequadas para enfrentar circunstâncias especiais em certos países (atualmente apenas o Haiti) ou de certos projetos.

Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foram feitos julgamentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros, na determinação da adequação das provisões para perdas com empréstimos e garantias, na determinação de obrigações projetadas por benefícios dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria, no valor justo dos ativos dos planos e na posição de financiamento e custo do benefício periódico líquido associado a esses planos.

Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em 1º de janeiro de 2008 o Banco adotará a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) nº 157, “Avaliações pelo valor justo”, que define valor justo, determina uma estrutura para sua avaliação segundo os PCGA dos EUA e expande as informações a serem prestadas sobre as avaliações pelo valor justo. Está previsto que a adoção dessa norma não tenha efeitos relevantes sobre a situação financeira e o resultado operacional do Capital Ordinário do Banco.

Em fevereiro de 2007, a Comissão de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) emitiu a Declaração de Normas de

Contabilidade Financeira (SFAS) nº 159, “Opção do valor justo para ativos financeiros e passivos financeiros”, cujo objetivo é atenuar a volatilidade dos resultados publicados mediante a avaliação de ativos e passivos relacionados pelo valor justo, sem a necessidade de aplicação de disposições complexas de contabilização de hedges. O Banco adotará a SFAS 159 em 1º de janeiro de 2008 e, de acordo com as disposições transitórias, registrará um ajuste acumulado de cerca de US\$93 milhões (ganho) no saldo inicial dos lucros retidos para refletir a diferença entre o valor contábil e o valor justo de determinados empréstimos para os quais será adotada a opção pelo valor justo, inclusive a baixa de custos de emissão diferidos no valor de US\$163 milhões.

Em 2006 o Banco adotou a SFAS 158, “Contabilização pelo empregador de planos de pensões com benefício definido e outros planos pós-aposentadoria”, que exige dos empregadores que tiverem um plano exclusivo de pensões com benefício definido, planos de saúde para aposentados e outros planos pós-aposentadoria, o reconhecimento integral, em sua demonstração de posição financeira, um ativo pela posição sobrefinanciada do plano ou um passivo pela posição subfinanciada, por intermédio da receita abrangente, além de avaliar a posição de financiamento no final do exercício. Conseqüentemente, o Balanço Patrimonial em anexo inclui a posição sobrefinanciada dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria do Banco em 31 de dezembro de 2007 e 2006. A Nota N às demonstrações financeiras informa o efeito incremental da aplicação dessa norma sobre cada item do Balanço Patrimonial de 2006.

Tradução de valores expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras do Banco são expressas em dólares dos Estados Unidos; entretanto, o Banco conduz suas operações nas moedas de todos os seus membros, as quais são moedas funcionais quando as operações são conduzidas nessas moedas. Os recursos do Capital Ordinário são derivados de capital, captações e resultados acumulados nessas diversas moedas. Os ativos e passivos expressos em moedas funcionais são traduzidos para dólares dos Estados Unidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas do Balanço Patrimonial. Exceto pelas posições em moedas resultantes da integralização de capital com manutenção de valor como descrito abaixo, os ajustes líquidos resultantes da tradução de valores em moedas funcionais são debitados ou creditados a Ajustes de tradução¹ e apresentados como componente separado de Outros resultados

¹As referências a contas e títulos nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com iniciais maiúsculas, sempre que apareçam nas notas às demonstrações financeiras.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente. Os ganhos e perdas de tradução com captações de moedas não funcionais são registrados como Efeitos do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. As receitas e despesas são traduzidas a taxas praticadas pelo mercado durante cada mês.

Avaliação do capital

O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) estipula que o capital seja expresso em termos de dólares dos Estados Unidos, com peso e título de 1º de janeiro de 1959. A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades ouro entre as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Consequentemente, a assessoria jurídica do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES) tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para o capital do Banco e para fins de manutenção de valor dos ativos monetários detidos pelo Banco. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não for tomada uma decisão pelos órgãos que governam o Banco e de acordo com o parecer da assessoria jurídica, o Banco continuará a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, como avaliado em termos de 1º de julho de 1974, o qual equivale a aproximadamente 1,2063 dólares dos Estados Unidos atuais.

Manutenção de valor (MV)

De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do Capital Ordinário detidos em sua moeda, exceto quanto à parcela derivada de captações. Da mesma forma, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um montante em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro, exceto quanto à parcela derivada de captações. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros que não tomaram empréstimos do Banco é apresentado como ativo ou passivo no Balanço Patrimonial, incluído em Valores necessários/a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários.

Lucros retidos

Os lucros retidos incluem a reserva geral e a reserva especial. A reserva geral consiste nos resultados de anos anteriores, retidos para as operações do Banco. De acordo com as decisões da Assembleia de Governadores, o resultado líquido é, de modo geral,

adicionado à reserva geral, para cobrir o possível excesso de despesas sobre receitas durante o exercício.

A reserva especial consiste em comissões sobre empréstimos reservadas, de acordo com o Convênio, as quais são mantidas em forma de investimentos. Esses investimentos podem ser usados exclusivamente para cobrir as obrigações do Banco por captações e garantias em caso de inadimplência com relação a empréstimos que o Banco tenha concedido, dos quais participe ou os quais garanta com recursos do Capital Ordinário. A alocação dessas comissões à reserva especial cessou em 1998 e não estão sendo feitas novas adições.

Investimentos

Os investimentos em títulos são classificados de acordo com as intenções da Administração na data de aquisição e são registrados na data da operação. Os títulos que a Administração tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento são incluídos na carteira de títulos para manutenção até o vencimento e demonstrados ao custo amortizado. Todos os outros títulos são mantidos em uma carteira de curto prazo. Os títulos e respectivos instrumentos derivativos (em sua maior parte swaps de taxa de juros e cambiais), detidos na carteira de curto prazo, são contabilizados e apresentados ao valor justo, e as alterações no valor justo são refletidas em Receita de investimento, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Empréstimos

O Banco concede empréstimos aos países membros em desenvolvimento, a órgãos ou divisões políticas desses países e a empresas privadas que estejam realizando projetos em seus territórios. O Banco tem seguido a política de exigir que, quando o mutuário não for um governo nacional, banco central ou outra entidade governamental ou intergovernamental, o empréstimo goze de plena garantia governamental. No máximo, 10% do saldo de empréstimos e garantias, exceto empréstimos de emergência, podem beneficiar diretamente entidades do setor privado ou (em agosto de 2006) entidades subsoberanas (“entidades qualificadas”), sem garantia governamental (“operações sem garantia soberana”), com base nas condições de preços vigentes no mercado. Esses financiamentos estão sujeitos a diversos limites, incluindo um teto equivalente ao menor entre US\$200 milhões ou 50% do custo total do projeto no caso de projetos de expansão e garantias de crédito, e uma restrição dos valores a 25% (ou 40%, no caso de certos países) da capitalização total da entidade em termos da relação entre endividamento e patrimônio, e 25% do custo total do projeto (40%, no caso de certos países), para novos projetos. O Banco também pode prestar garantias de risco político, dentro do limite de US\$200 milhões ou 50% do custo total do projeto. Em condições excep-

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

cionais, a Diretoria Executiva pode aprovar financiamentos de projetos no valor de até US\$400 milhões. Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer devedor por operações sem garantia soberana não pode exceder 2,5% do patrimônio do Banco, no momento da aprovação.

Aproximadamente, 30% do saldo da carteira é constituído de empréstimos sujeitos a amortização em diversas moedas determinadas com base em um sistema de fundo comum de moedas (Fundo Comum de Moedas—FCM). O principal dos empréstimos do Fundo Comum de Moedas é amortizável nas mesmas moedas do empréstimo. Os empréstimos em moeda única são amortizáveis após as transações de troca de indexadores (swaps), na moeda em que foi feito o desembolso.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados ao resultado quando incorridos, já que os valores são considerados irrelevantes para os resultados financeiros do Banco. Os encargos iniciais sobre empréstimos de emergência são, de forma geral, diferidos e amortizados durante os quatro primeiros anos do prazo do empréstimo, usando o método retilinear, que dá resultados semelhantes aos dos juros efetivos.

O resultado dos empréstimos é reconhecido em regime de competência. É política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos concedidos a um país membro ou por ele garantidos, se as amortizações do principal ou os pagamentos de juros e outros encargos relacionados com esse empréstimo estiverem em mora superior a 180 dias. Além disso, quando um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos do FOE ou de qualquer outro fundo de propriedade do Banco ou sob sua gestão for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a esse governo ou por ele garantidos também serão colocados em regime de caixa. Na data em que os empréstimos a um país membro são colocados em regime de caixa, o saldo de juros a pagar e outros encargos acumulados sobre o empréstimo concedido a esse membro são deduzidos do resultado do exercício corrente. Os juros e outros encargos sobre empréstimos contabilizados em regime de caixa são refletidos no resultado somente quando os respectivos pagamentos forem efetivamente recebidos pelo Banco. Na data em que um membro quita o total dos valores em mora, os empréstimos concedidos a esse membro saem do regime de caixa, o país volta a qualificar-se para novos empréstimos e todos os encargos em mora (incluindo os dos anos anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no exercício corrente.

No caso de empréstimos sem garantia soberana, é política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos a um mesmo devedor quando os pagamentos de juros e outros encargos relacionados com esse empréstimo esti-

verem em mora superior a 90 dias, ou quando a Administração tiver alguma dúvida sobre a possibilidade de receber o valor principal ou dos juros. Desse momento em diante, as receitas são contabilizadas em regime de caixa até que o serviço seja regularizado e a Administração não tenha mais dúvidas sobre o recebimento futuro dos valores envolvidos. Se o risco de inadimplência for considerado particularmente alto no momento da regularização das moras, a contabilização dos empréstimos concedidos ao mutuário não voltará automaticamente ao regime de competência.

O Banco considera prejudicado um empréstimo sem garantia soberana quando, com base em informações e eventos correntes, parecer provável que o Banco não tenha condições de receber todos os valores previstos pelo contrato de empréstimo original. São constituídas provisões específicas para as perdas relacionadas com empréstimos prejudicados, com base em critérios de gestão baseados no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo, ou com base no valor justo das garantias. A receita de empréstimos prejudicados é reconhecida em regime de caixa.

O Banco não reescala empréstimos soberanos garantidos e jamais teve de baixar um empréstimo desse tipo concedido pelo Capital Ordinário. O Banco periodicamente examina a viabilidade do recebimento de empréstimos e garantias e, se for o caso, debita ao resultado uma provisão para perdas com empréstimos e garantias, cujo valor está de acordo com sua determinação do risco de cobrança da carteira de empréstimos e garantias. Esses exames consideram as probabilidades de inadimplência associadas com as classificações de crédito externas de cada devedor, ajustadas para refletir a probabilidade de inadimplência em relação ao Banco, bem como o potencial para perdas resultantes da mora na amortização de empréstimos. Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos com garantia soberana venham a ser liquidados.

Garantias

O Banco pode prestar garantias parciais de crédito ou risco político, seja sem contragarantia soberana dentro do limite de 10% aplicável às operações sem garantia soberana, seja com contragarantia soberana de um país membro. Como parte de suas atividades de empréstimos sem garantia soberana, o Banco prestou garantias parciais de crédito e risco com o objetivo de encorajar investimentos do setor privado em infra-estrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento de comércio. As garantias parciais de riscos políticos e as garantias parciais de crédito podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias parciais de risco político cobrem eventos de risco especí-

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

ficos relacionados com fatores não comerciais, por exemplo, conversibilidade de moeda, transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro e inadimplência governamental. As garantias parciais de crédito cobrem riscos de pagamento relacionados com obrigações de dívida ou transações de financiamento de comércio. Os termos de todas as garantias são especificados em cada um dos contratos de garantia e estão, principalmente, vinculados a um projeto, aos termos de emissões de instrumentos de dívida, ou às transações de financiamento de comércio. Conforme o caso, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias, para reduzir sua exposição. As taxas de garantia, líquidas de prêmios de resseguro, são debitadas e reconhecidas como receita de empréstimos durante a vigência da garantia.

As garantias entram em vigor a partir do momento em que o mutuário incorre na obrigação financeira subjacente e são exigidas quando a parte garantida exige pagamento sob os termos da garantia. O valor da garantia em vigor representa o máximo risco potencial no caso de os pagamentos garantidos para essas entidades não serem efetuados. O passivo contingente relacionado com as prováveis perdas relacionadas com garantias prestadas é refletido em Contas a pagar e despesas acumuladas.

Valores a receber de países membros

Os valores a receber de países membros incluem obrigações a demanda, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das subscrições de um membro ao capital realizado e obrigações de Manutenção de Valor.

Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado ao custo. As benfeitorias de valor significativo são capitalizadas, enquanto substituições, manutenção e reparos de rotina são debitados ao resultado do exercício. A depreciação é calculada pelo método retilinear de acordo com a vida útil estimada de serviço dos respectivos ativos (30 a 40 anos para os prédios, 10 anos para as melhorias e software capitalizado, e entre 5 e 15 anos para equipamento).

Captações

Para assegurar a disponibilidade de fundos para operações de crédito e para manutenção de liquidez, o Banco capta recursos nos mercados de capitais internacionais, oferecendo títulos de sua emissão a investidores públicos e privados. O Banco também emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas. Emite também notas a curto prazo com deságio, para gestão de liquidez. Praticamente todas as captações são apresentadas no Balanço Patrimonial ao seu valor nominal (valor de face),

ajustado para refletir os eventuais ajustes ao valor justo segundo o SFAS 133, "Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging", ágios e deságios a amortizar. Os ajustes ao valor justo segundo o SFAS 133, juntamente com os ágios e deságios, são calculados segundo uma metodologia que oferece resultados próximos dos apresentados pelo método dos juros efetivos e são refletidos em Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais e em Juros, no grupo Despesas de captação, respectivamente, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. Os custos de captação associados com ofertas de obrigações são diferidos e amortizados pelo método retilinear (que oferece resultados próximos dos apresentados pelo método dos juros efetivos), durante o prazo do respectivo instrumento de dívida. O saldo a amortizar dos custos de captação é refletido separadamente sob Outros ativos no Balanço Patrimonial, e a amortização dos custos de captação é destacada sob Despesas de captação na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Derivativos

Como parte de sua gestão de ativos e passivos, o Banco usa derivativos, na sua maior parte swaps cambiais e de taxas de juros, em suas operações de investimentos, empréstimos e captações. Esses derivativos modificam as características de taxas de juros ou de câmbio da respectiva operação, para produzir o tipo de taxa de câmbio ou de juros desejado.

O Banco cumpre as exigências sobre contabilização de derivativos impostas pelo SFAS 133 com sua redação atual (doravante mencionado como SFAS 133). Segundo as disposições do SFAS 133, todos os derivativos são reconhecidos no Balanço Patrimonial ao seu valor justo e classificados como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) de seu valor justo líquido.

As alterações no valor justo de derivativos para investimento e no respectivo componente de juros são registradas em Receita de investimentos. O componente de juros dos derivativos de empréstimos e captações é contabilizado como receitas de empréstimos e despesas de captação, respectivamente, durante a vida do contrato de derivativos.

O Banco ocasionalmente emite instrumentos de dívida que contêm um derivativo embutido. O Banco avalia se as características econômicas do derivativo embutido estão clara e intimamente relacionadas com as características econômicas do instrumento de dívida, excluindo as características do derivativo embutido, isto é, o contrato hospedeiro. Os títulos de dívida que contiverem derivativo embutido, com características econômicas que não estejam clara e intimamente relacionadas com as características econômicas do contrato hospedeiro e separadamente satisfizerem a definição de derivativo, são contabilizados ao seu valor justo, de acordo com o SFAS 155.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Despesas administrativas

Em 2007, a Diretoria Executiva aprovou a implementação do realinhamento das operações do Banco, voltado diretamente ao aprimoramento de sua eficiência operacional e capacidade para atender a seu propósito fundamental. Como resultado, durante 2007 foram incorridas despesas de realinhamento no valor de US\$55 milhões, incluídas em Despesas administrativas na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. Está previsto que o esforço de realinhamento continue até 2009.

As despesas administrativas do Banco, exceto despesas de realinhamento (que são integralmente absorvidas pelo Capital Ordinário), são alocadas entre o Capital Ordinário e o FOE, segundo uma fórmula de alocação aprovada pela Diretoria Executiva. Como resultado do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional [uma iniciativa do Banco aprovada em 2007 prevendo o abatimento de 100% (cem por cento) da dívida de empréstimos FOE qualificados de países pobres muito endividados e a reestruturação das operações do FOE], a Diretoria Executiva aprovou uma nova fórmula de alocação de despesas, pela qual o FOE suporta uma porcentagem menor das despesas administrativas do Banco. De acordo com essa nova fórmula de alocação, durante 2007 as proporções efetivas de alocação de despesas administrativas foram de 88,5% para o Capital Ordinário e 11,5% para o FOE (2006 — 81,3% e 18,7%; 2005 — 81,5% e 18,5%), ambos os anos sob a fórmula de alocação anterior.

Programas especiais

Os programas especiais financiam auxílio a fundo perdido e para recuperação contingente aos países membros mutuários. Os projetos individuais participantes desses programas são contabilizados como Despesas com programas especiais no momento da aprovação. Os cancelamentos de parcelas não desembolsadas e recuperações de financiamentos de recuperação contingente são compensados contra Despesas com programas especiais no período em que ocorrerem.

Impostos

O Banco, seus bens, outros ativos, resultados e as operações e transações executadas de acordo com o Convênio são imunes a toda tributação e todos os direitos aduaneiros nos seus países membros.

Pensões e Planos de Benefícios Pós-Aposentadoria

O caráter financiado dos planos de benefício do Banco reflete-se no Balanço Patrimonial. Esse caráter é medido como a diferença entre o valor justo dos ativos do plano e as obrigações de benefício em 31 de dezembro, data da medição. Os planos de benefício sobrefinanciados, em que o valor justo dos ativos do plano

excede as obrigações de benefício, são agregados e contabilizados como ativos de benefícios pós-aposentadoria equivalente a este excesso.

O ganho contábil líquido e o custo do serviço prévio não reconhecido como componente do custo do benefício periódico à medida que se apresenta são reconhecidos como componente de Outros resultados abrangentes na Demonstração de Resultado Abrangente. O ganho contábil líquido e o custo do serviço prévio são reconhecidos posteriormente como componentes do custo líquido do benefício periódico conforme as provisões de reconhecimento e amortização dos padrões contábeis aplicáveis.

O custo do benefício periódico líquido é contabilizado em despesas administrativas na Demonstração de Resultado e Lucros Retidos, e inclui custo do serviço, custo dos juros, resultado previsto dos ativos do plano, e amortização do custo de serviço prévio e lucros/perdas previamente reconhecidos como componentes de Outros resultados abrangentes que permaneçam em outros resultados abrangentes Acumulados.

Nota C – Moedas sujeitas a restrições

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de Caixa incluía US\$135 milhões (2006—US\$142 milhões) em moedas emitidas por países membros tomadores regionais. Esses valores podem ser utilizados pelo Banco nas operações de empréstimo do Capital Ordinário e para o pagamento de despesas administrativas. Um país membro tem restrito o valor de US\$25 milhões (2006 — US\$26 milhões) a ser utilizado para o pagamento de bens e serviços em seu território de acordo com as disposições do Contrato.

Nota D – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe em obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, títulos garantidos por ativos e hipotecas, e instrumentos derivativos correlatos, particularmente swaps cambiais e de taxas de juros.

No caso de títulos públicos e de órgãos governamentais, incluindo os emitidos por uma entidade da administração indireta ou qualquer outra entidade oficial de um governo, o Banco investe em títulos emitidos ou incondicionalmente garantidos pelos governos de certos países com classificação mínima de qualidade de crédito equivalente a AA– (os títulos lastreados por ativos e hipotecas exigem uma classificação equivalente a AAA). As obrigações de organizações multilaterais requerem qualidade de crédito equivalente a uma classificação AAA. Além disso, o Banco investe em obrigações bancárias emitidas ou garantidas por uma entidade com classificação de pelo menos A+ para títulos de renda fixa sênior e em títulos privados lastreados por

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

ativos ou hipotecas com qualidade de crédito equivalente a uma classificação AAA. O Banco também investe em títulos de curto prazo das classes de ativos de investimento qualificado, acima mencionadas, exclusivamente quando tiverem a mais elevada classificação de crédito de curto prazo.

Nos últimos meses ocorreu nos mercados financeiros muita turbulência, que provou uma liquidez menor, fuga para a qualidade, uma volatilidade consideravelmente mais alta, uma ampliação dos spreads do crédito em muitos setores e uma falta de transparência nos preços. O Banco opera em certos setores desses mercados, sobretudo mediante exposições em títulos de investimento lastreados em ativos e hipotecas, e já foi, e continuará sendo, afetado adversamente por tais perturbações de mercado.

Estas condições elevaram para o Banco o nível de dificuldade e complexidade na valoração desses títulos. Para determinar o valor justo desses títulos de investimento, o Banco maximiza o uso de insumos de mercado, inclusive curvas observáveis de rendimento de mercado, serviços externos de avaliação e preços de corretores independentes. As avaliações continuarão a sofrer o impacto de fatores de mercado alheios ao Banco, como índices de inadimplência, atos de órgãos de classificação e os preços das transações reais.

Um resumo da posição do Banco em instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é apresentado na Demonstração Resumida dos Investimentos de Curto Prazo e Swaps, no Anexo I-1. Além disso, um resumo da posição do Banco em instrumentos da carteira de investimentos mantidos até o vencimento e o cronograma de vencimento da carteira, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, são apresentados na Demonstração Resumida dos Investimentos Mantidos até o Vencimento, no Anexo I-2.

Os ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2007 totalizavam US\$(280) milhões (2006—US\$3 milhões; 2005—US\$(3) milhões) e foram incluídos na Receita de investimentos. Após 31 de dezembro de 2007, os eventos dos mercados financeiros mencionados acima provocaram uma pressão constante sobre o preço no mercado de investimentos do Banco. O Banco continuará monitorando e avaliando rigorosamente a evolução desses fatos ao determinar o valor justo de sua carteira de investimento.

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o Banco não tinha nenhum investimento classificável como prejudicado não temporariamente em sua carteira de investimentos detidos até o vencimento. Os investimentos detidos até o vencimento, com perdas a realizar acumuladas, que não foram considerados prejudicados senão temporariamente em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são resumidos abaixo (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Categoria de Investimentos	31 de dezembro de 2007					
	Menos de 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar
Obrigações de outros governos e órgãos ¹	\$310	\$(2)	\$1.539	\$(20)	\$1.849	\$(22)
Títulos lastreados por ativos e hipotecas.....	—	—	126	(2)	126	(2)
Total.....	<u>\$310</u>	<u>\$(2)</u>	<u>\$1,665</u>	<u>\$(22)</u>	<u>\$1,975</u>	<u>\$(24)</u>

Categoria de investimentos	31 de dezembro de 2006					
	Menos de 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar
Obrigações de outros governos e órgãos ¹	\$942	\$(9)	\$905	\$(19)	\$1,847	\$(28)
Títulos lastreados por ativos e hipotecas.....	—	—	77	(2)	77	(2)
Total.....	<u>\$942</u>	<u>\$(9)</u>	<u>\$982</u>	<u>\$(21)</u>	<u>\$1,924</u>	<u>\$(30)</u>

¹Inclui governos e instituições fora dos Estados Unidos.

O Banco investe exclusivamente em instrumentos com alta qualidade de crédito. Em 31 de dezembro de 2007, 70% dos Investimentos mantidos até o vencimento têm a classificação AAA, 26%, AA e 4%, A. As perdas a realizar em todas as categorias de investimentos mantidos até o vencimento resultam de aumentos nas taxas de juros e não se relacionam com deterioração da qualidade de crédito. Como o Banco tem a possibilidade e intenção de manter esses investimentos em carteira até seu vencimento, não considera esses investimentos senão temporariamente prejudicados em 31 de dezembro de 2007, quer dizer, espera realizar todos os valores devidos de acordo com os termos do contrato em vigor no momento da aquisição dos investimentos.

Nota E – Saldo de empréstimos e garantias

Os empréstimos aprovados são desembolsados de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos somente começam quando mutuário e eventual

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

garantidor satisfazem certos pré-requisitos, conforme exigência contratual.

A carteira de empréstimos inclui i) empréstimos de fundo comum denominados em uma só moeda (Mecanismo de Moeda Única—MMU e Guichê em Dólares dos Estados Unidos), bem como empréstimos em fundo comum de moedas múltiplas (empréstimos FCM) com garantia soberana, e ii) empréstimos individuais em moeda única com garantia soberana (Mecanismo de Empréstimos de Emergência). Além disso, a carteira de empréstimos inclui empréstimos sem garantia soberana.

Os empréstimos do Mecanismo de Moeda Única são denominados em uma dentre quatro moedas: dólar dos Estados Unidos, euro, ienes japoneses ou franco suíço, ou em uma combinação dessas moedas, com taxas de juros baseadas na LIBOR ou reajustáveis, em ambos os casos à discrição do devedor. A taxa de juros sobre os empréstimos do MMU baseados na LIBOR é repactuada trimestralmente, com base na taxa LIBOR para três meses específica para a moeda utilizada, com a adição de uma margem geral que reflete o custo de captação subLIBOR do Banco e sua margem de remuneração. O saldo dos empréstimos do MMU baseados na LIBOR podem ser convertidos para taxa fixa, sujeitos a determinadas condições. A taxa de juros sobre empréstimos ajustáveis do MMU são repactuadas semestralmente, com base no custo efetivo nos seis meses anteriores de cada conjunto de captações dos grupos de moeda única alocado para dar suporte a esses empréstimos mais a margem de remuneração do Banco.

O Banco mantém uma meta de composição para as moedas incluídas no FCM de 50% em dólares dos Estados Unidos, 25% em ienes japoneses e 25% em moedas européias. Os empréstimos do FCM concedidos entre 1º de janeiro de 1983 e 31 de dezembro de 1989 são remunerados a taxas fixas. As taxas de juros dos empréstimos do FCM concedidos após essa data são repactuadas semestralmente, de modo a refletir o custo, durante os últimos seis meses, de cada um dos conjuntos de captações alocado para o financiamento desses empréstimos, mais a margem do Banco. Os empréstimos do FCM deixaram de ser oferecidos em setembro de 2003.

O Mecanismo de Empréstimos de Emergência fornece fundos para enfrentar emergências financeiras na região, num valor rotativo agregado máximo de US\$6 bilhões. Os empréstimos são denominados em dólares dos Estados Unidos, seu prazo não pode exceder cinco anos e a amortização do principal tem de começar após três anos. Os juros sobre esses empréstimos são calculados à taxa LIBOR para seis meses, mais uma margem de 400 pontos-base.

Os empréstimos sem garantia soberana são denominados em dólares dos Estados Unidos e os devedores podem optar

entre taxas flutuantes ou fixas com base na LIBOR. A taxa de juros sobre os empréstimos de taxa fixa se baseia no custo de captação pela LIBOR, mais uma margem. No caso dos empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é repactuada mensal, trimestral ou semestralmente, com base na LIBOR, mais margem de crédito. As margens e encargos sobre essas operações são calculados separadamente para cada empréstimo.

Durante 2005, o Banco aprovou o Mecanismo de Financiamento em Moeda Local, segundo o qual os mutuários têm a opção de receber financiamentos em moeda local sob três diferentes modalidades: i) conversão para moeda local de futuros desembolsos e/ou saldos devedores; ii) swaps diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e iii) conversões de garantias exigidas para moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) de mitigação de risco nos mercados financeiros. Até 31 de dezembro de 2007, o Banco tinha feito conversões cumulativas em moeda local de desembolsos de empréstimos e saldos em aberto no valor de US\$148 milhões (2006—US\$76 milhões).

Um resumo da posição do Banco em empréstimos, por país, é apresentado no Anexo I-3 e um resumo do saldo de empréstimos concedidos pelo Banco, por moeda e tipo de produto, juntamente com o cronograma de vencimento em 31 de dezembro de 2007 e 2006, é apresentado no Anexo I-4.

Corporação Interamericana de Investimentos (CII)

O Banco aprovou um empréstimo no valor de US\$300 milhões para a CII (uma organização internacional separada, cujos 43 países membros também são membros do Banco). Os desembolsos sob esse empréstimo devem ser feitos em dólares dos Estados Unidos e vencem juros baseados na LIBOR. Não havia saldo a receber em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

Garantias e participações em empréstimos

Segundo as provisões dos contratos de empréstimo com seus mutuários, o Banco pode vender participações em seus empréstimos a bancos comerciais ou outras instituições financeiras, mas reserva-se a administração dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2007 havia US\$944 milhões (2006—US\$1.205 milhões) em participações em empréstimos sem garantia soberana não refletidas no Balanço Patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2007, o Banco tinha aprovado garantias que não se referiam a operações de financiamento de comércio, sem contragarantias soberanas, líquidas das canceladas e expiradas, no valor de US\$1.389 milhões (2006—US\$512 milhões). Além disso, o Banco pela primeira vez concedeu uma garantia com contragarantia soberana, no valor de US\$60 milhões. O Banco também tem um Programa de Facilitação do

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Financiamento do Comércio (PFFC) para conceder garantias de crédito parciais, sem contragarantias soberanas, em operações de financiamento de comércio. Esse programa, que foi lançado em julho de 2005, autoriza um máximo de US\$40 milhões em apoio de crédito por banco aprovado para transações de financiamento do comércio, respeitado o saldo máximo agregado de US\$400 milhões em qualquer momento. Até 31 de dezembro de 2007, tinham sido autorizadas linhas de crédito para o financiamento do comércio num total de US\$659 milhões (2006 — US\$423 milhões) sob as disposições deste programa.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exercício totalizava US\$689 milhões (2006—US\$379 milhões), inclusive US\$99 milhões emitidos sob o PFFC (2006—US\$51 milhões). Um total de US\$58 milhões (2006—US\$61 milhões) tinha sido ressegurado para reduzir a exposição do Banco. As garantias tinham prazos de vencimento remanescentes que variavam de 3 a 18 anos, com exceção das garantias relacionadas com comércio, cujo prazo máximo é de três anos. Em 31 de dezembro de 2007, nenhuma garantia prestada pelo Banco tinha sido exigida.

Subsídio ao MFI

O MFI foi constituído em 1983 pela Assembléia de Governadores do Banco, com o propósito de subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários. Durante 2007, o MFI pagou US\$48 milhões (2006—US\$43 milhões; 2005—US\$43 milhões) em juros em favor de mutuários. Até 31 de dezembro de 2006, o MFI era financiado principalmente com a reserva geral do FOE. Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, a destinação de recursos para o MFI foi descontinuada e o subsídio aos juros por ele concedidos não está mais disponível para empréstimos aprovados após 31 de dezembro de 2006.

Empréstimos contabilizados em regime de caixa e prejudicados e provisão para perdas com empréstimos e garantias

Em 31 de dezembro de 2007 todos os empréstimos estavam adimplentes. O investimento em empréstimos prejudicados contabilizados em 31 de dezembro de 2007 totalizava US\$2 milhões (2006—US\$66 milhões) e o investimento médio contabilizado durante 2007 foi de US\$24 milhões (2006—US\$117 milhões). Durante 2007, a receita reconhecida sobre empréstimos prejudicados totalizou US\$4 milhões (2006—US\$13 milhões; 2005—US\$42 milhões inclusive US\$29 milhões relacionados a exercícios anteriores). Se esses empréstimos não estivessem prejudicados, a receita reconhecida teria sido de US\$3 milhões (2006—US\$11 milhões; 2005—US\$16 mi-

lhões). Em 31 de dezembro de 2007 não havia provisões específicas para créditos incobráveis para empréstimos prejudicados. (2006—US\$19 milhões).

A evolução da provisão para perdas com empréstimos e garantias para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é demonstrada abaixo (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Saldo, início do exercício	\$104	\$188
Provisão para perdas com empréstimos e garantias (crédito)	(13)	(48)
Empréstimos sem garantia soberana:		
Baixas	(21)	(42)
Recuperações	—	6
Saldo, encerramento do exercício	<u>\$ 70</u>	<u>\$104</u>
Composição:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	\$ 51	\$ 90
Provisão para perdas com garantias ¹	19	14
Total	<u>\$ 70</u>	<u>\$104</u>

¹A provisão para perdas com garantias é refletida em Contas a pagar e despesas acumuladas.

Nota F – Contas a receber de países membros

Era a seguinte a composição das contas a receber líquidas de países membros em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Países membros regionais		
em desenvolvimento	\$ 401	\$ 406
Canadá	(250)	(93)
Países membros não-regionais	(355)	(210)
Total	<u>\$(204)</u>	<u>\$ 103</u>

Esses valores são apresentados da seguinte forma no Balanço Patrimonial (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Contas a receber de países membros	\$ 412	\$ 418
Montantes a pagar para manutenção do valor de posições em moedas	(616)	(315)
Total	<u>\$(204)</u>	<u>\$ 103</u>

Nota G—Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o Imobilizado líquido consistia no seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Terrenos, edificações, benfeitorias, equipamentos e software capitalizados, ao custo	\$ 512	\$ 499
Menos: depreciação acumulada	(216)	(198)
	<u>\$ 296</u>	<u>\$ 301</u>

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)**Nota H – Captações**

O objetivo da política de captação do Banco é obter acesso ao mercado de capitais de longo prazo, com volume e eficácia de custos. As captações do Banco de médio e longo prazos, em 31 de dezembro de 2007, consistem em empréstimos, promissórias e bônus emitidos em diversas moedas, com taxas de juros contratuais que variam entre 0,38% e 16,38%, antes dos swaps, e entre 0,45% (equivalente a JPY-LIBOR menos 58 pontos-base) e 12,25% após os swaps, com várias datas de vencimento até 2037. Um resumo da carteira de captações do Banco de médio e longo prazos e do respectivo cronograma de vencimento até 31 de dezembro de 2007 e 2006 é apresentado no Anexo I-5.

O Banco tem um sistema de captações de curto prazo que consiste em um programa de notas com deságio e linhas de captação não comprometidas com diversos bancos comerciais. O valor mínimo para as notas é de US\$100.000 e seu prazo máximo é de 360 dias.

As despesas de captação foram reduzidas por juros líquidos recebidos das respectivas transações de swaps de captação no valor de US\$340 milhões durante 2007 (2006—US\$307 milhões; 2005—US\$564 milhões).

Nota I – Atividades com derivativos e de hedging**Estratégia de administração de riscos e uso de derivativos**

A estratégia utilizada pelo Banco para administrar riscos financeiros foi projetada para reforçar a capacidade do Banco para atingir seus objetivos. Essa estratégia inclui principalmente o estabelecimento, implementação, atualização e acompanhamento do conjunto de políticas e diretrizes financeiras inter-relacionadas, bem como a utilização de instrumentos financeiros e estruturas organizacionais adequados. Os instrumentos derivativos financeiros são um componente importante do conjunto de instrumentos financeiros usados pelo Banco para facilitar o aumento de sua eficiência financeira, ao mesmo tempo em que atinge seus objetivos de administração de risco. O Banco utiliza instrumentos derivativos financeiros, principalmente swaps cambiais e de taxas de juros, para fins de hedging, como parte de sua administração de ativos e passivos.

Um número significativo de operações de captação atuais do Banco inclui swaps como hedge de um passivo-objeto específico, produzindo a captação necessária (isto é, moeda e taxa de juros apropriadas). O Banco utiliza também swaps de empréstimos para proteger determinados empréstimos a taxa fixa e em moeda local, e swaps de investimento como hedge de um título de investimento-objeto específico e produzem o veículo apropriado para investir os recursos disponíveis.

Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais

Em conformidade com o disposto no SFAS 133, o Banco contabiliza todos os derivativos ao seu valor justo no Balanço Patrimonial e apresenta as alterações no valor justo em Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

Em 1º de janeiro de 2001, o Banco adotou o SFAS 133 e designou praticamente todos os seus swaps de taxas de juros e moedas de empréstimo e captações como relações de hedge de valor justo, segundo esse padrão. Os ganhos ou perdas sobre captações e empréstimos com hedge de exposição do valor justo são refletidos em contas de resultado e têm contrapartidas aos ajustes de valor justo do respectivo instrumento derivativo. Quando cessou a aplicação de contabilidade de hedging, em 1º de janeiro de 2004, o Banco passou a amortizar os ajustes de valor justo de captações e empréstimos pela vida útil remanescente dos respectivos títulos ou empréstimos. Esta amortização se inclui em Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações de câmbio.

Os efeitos da aplicação do SFAS 133 e dos ajustes de tradução de valores em moeda estrangeira para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005 compreendem o seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006	2005
(Redução) aumento no valor justo dos instrumentos derivativos devido a movimentos em:			
Taxas de câmbio.....	\$ 1,106	\$ 619	\$ (568)
Taxas de juros.....	(170)	(469)	5
Mudança total no valor justo dos instrumentos derivativos.....	936	150	(563)
Ganhos (perdas) nas transações cambiais com captações	(1,141)	(589)	536
Mudança no valor justo das captações híbridas	—	1	—
Amortização dos ajustes dos valores justos de captações e empréstimos....	57	62	85
Valores reclassificados para resultado—hedges de fluxo de caixa	(1)	(8)	(8)
Total.....	\$ (149)	\$ (384)	\$ 50

As captações do Banco em moedas não funcionais são plenamente convertidas em moedas funcionais por meio de swaps, de modo a proteger o Banco contra flutuações de taxas de câmbio. Durante 2007, os movimentos positivos nas taxas de câmbio que afetaram o valor das transações relacionadas a swaps de captações, no valor de US\$1.106 milhões (2006—movimentos positivos de US\$619 milhões; 2005—movimentos negativos de US\$568 milhões) compensaram as perdas em

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

transações cambiais relacionadas a captações de US\$1.141 milhões (2006—perdas de US\$589 milhões; 2005—ganhos de US\$536 milhões).

Nota J – Risco de crédito comercial

Risco de crédito comercial é a perda potencial que pode resultar de inadimplência por parte de uma das contrapartes do Banco em investimentos, operações de curto prazo ou derivativos, ou da degradação da classificação de crédito de uma dessas contrapartes por uma agência especializada. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe suas posições líquidas. O principal objetivo da administração dos ativos líquidos do Banco é a manutenção de uma exposição conservadora a riscos de mercado, crédito e liquidez. Conseqüentemente, o Banco somente investe em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por Estados soberanos, órgãos, bancos e entidades com personalidade jurídica própria. Além disso, o Banco limita suas atividades no mercado de capitais a contrapartes, emissores e distribuidores autorizados, selecionados com base em políticas conservadoras de administração de riscos, e estabelece limites de exposição e prazo para essas contrapartes, emissores e distribuidores, com base em seu porte e crédito.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, captação e administração de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, em sua maior parte swaps de taxa de juros e cambiais, principalmente para fins de hedge. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de derivativo e tem contratos-mestre de derivativos que contêm disposições de liquidação obrigatória por diferença. Esses contratos também prevêem a exigência de garantias para os casos em que a exposição de ajuste ao mercado exceda certos limites contratuais. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes em derivativos se torne inadimplente. Em 31 de dezembro de 2007, o Banco tinha recebido garantias de US\$2.131 milhões na forma de obrigações do Tesouro dos Estados Unidos (2006—US\$1.264 milhões) como determinado por seus contratos-mestre de derivativo.

As exposições de risco de crédito com derivativos apresentadas abaixo representam o potencial de perda máximo, com base no valor justo bruto do instrumento financeiro, exclusive de disposições de compensação na liquidação em contratos-mestre de derivativo, em que o Banco incorreria, se as partes dos instrumentos financeiros derivativos totalmente descumprissem os termos dos contratos e se a garantia ou outra eventual caução para o valor devido demonstrasse ser desprovida de valor. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, tais exposições de risco de crédito, antes da consideração dos eventuais contratos-mestre de derivativo ou garantia, eram (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Investimentos—carteira de curto prazo		
Swaps de taxa de juros	\$ 5	\$ 8
Carteira de captações		
Swaps cambiais	2.800	1.797
Swaps de taxa de juros	241	113
Carteira de empréstimos		
Swaps de taxa de câmbio e de juros . . .	4	5

Nota K – Capital e poder de voto

Capital

O capital do Banco consiste em ações “realizadas” e “exigíveis”. O capital subscrito e “realizado” foi integralizado em ouro ou em dólares dos Estados Unidos e na moeda do respectivo membro, que, em certos casos, foi tornada plenamente conversível, de acordo com os termos do respectivo aumento de capital. Obrigações a demanda, não negociáveis e não remuneradas, foram aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das subscrições do membro ao “capital realizado”. A parcela do capital subscrito “exigível” somente pode ser exigida quando necessária para satisfazer obrigações assumidas pelo Banco com respeito à captação de recursos para inclusão nos recursos do Capital Ordinário do Banco ou garantias debitáveis a esses recursos e é integralizável, segundo opção do país membro, em ouro, em dólares dos Estados Unidos, em moeda do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco para os fins pelos quais o pagamento é exigido. O Anexo I-6 traz uma Demonstração das Subscrições de Capital em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)**Poder de voto**

De acordo com o Convênio, cada membro tem direito a 135 votos, mais um voto por ação do Banco detida pelo país. O Convênio, como emendado pelo Oitavo Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, também estipula que nenhum aumento no valor do capital ordinário subscrito por qualquer país membro poderá reduzir o poder de voto dos países membros regionais em desenvolvimento para menos de 50,005%, dos Estados Unidos para menos de 30% e do Canadá para menos de 4% do total dos direitos de voto, deixando disponível para os membros extra-regionais o poder de voto de até 15,995%, incluindo 5%, aproximadamente, para o Japão.

As subscrições totais a ações do capital e o poder de voto dos países membros em 31 de dezembro de 2007 são apresentados na Demonstração das Subscrições de Capital e Poder de Voto, no Anexo I-7.

Nota L – Lucros retidos

A composição de Lucros retidos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Reserva geral.....	\$11.911	\$11.777
Reserva especial	2.665	2.665
Total.....	<u>\$14.576</u>	<u>\$14.442</u>

Nota M – Outros resultados abrangentes acumulados

O valor de Outros resultados abrangentes compreende os efeitos da implantação do SFAS 133 e SFAS 158, bem como os ajustes de tradução de valores expressos em moeda estrangeira. Esses itens são apresentados na Demonstração do Resultado Abrangente.

Segue-se um resumo das alterações em Outros resultados abrangentes acumulados para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Distribuição de ajustes de tradução		Ajustes do	Ajustes do	Total
	Reserva geral	Reserva especial	SFAS 133	SFAS 158	
Saldo em 1º de janeiro de 2005..	\$879	\$(130)	\$(15)	\$ —	\$ 734
Ajustes de tradução	(484)	(70)	—	—	(554)
Valores reclassificados para resultado—hedges de fluxo de caixa	—	—	8	—	8
Saldo em 31 de dezembro de 2005	395	(200)	(7)	—	188
Ajustes de tradução	117	32	—	—	149
Valores reclassificados para resultado—hedges de fluxo de caixa	—	—	8	—	8
Reconhecimento inicial de custo (crédito) diferido para benefícios pós-aposentadoria	—	—	—	698	698
Ganho atuarial líquido	—	—	—	(17)	(17)
Custo do serviço anterior ..	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2006	512	(168)	1	681	1.026
Ajustes de tradução	234	46	—	—	280
Valores reclassificados para resultado—hedges de fluxo de caixa	—	—	1	—	1
Reconhecimento de variações nos ativos de benefícios pós-aposentadoria:	—	—	—	126	126
Custo atuarial líquido	—	—	—	—	—
Valores reclassificados para resultado—amortização de custo líquido de serviço anterior	—	—	—	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>\$746</u>	<u>\$(122)</u>	<u>\$ 2</u>	<u>\$811</u>	<u>\$1.437</u>

Nota N – Planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria

O Banco mantém dois planos de aposentadoria com benefícios definidos (Planos), o Plano de Aposentadoria dos Funcionários (PAF), que paga benefícios de pensão aos seus funcionários internacionais e aos funcionários da CII, e o Plano de Aposentadoria dos Funcionários Locais (PAFL), para os benefícios de pensão aos funcionários locais das representações. Os Planos são financiados por contribuições dos funcionários e do Banco, de acordo com as disposições dos próprios Planos. Todas as contribuições aos Planos feitas pelo Banco são irrevogáveis e são mantidas separadamente em fundos de aposentadoria, exclusivamente para o pagamento dos benefícios concedidos pelos Planos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

O Banco também presta certos benefícios aos aposentados, incluindo assistência médica e hospitalar. Todos os funcionários do Banco e da CII que contribuem para o PAF e PAFL durante o período de serviço ativo e que satisfazem certas outras exigências fazem jus aos benefícios pós-aposentadoria sob as disposições do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o programa de saúde do Banco de acordo com uma tabela de prêmios estabelecida. O Banco contribui com o restante dos custos futuros dos benefícios de assistência médico-hospitalar e de outros benefícios em valores determinados por métodos atuariais. Embora todas as contribuições feitas pelo Banco e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam propriedade do Banco, esses valores são mantidos e administrados separadamente dos outros ativos do Banco, exclusivamente para fins de pagamento dos benefícios sob as disposições do plano do PBPA.

Como tanto o Banco como a CII participam do PAF e do PBPA, cada empregador apresenta sua própria parte desses planos. Os valores apresentados a seguir refletem a participação proporcional do Banco nos custos, ativos e obrigações dos Planos e do PBPA.

Obrigações e posição de financiamento

O Banco usa o dia 31 de dezembro como data de medição para os Planos e para o PBPA. O quadro abaixo resume a parcela do Banco da movimentação nas obrigações por benefícios, da movimentação dos ativos do Plano e da posição de financiamento dos Planos e do PBPA, bem como os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2007	2006	2005	2007	2006	2005
Variação nas obrigações por benefícios						
Obrigações por benefícios,						
início do exercício	\$2.207	\$2.046	\$1.794	\$ 886	\$ 810	\$733
Custo do serviço	58	58	56	32	31	28
Custo dos juros	132	112	105	58	44	42
Plano de contribuições						
dos participantes	21	21	20	—	—	—
Perda (ganho) atuarial	(68)	39	136	42	21	23
Benefícios pagos	(86)	(69)	(65)	(22)	(20)	(16)
Obrigações por benefícios,						
encerramento do exercício ..	2.264	2.207	2.046	996	886	810
Mutações no ativo do plano						
Valor justo do ativo do plano,						
no início do exercício	2.826	2.499	2.259	1.130	994	899
Retorno real sobre o ativo						
do plano	243	339	255	71	140	99
Contribuição do empregador ..	34	35	30	16	16	12
Plano de contribuições						
dos participantes	21	21	20	—	—	—
Benefícios pagos	(86)	(69)	(65)	(22)	(20)	(16)
Pagamentos líquidos						
recebidos de outros planos ..	—	1	—	—	—	—
Valor justo do ativo,						
encerramento do						
exercício	3.038	2.826	2.499	1.195	1.130	994
Posição de financiamento,						
encerramento do exercício ..	774	619	453	199	244	184
Parcela não reconhecida:						
Ganho atuarial líquido	—	—	(331)	—	—	(142)
Custo do serviço anterior ..	—	—	13	—	—	9
Valor líquido reconhecido	\$ 774	\$ 619	\$ 135	\$ 199	\$ 244	\$ 51
Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial consistem em:						
Custo dos benefícios						
pós-aposentadoria	\$ 774	\$ 619	\$ —	\$ 199	\$ 244	\$ —
Custo dos benefícios						
antecipados	—	—	136	—	—	51
Passivo de benefícios						
acumulado	—	—	(1)	—	—	—
Valor líquido reconhecido	\$ 774	\$ 619	\$ 135	\$ 199	\$ 244	\$ 51
Os valores reconhecidos em Outros resultados abrangentes acumulados consistem em:						
Ganho atuarial líquido ...	\$ (648)	\$ (492)		\$ (176)	\$ (206)	
Custo do serviço						
anterior	8	10		5	7	
Valor líquido reconhecido	\$ (640)	\$ (482)		\$ (171)	\$ (199)	

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

O efeito incremental da aplicação do SFAS 158 sobre cada item do Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2006, foi o seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Antes da aplicação do SFAS 158	Adjustes	Após a aplicação do SFAS 158
Benefícios			
pós-aposentadoria	\$ 182	\$681	\$ 863
Outros ativos	836	681	1.517
Ativos totais	65.794	681	66.475
Outros resultados abrangentes acumulados	345	681	1.026
Total do patrimônio	19.127	681	19.808
Total do passivo e patrimônio	65.794	681	66.475

As obrigações de benefícios acumuladas para os Planos totalizavam US\$1.943 e US\$1.911 milhões em 31 de dezembro de 2007 e 2006, respectivamente.

O custo de benefícios líquido periódico e outras variações nos ativos do plano e nas obrigações de benefício reconhecidas em Outros resultados abrangentes para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005, conforme cabível, consiste nos seguintes componentes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Componentes do custo de benefícios líquido periódico

	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2007	2006	2005	2007	2006	2005
Custo do serviço	\$ 58	\$ 58	\$ 56	\$ 32	\$ 31	\$ 28
Custo dos juros	132	112	105	58	44	42
Retorno esperado sobre o ativo do plano	(154)	(139)	(132)	(61)	(55)	(53)
Amortização de: custo do serviço anterior	2	2	2	2	2	2
Custo de benefícios líquido periódico	<u>\$ 38</u>	<u>\$ 33</u>	<u>\$ 31</u>	<u>\$ 31</u>	<u>\$ 22</u>	<u>19</u>
Compostos de:						
Parcela do Capital						
Ordinário	\$ 32	\$ 26	\$ 25	\$ 26	\$ 17	\$ 15
Parcela do FOE	6	7	6	5	5	4

Outras variações nos ativos do plano e na obrigação de benefício reconhecidos em Outros resultados abrangentes:

	Benefícios de pensões		Benefícios pós-aposentadoria	
	2007	2006	2007	2006
Ganho (perda) atuarial				
líquido	\$ (156)	\$ (492)	\$ 30	\$ (206)
Custo de serviço anterior	—	10	—	7
Amortização de custo de serviço anterior	(2)	—	(2)	—
Total reconhecido em Outros resultados abrangentes	<u>\$ (158)</u>	<u>\$ (482)</u>	<u>\$ 28</u>	<u>\$ (199)</u>
Total reconhecido em custo de benefícios líquido periódicos e Outros resultados abrangentes	<u>\$ (120)</u>	<u>\$ (449)</u>	<u>\$ 59</u>	<u>\$ (177)</u>

O Banco aloca o custo de benefícios líquidos periódicos ao Capital Ordinário e ao FOE, de acordo com o método de alocação aprovado pela Diretoria Executiva, para despesas administrativas.

O custo estimado dos serviços anteriores a ser amortizado de Outros resultados abrangentes acumulados para custo líquido de benefícios periódicos em 2008 é US\$2 milhões para os Planos e US\$2 milhões para o PBPA.

Pressupostos atuariais

Os pressupostos atuariais utilizados se baseiam em taxas de juros do mercado financeiro, experiência histórica e na melhor estimativa da evolução dos benefícios futuros e condições econômicas por parte da Administração. As eventuais alterações nesses pressupostos afetarão as obrigações e custos dos benefícios futuros. Quando os resultados efetivos diferem dos esperados, ocorrem ganhos ou perdas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederem 10% do maior entre a obrigação de benefício ou o valor relacionado com o mercado dos ativos do Plano no início do exercício são amortizados durante o período de serviço médio remanescente dos funcionários ativos que deverão receber benefícios sob o PAF, PAFL e PBPA, o que se aproxima de 10,5, 13,0 e 11,5 anos, respectivamente.

O custo do serviço anterior não reconhecido é amortizado em 10,5 anos para o PAF, 13,0 anos para o PAFL e 7,9 anos para o PBPA.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

As médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações de benefício e custo de benefício periódico líquido eram as seguintes:

Médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações de benefícios em 31 de dezembro de	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2007	2006	2005	2007	2006	2005
Taxa de desconto	6,25%	6,00%	5,50%	6,25%	6,00%	5,50%
Taxa de aumento salarial PAP	6,00%	6,00%	5,10%			
Taxa de aumento salarial PAFL	7,80%	7,80%	7,30%			

Médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo dos custos de benefício líquido periódico em 31 de dezembro de	Benefícios de pensão			Benefícios pós-aposentadoria		
	2007	2006	2005	2007	2006	2005
Taxa de desconto	6,00%	5,50%	5,50%	6,00%	5,50%	5,50%
Retorno a longo prazo esperado sobre o ativo do Plano	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento salarial PAF	6,00%	5,10%	5,10%			
Taxa de aumento salarial PAFL	7,80%	7,30%	6,90%			

A taxa de retorno anual esperada sobre os ativos do Plano reflete a taxa de retorno histórica de categorias de ativos empregadas pelos Planos e a aplicação conservadora desses retornos para a formulação da alocação de ativos da política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas na determinação das obrigações por benefícios são selecionadas por consulta às taxas aplicáveis aos títulos de renda fixa privados com classificações AAA e AA no encerramento do exercício.

Para os participantes que se presume venham a aposentar-se nos Estados Unidos, a obrigação de benefícios pós-aposentadoria acumulada foi determinada usando-se as seguintes taxas de tendências de custo de assistência à saúde em 31 de dezembro:

	2007	2006	2005
Taxas de tendências de custos de assistência à saúde para o próximo ano:			
Médicos	10,00%	8,00%	8,00%
Medicamentos	10,00%	9,00%	9,50%
Dentários	6,50%	6,50%	6,50%
Taxa a qual se presume que a taxa de tendência de custos venha a se reduzir (taxa de tendência final) . .	5,00%	5,00%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2018	2013	2013

No caso dos participantes cuja aposentadoria presumivelmente ocorrerá fora dos Estados Unidos, foi utilizada para 2007 uma taxa de tendência de custo de saúde de 10,00% (2006—8,00%; 2005—8,00%).

As taxas de tendências de custos de assistência médico-hospitalar presumidas têm um efeito significativo sobre os valores divulgados para o PBPA. Uma mudança de um ponto percentual nas taxas de tendência de custos de assistência médico-hospitalar presumidas em 31 de dezembro de 2007 teria os seguintes efeitos (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Aumento de 1 ponto percentual	Redução de 1 ponto percentual
Efeito nos componentes do custo total do serviço e juros	\$ 14	\$(11)
Efeito sobre as obrigações de benefícios pós-aposentadoria	125	(97)

Ativos dos Planos

As alocações médias ponderadas dos ativos dos Planos e do PBPA em 31 de dezembro de 2007 e 2006, por categoria de ativos, eram as seguintes:

Categoria do ativo	Planos		PBPA	
	2007	2006	2007	2006
Ações de empresas dos EUA	34%	35%	39%	40%
Ações de empresas de outros países	25%	26%	30%	31%
Ações de mercados emergentes	3%	3%	—	—
Títulos de dívida de mercados emergentes . .	2%	2%	—	—
Obrigações e fundos de renda fixa	20%	20%	20%	19%
Obrigações reajustáveis do governo dos Estados Unidos	7%	6%	10%	9%
Fundos de investimento imobiliário e de ações	6%	6%	—	—
Futuros de índices de commodities	3%	2%	—	—
Outros	—	—	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%

Os ativos dos Planos e do PBPA são administrados, principalmente, por gestores de investimentos ligados ao Banco por vínculo empregatício, aos quais são fornecidas diretrizes de investimento que levam em conta as políticas de investimentos dos Planos e do PBPA. Tais políticas de investimentos foram desenvolvidas de modo tal que, considerados os retornos históricos, exista uma alta alocação a ações com a expectativa de retornos suficientes para atender às necessidades de financiamento de longo prazo.

Os investimentos mantêm exposições médias entre 60% e 70% em uma bem diversificada carteira de ações. Também há ativos investidos em títulos de renda fixa (20%) para proteger contra os efeitos de grave desinflação, bem como um conjunto

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

de outros tipos de investimentos (10% a 15%) que se espera reajam positivamente contra aumentos na taxa de inflação, para proteger contra perdas de poder aquisitivo, ações de mercados emergentes (0% a 5%) e títulos de dívida de mercados emergentes (0% a 5%).

As metas de alocação das políticas de investimento em 31 de dezembro de 2007 eram:

	PAF	PAFL	PBPA
Ações de empresas dos Estados Unidos ...	35%	40%	40%
Ações de empresas de outros países	25%	30%	30%
Títulos de mercados emergentes ¹	5%	—	—
Renda fixa	20%	20%	20%
Investimentos sensíveis à inflação ²	15%	10%	10%

¹ Compreende ações e títulos de dívida de mercados emergentes.

² Compreende obrigações reajustáveis do Governo dos Estados Unidos (5% a 15%), fundos de investimento imobiliário e ações (0% a 6%) e futuros de índices de commodities com garantia plena (0% a 4%) para o PAF, obrigações reajustáveis do Governo dos Estados Unidos (5% a 10%) e fundos de investimentos em imóveis e ações (0% a 5%) para o PAFL e obrigações reajustáveis do Governo dos Estados Unidos (10%) para o PBPA.

A gestão de risco é realizada pelo contínuo monitoramento de cada nível de categoria de ativos e gestor de investimentos. Os investimentos são rebalanceados em direção às alocações-meta das políticas na medida do permitido pelos fluxos de caixa. Caso os fluxos de caixa não sejam suficientes para manter os pesos-meta, são feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Os gestores de investimento, de modo geral, somente têm permissão para investir mais do que 5% de suas carteiras em títulos de um único emissor, se este for o Governo dos Estados Unidos. O uso de derivativos, por parte dos gestores de investimentos, exige aprovação expressa para cada instrumento.

Fluxos de caixa**Contribuições**

As contribuições do Banco aos Planos e ao PBPA durante 2008 devem somar aproximadamente US\$23 milhões e US\$17 milhões, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em numerário.

Pagamentos de benefícios futuros estimados

A tabela a seguir apresenta os pagamentos de benefícios que refletem o serviço futuro esperado, como apropriado, que o Banco espera pagar em cada um dos próximos cinco anos e seu valor agregado para os cinco anos subsequentes (em milhões de dólares dos Estados Unidos). Esses valores se baseiam nos mesmos pressupostos usados para medir as obrigações por benefícios em 31 de dezembro de 2007.

Ano	Planos	PBPA
2008	\$ 85	\$ 28
2009	90	31
2010	98	33
2011	105	37
2012	111	40
2013–2017	651	246

Nota O – Conciliação de Resultado líquido com Caixa**líquido gerado por (utilizado em) atividades operacionais**

Segue-se uma conciliação entre Resultado líquido e Caixa líquido gerado por (utilizado em) atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Anos encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Resultado líquido	\$ 134	\$ 243	\$ 762
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de empréstimos	(2)	(9)	(8)
Receita de investimentos	(26)	(19)	(7)
Ganho (perda) líquido a realizar sobre investimentos de curto prazo	280	(12)	(1)
Juros e outros custos de captações, após os swaps	182	213	188
Despesas administrativas, incluindo depreciação	67	48	53
Programas especiais	24	27	11
Efeitos da aplicação do SFAS 133 e ajustes de transações cambiais	149	384	(50)
Aumento (redução) líquido em investimentos de curto prazo	122	(1.796)	(1.341)
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	(13)	(48)	(14)
Caixa líquido (aplicado em) gerado por atividades operacionais	<u>\$ 917</u>	<u>\$ (969)</u>	<u>\$ (407)</u>

Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa

(Redução) aumento resultante de flutuações na taxa de câmbio:			
Investimentos de curto prazo	\$ 438	\$ 316	\$ (272)
Investimentos mantidos até o vencimento ..	347	167	(271)
Saldo de empréstimos	583	366	(1.377)
Captações	840	536	(1.229)
Valores a receber de países membros, líquido	(302)	(139)	187

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota P – Informações sobre segmentos

A Administração determinou que o Banco tem somente um segmento para fins de relatório, já que não administra suas operações alocando recursos com base na determinação das contribuições ao resultado líquido feitas pelas operações individuais. O Banco não distingue entre a natureza dos produtos fornecidos ou serviços prestados, o processo de preparação ou o método usado para prestar esses serviços aos diversos países. Nos anos de 2007, 2006 e 2005, empréstimos concedidos a dois países ou garantidos por eles individualmente geraram mais de 10% da receita de operações de crédito (em milhões de dólares dos Estados Unidos) como segue:

	31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Argentina	\$463	\$476	\$460
Brasil	583	540	478

Nota Q – Valor justo dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para estimar o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

Investimentos: Os valores justos dos títulos detidos como investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis; na ausência de cotações de mercado, os valores justos se baseiam nos preços cotados pelos distribuidores para instrumentos comparáveis ou fluxos de caixa descontados.

Empréstimos: O Banco é uma das pouquíssimas instituições que concedem empréstimos para financiar desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Para todos os empréstimos e operações correlatas, o Banco acredita que, dada sua posição singular em operações de crédito e a ausência de um mercado secundário, não é praticável estimar o valor justo de sua carteira de crédito.

Swaps: Os valores justos dos swaps de taxa de juros e cambiais são baseados em fluxos de caixa descontados modelos de determinação de preços.

Captações: Os valores justos das captações são baseados em fluxos de caixa descontados ou modelos de fixação de preços.

O quadro abaixo demonstra as estimativas do Banco quanto ao valor justo dos instrumentos financeiros em carteira, juntamente com seus valores escriturais, em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007		2006	
	Valor escritural	Valor justo	Valor escritural	Valor justo
Caixa	\$ 200	\$ 200	\$ 276	\$ 276
Investimentos				
Carteira de curto prazo . . .	12.307	12.307	12.278	12.278
Detidos até o vencimento. .	3.858	3.841	3.543	3.516
Saldo de empréstimos, líquido	47.903	n/d	45.842	n/d
Swaps de taxa de juros e cambiais a receber				
Investimentos – carteira de curto prazo	3	3	2	2
Empréstimos	4	4	5	5
Captações	3.019	3.019	1.880	1.880
Captações				
Curto prazo	2.204	2.204	658	658
Médio e longo prazos . . .	44.845	45.305	44.030	44.080
Swaps de taxa de juros e cambiais a pagar				
Investimentos – carteira de curto prazo	2	2	1	1
Empréstimos	16	16	9	9
Captações	1.006	1.006	742	742

n/d = não disponível

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DE INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO E SWAPS – NOTA D

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Euros	Ienes japoneses	Franco suíços	Dólares dos Estados Unidos	Todas as moedas
Obrigações do Governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:					
Valor escritural	—	—	—	454	454 ¹
Saldo médio durante o exercício	—	—	—	519	519
Ganho líquido durante o exercício	—	—	—	3	3
Obrigações de outros governos e órgãos:					
Valor escritural	—	127	—	—	127
Saldo médio durante o exercício	24	90	—	—	114
Perda líquida durante o exercício	(1)	—	—	—	(1)
Obrigações bancárias:					
Valor escritural	1.701	43	151	2.812	4.707
Saldo médio durante o exercício	1.736	93	265	3.034	5.128
Ganho (perda) líquido durante o exercício	(10)	—	—	14	4
Títulos privados:					
Valor escritural	—	—	—	411	411
Saldo médio durante o exercício	—	—	—	449	449
Perda líquida durante o exercício	—	—	—	(5)	(5)
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:					
Valor escritural	2.498	—	—	4.110	6.608
Saldo médio durante o exercício	2.416	—	—	4.834	7.250
Perda líquida durante o exercício	(52)	—	—	(239)	(291)
Total dos investimentos de curto prazo:					
Valor escritural	4.199	170	151	7.787	12.307
Saldo médio durante o exercício	4.176	183	265	8.836	13.460
Perda líquida durante o exercício	(63)	—	—	(227)	(290)
Swaps cambiais a receber:					
Valor escritural ²	1	—	—	—	1
Saldo médio durante o exercício	1	—	—	—	1
Perda líquida durante o exercício	—	—	—	(1)	(1)
Total dos investimentos de curto prazo e swaps:					
Valor escritural	4.200	170	151	7.787	12.308
Saldo médio durante o exercício	4.177	183	265	8.836	13.461
Perda líquida durante o exercício	(63)	—	—	(228)	(291)
Retorno do exercício (%)	2,78	0,59	2,37	2,84	2,79

¹ Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas por Governos (EPG), como títulos lastreados por ativos e hipotecas e títulos de dívida, no valor de US\$226 milhões. As obrigações das EPGs não gozam de plena garantia do Governo dos Estados Unidos.

² Os contratos de swaps de taxas de juros são apresentados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) do montante do valor justo líquido desses contratos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DE INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO E SWAPS – NOTA D

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Todas as moedas
Obrigações do Governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:			
Valor escritural.....	523	—	523 ¹
Saldo médio durante o exercício.....	216	15	231
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	1	(1)	—
Obrigações de outros governos e órgãos:			
Valor escritural.....	—	—	—
Saldo médio durante o exercício.....	50	112	162
Perda líquida durante o exercício.....	(1)	(7)	(8)
Obrigações bancárias:			
Valor escritural.....	2.232	954	3.186
Saldo médio durante o exercício.....	2.176	1.043	3.219
Ganho líquido durante o exercício.....	1	—	1
Títulos privados:			
Valor escritural.....	481	—	481
Saldo médio durante o exercício.....	389	51	440
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	—	—	—
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:			
Valor escritural.....	5.737	2.351	8.088
Saldo médio durante o exercício.....	4.934	2.164	7.098
Ganho líquido durante o exercício.....	45	2	47
Total dos investimentos de curto prazo:			
Valor escritural.....	8.973	3.305	12.278
Saldo médio durante o exercício.....	7.765	3.385	11.150
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	46	(6)	40
Swaps cambiais a receber:			
Valor escritural ²	—	—	—
Saldo médio durante o exercício.....	100	—	100
Ganho (perda) líquido durante o exercício.....	—	—	—
Swaps cambiais a pagar:			
Valor escritural ²	—	—	—
Saldo médio durante o exercício.....	—	(120)	(120)
Ganho líquido durante o exercício.....	—	6	6
Swaps de taxa de juros, líquidos:			
Valor escritural ²	1	—	1
Saldo médio durante o exercício.....	—	—	—
Ganho líquido durante o exercício.....	—	4	4
Total dos investimentos de curto prazo e swaps:			
Valor escritural.....	8.974	3.305	12.279
Saldo médio durante o exercício.....	7.865	3.265	11.130
Ganho líquido durante o exercício.....	46	4	50
Retorno do exercício (%).....	5,37	3,15	4,73

¹ Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas por Governos (EPG), como títulos lastreados por ativos e hipotecas e títulos de dívida, no valor de US\$348 milhões. As obrigações das EPGs não gozam de plena garantia do Governo dos Estados Unidos.

² O valor escritural dos swaps cambiais representa o valor justo de cada ponta a receber (a pagar), classificado por sua moeda. Os contratos de swaps cambiais e de taxas de juros são apresentados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, dependendo da natureza (devedora ou credora) do montante do valor justo líquido desses contratos.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-2

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO – NOTA D

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Franco suíço	Ienes japoneses	Outras moedas	Todas as moedas
Obrigações do Governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:						
Valor escritural líquido	5	48	—	—	—	53 ¹
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	5	48	—	—	—	53
Obrigações de outros governos e órgãos:						
Valor escritural líquido	269	1.153	51	446	1.115	3.034
Ganhos brutos a realizar	1	1	—	1	3	6
Perdas brutas a realizar	1	17	—	—	4	22
Valor justo	269	1.137	51	447	1.114	3.018
Obrigações bancárias:						
Valor escritural líquido	—	309	95	4	155	563
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	—	309	95	4	155	563
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:						
Valor escritural líquido	60	—	—	—	148	208
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	1	1
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	2	2
Valor justo	60	—	—	—	147	207
Total dos investimentos mantidos até o vencimento:						
Valor escritural líquido	334	1.510	146	450	1.418 ²	3.858
Ganhos brutos a realizar	1	1	—	1	4	7
Perdas brutas a realizar	1	17	—	—	6	24
Valor justo	334	1.494	146	451	1.416	3.841
Retorno do exercício (%)	3,92	3,64	2,29	0,56	4,38	3,45

¹ Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas por Governos (EPG), como títulos lastreados por ativos e hipotecas e títulos de dívida, no valor de US\$53 milhões. As obrigações das EPGs não gozam de plena garantia do Governo dos Estados Unidos.

² O valor escritural líquido dos investimentos mantidos até o investimento em outras moedas consiste no seguinte:

Dólares canadenses	\$1.085
Libras esterlinas	230
Outros	103
Total	<u>\$1.418</u>

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Valor escritural líquido	Valor justo
2008	\$1.545	\$1.543
2009 a 2012	<u>2.313</u>	<u>2.298</u>
Total	<u>\$3.858</u>	<u>\$3.841</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-2

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO – NOTA D

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Franco suíço	Ienes japoneses	Outras moedas	Todas as moedas
Obrigações do Governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:						
Valor escritural líquido	5	66	—	—	—	71 ¹
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	5	66	—	—	—	71
Obrigações de outros governos e órgãos:						
Valor escritural líquido	351	867	72	348	884	2.522
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	2	2
Perdas brutas a realizar	8	13	—	1	6	28
Valor justo	343	854	72	347	880	2.496
Obrigações bancárias:						
Valor escritural líquido	—	310	142	111	185	748
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar	—	—	—	—	—	—
Valor justo	—	310	142	111	185	748
Títulos lastreados por ativos e hipotecas:						
Valor escritural líquido	75	—	—	1	126	202
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	1	1
Perdas brutas a realizar	1	—	—	—	1	2
Valor justo	74	—	—	1	126	201
Total dos investimentos mantidos até o vencimento:						
Valor escritural líquido	431	1.243	214	460	1.195 ²	3.543
Ganhos brutos a realizar	—	—	—	—	3	3
Perdas brutas a realizar	9	13	—	1	7	30
Valor justo	422	1.230	214	459	1.191	3.516
Retorno do exercício (%)	4,14	3,42	1,84	0,26	4,32	3,31

¹ Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas por Governos (EPG), como títulos lastreados por ativos e hipotecas e títulos de dívida, no valor de US\$71 milhões. As obrigações das EPGs não gozam de plena garantia do Governo dos Estados Unidos.

² O valor escritural líquido dos investimentos mantidos até o vencimento em outras moedas consiste no seguinte:

Dólares canadenses	\$ 887
Libras esterlinas	217
Outras	91
Total	<u>\$1.195</u>

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Valor escritural líquido	Valor justo
2007	\$1.358	\$1.358
2008 a 2011	2.182	2.156
2012	3	2
Total	<u>\$3.543</u>	<u>\$3.516</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-3

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS – NOTA E

31 de dezembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

País membro em cujo território foram concedidos empréstimos	Saldo 2007 ¹	Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido		Parcela a desembolsar	Saldo 2006 ¹
		Moedas de países não mutuários ²	Moedas de países mutuários		
Argentina.....	\$ 8.567	\$ 8.507	\$ 60	\$ 4.708	\$ 8.465
Bahamas.....	79	79	—	61	74
Barbados.....	133	133	—	61	141
Belize.....	96	96	—	4	80
Bolívia.....	195	195	—	52	233
Brasil.....	12.505	12.456	49	2.067	11.743
Chile.....	551	550	1	287	550
Colômbia.....	4.813	4.791	22	664	4.294
Costa Rica.....	495	495	—	517	535
El Salvador.....	1.166	1.166	—	207	1.128
Equador.....	1.465	1.465	—	556	1.326
Guatemala.....	1.135	1.135	—	477	959
Guiana.....	3	3	—	16	6
Honduras.....	89	89	—	68	104
Jamaica.....	542	542	—	92	565
México.....	4.574	4.574	—	1.055	3.999
Nicarágua.....	78	78	—	40	84
Panamá.....	853	853	—	555	842
Paraguai.....	678	678	—	429	658
Peru.....	3.823	3.823	—	652	3.622
República Dominicana.....	1.029	1.029	—	359	1.067
Suriname.....	55	55	—	25	49
Trinidad e Tobago.....	390	390	—	144	377
Uruguai.....	1.835	1.835	—	592	1.837
Venezuela.....	1.153	1.138	15	917	1.574
Membros regionais.....	484	484	—	19	531
Empréstimos sem garantia soberana.....	1.168	1.168	—	1.504	1.089
Corporação Interamericana de Investimentos.....	—	—	—	300	—
Total 2007.....	<u>\$47.954</u>	<u>\$47.807</u>	<u>\$147</u>	<u>\$16.428</u>	<u>\$45.932</u>
Total 2006.....		<u>\$45.779</u>	<u>\$153</u>	<u>\$16.080</u>	<u>\$45.932</u>

¹ Este quadro não inclui o saldo de empréstimos participativos sem garantia soberana, que totalizavam US\$944 milhões em 31 de dezembro de 2007 (2006—US\$1.205 milhões). Este quadro também não inclui garantias no valor de US\$689 milhões em vigor em 31 de dezembro de 2007 (2006—US\$379 milhões).

² Inclui US\$147 milhões de empréstimos na moeda dos países tomadores, que foram objeto de operação de troca de indexadores (swaps) para dólares dos Estados Unidos.

A carteira de empréstimos sem garantia soberana inclui empréstimos aos seguintes países (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	31 de dezembro de			31 de dezembro de	
	2007	2006		2007	2006
Argentina.....	\$ 2	\$ 52	Jamaica.....	\$ —	\$ 30
Bolívia.....	81	93	México.....	105	236
Brasil.....	558	346	Nicarágua.....	7	7
Chile.....	9	12	Peru.....	201	127
Costa Rica.....	10	11	Suriname.....	7	—
Equador.....	25	22	Uruguai.....	—	10
Guatemala.....	25	—	Regional.....	138	143
				<u>\$1.168</u>	<u>\$1.089</u>

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS POR MOEDA E PRODUTO – NOTA E

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Empréstimos em moedas múltiplas ²		Empréstimos em moeda única			Total dos empréstimos	
	Valor	Taxa média ponderada (%)	Valor	Taxa média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)	Valor	Taxa média ponderada (%)
Dólares dos Estados Unidos ¹							
Taxa fixa	327	7,16	—	—	—	327	7,16
Taxa reajustável	6.553	4,25	22.329	5,61	7,72	28.882	5,30
Taxa fixa, baseada na LIBOR	—	—	417	5,71	3,63	417	5,71
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	10.426	5,62	9,42	10.426	5,62
Euros							
Taxa fixa	\$ 97	7,16	\$ —	—	—	\$ 97	7,16
Taxa reajustável	1.959	4,25	12	4,53	5,24	1.971	4,25
Franco suíço							
Taxa fixa	94	7,22	—	—	—	94	7,22
Taxa reajustável	1.839	4,25	—	—	—	1.839	4,25
Ienes japoneses							
Taxa fixa	175	7,15	—	—	—	175	7,15
Taxa reajustável	3.536	4,25	8	1,93	4,89	3.544	4,24
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	35	0,99	8,87	35	0,99
Outras							
Taxa fixa	147	4,00	—	—	—	147	4,00
Saldo de empréstimos							
Taxa fixa	840	6,61	—	—	—	840	6,61
Taxa reajustável	13.887	4,25	22.349	5,61	7,72	36.236	5,09
Taxa fixa, baseada na LIBOR	—	—	417	5,71	3,63	417	5,71
Taxa flutuante, baseada na LIBOR	—	—	10.461	5,60	9,42	10.461	5,60
Total	\$14.727	4,38	\$33.227	5,61	8,20	\$47.954	5,23

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Empréstimos em moedas múltiplas ²		Empréstimos em moeda única		Todos os empréstimos		
	Taxa fixa	Taxa reajustável	Taxa fixa ⁽³⁾	Taxa reajustável ³	Taxa fixa	Taxa reajustável	Total
2008	\$223	\$ 1.913	\$ 66	\$ 2.142	\$ 289	\$ 4.055	\$ 4.344
2009	149	1.911	63	1.792	212	3.703	3.915
2010	124	1.834	65	2.038	189	3.872	4.061
2011	97	1.646	61	2.226	158	3.872	4.030
2012	82	1.384	58	2.267	140	3.651	3.791
2013 a 2017	140	3.863	89	10.882	229	14.745	14.974
2018 a 2022	22	1.168	15	7.451	37	8.619	8.656
2023 a 2027	3	168	—	3.376	3	3.544	3.547
2028 a 2032	—	—	—	636	—	636	636
Total	\$840	\$13.887	\$417	\$32.810	\$1.257	\$46.697	\$47.954
Vencimento médio (anos) ..	2,97	4,64	3,63	8,26	3,19	7,18	7,07

¹ Inclui empréstimos em moedas de países mutuários no valor de US\$147 milhões, que foram objetos de swaps para dólares dos Estados Unidos.² Vencimento médio—empréstimos em moedas múltiplas: a seleção de moedas usada pelo Banco para fins de cobrança não permite a determinação do vencimento médio para empréstimos em moedas múltiplas por moeda individual. Sendo assim, o Banco divulga os períodos de vencimento de seus empréstimos em moedas múltiplas e vencimento médio para a carteira total de empréstimos em moedas múltiplas pelo seu equivalente combinado em dólares dos Estados Unidos.³ Inclui empréstimos baseados na LIBOR.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-4

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS POR MOEDA E PRODUTO – NOTA E

31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Moedas múltiplas ²		Empréstimos em moeda única			Total dos empréstimos	
	Valor	Taxa média ponderada (%)	Valor	Taxa média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)	Valor	Taxa média ponderada (%)
Dólares dos Estados Unidos ¹							
Taxa fixa.	\$ 522	7,18	\$ —	—	—	\$ 522	7,18
Taxa reajustável.	7.735	4,14	21.486	5,41	7,92	29.221	5,07
Taxa fixa, baseada na LIBOR.	—	—	584	6,72	4,03	584	6,72
Taxa flutuante, baseada na LIBOR. .	—	—	7.378	6,72	8,30	7.378	6,72
Euros							
Taxa fixa.	131	7,18	—	—	—	131	7,18
Taxa reajustável.	1.942	4,14	14	3,72	5,65	1.956	4,14
Franco suíço							
Taxa fixa.	138	7,21	—	—	—	138	7,21
Taxa reajustável.	2.013	4,14	—	—	—	2.013	4,14
Ienes japoneses							
Taxa fixa.	241	7,17	—	—	—	241	7,17
Taxa reajustável.	3.584	4,14	5	1,79	5,39	3.589	4,14
Taxa flutuante, baseada na LIBOR. .	—	—	4	0,87	9,87	4	0,87
Outras							
Taxa fixa.	155	4,00	—	—	—	155	4,00
Saldo de empréstimos							
Taxa fixa.	1.187	6,77	—	—	—	1.187	6,77
Taxa reajustável.	15.274	4,14	21.505	5,41	7,92	36.779	4,88
Taxa fixa, baseada na LIBOR.	—	—	584	6,72	4,03	584	6,72
Taxa flutuante, baseada na LIBOR. .	—	—	7.382	6,72	8,30	7.382	6,72
Total.	\$16.461	4,33	\$29.471	5,76	7,94	\$45.932	5,25

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Empréstimos em moedas múltiplas ²		Empréstimos em moeda única		Todos os empréstimos		
	Taxa fixa	Taxa reajustável	Taxa fixa ³	Taxa reajustável ³	Taxa fixa	Taxa reajustável	Total
2007.	\$ 291	\$ 1.885	\$ 85	\$ 2.280	\$ 376	\$ 4.165	\$ 4.541
2008.	229	1.894	76	2.100	305	3.994	4.299
2009.	157	1.893	71	1.683	228	3.576	3.804
2010.	133	1.817	71	1.854	204	3.671	3.875
2011.	107	1.593	78	1.985	185	3.578	3.763
2012 a 2016.	242	4.531	177	9.139	419	13.670	14.089
2017 a 2021.	25	1.430	26	6.574	51	8.004	8.055
2022 a 2026.	3	223	—	2.666	3	2.889	2.892
2027 a 2031.	—	8	—	606	—	614	614
Total.	\$1.187	\$15.274	\$584	\$28.887	\$1.771	\$44.161	\$45.932
Vencimento médio (anos). .	3,10	4,92	4,03	8,02	3,41	6,95	6,81

¹Inclui US\$74 milhões de empréstimos em moedas de países mutuários, convertidos mediante swap para dólares dos Estados Unidos.^{2,3}Ver notas da página anterior.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-5

DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES E SWAPS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – NOTAS H E I

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Captações diretas			Contratos de swap cambial			Contratos de swap de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
	Valor	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ² a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ⁽²⁾ a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos) ¹
Dólares dos Estados Unidos												
Taxa fixa	\$23.727	5,29	5,42	\$ 620	5,62	2,33	\$ 580	5,25	6,77	\$ 24.927	5,29	5,37
	—	—	—	(650)	6,69	0,50	(11.566)	4,89	6,82	(12.216)	4,98	6,48
Taxa reajustável	150	2,46	6,73	14.739	4,92	6,28	12.939	4,87	5,71	27.828	4,88	6,01
	—	—	—	(4.167)	4,84	3,66	(2.531)	4,74	5,44	(6.698)	4,81	4,33
Euros												
Taxa fixa	2.628	4,94	3,20	181	6,70	1,67	—	—	—	2.809	5,05	3,10
	—	—	—	(659)	5,57	2,25	(1.168)	4,16	4,40	(1.827)	4,67	3,62
Taxa reajustável	806	5,33	8,32	3.672	4,50	3,57	1.168	4,61	4,40	5.646	4,64	4,42
	—	—	—	(806)	5,33	8,32	—	—	—	(806)	5,33	8,32
Francos suíços												
Taxa reajustável	—	—	—	1.237	2,56	3,13	—	—	—	1.237	2,56	3,13
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ienes japoneses												
Taxa fixa	2.133	2,91	3,03	677	0,95	0,83	45	1,71	0,37	2.855	2,43	2,47
	—	—	—	(90)	5,03	6,36	(1.190)	1,89	1,58	(1.280)	2,11	1,92
Taxa reajustável	242	2,35	11,41	154	0,59	0,86	1.172	0,67	1,84	1.568	0,92	3,22
	—	—	—	(663)	1,19	4,75	(27)	1,23	10,83	(690)	1,19	4,99
Outras moedas												
Taxa fixa	17.967	6,37	6,21	—	—	—	—	—	—	17.967	6,37	6,21
	—	—	—	(17.967)	6,37	6,21	—	—	—	(17.967)	6,37	6,21
Taxa reajustável	118	10,11	5,31	—	—	—	—	—	—	118	10,11	5,31
	—	—	—	(118)	10,11	5,31	—	—	—	(118)	10,11	5,31
Total												
Taxa fixa	46.455	5,58	5,49	1.478	—	—	625	—	—	48.558	5,51	5,38
	—	—	—	(19.366)	—	—	(13.924)	—	—	(33.290)	5,60	6,00
Taxa reajustável	1.316	4,89	8,44	19.802	—	—	15.279	—	—	36.397	4,61	5,55
	—	—	—	(5.754)	—	—	(2.558)	—	—	(8.312)	4,63	4,79
Principal, ao valor nominal.....	47.771	5,56	5,57	(3.840)	—	—	(578)	—	—	43.353	4,85	5,15
SFAS 133 —												
Ajuste ao valor justo.....	(9)	—	—	599	—	—	(116)	—	—	474	—	—
Desconto líquido a amortizar.....	(2.917)	—	—	1.344	—	—	578 ³	—	—	(995)	—	—
Total.....	<u>\$44.845</u>	<u>5,56</u>	<u>5,57</u>	<u>\$ (1.897)</u>	—	—	<u>\$ (116)</u>	—	—	<u>\$ 42.832</u>	<u>4,85</u>	<u>5,15</u>

¹ Em 31 de dezembro de 2007, o prazo médio de repactuação das obrigações de câmbio líquidas por captações a taxas ajustáveis era de cinco meses.

² Os swaps cambiais são apresentados ao seu valor nominal e os swaps de taxa de juros são apresentados ao valor referencial de cada ponta a pagar (a receber), classificados por moeda. Tanto os swaps cambiais como os de taxa de juros são ajustados, no seu total, ao valor justo, como indicado. Os montantes do valor justo líquido a receber de swaps cambiais e de taxas de juros, de US\$1.897 milhões e US\$116 milhões, respectivamente, apresentados no quadro acima, são representados por ativos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US\$3.019 milhões e passivos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US\$1.006 milhões, incluídos no Balanço Patrimonial.

³ Representa o ágio não autorizado sobre swaps da taxa de juros com vencimento num prazo de x anos.

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DE SALDO DE CAPTAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

31 de dezembro de 2007

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento		Ano de vencimento	
2008	\$ 7.460	2013 até 2017	\$12.460
2009	5.770	2018 até 2022	2.266
2010	6.014	2023 até 2027	3.910
2011	2.930	2037	478
2012	6.483	Total.....	<u>\$47.771</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-5

DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES E SWAPS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – NOTAS H E I

31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Captações diretas			Contratos de swap cambial			Contratos de swap de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
	Valor	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ² a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor ² a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos)	Valor a pagar (a receber)	Custo médio ponderado (%)	Vencimento médio (anos) ¹
Dólares dos Estados Unidos												
Taxa fixa	\$24.361	5,36	5,46	\$ 1.314	5,71	1,89	\$ 231	5,24	2,97	\$ 25.906	5,38	5,26
	—	—	—	(1.165)	5,68	1,19	(9.550)	4,70	6,71	(10.715)	4,81	6,11
Taxa reajustável	150	2,46	7,73	12.906	5,20	5,59	10.786	5,14	6,54	23.842	5,16	6,03
	—	—	—	(2.558)	5,15	3,94	(1.468)	4,91	4,89	(4.026)	5,06	4,29
Euros												
Taxa fixa	2.593	5,04	3,91	164	6,70	2,67	196	3,65	0,89	2.953	5,04	3,64
	—	—	—	(996)	5,57	2,27	(1.069)	4,15	5,34	(2.065)	4,84	3,86
Taxa reajustável	896	5,26	7,73	3.153	3,37	3,08	1.069	3,45	5,34	5.118	3,72	4,37
	—	—	—	(896)	5,24	7,73	(196)	3,39	0,89	(1.092)	4,91	6,50
Francos suíços												
Taxa fixa	821	3,27	0,81	—	—	—	—	—	—	821	3,27	0,81
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taxa reajustável	—	—	—	616	1,42	2,94	—	—	—	616	1,42	2,94
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ienes japoneses												
Taxa fixa	2.463	3,03	3,31	635	0,95	1,83	42	1,71	1,37	3.140	2,59	2,98
	—	—	—	(464)	3,45	1,51	(1.115)	1,89	2,58	(1.579)	2,35	2,27
Taxa reajustável	227	2,35	12,41	173	0,17	1,68	1.099	0,19	2,84	1.499	0,51	4,16
	—	—	—	(622)	0,90	5,75	(25)	1,23	11,83	(647)	0,91	5,98
Outras moedas												
Taxa fixa	14.789	6,19	5,49	—	—	—	—	—	—	14.789	6,19	5,49
	—	—	—	(14.789)	6,19	5,49	—	—	—	(14.789)	6,19	5,49
Taxa reajustável	96	10,06	4,81	—	—	—	—	—	—	96	10,06	4,81
	—	—	—	(96)	10,06	4,81	—	—	—	(96)	10,06	4,81
Total												
Taxa fixa	45.027	5,45	5,18	2.113	—	—	469	—	—	47.609	5,39	5,00
	—	—	—	(17.414)	—	—	(11.734)	—	—	(29.148)	5,38	5,43
Taxa reajustável	1.369	4,81	8,30	16.848	—	—	12.954	—	—	31.171	4,64	5,60
	—	—	—	(4.172)	—	—	(1.689)	—	—	(5.861)	4,66	4,90
Principal. ao valor nominal.	46.396	5,43	5,27	(2.625)	—	—	—	—	—	43.771	4,96	5,16
SFAS 133 —												
Ajuste ao valor justo	71	—	—	106	—	—	174	—	—	351	—	—
Desconto líquido a amortizar	(2.437)	—	—	1.207	—	—	—	—	—	(1.230)	—	—
Total.	<u>\$44.030</u>	<u>5,43</u>	<u>5,27</u>	<u>\$ (1.312)</u>	—	—	<u>\$ 174</u>	—	—	<u>\$42.892</u>	<u>4,96</u>	<u>5,16</u>

¹ Em 31 de dezembro de 2006, o prazo médio de repactuação das obrigações de câmbio líquidas por captações a taxas ajustáveis era de cinco meses.

² Os swaps cambiais são apresentados ao seu valor nominal e os swaps de taxa de juros são apresentados ao valor referencial de cada ponta a pagar (a receber), classificados por moeda. Tanto os swaps cambiais como os de taxa de juros são ajustados, no seu total, ao valor justo, como indicado. O montante do valor justo líquido a receber de swaps cambiais de US\$1.312 milhões e o montante do valor justo líquido a pagar de swaps de taxa de juros de US\$174 milhões, apresentados no quadro acima, são representados por ativos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US\$1.880 milhões e passivos de swaps cambiais e de taxa de juros ao valor justo de US\$742 milhões, incluídos no Balanço Patrimonial.

³ Representa o ágio não autorizado sobre swaps da taxa de juros com vencimento num prazo de x anos.

CRONOGRAMA DE VENCIMENTO DE SALDO DE CAPTAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento		Ano de vencimento	
2007.	\$ 6.272	2012 até 2016	\$15.469
2008.	6.908	2017 até 2021	2.722
2009.	5.048	2022 até 2026	1.740
2010.	4.893	2027.	600
2011.	2.744	Total	<u>\$46.396</u>

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL – NOTA K

31 de dezembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos¹

Membros	Ações	Parcela integralizada do capital subscrito		Parcela exigível do capital subscrito	Total 2007	Total 2006
		Moedas convertíveis	Outras moedas			
Alemanha	158.638	\$ 82,3	\$ —	\$ 1.831,4	\$ 1.913,7	\$ 1.913,7
Argentina	900.154	361,1	104,1	10.393,8	10.858,9	10.858,9
Áustria	13.312	6,9	—	153,7	160,6	160,6
Bahamas	17.398	7,5	4,1	198,3	209,9	209,9
Barbados	10.767	3,9	1,8	124,3	129,9	129,9
Bélgica	27.438	14,2	—	316,8	331,0	331,0
Belize	9.178	3,6	3,6	103,5	110,7	110,7
Bolívia	72.258	29,0	8,4	834,4	871,7	871,7
Brasil	900.154	361,1	104,1	10.393,8	10.858,9	10.858,9
Canadá	334.887	173,7	—	3.866,2	4.039,9	4.039,9
Chile	247.163	99,1	28,6	2.853,9	2.981,6	2.981,6
Colômbia	247.163	99,2	28,6	2.853,9	2.981,6	2.981,6
Coreia, República da	184	0,1	—	2,1	2,2	2,2
Costa Rica	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Croácia	4.018	2,1	—	46,4	48,5	48,5
Dinamarca	14.157	7,3	—	163,4	170,8	170,8
El Salvador	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Equador	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Eslovênia	2.434	1,3	—	28,1	29,4	29,4
Espanha	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Estados Unidos	2.512.529	1.303,0	—	29.006,7	30.309,7	30.309,7
Finlândia	13.312	6,9	—	153,7	160,6	160,6
França	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Guatemala	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Guiana	13.393	5,2	2,6	153,8	161,6	161,6
Haiti	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Honduras	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Israel	13.126	6,8	—	151,5	158,3	158,3
Itália	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Jamaica	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Japão	418.642	217,1	—	4.833,2	5.050,3	5.050,3
México	578.632	232,1	66,9	6.681,3	6.980,3	6.980,3
Nicarágua	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Noruega	14.157	7,3	—	163,4	170,8	170,8
Países Baixos	28.207	14,6	—	325,6	340,3	340,3
Panamá	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Paraguai	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Peru	120.445	48,3	14,0	1.390,7	1.453,0	1.453,0
Portugal	4.474	2,3	—	51,7	54,0	54,0
Reino Unido	80.551	41,8	—	929,9	971,7	971,7
República Dominicana	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Suécia	27.268	14,1	—	314,8	328,9	328,9
Suíça	39.347	20,4	—	454,2	474,7	474,7
Suriname	7.342	3,5	2,2	82,9	88,6	88,6
Trinidad e Tobago	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Uruguai	96.507	38,7	11,2	1.114,3	1.164,2	1.164,2
Venezuela	482.267	216,0	33,3	5.568,5	5.817,8	5.817,8
Total antes das alocações	8.367.264	3.870,6	468,8	96.598,5	100.937,9	100.937,9
Valor a alocar ²	1.299	0,9	—	14,8	15,7	15,7
Total 2007	8.368.563	\$ 3.871	\$ 469	\$ 96.613	\$ 100.953	
Total 2006	8.368.563	\$ 3.871	\$ 469	\$ 96.613		\$ 100.953

¹ Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e dos totais.

² Representa as ações remanescentes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia.

CAPITAL ORDINÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-7

DEMONSTRAÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL E PODER DE VOTO

31 de dezembro de 2007

Países membros	Ações subscritas	Número de votos	% do número de votos ¹
Membros regionais em desenvolvimento			
Argentina	900.154	900.289	10,752
Bahamas	17.398	17.533	0,209
Barbados	10.767	10.902	0,130
Belize	9.178	9.313	0,111
Bolívia	72.258	72.393	0,865
Brasil	900.154	900.289	10,752
Chile	247.163	247.298	2,953
Colômbia	247.163	247.298	2,953
Costa Rica	36.121	36.256	0,433
El Salvador	36.121	36.256	0,433
Equador	48.220	48.355	0,577
Guatemala	48.220	48.355	0,577
Guiana	13.393	13.528	0,162
Haiti	36.121	36.256	0,433
Honduras	36.121	36.256	0,433
Jamaica	48.220	48.355	0,577
México	578.632	578.767	6,912
Nicarágua	36.121	36.256	0,433
Panamá	36.121	36.256	0,433
Paraguai	36.121	36.256	0,433
Peru	120.445	120.580	1,440
República Dominicana	48.220	48.355	0,577
Suriname	7.342	7.477	0,089
Trinidad e Tobago	36.121	36.256	0,433
Uruguai	96.507	96.642	1,154
Venezuela	482.267	482.402	5,761
Total dos membros regionais em desenvolvimento ...	4.184.669	4.188.179	50,016
Canadá	334.887	335.022	4,001
Estados Unidos	2.512.529	2.512.664	30,007
Membros extra-regionais			
Alemanha	158.638	158.773	1,896
Áustria	13.312	13.447	0,161
Bélgica	27.438	27.573	0,329
Coreia, República da	184	319	0,004
Croácia	4.018	4.153	0,050
Dinamarca	14.157	14.292	0,171
Eslovênia	2.434	2.569	0,031
Espanha	158.638	158.773	1,896
Finlândia	13.312	13.447	0,161
França	158.638	158.773	1,896
Israel	13.126	13.261	0,158
Itália	158.638	158.773	1,896
Japão	418.642	418.777	5,001
Noruega	14.157	14.292	0,171
Países Baixos	28.207	28.342	0,338
Portugal	4.474	4.609	0,055
Reino Unido	80.551	80.686	0,964
Suécia	27.268	27.403	0,327
Suíça	39.347	39.482	0,472
Total dos membros extra-regionais	1.335.179	1.337.744	15,976
Total antes das alocações	8.367.264	8.373.609	100,000
Valor a alocar ²	1.299	1.434	
TOTAL GERAL	<u>8.368.563</u>	<u>8.375.043</u>	

¹ Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e do total geral.

² Representa as ações remanescentes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVO À EFICÁCIA DO CONTROLE INTERNO SOBRE OS RELATÓRIOS FINANCEIROS

12 de fevereiro de 2008

A Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (o Banco) é responsável por estabelecer e manter controle interno eficiente sobre a preparação dos relatórios financeiros do Banco. A Administração avaliou o controle interno sobre a preparação dos relatórios financeiros do Fundo para Operações Especiais do Banco usando os critérios para controle interno eficiente determinados no documento “Controle interno – estrutura integrada” emitido pela Comissão de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

A Administração avaliou a eficácia do controle interno sobre a preparação dos controles financeiros do Fundo para Operações Especiais do Banco em 31 de dezembro de 2007. Com base nessa avaliação, a Administração acredita que o controle interno do Banco sobre a preparação de relatórios financeiros era eficiente em 31 de dezembro de 2007.

Existem limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controle interno, inclusive a possibilidade de falhas humanas e de que os controles internos sejam contornados ou ignorados. Conseqüentemente, mesmo um controle interno eficiente pode fornecer apenas garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras. Além disso, em função de mudanças nas condições, a eficiência do controle interno pode variar ao longo do tempo.

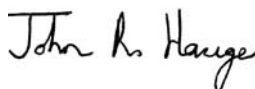
A Ernst & Young LLP, firma de auditoria independente, também emitiu um parecer a respeito do controle interno sobre a preparação dos relatórios financeiros do Fundo de Operações Especiais do Banco. Além disso, as demonstrações financeiras do Fundo para Operações Especiais do Banco em 31 de dezembro de 2007 também foram auditadas pela Ernst & Young LLP.



Luis Alberto Moreno
Presidente



Carlos Hurtado
Vice-Presidente de Finanças e Administração



John R. Hauge
Gerente do Departamento de Orçamento e Serviços Administrativos
até 31 de janeiro de 2008

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2007		2006	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa	\$ 374		\$ 389	
Investimentos	<u>1.191</u>	<u>\$1.565</u>	<u>1.203</u>	<u>\$1.592</u>
Saldo de empréstimos	4.399		8.044	
Provisão para alívio da dívida.	<u>(433)</u>	<u>3.966</u>	<u>(4.311)</u>	<u>3.733</u>
Juros e outros encargos acumulados		25		39
Valores a receber de países membros				
Obrigações a demanda não negociáveis e não remuneradas.	545		567	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	<u>200</u>	<u>745</u>	<u>209</u>	<u>776</u>
Outros ativos		<u>4</u>		<u>8</u>
Ativo total		<u><u>\$6.305</u></u>		<u><u>\$6.148</u></u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO				
Passivo				
Contas a pagar e despesas acumuladas	\$ 6		\$ 6	
Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar	85		84	
Devido ao Fundo Não Reembolsável do BID	38		—	
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários. . .	<u>374</u>	<u>\$ 503</u>	<u>300</u>	<u>\$390</u>
Saldo do Fundo				
Cotas de contribuição autorizadas e subscritas	9.640		9.639	
Reserva geral (déficit)	<u>(3.956)</u>		<u>(3.965)</u>	
Ajustes de tradução acumulados	<u>118</u>	<u>5.802</u>	<u>84</u>	<u>5.758</u>
Total do passivo exigível e saldo do fundo		<u><u>\$6.305</u></u>		<u><u>\$6.148</u></u>

As notas explicativas em anexo são parte integrante destas demonstrações financeiras.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS (PERDAS) E RESERVA (DÉFICIT) GERAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Receita			
Empréstimos			
Juros	\$ 79	\$ 139	\$ 135
Outras receitas de empréstimos	11	13	14
	90	152	149
Investimentos	56	60	38
Receita total	146	212	187
Despesas			
Despesas administrativas	64	93	86
Total de despesas	64	93	86
Lucro antes de cooperação técnica, alívio da dívida e transferências	82	119	101
Despesas de cooperação técnica	23	19	28
Despesas de alívio de dívidas	—	3,382	1
Transferências para a Conta do Mecanismo de Financiamento			
Intermediário	—	61	62
Transferência para a Linha de Doações do BID	50	—	—
Lucro (prejuízo) líquido	9	(3,343)	10
Reserva (déficit) geral, início do exercício	(3,965)	(622)	(632)
Reserva (déficit) geral, final do exercício	<u>\$(3,956)</u>	<u>\$(3,965)</u>	<u>\$(622)</u>

DEMONSTRATIVO DA RECEITA (PERDA) ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Lucro (perda) líquido	\$ 9	\$(3,343)	\$ 10
Ajustes de tradução	34	54	(89)
Receita (perda) abrangente	<u>\$43</u>	<u>\$(3,289)</u>	<u>\$(79)</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Fluxo de caixa de atividades de empréstimo			
Desembolsos de empréstimos	\$ (393)	\$ (398)	\$ (424)
Cobrança de empréstimos	275	290	301
Participações em empréstimos, líquidas	(2)	(2)	(1)
Caixa líquido utilizado em atividades de empréstimo	(120)	(110)	(124)
Fluxo de caixa de atividades financeiras			
Valores recebidos de países membros	28	101	130
Caixa líquido gerado por atividades financeiras	28	101	130
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos	(572)	(1.208)	(2.269)
Produto bruto da venda ou vencimento de investimentos	625	1.233	2.237
Recebimento de receita de empréstimos	93	152	146
Receita de investimentos	23	26	38
Despesas administrativas	(65)	(99)	(77)
Financiamentos de cooperação técnica e outros	(23)	(29)	(34)
Transferências em dinheiro para a Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário	—	(61)	(62)
Transferências em dinheiro para a Linha de Doações do BID	(12)	—	—
Caixa líquido gerado por (utilizado em) atividades operacionais	69	14	(21)
Efeito das flutuações cambiais sobre o caixa	8	6	6
Aumento (redução) líquido do Caixa	(15)	11	(9)
Caixa no início do exercício	389	378	387
Caixa ao final do exercício	\$ 374	\$ 389	\$ 378

As notas explicativas em anexo são parte integrante destas demonstrações financeiras.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959. Seu objetivo principal é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente por meio de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Fundo para Operações Especiais (FOE) foi instituído sob as disposições do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio), com o objetivo de conceder empréstimos em termos altamente privilegiados aos países membros do Banco menos desenvolvidos. O FOE também presta assistência técnica relacionada com projetos e sem conexão com empréstimos específicos. O FOE complementa as atividades do Capital Ordinário e da Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI), e da Linha de Doações do BID (LDB). O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos concedidos pelo Capital Ordinário a determinados mutuários. A LDB foi criada em 2007 com o propósito de fazer doações apropriadas para tratar de circunstâncias especiais surgidas em países específicos (atualmente apenas o Haiti) ou relativas a projetos específicos.

Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

A partir de 2007, as demonstrações financeiras do FOE são preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos (PCGA) nos Estados Unidos. Antes de 2007, as demonstrações financeiras eram preparadas sob um regime contábil especial. As informações financeiras comparativas incluídas nas demonstrações financeiras em anexo foram ajustadas para se adequar aos PCGA.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os PCGA exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foi usada uma dose significativa de subjetividade na avaliação de determinados instrumentos financeiros e da adequação das provisões para perdas em empréstimos e alívio de dívidas.

Novos pronunciamentos contábeis

Em 1º de janeiro de 2008 o Banco adotará a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) nº 157, “Avaliações pelo valor justo”, que define valor justo, determina uma estrutura para sua avaliação segundo os PCGA dos EUA e expande as informações a serem prestadas sobre as avaliações pelo valor justo. Prevê-se que a adoção dessa norma não tenha efeitos re-

levantes sobre a situação financeira e o resultado operacional do Capital Ordinário do Banco.

Tradução de valores expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são expressas em dólares dos Estados Unidos; entretanto, o Banco conduz suas operações nas moedas de todos os seus membros, as quais são consideradas moedas funcionais. Os recursos do FOE são derivados de cotas de contribuição e resultados acumulados nessas diversas moedas. Os ativos e passivos denominados em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos são convertidos a taxas de câmbio praticadas em mercado nas datas do Balanço Patrimonial. As receitas e despesas nessas moedas são convertidas às taxas praticadas pelo mercado durante cada mês. As flutuações de taxas de câmbio não têm efeito sobre o valor equivalente desses saldos expresso em dólares dos Estados Unidos, por causa das disposições de Manutenção de Valor (MV) descritas a seguir. Os ajustes líquidos resultantes da conversão para dólares dos Estados Unidos dos ativos e passivos expressos em moedas para as quais não há proteção de Manutenção de Valor, os quais derivam dos aumentos nas cotas de contribuição ocorridos em 1983, 1990 e 1995, são apresentados como componente da Receita (perda) abrangente¹ na Demonstração da Receita (Prejuízo) Abrangente.

Investimentos

As transações com títulos para investimento são contabilizadas na data da negociação. Todos os investimentos em títulos mobiliários são mantidos em uma carteira de títulos destinados à negociação contabilizada pelo valor justo, e as alterações no valor justo são refletidas na Receita de investimento.

Empréstimos

O Banco utiliza recursos do FOE para conceder empréstimos altamente privilegiados, denominados nas moedas dos países não mutuários, aos membros do Banco menos desenvolvidos, a órgãos ou divisões políticas desses países. Em anos passados, o Banco também concedeu empréstimos privilegiados em moedas locais a países mutuários. O Banco tem seguido a política de exigir que, quando o mutuário não for um governo nacional, banco central ou outra entidade governamental ou intergovernamental, o empréstimo goze de plena garantia governamental. De acordo com as disposições dos contratos de financiamento com os mutuários, o Banco vende participações em certos em-

¹As referências a contas ou títulos nas demonstrações financeiras para fins especiais são identificadas pelo nome da conta com iniciais maiúsculas sempre que apareçam nas notas às demonstrações financeiras.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

préstimos ao Fundo Fiduciário de Progresso Social (FFPS), reservando-se o direito de administrar esses empréstimos.

Os empréstimos geralmente têm prazos totais de até 40 anos com até 10 anos de carência para amortizações do principal e de modo geral são remunerados à taxa de 1% durante o período de carência e 2% posteriormente. O principal dos empréstimos e os juros acumulados são amortizáveis na mesma moeda do empréstimo. Em resultado do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional aprovada pela Diretoria Executiva em 2007 (ver Nota N), o Banco oferece agora uma combinação de empréstimos do FOE e do Capital Ordinário ("empréstimos paralelos"). A parcela do FOE dos empréstimos paralelos são empréstimos de pagamento único no final, com prazos de até 40 anos e juros de 0,25%.

A receita de empréstimos é reconhecida segundo o regime de competência de exercício. É política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos concedidos a um governo membro a partir de qualquer fundo de propriedade do Banco ou por ele administrado, quando o serviço de qualquer empréstimo concedido a tal governo ou por ele garantido estiver mais de 180 dias em mora. Na data em que um empréstimo a um país membro for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos a esse país membro são colocados em regime de caixa. Na data em que um empréstimo a um país membro for colocado em regime de caixa, os encargos que tiverem sido apropriados mas ainda não recebidos são deduzidos do resultado do exercício corrente. Os encargos sobre empréstimos contabilizados em regime de caixa são refletidos no resultado somente quando os respectivos pagamentos são efetivamente recebidos. Na data em que um membro quita o total dos valores em mora, os empréstimos concedidos a esse membro saem do regime de caixa, o país volta a qualificar-se para novos empréstimos e todos os encargos em mora (incluindo os dos anos anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no exercício corrente.

Exceto no que tange às baixas de empréstimos resultantes da implementação da Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME) e do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional discutidos nas Nota M e N, respectivamente, o Banco nunca teve de considerar incobrável nenhum dos empréstimos do FOE e tem uma política de não reescalonar amortizações de empréstimos. Periodicamente, o Banco analisa a possibilidade de recebimento dos empréstimos e, se aplicável, contabiliza como despesa uma provisão para tais empréstimos de acordo com sua determinação do risco de cobrança do total da carteira de empréstimos. Tais revisões levam em consideração as probabilidades de inadimplência associadas às classificações de crédito externas de cada tomador indivi-

dual, ajustadas para refletir a probabilidade de inadimplência com o Banco, bem como o potencial de perda decorrente no atraso das amortizações programadas dos empréstimos. Em função da natureza de seus tomadores, o Banco espera que todos os seus empréstimos FOE sejam quitados. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a provisão para devedores duvidosos era insignificante.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados ao resultado quando incorridos, já que os valores são considerados irrelevantes para os resultados financeiros.

Reconhecimento do alívio de dívidas: O Banco participa em iniciativas de alívio de dívidas orquestradas por organizações internacionais para solucionar os problemas dos países membros identificados como países pobres muito endividados, mediante o perdão parcial ou integral dos pagamentos futuros do serviço da dívida de empréstimos FOE em aberto. O componente principal dos empréstimos afetados pela iniciativa de alívio de dívidas do Banco é reconhecido como Despesa de alívio de dívidas na Demonstração de Lucros (Perdas) e na Reserva (Déficit) Geral, e como uma redução nos empréstimos em aberto por meio de uma Provisão para alívio de dívidas, quando for provável o comprometimento do FOE é possível estimar o valor do alívio da dívida. Seguindo essa política, segundo a Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados (PPME), o FOE reconhece integralmente o componente de principal do alívio da dívida quando o país atinge o Ponto de Decisão, como definido na Nota M. Segundo o Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, o FOE reconheceu integralmente o alívio de dívida em 2006, quando a Assembléia de Governadores aprovou a participação do Banco nessa iniciativa. Quando é concedido o alívio de dívida, os empréstimos em aberto são baixados e é reduzida a Provisão para alívio de dívida correspondente.

Valores a receber de países membros

Os valores a receber de países membros incluem obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato, total ou parcial, das obrigações de cada membro com relação a suas cotas de contribuição e Manutenção de Valor (MV).

Cotas de contribuição

Reconhecimento: As cotas de contribuição são contabilizadas integralmente na data efetiva da reposição. As cotas de contribuição a receber resultantes são apresentadas como uma dedução das Cotas de Contribuição autorizadas e subscritas até serem liquidadas pelo seu pagamento em dinheiro ou pela en-

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

trega de notas promissórias com vencimento contra apresentação, não negociáveis e não remuneradas.

As cotas de contribuição a receber devem ser integralizadas durante o período de reposição, de acordo com um cronograma de subscrição e integralização estabelecido pelas partes. A subscrição e o pagamento efetivos dos valores a receber de certos membros quando se tornarem devidos depende da apropriação orçamentária do respectivo país. As cotas de contribuição são liquidadas pelo pagamento em espécie ou em promissórias à vista, não negociáveis e não remuneradas. As promissórias recebidas como liquidação das cotas de contribuição são realizadas como previsto na resolução de reposição de recursos pertinente.

Avaliação: O Convênio estipula que as cotas de contribuição sejam expressas em termos de dólar dos Estados Unidos com o peso e título de 1º de janeiro de 1959. A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades ouro entre as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Conseqüentemente, a assessoria jurídica do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES) tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para as contribuições dos membros e para fins de manter o valor dos ativos monetários detidos pelo FOE. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não for tomada uma decisão pelos órgãos diretivos do Banco e de acordo com o parecer da assessoria jurídica, o Banco continuará a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, como avaliado em termos de 1º de julho de 1974, o qual equivale a aproximadamente 1,2063 dólares dos Estados Unidos atuais.

Manutenção de Valor (MV)

De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do FOE detidos em sua moeda, na extensão estabelecida pelos respectivos aumentos nas cotas de contribuição. Da mesma forma, e sujeito aos mesmos termos de aumento de cotas de contribuição, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um montante em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro detida pelo FOE. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959. Os ativos monetários derivados dos aumentos nas cotas de contribuição em 1983, 1990 e 1995 não contam com Manutenção de Valor.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros não mutuários é apresentado como ativo ou passivo no Balanço Patrimonial, incluído em Valores necessários/ a pagar para a Manutenção de Valor de ativos monetários.

Despesas administrativas

Todas as despesas administrativas do Banco, exceto as despesas de realinhamento, são alocadas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma fórmula de alocação aprovada pela Diretoria Executiva. Em resultado do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, a Diretoria Executiva aprovou uma nova fórmula de alocação pela qual, a partir de 2007, o FOE suporta uma porcentagem menor das despesas administrativas do Banco. De acordo com essa fórmula, em 2007 as despesas administrativas foram alocadas na proporção efetiva de 11,5% para o FOE e 88,5% para o Capital Ordinário em 2007 (2006 — 18,7% e 81,3%; 2005 — 18,5% e 81,5%, ambos os anos segundo a fórmula de alocação anterior).

Cooperação técnica

Os projetos de cooperação técnica a fundo perdido, bem como certos financiamentos cuja recuperação depende explicitamente de eventos que podem não ocorrer, são contabilizados como Despesas de cooperação técnica quando de sua aprovação.

Os cancelamentos de parcelas não desembolsadas e recuperações de financiamentos recuperáveis contingentemente são compensados contra Despesas de cooperação técnica no exercício em que ocorrerem.

Transferências para a reserva geral

Até 31 de dezembro de 2006, o FOE fazia transferências da reserva geral para o MFI. A partir de 2007, as transferências são feitas para a LDB. Essas transferências da reserva geral são reconhecidas como despesa quando aprovadas pela Assembléia de Governadores. Entretanto, o pagamento dessas transferências pode ser feito de imediato (por exemplo, MFI) ou de acordo com suas necessidades de recursos (por exemplo, LDB). A parcela não desembolsada das transferências aprovadas para a LDB é apresentada no Balanço Patrimonial na conta Devido ao Fundo Não Reembolsável do BID.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para avaliar o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

Caixa: O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial se aproxima de seu valor justo.

Investimentos: O valor justo dos títulos de investimento é baseado em preços cotados, quando disponíveis; na ausência de cotações, baseia-se em preços cotados por distribuidores para instrumentos comparáveis ou no fluxo de caixa descontado.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Empréstimos: O Banco é uma das pouquíssimas fontes de empréstimos para financiar desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Os juros sobre todos os empréstimos são apropriados a taxas fixas. Para todos os empréstimos e operações correlatas, o Banco acredita que, dada sua posição singular em operações de crédito e a ausência de um mercado secundário para empréstimos de desenvolvimento, não é praticável estimar o valor justo de sua carteira de crédito.

Nota C – Moedas sujeitas a restrições

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de Caixa incluía US\$369 milhões (2006—US\$377 milhões) em moedas emitidas por mutuários regionais. Um país membro tinha restrito o valor de US\$34 milhões (2006—US\$43 milhões), de acordo com as disposições do Convênio, para ser usado no pagamento de bens e serviços produzidos em seu território.

Nota D – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do FOE tanto direta como indiretamente em carteiras combinadas geridas pelo próprio Banco, com posições em títulos de alta qualidade, de acordo com diretrizes de investimento estabelecidas. Os investimentos do FOE incluem obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, e títulos garantidos por ativos e hipotecas com classificações de crédito entre AAA e A+ (os títulos de curto prazo têm a mais elevada classificação de crédito de curto prazo). O Banco limita as atividades de investimento em títulos a uma lista de distribuidoras e contrapartes autorizadas. Foram estabelecidos limites de crédito para cada contraparte.

Um resumo da posição de títulos destinados a negociação em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é apresentado na Demonstração Resumida de Investimentos em 2007 – Anexo II-1. O retorno médio sobre os investimentos, incluindo ganhos e perdas realizados e a realizar, foi de 4,42% em 2007 (2006—5,04%; 2005—3,09%).

Nota E – Saldo de empréstimos e provisão para alívio de dívidas

Os empréstimos aprovados são desembolsados de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos somente começam quando o mutuário e eventual garantidor satisfazem certas condições precedentes determinadas contratualmente. Um resumo da posição de empréstimos por país é apresentado na Demonstração Resumida do Saldo de Empréstimos—Anexo II-2. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 a taxa de juros média do saldo de empréstimos era de 1,81% e 1,74%, respectivamente, e o vencimento médio de 12 anos e 13,0 anos, respectivamente.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, foram as seguintes as mutações na Provisão para alívio de dívidas (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Saldo em 1º de janeiro.....	\$ 4.311	\$ 978
Despesa de alívio de dívidas	—	3.382
Alívio de dívidas concedido durante o ano:		
Iniciativa PPME Reforçada.....	(893)	(49)
Iniciativa multilateral de alívio de dívidas.....	(2.985)	—
Saldo em 31 de dezembro.....	\$ 433	\$4.311
Composto de:		
Provisão para a Iniciativa PPME Reforçada..	\$10	\$ 903
Provisão para a Iniciativa multilateral de alívio de dívidas	423	3.408
	\$ 433	\$4.311

Nota F – Valores a receber de países membros

É a seguinte a composição dos valores líquidos a receber de países membros em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Membros regionais em desenvolvimento ...	\$ 722	\$ 751
Canadá.....	(24)	4
Membros extra-regionais.....	(327)	(279)
Total.....	\$ 371	\$ 476

Esses valores são apresentados como a seguir no Balanço Patrimonial (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Valores a receber de países membros.....	\$ 745	\$ 776
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários.....	(374)	(300)
Total.....	\$ 371	\$ 476

Nota G – Quotas de contribuição autorizadas e subscritas

Em lugar do pagamento imediato total ou parcial das cotas de contribuição de cada país membro, foram aceitas obrigações com vencimento contra apresentação, não negociáveis e não remuneradas. O pagamento das cotas de contribuição depende dos processos orçamentários dos membros e, em alguns casos, de seu processo legislativo. A cota de contribuição do Canadá está sendo aumentada por recebimentos de principal, juros e encargos de serviço sobre empréstimos concedidos pelo Fundo Fiduciário Canadense administrado pelo Banco (2007—US\$1 milhão; 2006—US\$1 milhão). Ver no Anexo II-3 uma Demonstração de Cotas de Contribuição em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Poder de voto

Na tomada de decisões com respeito a operações do FOE, o número de votos e o poder de voto percentual de cada país membro são os mesmos aplicáveis a decisões que envolvem o Capital Ordinário.

Nota H - Reserva (déficit) geral

A Reserva (déficit) geral consiste dos lucros e perdas em exercícios anteriores.

Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, em 1º de janeiro de 2007 o Banco interrompeu a transferência de recursos do FOE para MFI, como contemplado em acordos anteriores da Assembléia de Governadores (ver mais detalhes na Nota N). Além disso, em 2007 a Assembléia de Governadores aprovou a criação da LDB, que será financiada por transferências da Reserva geral do FOE (calculada com exclusão do valor acumulado das baixas de empréstimos das Iniciativas PPME e outros alívios de dívida) e possíveis contribuições diretas de países doadores.

Em 2007, a Assembléia de Governadores aprovou a transferência de US\$50 milhões do FOE para a LDB para efetuar doações ao Haiti. As transferências estimadas do FOE para a LDB são de US\$50 milhões em 2008 e 2009. Tais transferências estão sujeitas à aprovação da Assembléia de Governadores. As transferências futuras serão determinadas com base nas condições financeiras futuras do FOE.

Segue-se um resumo das mutações da Reserva (déficit) geral nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Alívio de dívidas	Lucro, excluindo alívio de dívidas	Total da Reserva geral (déficit)
Saldo em 1º de janeiro de 2005	\$(1.391)	\$759	\$ (632)
Despesa de alívio de dívidas	(1)	—	(1)
Lucro líquido, excluindo alívio de dívidas	—	11	11
Saldo em 31 de dezembro de 2005 ...	(1.392)	770	(622)
Despesa de alívio de dívidas	(3.382)	—	(3.382)
Lucro líquido, excluindo alívio de dívidas	—	39	39
Saldo em 31 de dezembro de 2006 ...	(4.774)	809	(3.965)
Lucro líquido, excluindo alívio de dívidas	—	9	9
Saldo em 31 de dezembro de 2007 ...	<u>\$(4.774)</u>	<u>\$818</u>	<u>\$(3.956)</u>

Nota I – Ajustes de tradução acumulados

Segue-se um resumo dos ajustes de tradução acumulados para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006	2005
Saldo em 1º de janeiro,	\$ 84	\$30	\$119
Ajustes de tradução	34	54	(89)
Saldo em 31 de dezembro	<u>\$118</u>	<u>\$84</u>	<u>\$ 30</u>

Nota J – Despesas administrativas

De acordo com a política descrita na Nota B, o FOE participa de todas as despesas em que o Banco incorre, exceto as despesas de realinhamento e incluindo as relacionadas com planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria.

Nota K – Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar

Segue-se um resumo das alterações em Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2007	2006
Saldo em 1º de janeiro	\$ 84	\$ 94
Aprovações	34	28
Cancelamentos	(7)	(6)
Desembolsos	(26)	(32)
Saldo em 31 de dezembro	<u>\$ 85</u>	<u>\$ 84</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota L – Conciliação do Lucro (perda) líquido com o Caixa líquido gerado por (utilizado em) atividades operacionais

Segue-se uma conciliação entre o lucro (perda) líquido e o caixa líquido gerado por (utilizado em) atividades operacionais, como apresentado na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Lucro (perda) líquido	\$ 9	\$(3.343)	\$ 10
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de empréstimos	3	—	(3)
Receita de investimentos	—	4	—
Perda líquida a realizar sobre investimentos	(32)	(39)	—
Despesas administrativas	(2)	(6)	9
Financiamentos de cooperação técnica e outros	—	(9)	(6)
Transferências para a LDB	38	—	—
(Aumento) redução líquida em investimentos	53	25	(32)
Despesa de alívio de dívidas	—	3.382	1
Caixa líquido gerado por (utilizado em) atividades operacionais	<u>\$ 69</u>	<u>\$ 14</u>	<u>\$ (21)</u>

Informações complementares sobre itens não monetários

(Redução) aumento resultante de flutuações cambiais:

Investimentos	\$ 9	\$ 4	\$ (18)
Saldo de empréstimos	95	128	(217)
Valores a receber de países membros, líquido	(78)	(84)	142

Nota M – Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados

O Banco participa da Iniciativa PPME, uma iniciativa internacional coordenada pelo Grupo dos Sete (G-7), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional, para tratar dos problemas de endividamento de um grupo de países identificados como países pobres muito endividados, para assegurar que os esforços de reforma nesses países não sejam postos em risco pelo ônus contínuo da dívida externa. Segundo a Iniciativa PPME, todos os credores bilaterais e multilaterais devem aliviar o endividamento dos países que demonstrarem bom desempenho em suas políticas econômicas durante um período extenso, de modo a reduzir o serviço da dívida a níveis sustentáveis.

A participação do Banco na PPME compreende a PPME I, aprovada em 1998, e a Iniciativa PPME Reforçada, aprovada em 2001. Em 31 de dezembro de 2007, os países membros que se qualificavam eram a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicará-

gua. Esse alívio de dívida foi implementado por meio de uma combinação de baixas do principal e juros de empréstimos do FOE, transferências da reserva geral do FOE para o MFI, conversão de parcela substancial de valores em moeda local do FOE para dólares dos Estados Unidos e doações de países membros por intermédio do Fundo Fiduciário do Banco Mundial para os PPME.

Como parte da Iniciativa PPME I, em 1998 o Banco baixou empréstimos do FOE à Bolívia e à Guiana no valor de US\$177,1 milhões.

Iniciativa PPME Reforçada

Como parte da Iniciativa PPME Reforçada, o Banco fornece alívio de dívidas perdendo uma parcela das obrigações do serviço das dívidas de países qualificados no seu vencimento. Até 1º de janeiro de 2007, o alívio de dívida adicional foi financiado por valores recebidos pelo Fundo Fiduciário do Banco Mundial para os PPME. Tais valores, inclusive a eventual receita de investimentos, eram mantidos separadamente dos recursos do FOE na conta PPME, e eram usados exclusivamente na satisfação de obrigações do serviço das dívidas dos países qualificados. Esses recursos não eram incluídos nas demonstrações financeiras do FOE nem afetavam suas operações.

De acordo com os termos da Iniciativa PPME Reforçada, o Ponto de Decisão é atingido quando o país tenha estabelecido um histórico de políticas econômicas adequado. O Ponto de Conclusão é atingido quando o país demonstra um forte desempenho contínuo em suas políticas econômicas. Durante o período entre o Ponto de Decisão e o Ponto de Conclusão, referido como o período interino, o país poderá receber um alívio parcial que não exceda um terço do alívio total. Esse alívio interino é revogável e depende de o país fazer um progresso satisfatório em direção a um forte desempenho nas políticas econômicas. Uma vez que um país atinja o Ponto de Conclusão, o alívio da dívida concedido a ele torna-se irrevogável.

Em 2006, o Haiti atingiu o Ponto de Decisão e o FOE reconheceu uma despesa de Alívio de dívidas no valor de US\$20 milhões sob a PPME Reforçada. Todos os outros quatro países elegíveis atingiram o Ponto de Conclusão entre 2001 e 2005. Em 2007, o FOE concedeu, sob a Iniciativa PPME Reforçada, alívio de dívidas num total de US\$893 milhões (2006—US\$49 milhões), inclusive US\$10 milhões para o Haiti.

Nota N – Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional

Em 2006, a Agência de Desenvolvimento Internacional do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Fundo de Desenvolvimento Africano aprovaram sua participação na Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (IMAD), para propor-

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

cionar alívio de dívida adicional aos países PPME. Embora a IMAD não inclua o Banco, sua Assembléia de Governadores apoiou o princípio de fomentar o alívio da dívida FOE para os países PPME qualificados na América Latina e Caribe.

Em dezembro de 2006, a Assembléia de Governadores aprovou uma estrutura que compreende 100% (cem por cento) de alívio das dívidas qualificadas do FOE para a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua a partir de 1º de janeiro de 2007, bem como (i) a continuação do acesso a recursos concessionais para países do FOE (salvo o Haiti) por intermédio de empréstimos paralelos, (ii) acesso do Haiti a uma combinação apropriada de empréstimos e/ou doações com níveis de concessionalidade apropriados, (iii) prorrogação do MFI até 2015 por intermédio de uma combinação de recursos do FOE e empréstimos do Capital Ordinário, e (iv) assistência técnica anual não reembolsável de US\$30 milhões. Como resultado dessa aprovação, o FOE reconheceu uma despesa de alívio de dívidas no valor de US\$3.362 milhões, aumentando a provisão para alívio de dívidas pelo mesmo montante.

Em 15 de março de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou para a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua o alívio de dívida de 100% (cem por cento) do saldo em aberto de empréstimos FOE em 31 de dezembro de 2004. Segundo esse acordo, o Banco perdoou cerca de US\$3,4 bilhões em pagamentos de principal de empréstimos FOE, inclusive cerca de US\$0,4 bilhão para o Haiti, a ser efetivado uma vez que ele atinja o Ponto de Conclusão nos termos da Iniciativa PPME Reforçada e US\$1 bilhão em pagamentos futuros de juros. Saldos de empréstimos FOE no valor de US\$3.868 milhões foram cancelados em 1º de janeiro de 2007, inclusive US\$883 milhões relativos a alívio de dívida remanescente a ser concedido a outros países PPME qualificados, além do Haiti, sob a Iniciativa PPME Reforçada. Além disso, o FOE suporta agora uma porcentagem menor das despesas administrativas do Banco, alocadas atualmente entre o Capital Ordinário e o FOE, e os países qualificados para subsídio do MFI continuarão a receber recursos concessionais para novos empréstimos até 2015 na forma de empréstimos paralelos e não de redução na taxa de juros cobrada, além de, sujeito à disponibilidade de recursos MFI, ainda receberem redução na taxa de juros cobrada sobre os empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2006.

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS – NOTA D

31 de dezembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Investimentos	2007	2006
Fundos comum de investimentos.....	\$1.073	\$1.097
Obrigações de outros governos e órgãos	15	—
Obrigações bancárias.....	103	106
	<u>\$1.191</u>	<u>\$1.203</u>

São as seguintes as moedas dos investimentos acima:

Moedas	2007	2006
Coroas dinamarquesas	\$ 3	\$ —
Coroas suecas	3	2
Dólares canadenses.....	26	14
Dólares dos Estados Unidos.....	1.089	1.134
Euros	57	38
Franco suíços.....	—	1
Libras esterlinas.....	13	14
	<u>\$1.191</u>	<u>\$1.203</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO II-2

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DO SALDO DE EMPRÉSTIMOS – NOTA E

31 de dezembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

País membro em cujo território foram concedidos empréstimos	Saldo 2007 ¹	Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido		Parcela a desembolsar	Saldo 2006 ¹
		Moedas de países não mutuários	Moedas de países mutuários		
Argentina	\$ 99	\$ —	\$ 99	\$ —	\$ 109
Barbados	11	11	—	—	12
Bolívia	259	223	36	419	1.382
Brasil	252	—	252	2	281
Chile	—	—	—	—	—
Colômbia	107	15	92	—	121
Costa Rica	58	54	4	—	71
El Salvador	428	412	16	—	450
Equador	490	436	54	2	504
Guatemala	323	278	45	12	331
Guiana	150	149	1	223	509
Haiti	711	702	9	388	609
Honduras	264	228	36	394	1.331
Jamaica	39	33	6	—	43
México	13	—	13	—	17
Nicarágua	395	371	24	323	1.441
Panamá	34	29	5	—	42
Paraguai	296	275	21	12	301
Peru	48	19	29	—	56
República Dominicana	343	329	14	—	353
Suriname	1	—	1	—	1
Trinidad e Tobago	7	—	7	—	8
Uruguai	16	7	9	—	19
Regional	55	53	2	8	53
Total 2007	<u>\$4.399</u>	<u>\$3.624</u>	<u>\$775</u>	<u>\$1.783</u>	
Total 2006		<u>\$7.186</u>	<u>\$858</u>	<u>\$2.229</u>	<u>\$8.044</u>

¹ Não inclui participações em empréstimos vendidas ao Fundo Fiduciário de Progresso Social num total de US\$38 milhões (2006 — US\$40 milhões), inclusive US\$1 milhão (2006 — US\$3 milhões) para a Bolívia, US\$3 milhões (2006 — US\$0 milhão) para a Costa Rica, US\$10 milhões (2006 — US\$3 milhões) para El Salvador, US\$7 milhões (2006 — US\$4 milhões) para o Equador, US\$7 milhões (2006 — US\$8 milhões) para a Guatemala, US\$2 milhões (2006 — US\$1 milhão) para o Panamá, US\$1 milhão (2006 — US\$1 milhão) para o Paraguai e US\$7 milhões (2006 — US\$8 milhões) para a República Dominicana.

São as seguintes as moedas de países não mutuários nas quais os saldos de empréstimos são cobráveis:

Moedas	2007	2006
Coroas dinamarquesas	25	36
Coroas norueguesas	21	25
Coroas suecas	15	50
Dólares canadenses	201	407
Dólares dos Estados Unidos	2.573	5.131
Euros	565	1.026
Franco suíço	31	71
Ienes japoneses	140	340
Libras esterlinas	\$ 53	\$ 100
	<u>\$3.624</u>	<u>\$7.186</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO II-3

DEMONSTRAÇÃO DE QUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO – NOTA G

31 de dezembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos¹

Membros	Cotas de contribuição autorizadas e subscritas				
	Sujeitas a manutenção de valor		Não sujeitas a		Total 2006
	Antes dos ajustes	Ajustes ²	manutenção de valor	Total 2007	
Alemanha	\$ 136,7	\$ —	\$ 93,3	\$ 230,0	\$ 230,0
Argentina	402,8	29,5	73,1	505,4	505,4
Áustria	11,0	—	9,0	20,0	20,0
Bahamas	8,8	—	1,8	10,6	10,6
Barbados	1,4	—	0,4	1,8	1,8
Bélgica	27,1	—	15,4	42,5	42,5
Belize	—	—	7,6	7,6	7,6
Bolívia	32,5	9,7	6,5	48,7	48,7
Brasil	402,8	62,2	79,4	544,4	544,4
Canadá	224,7	12,6	71,3	308,6	307,7
Chile	111,4	24,0	22,3	157,7	157,7
Colômbia	111,4	20,1	22,2	153,7	153,7
Costa Rica	16,2	4,0	3,2	23,4	23,4
Croácia	3,1	—	2,8	5,9	5,9
Dinamarca	11,7	—	8,3	20,0	20,0
El Salvador	16,2	2,0	3,2	21,4	21,4
Equador	21,7	4,2	4,4	30,3	30,3
Eslovênia	1,8	—	1,6	3,4	3,4
Espanha	133,4	—	82,4	215,8	215,8
Estados Unidos	4.100,0	243,7	495,3	4.839,0	4.839,0
Finlândia	11,0	—	8,0	19,0	19,0
França	133,4	—	87,7	221,1	221,1
Guatemala	21,7	6,8	4,3	32,8	32,8
Guiana	7,0	—	1,3	8,3	8,3
Haiti	16,2	2,4	3,2	21,8	21,8
Honduras	16,2	7,1	3,2	26,5	26,5
Israel	10,8	—	7,2	18,0	18,0
Itália	133,4	—	82,3	215,7	215,7
Jamaica	21,7	2,7	4,4	28,8	28,8
Japão	148,8	—	443,1	591,9	591,9
México	259,2	15,0	54,8	329,0	329,0
Nicarágua	16,2	4,8	3,2	24,2	24,2
Noruega	11,7	—	8,3	20,0	20,0
Países Baixos	20,3	—	16,6	36,9	36,9
Panamá	16,2	5,9	3,3	25,4	25,4
Paraguai	16,2	8,5	3,2	27,9	27,9
Peru	54,5	14,3	11,0	79,8	79,8
Portugal	5,0	—	2,8	7,8	7,8
Reino Unido	133,4	—	41,9	175,3	175,3
República Dominicana	21,7	7,9	4,3	33,9	33,9
Suécia	23,7	—	16,4	40,1	40,1
Suíça	38,3	—	24,4	62,7	62,4
Suriname	5,3	—	1,0	6,3	6,3
Trinidad e Tobago	16,2	1,5	3,2	20,9	20,9
Uruguai	43,5	3,7	8,7	55,9	55,9
Venezuela	250,1	12,1	53,1	315,3	315,3
Total antes dos valores a alocar	7.226,4	504,7	1.904,4	9.635,5	9.634,3
Valor a alocar ³	4,0	—	1,4	5,4	5,4
Total 2007	<u>\$ 7.230</u>	<u>\$ 505</u>	<u>\$ 1.905</u>	<u>\$ 9.640</u>	
Total 2006	<u>\$ 7.229</u>	<u>\$ 505</u>	<u>\$ 1.905</u>		<u>\$ 9.639</u>

¹ Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e dos totais.

² Representa ajustes de manutenção de valor resultantes das mudanças dos valores de moedas ocorridas em 1972 e 1973, devido à desvalorização do dólar dos Estados Unidos nesses anos.

³ Representa as contribuições remanescentes da antiga República Federal Socialista da Iugoslávia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2007	2006
ATIVO		
Caixa	\$ 2	\$ —
Investimentos	303	339
Ativo total	<u>\$305</u>	<u>\$339</u>
SALDO DO FUNDO		
Saldo do fundo	<u>\$305</u>	<u>\$339</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro		
	2007	2006	2005
Adições			
Alocações do Fundo para Operações Especiais.	\$ —	\$ 61	\$ 62
Receita de investimentos	14	17	9
Total das adições	14	78	71
Deduções			
Juros e principal pagos em nome de mutuários do Capital Ordinário . . .	48	43	4 3
Outras mutações no saldo do fundo, antes dos ajustes de tradução. . .	(34)	35	28
Ajustes de tradução	—	—	(1)
Outras mutações no saldo do fundo, após os ajustes de tradução . . .	(34)	35	27
Saldo do fundo, início do exercício	339	304	277
Saldo do fundo, encerramento do exercício	<u>\$305</u>	<u>\$339</u>	<u>\$304</u>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Anos encerrados em 31 de dezembro		
	2007	2006	2005
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Alocações do Fundo para Operações Especiais.	\$ —	\$ 61	\$ 62
Receita de investimentos	3	5	9
Juros e principal pagos em nome de mutuários do Capital Ordinário . . .	(48)	(43)	(43)
Aumento (redução) líquido em investimentos	47	(28)	(26)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais e aumento (redução) líquido de caixa	2	(5)	2
Caixa, início do exercício	—	5	3
Caixa, encerramento do exercício	<u>\$ 2</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ 5</u>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (o Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente por meio de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco (Convênio) prevê que suas operações serão conduzidas por intermédio do Fundo para Operações Especiais (FOE) e do Capital Ordinário. Em 1983, a Assembléia de Governadores do Banco estabeleceu a Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) para subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários. Até 31 de dezembro de 2006, o MFI era financiado principalmente por meio de transferências do FOE. Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional aprovada em 2007 (ver Nota G) o Banco interrompeu as transferências do FOE para o MFI.

Nas decisões sobre operações do MFI, o número de votos e o percentual de direito a voto de cada país membro são os mesmos determinados para o Capital Ordinário, exceto que a autoridade de voto para a concessão de subsídios de empréstimos do MFI é determinada de acordo com a contribuição proporcional de cada país membro ao FOE.

Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

Novos pronunciamentos contábeis

Em 1º de janeiro de 2008 o Banco adotará a Declaração de Normas de Contabilidade Financeira (SFAS) nº 157, “Avaliações pelo valor justo”, que define valor justo, determina uma estrutura para sua avaliação segundo os PCGA dos Estados Unidos e expande as informações a serem prestadas sobre as avaliações pelo valor justo. Está previsto que a adoção dessa norma não tenha efeitos relevantes sobre a situação financeira e o resultado operacional do MFI.

Tradução de valores expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são expressas em dólares dos Estados Unidos. Embora o MFI conduza suas operações em

dólares dos Estados Unidos, algumas são conduzidas em outras moedas. Os ativos e passivos denominados em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos são convertidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas dos balanços. As receitas e despesas nessas moedas são convertidas às taxas praticadas pelo mercado durante cada mês. Os eventuais ajustes resultantes da conversão de ativos e passivos são apresentados na Demonstração das Mutações do Saldo do Fundo como Ajustes de tradução¹.

Investimentos

As transações com títulos para investimento são contabilizadas nas datas de negociação e detidos em uma carteira de títulos destinados a negociação contabilizada ao seu valor justo, com as alterações no valor justo refletidas em Receita de investimento. O valor justo dos títulos para investimento é baseado em preços cotados em mercado, quando disponíveis; nos demais casos, ele é baseado em preços cotados por operadores de instrumentos comparáveis ou pelo fluxo de caixa descontado.

Despesas administrativas

As despesas administrativas do MFI são pagas pelo Banco e alocadas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma fórmula de alocação aprovada pela Diretoria Executiva.

Nota C – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do MFI tanto direta como indiretamente em uma carteira combinada administrada pelo próprio Banco, com posições em títulos de alta qualidade, de acordo com diretrizes de investimento estabelecidas. Os investimentos do MFI incluem obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, e títulos garantidos por ativos e hipotecas com classificações de crédito entre AAA e A+ (os títulos de curto prazo têm a mais elevada classificação de crédito de curto prazo).

O Banco limita as atividades de investimento do MFI em títulos a uma lista de distribuidores e contrapartes autorizadas. Foram estabelecidos limites de crédito para cada contraparte.

Os investimentos mantidos na carteira de títulos destinados a negociação são contabilizados pelo valor justo, como mostra a Demonstração Resumida dos Investimentos, Anexo III-1. Em 2007, o retorno médio sobre os investimentos, incluindo ganhos e perdas realizados e a realizar, foi de 4.41% (2006—4,99%; 2005—3,04%).

¹As referências a contas ou títulos nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com iniciais maiúsculas, sempre que apareçam nas notas às demonstrações financeiras.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Nota D – Ajustes de tradução

Como indicado na Nota B, os ajustes resultantes da conversão de ativos e passivos para dólares dos Estados Unidos são apresentados na Demonstração das Mutações do Saldo do Fundo como Ajustes de Tradução. O valor desses ajustes nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005 (em milhões de dólares dos Estados Unidos) é apresentado abaixo:

	2007	2006	2005
Ajustes cumulativos em			
1º de janeiro de	\$43	\$43	\$44
Ajustes de tradução	—	—	(1)
Ajustes cumulativos em			
31 de dezembro	<u>\$43</u>	<u>\$43</u>	<u>\$43</u>

Nota E – Compromissos

O pagamento por parte do MFI de uma parcela dos juros devidos pelos mutuários depende da disponibilidade de fundos. Em 31 de dezembro de 2007, os valores desembolsados e pendentes e os valores não desembolsados, classificados por país, na rubrica de empréstimos sobre os quais o MFI pagaria parte dos juros, eram os seguintes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

País	Desembolsados em carteira	Parcela a desembolsar
Barbados	\$ 41	\$ —
Bolívia	100	—
Costa Rica	76	—
El Salvador	344	67
Equador	379	116
Guatemala	447	64
Guiana	3	—
Jamaica	254	69
Nicarágua	78	—
Panamá	74	—
Paraguai	211	132
República Dominicana	331	32
Suriname	55	25
Trinidad e Tobago	73	—
Uruguai	65	—
Regional	<u>34</u>	<u>—</u>
	<u>\$2.565</u>	<u>\$505</u>

O subsídio da taxa de juros sobre certos empréstimos do Capital Ordinário é estabelecido duas vezes ao ano pela Diretoria Executiva. O valor do subsídio não pode exceder 3,62% ao ano (5% ao ano) para empréstimos selecionados com subsídio ampliado segundo a Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (PPME).

Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, os empréstimos aprovados após 31 de dezembro de 2006 não mais se qualificam para o subsídio (ver

Nota G). Ao longo do tempo, o Banco pretende distribuir todo o saldo do MFI como subsídio parcial aos pagamentos de juros dos empréstimos de responsabilidade de determinados mutuários do Capital Ordinário.

Nota F – Conciliação das Mutações no saldo do fundo antes dos ajustes de tradução com o caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais

Segue-se uma conciliação do valor das Mutações no saldo do fundo antes dos ajustes de tradução com o valor do Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais, como mostrado na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2007	2006	2005
Mutações no saldo do fundo,			
antes dos ajustes de tradução	\$ (34)	\$ 35	\$ 28
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de investimentos	—	1	—
Ganho líquido a realizar em investimentos	(11)	(13)	—
Redução (aumento) líquido nos investimentos	<u>47</u>	<u>(28)</u>	<u>(26)</u>
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais	<u>\$ 2</u>	<u>\$ (5)</u>	<u>\$ 2</u>
Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa			
Redução em investimentos resultante de flutuações na taxa de câmbio	\$ —	\$ —	\$ (1)

Nota G – Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional

Em dezembro 2006, a Assembléia de Governadores aprovou uma nova estrutura que incluía 100% (cem por cento) de alívio das dívidas qualificadas junto ao FOE para a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua, a partir de 1º de janeiro de 2007 (o Haiti se qualificaria uma vez que alcançasse o Ponto de Conclusão para a Iniciativa PPME Reforçada). Como resultado dessa iniciativa, em 15 de março de 2007 a Assembléia de Governadores aprovou, entre outras coisas, que os países qualificados para os subsídios do MFI continuariam a receber recursos concessionais para novos empréstimos até 2015, na forma de empréstimos paralelos (uma combinação de empréstimos do FOE e do Capital Ordinário) ao invés de uma redução na taxa de juros cobrada, e continuariam também a receber uma redução na taxa de juros cobrada sobre empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2006, sujeito à disponibilidade de recursos do MFI.

CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO III-1

DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS – NOTA C

31 de dezembro de 2007 e 2006

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Investimentos	2007	2006
Investimentos	\$303	\$337
Fundos comuns de investimentos	—	2
	<u>\$303</u>	<u>\$339</u>

São as seguintes as moedas dos investimentos acima

Moedas	2007	2006
Dólares dos Estados Unidos	\$303	\$337
Euro	—	2
	<u>\$303</u>	<u>\$339</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro de 2007
ATIVO	
Devido pelo Fundo para Operações Especiais	\$ 38
Total	<u>\$ 38</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO	
Passivo	
Doações não desembolsadas	\$ 38
Saldo do fundo	<u>—</u>
Total	<u>\$ 38</u>

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	De 29 de junho de 2007 (início) a 31 de dezembro de 2007
Acréscimos	
Transferências do Fundo para Operações Especiais	\$ 50
Total	50
Deduções	
Doações	<u>50</u>
Variação no saldo do fundo	<u>—</u>
Saldo do fundo no início do período	<u>—</u>
Saldo do fundo no fim do período	<u>\$ —</u>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	De 29 de junho de 2007 (início) a 31 de dezembro de 2007
Fluxos de caixa das operações	
Transferências do Fundo para Operações Especiais	\$ 12
Desembolsos das doações	<u>(12)</u>
Fluxos de caixa líquidos das operações	<u>—</u>
Caixa no início do período	<u>—</u>
Caixa no fim do período	<u>\$ —</u>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (o Banco) é uma organização internacional constituída em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente por meio de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento estipula que suas operações devem ser realizadas através do Capital Ordinário e do Fundo para Operações Especiais (FOE). Em junho de 2007, a Assembléia de Governadores aprovou a criação do Fundo Não Reembolsável do BID (Fundo Não Reembolsável) com o objetivo de conceder doações apropriadas para lidar com circunstâncias especiais de certos países (atualmente apenas o Haiti) ou com respeito a projetos específicos. O Fundo Não Reembolsável é financiado por transferências da reserva geral do FOE e possíveis contribuições diretas dos países doadores.

Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados do ativo e passivo, a divulgação do ativo e passivo contingente na data das demonstrações financeiras e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

Doações

As doações¹ são registradas como deduções no saldo do fundo ao serem aprovadas. O cancelamento da parte não desembolsada das doações aprovadas é registrado como compensação das doações no período em que ocorrem.

Transferências do FOE

As transferências do FOE são reconhecidas quando aprovadas pela Assembléia de Governadores. Contudo, o FOE financia essas transferências de acordo com os requisitos de financiamento do Fundo Não Reembolsável. No balanço, a parte pendente das transferências aprovadas a ser recebida do FOE é apresentada como Devido pelo Fundo para Operações Especiais.

Despesas administrativas

As despesas administrativas do Fundo Não-Reembolsável são pagas pelo Banco e distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, segundo um método aprovado pela Diretoria Executiva.

Nota C – Doações não desembolsadas

Durante 2007, o Fundo Não Reembolsável aprovou três doações ao Haiti, no total de US\$50 milhões. Adiante, apresenta-se um resumo das variações nas doações não desembolsadas no período de 29 de junho de 2007 (início) a 31 de dezembro de 2007 (em milhões):

Saldo em 29 de junho de 2007	\$ —
Aprovações	50
Desembolsos	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>\$ 38</u>

¹As referências a contas ou títulos nas demonstrações financeiras são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com iniciais maiúsculas, sempre que apareçam nas notas às demonstrações financeiras.

GOVERNADORES E GOVERNADORES SUPLENTE

País	Governador	Governador Suplente
ALEMANHA	Karin Kortmann	Rolf Wenzel
ARGENTINA	Martín Lousteau	Martín P. Redrado
ÁUSTRIA	Wilhelm Molterer	Kurt Bayer
BAHAMAS	Zhivargo S. Laing	Ruth Millar
BARBADOS	Mia Mottley	Grantley Smith
BÉLGICA	Didier Reynders	Franciscus Godts
BELIZE	Said Musa	Joseph Waight
BOLÍVIA	Gabriel Loza Tellería	Luis Alberto Arce Catacora
BRASIL	Paulo Bernardo Silva	Alexandre Meira da Rosa
CANADÁ	Maxime Bernier	
CHILE	Andrés Velasco	María Olivia Recart Herrera
COLÔMBIA	Óscar Iván Zuluaga Escobar	Carolina Rentería Rodríguez
CORÉIA, REPÚBLICA DA	Okyu Kwon	Seongtae Lee
COSTA RICA	Guillermo Zúñiga Chaves	Francisco de Paula Gutiérrez
CROÁCIA	Ivan Suker	Zdravko Maric
DINAMARCA	Ole E. Moesby	Lars Bredal
EL SALVADOR	Eduardo Ayala Grimaldi	William J. Handal
EQUADOR	Fausto Ortiz de la Cadena	
ESLOVÊNIA	Andrej Bajuk	Andrej Kavcic
ESPANHA	Pedro Solbes Mira	David Vegara Figueras
ESTADOS UNIDOS	Henry Paulson	Reuben Jeffery III
FINLÂNDIA	Marjatta Rasi	Ilkka Helskanen
FRANÇA	Christine Lagarde	Xavier Musca
GUATEMALA	Mefi Rodríguez García	María Antonieta de Bonilla
GUIANA	Bharrat Jagdeo	Ashni Singh
HAITI	Daniel Dorsainvil	Jean-Max Bellerive
HONDURAS	Rebeca P. Santos	Gabriela Núñez
ISRAEL	Stanley Fischer	Oded Brook
ITÁLIA	Tommaso Padoa-Schioppa	Mario Draghi
JAMAICA	Audley Shaw, MP	Wesley Hughes, CD
JAPÃO	Fukushirou Nukaga	Toshihiko Fukui
MÉXICO	Agustín Carstens	Alejandro Werner Wainfeld
NICARÁGUA	Alberto José Guevara Obregón	Antenor Rosales Bolaños
NORUEGA	Anne Margareth Fagertun Stenhammer	Henrik Harboe
PAÍSES BAIXOS		Bert Koenders
PANAMÁ	Héctor Alexander	
PARAGUAI	César Amado Barreto Otazú	Manuel Alarcón Säfstrand
PERU	Luis Carranza Ugarte	José Berley Arista Arbildo
PORTUGAL	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
REINO UNIDO	Douglas Alexander, MP	Shahid Malik, MP
REPÚBLICA DOMINICANA	Vicente Bengoa	Juan Temístocles Montas
SUÉCIA	Jan Knutsson	Susanne Jacobsson
SUÍÇA	Jörg Al. Reding	Roger Denzer
SURINAME	Humphrey Stanley Hildenberg	
TRINIDAD E TOBAGO	Camille R. Robinson-Regis	Anthony Bartholomew
URUGUAI	Danilo Astori	Enrique Rubio
VENEZUELA	Rodrigo Eduardo Cabeza Morales	

Em 31 de dezembro de 2007

DIRETORES EXECUTIVOS E DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTE

			Votos	Porcentagem
Adina Bastidas, VENEZUELA Fernando Eleta Casanovas (Suplente), PANAMÁ	Eleito por: Panamá Venezuela		518.658	6,194
Marcelo Bisogno, URUGUAI Hugo Rafael Cáceres Agüero (Suplente), PARAGUAI	Eleito por: Bolívia Paraguai Uruguai		205.291	2,452
Jerry Christopher Butler, BAHAMAS Winston A. Cox (Suplente), BARBADOS	Eleito por: Bahamas Barbados Guiana	Jamaica Trinidad e Tobago	126.574	1,511
Jonathan Davis Arzac, MÉXICO Roberto B. Saladín (Suplente), REPÚBLICA DOMINICANA	Eleito por: México República Dominicana		627.122	7,489
Eugenio Díaz-Bonilla, ARGENTINA Martín Bès (Suplente), ARGENTINA	Eleito por: Argentina Haiti		936.545	11,185
Luis Guillermo Echeverri, COLÔMBIA Xavier Eduardo Santillán (Suplente), EQUADOR	Eleito por: Colômbia Equador		295.653	3,531
Hans Hammann, ALEMANHA Francesca Manno (Suplente), ITÁLIA	Eleito por: Alemanha Bélgica Israel	Itália Países Baixos Suíça	426.204	5,089
Nelly Lacayo-Anderson, EL SALVADOR Raúl Barrios (Suplente), NICARÁGUA	Eleito por: Belize Costa Rica El Salvador	Guatemala Honduras Nicarágua	202.692	2,420
Luis Linde, ESPAÑHA Olivier Myard (Suplente), FRANÇA	Eleito por: Áustria Dinamarca Espanha Finlândia	França Noruega Suécia	400.427	4,783
José Carlos Miranda, BRASIL Sérgio Portugal (Suplente), BRASIL	Eleito por: Brasil Suriname		907.766	10,841
Héctor E. Morales, ESTADOS UNIDOS Jan E. Boyer (Suplente), ESTADOS UNIDOS	Designado pelos: Estados Unidos		2.512.664	30,008
Jaime Quijandría, PERU Alejandro Foxley Tapia (Suplente), CHILE	Eleito por: Chile Peru		367.878	4,393
Tsuyoshi Takahashi, JAPÃO Stewart Mills (Suplente), REINO UNIDO	Eleito por: Coréia, República da Croácia Eslovênia	Japão Portugal Reino Unido	511.113	6,105
Vinita Watson, CANADÁ Jill Johnson (Suplente), CANADÁ	Eleito por: Canadá		335.022	4,001
TOTAL			8.373.609	100,00*

Escritório de Avaliação e Supervisão
Stephen A. Quick, Diretor
Sixto Felipe Aquino, Subdiretor

Em 31 de dezembro de 2007

* Devido ao arredondamento, o total pode não coincidir.

ÓRGÃOS DE LIGAÇÃO E DEPOSITÁRIOS

País Membro	Órgão de Ligação	Depositário
ALEMANHA	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento	Deutsche Bundesbank
ARGENTINA	Ministerio de Economía	Banco Central de la República Argentina
ÁUSTRIA	Ministério Federal das Finanças	Österreichische Nationalbank
BAHAMAS	Ministry of Finance	Central Bank of The Bahamas
BARBADOS	Ministry of Economic Development	Central Bank of Barbados
BÉLGICA	Ministère des finances	Banque Nationale de Belgique
BELIZE	Financial Secretary, Ministry of Finance	Central Bank of Belize
BOLÍVIA	Banco Central de Bolivia	Banco Central de Bolivia
BRASIL	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais — SEAIN	Banco Central do Brasil
CANADÁ	Institution financière internationale, Succursale multilatérale de programmes, Agence canadienne pour le développement international	Banque du Canada
CHILE	Ministerio de Hacienda	Banco Central de Chile
COLÔMBIA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco de la República
CORÉIA, REPÚBLICA DA	Ministério da Fazenda e da Economia	Banco da Coréia
COSTA RICA	Ministerio de Relaciones Exteriores	Banco Central de Costa Rica
CROÁCIA	Ministério da Fazenda	Banco Nacional da Croácia
DINAMARCA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA)	Danmarks Nationalbank
EL SALVADOR	Secretaría Técnica de la Presidencia	Banco Central de Reserva de El Salvador
EQUADOR	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Ecuador
ESLOVÊNIA	Ministério das Finanças	Banco da Eslovênia
ESPANHA	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales, Ministerio de Economía	Banco de España
ESTADOS UNIDOS	Departamento do Tesouro	Federal Reserve Bank of New York
FINLÂNDIA	Ministério das Relações Exteriores	Banco da Finlândia
FRANÇA	Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie	Banque de France
GUATEMALA	Banco de Guatemala	Banco de Guatemala
GUIANA	Ministry of Finance	Bank of Guyana
HAITI	Banque de la République d'Haïti	Banque de la République d'Haïti
HONDURAS	Banco Central de Honduras	Banco Central de Honduras
ISRAEL	Banco de Israel	Banco de Israel
ITÁLIA	Ministério da Economia e Finanças	Banca d'Italia
JAMAICA	Ministry of Finance and Planning	Bank of Jamaica
JAPÃO	Ministério das Finanças	Banco do Japão
MÉXICO	Secretaría de Hacienda y Crédito Público	Banco de México
NICARÁGUA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco Central de Nicaragua
NORUEGA	Real Ministério Norueguês das Relações Exteriores	Banco da Noruega
PAÍSES BAIXOS	Ministério das Finanças	De Nederlandsche Bank N.V.
PANAMÁ	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Nacional de Panamá
PARAGUAI	Banco Central del Paraguay	Banco Central del Paraguay
PERU	Banco Central de Reserva del Perú	Banco Central de Reserva del Perú
PORTUGAL	Ministério das Finanças e da Administração Pública	Banco de Portugal
REINO UNIDO	Department for International Development	Bank of England
REPÚBLICA DOMINICANA	Banco Central de la República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
SUÉCIA	Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional	Sveriges Riksbank
SUÍÇA	Office fédéral des affaires économiques extérieures	Banque Nationale Suisse
SURINAME	Ministério das Finanças	Central Bank van Suriname
TRINIDAD E TOBAGO	Central Bank of Trinidad and Tobago	Central Bank of Trinidad and Tobago
URUGUAI	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Uruguay
VENEZUELA	Ministerio de Planificación y Desarrollo	Banco Central de Venezuela

Em 31 de dezembro de 2007

PRINCIPAIS FUNCIONÁRIOS

Presidente	Luis Alberto Moreno
Vice-Presidente Executivo	Daniel M. Zelikow
Vice-Presidente de Países	Otaviano Canuto
Vice-Presidente de Setores e Conhecimento (interino)	Máximo Jeria
Vice-Presidente de Finanças e Administração	Carlos Hurtado López
Vice-Presidente do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana	Steven J. Puig
Gerente Geral, Departamento de Países da América Central, México, Panamá e República Dominicana	Gina Montiel
Gerente Geral, Departamento de Países do Cone Sul	Manuel Rapoport
Gerente Geral, Departamento de Países do Grupo Andino	Alicia Ritchie
Gerente Geral, Departamento de Países do Caribe	Dora Currea
Gerente Geral, Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo	Hans Schulz
Diretor Financeiro e Gerente Geral, Departamento Financeiro	John R. Hauge
Consultor Jurídico	Joseph Spinner
Secretário	Hugo Eduardo Beteta Méndez-Ruiz
Gerente Geral e Diretor de Eficácia no Desenvolvimento, Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento	Luis Estanislao Echebarría
Assessor, Escritório de Gestão de Risco	Dominiek Vangaeveer
Gerente, Setor de Oportunidades para a Maioria	Ana-Mita Betancourt
Gerente Geral, Departamento de Orçamento e Serviços Administrativos	William E. Schuerch
Gerente Geral e Diretor de Informática, Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços Gerais	Simon Gauthier
Gerente Geral, Departamento de Recursos Humanos	Manuel Labrado
Gerente Geral e Economista-Chefe, Departamento de Pesquisa	Santiago Levy Algazi
Gerente, Setor de Infra-estrutura e Meio Ambiente	Roberto Vellutini
Gerente, Setor Social	Kei Kawabata
Gerente, Setor de Capacidade Institucional e Finanças	Mario Marcel Cullell
Gerente, Setor de Integração e Comércio	Antoni Esteveadeordal
Gerente, Setor de Conhecimento e Aprendizagem	Graciela Schamis
Auditor Geral	Alan N. Siegfried
Assessor, Escritório de Parcerias Estratégicas	Jamal A. Khokhar
Assessor, Assessoria de Relações Externas	Pablo Halpern
Gerente Geral, Escritório do Fundo Multilateral de Investimentos	Donald F. Terry
Diretor, Escritório de Integridade Institucional	Stephen S. Zimmermann

Em 31 de dezembro de 2007

REPRESENTAÇÕES E REPRESENTANTES

ARGENTINA, Daniel Oliveira

Calle Esmeralda 130, pisos 19 y 20
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)
Buenos Aires Tel: 4320-1800

BAHAMAS, Oscar E. Spencer

IDB House, East Bay Street
(P.O. Box N-3743)
Nassau Tel: 393-7159

BARBADOS, Anneke Jessen

Maple Manor, Hastings
(P.O. Box 402)
Christ Church Tel: 427-3612

BELIZE, Caroline L. Clarke

1024 Newtown Barracks
101 1st Floor
Marina Towers Building
(P.O. Box 1853)
Belize City Tel: 223-3900

BOLÍVIA, Joel Branski

Edificio "BISA", piso 5
Avda. 16 de Julio, 1628
(Casilla 5872)
La Paz Tel: 235-1221

BRASIL, José Luis Lupo

Setor de Embaixadas Norte
Quadra 802 Conjunto F
Lote 39 - Asa Norte
70.800-400 Brasília,
D.F. Tel: 3317-4200

CHILE, Jaime Alberto Sujoy

Avda. Pedro de Valdivia 0193, piso 11
(Casilla 16611)
Correo 9 (Providencia)
Santiago Tel: 431-3700

COLÔMBIA, Rodrigo Parot

Carrera 7, 71-21
Torre B, piso 19
Edificio Bancafé
Bogotá Tel: 325-7000

COSTA RICA, Fernando Quevedo

Edificio Centro Colón, piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
San José Tel: 233-3244

EL SALVADOR

María Carmenza McLean

Edificio World Trade Center, piso 4
89 Avda. Norte y Calle El Mirador
Colonia Escalón
San Salvador Tel: 2233-8900

EQUADOR, Carlos N. Melo

Avda. 12 de Octubre N24-528
y Cordero
Ed. World Trade Center - Torre II, piso 9
(Apartado postal 17-07-9041)
Quito Tel: 299-6900

GUATEMALA, Álvaro Cubillos

3^{ra} Avenida 13-78, Zona 10
Torre Citigroup – Nivel 10
(Apartado postal 935)
Guatemala Tel: 2379-9393

GUIANA, Marco Carlo Nicolá

47 High Street, Kingston
(P.O. Box 10867)
Georgetown Tel: 225-7951

HAITI, Philippe Dewez

Banque interaméricaine
de développement
Bourdon 389
(Boîte postale 1321)
Port-au-Prince Tel: 45-5711

HONDURAS, Steven W. Stone

Colonia Lomas del Guijarro Sur
Primera Calle
(Apartado postal 3180)
Tegucigalpa Tel: 232-4838

JAMAICA, Gerard S. Johnson

40-46 Knutsford Blvd., 6th floor
(P.O. Box 429)
Kingston 10 Tel: 926-2342

MÉXICO, Lawrence Harrington

Avda. Horacio, 1855
Piso 6 (Esquina Periférico)
Los Morales-Polanco
11510 México, D.F. Tel: 9138-6200

NICARÁGUA

Mirna Liévano de Marques

Edificio BID
Km. 4-1/2 Carretera a Masaya
(Apartado postal 2512)
Managua Tel: 67-0831

PANAMÁ, Marcelo G. Antinori

Avda. Samuel Lewis, Obarrio
Torre HSBC, piso 14
(Apartado postal 7297)
Panamá 5 Tel: 263-6944

PARAGUAI, Vladimir Radovic

Calle Quesada esq. Legión Civil
Extranjera
(Casilla 1209)
Asunción Tel: 616-2000

PERU, Ana Rodríguez-Ortiz

Paseo de la República 3245, piso 13
(Apartado postal 270154)
San Isidro, Lima 27 Tel: 215-7800

REPÚBLICA DOMINICANA

Moisés A. Pineda

Calle Luis F. Thomen esq. Winston
Churchill
Torre BHD, piso 10
(Apartado postal 1386)
Santo Domingo Tel: 562-6400

SURINAME, Ancile E. Brewster

Peter Brunelaaan 2-4
Paramaribo Tel: 46-2903

TRINIDAD E TOBAGO

Iwan P. Sewberath Misser

17 Alexandra Street, St. Clair
(P.O. Box 68)
Port of Spain Tel: 622-8367

URUGUAI, Juan José Taccone

Rincón 640 esq. Bartolomé Mitre
(Casilla de correo 5029)
11000 Montevideo Tel: 915-4330

VENEZUELA, (Vago)

Edificio Central Federal, piso 3
Avda. Venezuela, El Rosal
Caracas 1060 Tel: 951-5533

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Ricardo R. Carciofi

Calle Esmeralda 130, pisos 16 y 17
(Casilla de correo 181)
Sucursal 1
Buenos Aires Tel: 4320-1850

ESCRITÓRIO NA EUROPA

Carlos M. Jarque

Banque interaméricaine
de développement
66, Avenue d'Iéna
75116 Paris
France Tel: 01 40 69 31 00

ESCRITÓRIO NO JAPÃO

Takeo Shikado

Fukoku Seimei Building 16-F
2-2-2 Uchisaiwaicho, Chiyoda-ku
Tokyo 100 Tel: 3591-0461

Em português

- ***A política das políticas públicas. Progreso econômico e social na América Latina, relatório 2006***, coordenado por Ernesto Stein, Mariano Tommasi, Koldo Echebarria, Eduardo Lora e Mark Payne, ISBN: 978-85-352-2078-0, 296 pp. Co-publicado com Harvard University e Elsevier Editora Ltda. (Edição em inglês publicada em 2005 e edição em espanhol publicada em 2006.)

Em espanhol

- ***Aliados naturales: la gente de América Latina forja una nueva relación con su medio ambiente***, por Roger Hamilton, ISBN: 978-1-59782-050-9, 151 pp. (Publicado em espanhol e inglês.)
- ***Basilea II en América Latina***, editado por Rudy V. Araujo e Pietro Masci, ISBN: 978-1-59782-062-2, 488 pp.
- ***El boom de las microfinanzas: el modelo latinoamericano visto desde adentro***, editado por Marguerite Berger, Lara Goldmark e Tomás Miller-Sanabria, ISBN: 978-1-59782-065-3, 394 pp. (Edição em inglês publicada em 2006.)
- ***¿Cuál es la salida? La agenda inconclusa de la seguridad ciudadana***, editado por Erik Alda e Gustavo Beliz, ISBN: 978-1-59782-049-3, 410 pp.
- ***Entre el diseño y la evaluación: el papel crucial de la implementación de los programas sociales***, editado por Juan Carlos Cortázar Velarde, ISBN: 978-1-59782-046-2, 338 pp.
- ***El impacto de China: oportunidades y retos para América Latina y el Caribe***, editado por Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Andrés Rodríguez-Clare, ISBN: 978-1-59782-041-7, 316 pp. Co-publicado com Harvard University. (Edição em inglês publicada em 2006.)
- ***Informe global de la corrupción. Edición 2006: corrupción y salud***, ISBN: 978-1-59782-056-1, 250 pp. Co-publicado com Transparency International.
- ***Justicia: un vínculo pendiente entre Estado, ciudadanía y desarrollo***, editado por Carlos Cordovez, ISBN: 978-1-59782-045-5, 260 pp.
- ***¿Los de afuera? Patrones cambiantes de exclusión en América Latina y el Caribe. Progreso económico y social en América Latina, informe 2008***, coordenado por Gustavo Márquez, Alberto Chong, Suzanne Duryea, Jacqueline Mazza e Hugo Ñopo, ISBN: 978-1-59782-064-6, 316 pp. Co-publicado com Harvard University. (Publicado em espanhol e inglês.)

- ***Riesgo y desastres: su gestión municipal en Centroamérica***, editado por Caroline L. Clarke e Carlos Pineda Mannheim, ISBN: 978-1-59782-051-6, 194 pp.
- ***Vivir con deuda: cómo contener los riesgos del endeudamiento público. Progreso económico y social en América Latina, informe 2007***, coordenado por Eduardo Borensztein, Eduardo Levy Yeyati e Ugo Panizza, ISBN: 978-1-59782-040-0, 366 pp. Co-publicado com Harvard University. (Edição em inglês publicada em 2006.)

Em inglês

- ***Democracies in Development: Politics and Reform in Latin America***, por J. Mark Payne, Daniel Zovatto G. e Mercedes Mateo Díaz, ISBN: 978-1-59782-036-3, 348 pp. Co-publicado com Harvard University. (Edição em espanhol publicada em 2006.)
- ***Do We Know What Works? A Systematic Review of Impact Evaluations of Social Programs in Latin America and the Caribbean***, por César Patricio Bouillon e Luis Tejerina, ISBN: 978-1-59782-063-9, 144 pp.
- ***Market or State? Three Decades of Reform in the Latin American Electric Power Industry***, por Jaime Millán, ISBN: 978-1-59782-055-4, 306 pp. (Edição em espanhol publicada em 2006.)
- ***Natural Partners: How People in Latin America Are Forging a New Relationship with Their Natural Environment***, por Roger Hamilton, ISBN: 978-1-59782-048-6, 151 pp. (Publicado em espanhol e inglês.)
- ***Outsiders? The Changing Patterns of Exclusion in Latin America and the Caribbean. Economic and Social Progress in Latin America, 2008 Report***, coordenado por Gustavo Márquez, Alberto Chong, Suzanne Duryea, Jacqueline Mazza e Hugo Ñopo, ISBN: 978-1-59782-059-2, 298 pp. Co-publicado com Harvard University. (Publicado em espanhol e inglês.)



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

1300 New York Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20577

Estados Unidos

Tel. (202) 623-1000 Fax (202) 623-3096

www.iadb.org

ISSN: 0253-6048

